

**Dossiê Léxico, Terminologia e
Políticas Linguísticas**

Sumário

**Política de vitalização de uma Língua
Indígena para além das fronteiras entre
Brasil e Peru**

Altaci Corrêa Rubim

Enilde Faulstich.....5

**Percurso Teórico das pesquisas de
Faulstich para a variação terminológica**

Cleide Lemes da Silva Cruz 42

**DICVERB/PL2: uma proposta de
Dicionário Informatizado de verbos da
Língua Portuguesa**

Flávia de Oliveira Maia-Pires..... 62

**Glossário Sistemático Informatizado de
termos formados por elementos
eruditos: emprego de ferramentas
tecnológicas na organização de
remissivas**

Rebeka da Silva Aguiar Enilde Faulstich 83

**A multimodalidade em Dicionários
Bilíngues Eletrônicos Português-
Espanhol/Espanhol-Português**

Mariana Daré Vargas Campos

Odair Luiz Nadin 107

**Análise da valência verbal em receitas
da culinária brasileira e portuguesa**

Giselle Salgado Ferreira Fatureto 122

**Visão política da lexicologia e
terminologia em Libras: a constituição
da base lexical e base conceitual**

Gláucio de Castro Júnior 140

**Obras lexicográficas de orientação
semasiológicas e onomasiológica de
Língua de Sinais**

Eduardo Felten..... 168

**Dicionário Analógico de Aprendizagem
do Português do Brasil**

Michelle Machado de Oliveira Vilarinho

..... 196

**Glossário de Termos financeiros para
estudantes universitários**

Rafael Veloso Mendes

Michelle Machado de Oliveira Vilarinho

.....227

Editorial

O *Dossiê Léxico, Terminologia e Políticas Linguísticas* apresenta resultados de estudos da Linha de Pesquisa *Léxico e Terminologia* da área de concentração *Teoria e Análise Linguística* do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB). Os trabalhos foram desenvolvidos no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos – Centro Lexterm, coordenado pela Prof^a. Doutora *Honoris Causa* Enilde Faulstich. O centro é local de ensino, pesquisa e extensão, com dedicação exclusiva à formação de pesquisadores, em nível de graduação e de pós-graduação, sem fins lucrativos.

O Centro Lexterm foi criado em 1988 e, desde então, tem cumprido tarefas de destaque, quais sejam, formar mestres e doutores para o mercado de trabalho da docência e de pesquisa na área da Linguística.

O Centro Lexterm é um organismo, que se concentra em pesquisas científicas e técnicas, e se destaca no cenário acadêmico nacional e internacional, por divulgar pesquisas resultantes da criação de materiais lexicográficos e terminográficos, com vistas a atender às necessidades linguísticas de diversos grupos sociais. Os pesquisadores também trabalham com organismos internacionais de países em que a Lexicografia e a Terminologia são fontes de difusão das línguas ao lado do português do Brasil, além de receber estudantes estrangeiros.

Mediante parcerias que mantêm com outras universidades, neste dossiê, há um trabalho da linha de pesquisa *Estudos do Léxico* do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, de Araraquara.

Neste dossiê, expõem-se artigos, resultados de pesquisas desenvolvidas no âmbito da iniciação científica, mestrado, doutorado e estágio pós-doutorado. A temática principal são os pressupostos teóricos da Lexicografia aplicados à língua comum, da Terminologia aplicados às linguagens de especialidade e das políticas linguísticas aplicadas à Língua de Sinal Brasileira – LSB e à língua Kokama. Ademais, descrevem-se as metodologias empregadas na elaboração de obras lexicográficas, terminográficas e do material didático elaborado, especialmente, para vitalização da língua Kokama.

Portanto, este dossiê destina-se a investigadores que se dedicam aos estudos de Políticas Linguísticas, Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Terminografia em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Língua Brasileira de Sinais e Línguas Indígenas.

Prof^a. Dra. Rebeka da Silva Aguiar

Prof^a. Dra. Michelle Machado de Oliveira Vilarinho

Editorial

Dossiê Léxico, Terminologia e Políticas Linguísticas (Lexicon Dossier, Terminology and Linguistic Policies) presents results of studies in Lexicon and Terminology research line and Theory and Linguistic Analysis study area of Graduate Program in Linguistics at University of Brasília (UnB). These works were made at Lexical and Terminological Studies Center - Lexterm Center, coordinated by Doctor *Honoris Causa* Enilde Faulstich. The Lexterm Center is a local of teaching, research and extension. It is non-profit organ dedicated exclusively to researchers

training in undergraduate and graduate degrees.

Lexterm Center was instituted in 1988 and it has accomplished significant tasks ever since, such as, training masters and doctors for teaching and research workplace in Linguistic area.

Lexterm Center is an organ concentrated on scientific and technical research and stands out in the national and international academic scenery due to its disseminating research which is resulting from production of lexicographic and terminographic materials, in order to meeting the linguistic needs of different social groups. Researchers also work with international organizations from countries which Lexicography and Terminology are sources of languages diffusion alongside Brazilian Portuguese, as well as receiving foreign students.

Through partnerships it has with other universities, in this material, there is a paper of Lexicon Studies research line from Graduate Program in Linguistics and Portuguese Language of Sciences and Letters Faculty at Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho in Araraquara, São Paulo.

The articles in this document are results of researches carried out within the undergraduate research, master, doctorate degrees and postdoctoral internship. The main themes are the theoretical assumptions of Lexicography applied to common language, Terminology applied to specialized languages and Linguistic Policies applied to Brazilian Sign Language and Kokama language. In addition, the methodologies applied in elaboration of lexicographic and terminographic works and didactic material are described, mainly for vitalization of Kokama language.

Finally, this dossier is targeted to researchers that are dedicated to studies of Linguistic Policies, Lexicology, Lexicography, Terminology and Terminography in Portuguese, Spanish, Brazilian Sign Language and Indigenous Languages.

Profa. Dra. Rebeka da Silva Aguiar

Profa. Dra. Michelle Machado de Oliveira Vilarinho

**POLÍTICA DE VITALIZAÇÃO DE UMA LÍNGUA INDÍGENA PARA ALÉM
DAS FRONTEIRAS ENTRE BRASIL E PERU**

**LANGUAGE REVITALIZATION POLICIES BEYOND THE BORDER OF
BRAZIL AND PERU**

Altaci Corrêa Rubim¹
Enilde Faulstich²

RESUMO

Este artigo resume parte da tese de RUBIM (2016), que discute o reordenamento político e cultural do povo Kokama, especificamente a reconquista da língua e do território, além das fronteiras entre Brasil e Peru. Os agentes sociais envolvidos nesse reordenamento formam um movimento coletivo em benefício da reafirmação da identidade, da reconquista do território e da vitalização da língua. As categorias vitalização e revitalização são apresentadas no contexto do processo de ensino e de aprendizagem da língua. O trabalho objetivou analisar os diferentes processos de territorialização da língua Kokama na Amazônia e seus efeitos sobre as formas organizativas consolidadas, sobretudo a língua. Para o desenvolvimento do trabalho, seguimos a metodologia qualitativa de cunho etnográfico, em que o mapeamento situacional da Cartografia Social da Amazônia possibilita aos agentes sociais dar visibilidade aos territórios, segundo seu próprio olhar. O fundamento é a criação de uma política linguística para o ensino da língua Kokama como L2, mediante um projeto gráfico de elaboração de material didático físico e virtual, além de uma abordagem de ensino e de aprendizagem da língua denominada Tsetsu Kokama.

Palavras-chave: Política linguística; Vitalização; Tsetsu Kokama.

ABSTRACT

This article is part of the first author, RUBIM (2016), which discusses the political and cultural reordering of the Kokama indigenous people, specifically the reconquest of language and territory, beyond the borders between Brazil and Peru. The social agents involved in this reordering form a collective movement in favor of the reaffirmation of identity, the reconquest of territory and the vitalization of mother tongue (Kokama). The vitalization and revitalization categories are presented in the context of the language teaching and learning process. The research aimed to analyze the different processes of

¹ Professora de Graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília; Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Amazonas/PPGL/UFAM; Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia da Amazônia e do Centro de Estudo Lexicais e Terminológico – Centro Lexterm.

² Professora de Graduação e Pós-Graduação da Universidade de Brasília, coordenadora e pesquisadora da Linha de Pesquisa em Léxico e Terminologia, da área de concentração em Teoria e Análise Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL/UnB. Orientadora de Altaci Corrêa Rubim no Doutorado em Linguística.

territorialization of the Kokama language in the Amazon and their effects on the consolidated organizational forms, especially the language. For the development of the research, we follow the qualitative methodology of ethnographic nature, in which the situational mapping of the Social Cartography of the Amazon enables social agents to give visibility to the territories, according to their own eyes. The foundation is the creation of a language policy for the teaching of Kokama as a second language (L2), through a graphic project for the elaboration of physical and virtual didactic material, as well as a teaching and learning approach called Tsetsu Kokama.

Key words: Language policy; Vitalization; Tsetsu Kokama.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da tese de Rubim (2016), que versa sobre o reordenamento político e cultural do povo Kokama, especificamente a reconquista da língua e do território, além das fronteiras entre Brasil e Peru. Na pesquisa, defendemos a criação de uma política linguística para o ensino e aprendizagem do Kokama, língua indígena em processo de vitalização. Nesse contexto, compreende-se a vitalização como o ato de dar força ou vigor à sua dinâmica de existência, nos rituais, nas músicas, nos benzimentos, nas danças, nas brincadeiras, em atividades do cotidiano da aldeia e em ambientes virtuais, como em aplicativos, animações, entre outros.

O objetivo principal do estudo consistiu em analisar os diferentes processos de territorialização da língua Kokama na Amazônia e seus efeitos sobre as formas organizativas consolidadas, principalmente sobre a língua, a partir de mobilizações étnicas desse povo. Com isso, a tese objetivou também ampliar os conhecimentos na área de política linguística de vitalização de línguas indígenas, de forma a considerar o campo empírico dos agentes sociais envolvidos na pesquisa.

A coleta de dados que compõem o *corpus* foi feita durante a realização das oficinas do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e durante viagens pela Amazônia peruana e pela brasileira, em oficinas da língua Kokama, que serviram de excelente fonte de produção de livros didáticos, em Manaus. Nesse sentido, serviram de fonte de pesquisa dos léxicos coletados dois falantes de Kokama de São Paulo de Olivença – AM, três falantes de Santo Antônio do Içá – AM e um falante do Peru, além de ouvintes, lembradores e aprendizes da língua em Manaus. Também foram fonte de dados os materiais elaborados pelo Programa de Formação de Professores Indígenas da Amazônia Brasileira e Peruana (FORMABIAP) para professores Kokama, como livros didáticos e dicionários bilíngues Kokama/Espanhol, a gramática Kokama de Faust

(1972), o dicionário Kokama/Castelhano de Espinosa (1989) e o dicionário de Vallejos Yopán e Amías Murayari (2015), bem como artigos, teses e livros de pesquisadores do FORMABIAP e de pesquisadores brasileiros sobre a questão linguística e cultural do povo Kokama.

Nessa perspectiva, utilizamos o mapeamento situacional como instrumento etnográfico da Nova Cartografia Social da Amazônia, de modo que os agentes sociais se serviram do Sistema de Posicionamento Global (GPS, do inglês *Global Positioning System*) para mapear os lugares significativos de seu território, para dar visibilidade às suas lutas, sendo o fio condutor desse processo a luta pela língua. Nesse sentido, Almeida (2014) rompe com a cartografia tradicional, à medida que propõe uma construção coletiva do mapa do território de povos tradicionais, como o povo Kokama em Nova Esperança – AM, em São Paulo de Olivença e em Benjamin Costant.

O estudo etnográfico permitiu que fossem descritas as vivências culturais do povo Kokama do Amazonas, de modo a fortalecer sua identidade. Para o processo de fortalecimento da língua Kokama, que corre risco de extinção, foi proposta uma política linguística a partir da elaboração de materiais didáticos contextualizados, que respeita a visão social de ensino e de aprendizagem do povo Kokama. Essa língua é desenvolvida como uma segunda língua nas escolas, nos centros de educação escolar indígena, nos Centros de Ciências e Saberes Tradicionais e nas comunidades Kokama do Amazonas. A esse respeito, é importante observar que é por meio de materiais didáticos que os elementos da natureza expressos no cotidiano e na memória dos indígenas são configurados no processo de ensino e aprendizagem de língua.

Assim, o presente artigo, que resume a pesquisa de Rubim (2016), sob a orientação de Faulstich, está organizado como segue. Na seção 2, é apresentado um breve panorama do povo Kokama. Em seguida, discutimos especificamente a língua em questão. Na seção 4, é abordada a política de identidade, enquanto na 5 discutem-se os conceitos de vitalização e revitalização da língua Kokama. Nas seções subsequentes, são abordados os tópicos de política linguística, materiais didáticos e projeto gráfico e, em continuidade, as seções são dedicadas à escrita da língua Kokama e à proposta de abordagem para o ensino e aprendizagem dessa língua como segunda língua (L2) na Amazônia, no âmbito da (re)vitalização linguística. Por fim, são apresentadas algumas considerações de caráter conclusivo.

2 O PANORAMA DO POVO KOKAMA

Conforme Rubim (2016), são poucos os falantes da língua Kokama no Brasil, especialmente na Amazônia. Segundo o atlas da Unesco das línguas em perigo de extinção, essa língua se inclui entre as 190 línguas indígenas que correm o risco de desaparecer (MOSELEY, 2010). Vallejos (2010, p. 28) informa que essa língua está gravemente ameaçada, apesar de existirem aproximadamente 20.000 mil Kokama. No Peru, a língua está em perigo de extinção, e, no Brasil, a situação é crítica, segundo Vallejos (2010). Os Kokama, no entanto, têm lutado contra esse processo de perda.

O povo Kokama está localizado no Brasil, no Peru e na Colômbia. No curso de sua existência, esse povo tem vivido ao longo das margens dos rios, habitando atualmente também nas cidades. Existem registros da história dos Kokama desde o século XVI, realizados por cronistas e viajantes. A história do contato desse povo com os colonizadores é retratada em diversas fontes documentais, e os fatos ocorridos nesse período são mencionados por pesquisadores do Brasil, da Colômbia e do Peru.

A esse respeito servem de exemplos trabalhos de pesquisadores brasileiros que estudam esse povo, a saber, Cabral (1995), Freitas (2002), Ramos (2004), Viegas (2010) e Almeida e Rubim (2012). Quanto à Colômbia, destaca-se o trabalho de González (1999); e, no Peru, há os trabalhos de Abaurre (2002), Rivas (2003), Vallejo (2010), entre outros. Esses autores abordam a história do contato dos colonizadores com as populações indígenas da Amazônia peruana, principalmente com o povo Kokama.

Uma das principais fontes consultadas foi o registro do explorador espanhol Francisco de Carvajal, à época em que desceu pela primeira vez o Amazonas. No mesmo século, um dos membros da expedição de Francisco Orellana, o capitão Altamirano, descreveu os eventos da expedição de Ursúa e Aguirre (em 1560–1561), relatando como ocorrera o contato entre os exploradores em busca de alimento para a tripulação e os povos indígenas que moravam à beira dos rios, entre os quais havia os Kukama da foz do Ucayali (PORRO, 1992).

Os Kokama sempre procuraram residir às margens dos rios (FREITAS, 2002, p. 28), como registrado por viajantes e cronistas. Vale ressaltar que, atualmente, esse povo está em constante movimento, devido aos conflitos vivenciados por eles no interior do

Amazonas em relação à terra, à entrada de garimpeiros, entre outros (ALMEIDA; RUBIM, 2012).

Em determinado momento, 1616 para Rivas (2003), ou 1619, como datado em Abaurre (2002), ocorreu uma divisão desse povo em dois grupos, de modo que um passou a se chamar Kukama e o outro, Kukamiria. Para Rivas (2003, p. 10-11), ambos os grupos se estabeleceram nas beiras de grandes rios: os Kukama, de grande densidade demográfica, assentavam-se no baixo rio Ucayali, enquanto os Kukamiria, em número menor, estabeleceram-se no baixo rio Huallaga.

Abaurre (2002, p. 186) afirma que os mencionados grupos, estabelecidos nos rios Ucayali e Huallaga, foram descobertos, respectivamente, pelos conquistadores espanhóis Juan de Salinas e Pedro de Ursúa, denominados “piratas” ou “corsários” dos rios, em razão de seu espírito guerreiro e de sua habilidade de atravessar as águas com canoas.

Como esses grupos estavam alocados às margens de grandes rios, o transporte fluvial era bastante intenso durante todo o ano. Conforme Rivas (2003, p. 11), os Kukama e os Kukamiria mantinham o controle do comércio e da navegação no território que, atualmente, é a província do Alto Amazonas. Mesmo tendo ocorrido essa divisão entre os grupos, estando cada um em locais distintos, os Kukama e os Kukamiria continuaram com a mesma cultura, divergindo quanto ao número de pessoas em cada localidade.

O Padre Fritz, sacerdote missionário da Companhia de Jesus e cartógrafo, observou que o povo Omágwa era muito parecido com povo Kokama, havendo similaridade também entre suas línguas (CABRAL, 1995, p. 224). Nesse sentido, Cabral (1995, p. 18) destaca o trabalho de Rodrigues (1984/1985), em que propõe incluir no subgrupo III, na família linguística Tupi-Guarani, o Kokama, Cocamilla e Omágwa.

O fato de os Kukama sempre terem fixado residência perto de rios foi um fator que ajudou esse povo a adaptar-se rapidamente à vida em povoados criados pelas missões jesuítas. Muitas vezes, eles atuavam como mediadores, nas relações com outros povos indígenas, e também realizavam vários trabalhos para as missões: por exemplo, construíam canoas e faziam expedições pelos rios para obter carne e peixes para os povoados missionários (MARONI, MAGNIN e ZÁRATE 1988; RIVAS, 2003, p. 12). Eram, e ainda são, excelentes pescadores e remadores, em razão de dominarem conhecimentos dos seres das águas, segundo Ricopa Yaicate (informação verbal).³

³ Informação concedida por Richard Ricopa Yaicate, em entrevista dada na comunidade Zungarococha em FORMABIAP, Iquitos, Peru, em abril de 2015.

Em 1768, houve a expulsão dos jesuítas das missões de Maynas. Nessa época, os Kukama-Kukamiria já participavam ativamente da comunidade e estavam integrados à sociedade regional, de modo que abasteciam o mercado com peixes salgados, tartarugas e jabutis, por exemplo (RIVAS, 2003, p. 12). Com a emancipação do Peru, o domínio dos indígenas foi transferido da coroa espanhola para a elite local. Nesse período, houve a ocupação da Amazônia, o que ocorreu mediante a extração de produtos naturais, conforme a demanda internacional (RIVAS, 2003, p. 12). Nesse contexto, o povo Kukama-Kukamiria teve um papel de destaque como mediador entre os povos que utilizavam o comércio fluvial e o Estado.

Nesse tipo de comércio fluvial feito pelos Kukama-Kukamiria, eram vendidos, entre outros, espingardas, ferramentas, anzóis, tecidos e álcool; esse povo, até os dias atuais, abastece o mercado regional com pescado. No período de extração da borracha, houve nova modificação nas bases da sociedade do povo Kukama-Kukamiria: muitas famílias mudaram-se para locais distantes para recolher diretamente o látex (RIVAS, 2003, p. 12), do final do século XIX até o século XX.

Existem evidências arqueológicas de que os Kokama chegaram ao Peru. Segundo Abaurre (2002, p. 185), Moyobamba, localizado nesse país, recebeu alto número de migrantes do Mato Grosso em um período anterior à conquista da Amazônia, entre 1539 e 1549. O referido povo retornou ao Brasil, saindo da Amazônia peruana em direção à Amazônia brasileira, em meados do século XIX e no século XX, e fugindo das pressões opressoras no Peru ou em busca do látex da borracha e de trabalho.

Ao refletir sobre os povos indígenas na atualidade, a partir de um entendimento sobre os processos históricos, é possível observar o quanto eles são resistentes a investidas contra sua cultura, identidade, língua e seus territórios. Narrativas como as mencionadas, feitas por viajantes, cronistas e naturalistas são importantes para que haja maior conhecimento do processo que cada povo vivenciou até então, para hoje, no século XXI, continuar a luta de resistência.

Com esse breve panorama, discutimos o processo civilizatório pelo qual passaram os povos indígenas e sobre os quais existe, ainda, um forte imaginário. Na atualidade, resistem, lutam e reivindicam seus direitos por meio de organizações, principalmente em relação aos territórios, à educação, à saúde e ao bem-viver. A exemplo disso, tem-se que o povo Kokama chega ao século XXI reivindicando todos os seus direitos expressos na luta pela língua de seus ancestrais.

3 A LÍNGUA KOKAMA

Quando os colonizadores chegaram ao continente americano, foram surpreendidos por um conjunto de línguas indígenas, que, mais tarde, estudado por diferentes linguistas, receberam classificação tipológica e genética. No que se refere à classificação da língua Kokama, existe um grande debate ainda nos dias atuais. Para alguns autores, “o Kokama pode ter surgido de uma situação de contato, [...] chamado por Thomason e Kaufman (1988, p. 48) de crioulo abrupto” (CABRAL; RODRIGUES, 2003, p. 180). No entanto, para outros pesquisadores, como Vallejos (2010), essa língua é classificada como pertencente à família Tupi-Guarani, do tronco Tupi. Na realidade, o Kokama vem recebendo esta classificação desde suas primeiras transcrições, conforme exposto na tese de Cabral (1995):

Kokama é uma das línguas nativas indígenas sul-americanas em ameaça de extinção nas próximas poucas gerações, uma língua que ainda é falada atualmente por aproximadamente 2.000 indígenas que vivem no Peru. A língua Kokama é classificada como membro da família Tupi-Guarani (Adam, 1896; McQuown, 1955; Loukotka, 1968 [1935], Rodrigues 1958, 1964; Lemle, 1971, entre outros), uma das maiores e mais abrangentes famílias linguísticas da América do Sul, pertencente ao tronco Tupi. (CABRAL, 1995, p. 1-2, tradução nossa).

Cabral contempla pontos de vista de alguns teóricos sobre a classificação da origem da língua Kokama, evidenciando haver controvérsias na aplicação do método histórico-comparativo pelos pesquisadores para a classificação da língua em apreço. De acordo com a autora, nesses casos, o método não foi aplicado em sua totalidade, mas pela metade, o que gerou uma classificação não condizente com a realidade. Para que fosse obtido um resultado legitimado, o método deveria ter sido aplicado por inteiro, como afirma Cabral:

[...] as classificações genéticas da língua Kokama propostas por outros linguistas históricos deixam de reconhecer essa possibilidade no que diz respeito a essa língua. Essas classificações são o resultado de uma aplicação parcial do Método Comparativo, que só funciona quando o Método é concebido integralmente, como um conjunto de procedimentos metodológicos

inter-relacionados que correspondem à natureza de seu objeto de investigação. (1995, p. 4, tradução nossa).

Em certo sentido, a tese de doutorado de Cabral (1995) dá continuidade à pesquisa iniciada por Rodrigues (1984/1985), que inicialmente classificou o Kokama como uma língua da família Tupi-Guarani, especificamente no subgrupo da língua Tupinambá, mas também observou que essa língua apresentava uma gramática muito diferente da gramática das línguas Tupi-Guarani em geral.

Rodrigues (1984/1985) levanta a hipótese de que a língua Kokama tem palavras e morfemas de origem Aruák, que seriam resultantes do ambiente em que a língua foi originada. Além de empréstimos linguísticos de provável origem Aruák, Cabral (1995) identificou “empréstimos provenientes de língua Pano, de variedades do Quêchua, de construções análogas às existentes na Média Lengua, de empréstimos de línguas ainda não identificadas, além de empréstimos do Espanhol e do Português” (CABRAL; RODRIGUES, 2003, p. 180).

A partir desses dados, Cabral (1995) afirma que um povo de origem Tupi-Guarani, relacionado com o Tupinambá, teria sido forçado a ficar em vilas organizadas por jesuítas na província de Maynas, onde teria ocorrido a etnogênese Kokama/Omágwa após a chegada de novos povos. Segundo a autora, em decorrência da necessidade de comunicação, não houve tempo suficiente para que essa língua de origem Tupi-Guarani fosse aprendida por completo. De acordo com Mello (2000, p. 12), até o ano de 1995, “o Kokama/Omágua havia sido classificado como uma língua Tupi-Guarani, e foi relacionado ao Tupinambá na classificação de Rodrigues (1985), no subconjunto III, mas Cabral (1995) a considera uma língua não classificável”.

Assim, fica a possibilidade de que os processos de contato entre línguas foram responsáveis pelo surgimento do Kokama/Omágwa, língua tida como proveniente do Tupi-Guarani, apesar de possuir uma gramática bastante diferente daquela que caracteriza as línguas dessa família. A respeito disso, Cabral e Rodrigues (2003) afirmam o seguinte:

Embora cerca de 60% do seu vocabulário básico seja Tupi-Guarani, muito provavelmente de origem Tupinambá, a sua gramática é bastante diferente da gramática Tupi-Guarani, nem é identificável com as das gramáticas das famílias linguísticas a que pertence as demais línguas que deixaram elementos no seu léxico (uma ou mais da família Aruak, pelo menos uma da família Pano, e o Quêchua). (CABRAL; RODRIGUES, 2003, p. 180).

Contudo, Vallejos (2010), que pesquisou os Kokama-Komamilla do Peru, refuta a hipótese de Cabral (1995), demonstrando que a língua Kokama é de origem Tupi-Guarani. Segundo a autora, “há um consenso entre antropólogos, linguistas e historiadores do Peru de que a língua Kokama-Kokamilla é da família Tupi-Guarani” (VALLEJOS, 2010, p. 3, tradução nossa). No presente trabalho, no entanto, o foco não recai sobre a classificação genética do Kokama, mas sobre uma política de vitalização da língua no processo de fortalecimento da identidade Kokama.

4 POLÍTICA DE IDENTIDADE

O movimento indígena organizado, assim como a maioria dos movimentos sociais, cada vez mais articula suas reivindicações em pautas relativas a território, saúde, educação, sustentabilidade, língua e bem-viver. As línguas e os diacríticos são utilizados para marcar a diferença. Nesse sentido, de acordo com Byram (2006, p. 5): “Les langues sont des symboles d’identité; elles sont utilisées par leurs locuteurs pour marquer leurs identités. Les individus s’en servent aussi pour catégoriser leurs pairs em fonction de la langue qu’ils parlent”.

Em um país repleto de desigualdades como o Brasil, as línguas de indígenas, imigrantes e surdos ainda não são valorizadas de forma significativa. No entanto, as políticas linguísticas que vêm sendo apropriadas pelos referidos grupos constituem uma estratégia de resistência diante de um sistema dominante.

Isso é observado nas relações interétnicas e na sua manutenção, uma vez que a identidade é autodefinida pelos grupos nos quais a cultura é a maneira de descrever o comportamento humano (BARTH, 2000). O que diferencia um povo do outro são as formas de falar e de ter uma língua, o modo de viver e de conviver e a forma de pensar suas vivências históricas; ao mesmo tempo, tais elementos trazem admiração e expressam a visão política e social de cada povo, de cada comunidade.

As definições de identidade são um tema bastante discutido no âmbito das ciências sociais. Neste trabalho, entretanto, esses conceitos não serão discutidos, pois o foco está em frisar que as identidades são acionadas a depender da necessidade do grupo social. A identidade é algo interno, próprio de cada indivíduo, e é construída a partir das relações sociais e culturais que cercam o sujeito, podendo ser assumida ou não. Segundo Godelier

(2012, p. 53), “a identidade social de cada indivíduo, é ao mesmo tempo, uma e múltipla por causa do número das relações que mantemos com os outros”.

Os Kokama nunca deixaram de ser Kokama, visto que as políticas integracionistas fizeram esse povo desenvolver uma estratégia de resistência. Conforme dito anteriormente, tanto os Kokama do Brasil quanto os Kokama do Peru iniciaram uma batalha para reafirmar sua identidade diante da sociedade nacional, sem deixar de realizar suas práticas sociais e culturais. De acordo com Barth (2000):

O conteúdo cultural das dicotomias étnicas parece ser, em termos analíticos, de duas ordens diferentes: sinais e signos manifestos, que constituem as características diacríticas que as pessoas buscam e exibem para mostrar sua identidade; trata-se frequentemente de características tais como vestimenta, língua, forma das casas ou estilo geral de vida; e orientações valorativas básicas, ou seja, os padrões de moralidade e excelência pelos quais as performances são julgadas. (BARTH, 2000, p. 32).

Para compreender a identidade étnica do povo Kokama, faz-se necessário entender os dois sentidos associados ao que vem a ser “índio”, como salientado por Oliveira Filho (2008): o que está elaborado pelo discurso jurídico (SHIRAIISHI NETO, 2007), com plenos direitos específicos, e o que foi elaborado historicamente pelo processo civilizatório, que se reflete no senso comum. O conflito entre essas duas noções contrapõe-se ao imaginário ocidental do indígena cristalizado no tempo, efetuado pelo fenômeno da identidade, que destaca a maneira como as pessoas se relacionam e se identificam entre si, o que confere aos agentes sociais um modo de determinar sua representação mental.

Assim, os Kokama na atualidade vivenciam sua etnicidade por meio de uma política de identidade que se exprime nas diferentes formas de esse povo conceber o mundo, pautada no movimento de reivindicação de territórios, saúde, educação diferenciada, sustentabilidade e bem-viver. A partir desse entendimento, são discutidas na próxima seção questões que envolvem vitalização e revitalização na retomada da língua no processo de fortalecimento da identidade desse povo.

5 UMA QUESTÃO DE REORDENAMENTO: VITALIZAR OU REVITALIZAR A LÍNGUA KOKAMA?

Pensar nas categorias *vitalização* e *revitalização* leva a uma reflexão acerca da vida de uma língua, decisão política de um povo. No contexto desta pesquisa, isso

significa realizar uma leitura empírica de uma situação localizada. Além disso, tal reflexão permite concluir que, até o momento, a diferença entre vitalizar e revitalizar uma língua não está clara para os estudiosos de ensino e para os que aprendem uma língua.

A partir dessa discussão, cabe notar que todas as línguas ameaçadas de extinção têm sido tratadas sob a perspectiva de um prisma único, por vezes reducionista. Nesse sentido, é desprezado o *status* da língua, e o debate, muitas vezes, fica reduzido a algumas questões: se há ou não falante, se há registro gravado das línguas, e se há livros e gramáticas sobre a língua em bibliotecas, museus e universidades. Uma língua que seja falada por um expressivo número de falantes, mas que não esteja sendo atualizada por alguma razão, perde espaço, de modo que as gerações mais jovens não falam ou não querem falar essa língua. Cada caso, no entanto, é específico de cada povo, de cada aldeia. O que significa, então, vitalizar uma língua?

Na tradição filosófica, o termo *vitalismo* tem sido entendido como toda teoria filosófica para a vida. Trata-se, nesse caso, do conceito biológico de vida, que destaca o papel do corpo, a natureza, a força e a luta pela subsistência. Essa percepção contrapõe-se ao racionalismo, à medida que não enfatiza a razão e o conjunto de experiências ao longo do tempo, mas o sentido do corpo, da natureza, da luta pela subsistência.

Nessa concepção, de acordo com XXXXX (2016), encontram-se, no campo empírico, a luta pela subsistência de uma unidade organizativa de caráter étnico e a capacidade de pensar coletivamente a partir do conjunto de experiências relativamente a uma língua, que representa algo fundamental para a composição de um povo, fragmentado pela história de dominação.

Os Kokama exprimem, na sua forma organizativa em torno da língua, o sentido de vitalizar, o que pode ser compreendido como o ato de dar força e vigor à sua dinâmica de existência. Essa concepção corresponde aos sentidos de *vitalização* e *vitalizar* conforme o Dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2009), que define esses termos, respectivamente, como “ato ou efeito de vitalizar” e “dar força ou mais força a; dar vigor ou vitalidade a” (acepção 2).

Vitalizar uma língua, portanto, é dar força ou vigor à sua dinâmica de existência. No caso em questão, vitalizar uma língua significa tê-la presente nos rituais dos pajés, nas brincadeiras de roda, nas contações de histórias antigas, nas danças, nas músicas, nos artesanatos, nas vestimentas, nas pinturas e na vida da aldeia, mesmo que seja apenas como segunda língua. Expressar, por meio da língua indígena, desejos e necessidades,

dentro de sua função social, é aprender a língua com o espírito, com o coração e com os anciãos.

Nesse contexto, vitalizar significa haver anciãos falantes da língua, ouvintes, lembradores e aprendizes para contar as histórias, cantar as músicas e os “ikaros” (canto de cura), rezar (benzer), explicar os rituais, fazer os tessumes, executar as danças e praticar as dietas e as formas de ser de um Kokama. Esse processo tem sido vivenciado pelo povo Kokama do Brasil e do Peru por meio de decisões que levam a língua dos ancestrais a ocupar espaços comunicativos dentro e fora das aldeias.

No século XXI, a referida língua passou a ocupar espaços físicos e digitais, como os Centros de Ciências e Saberes Tradicionais Kokama — a saber, o Museu Vivo Antonio Samias e o Museu Vivo Lua Verde — e os centros de educação escolar indígena *Atawanã Kuarachi Kokama* e *Tsetsu Kamutun*, locais que vitalizam a língua por meio de miniaturas de armadilhas de caça, pesca, cerâmicas, instrumentos musicais, músicas, desenhos de histórias antigas, poesia, comidas típicas, brincadeiras tradicionais, contação de histórias, entre outros.

Espaços além da escola, da casa, do barracão (centro cultural) e da casa de farinha da aldeia na capital do estado do Amazonas despertam uma nova forma de organização das comunidades ao serem transformados em espaços educativos de língua e cultura que fortalecem a política de identidade. Além dos espaços físicos, também os espaços digitais são ocupados, mediante a criação de aplicativos produzidos por jovens, adultos e anciãos Kokama. Esses aplicativos são bilíngues, com som, para que aprendizes de diferentes faixas etárias possam ouvir e aprender a língua. Dessa forma, esses pequenos espaços vitalizam a língua, de modo que crianças, jovens e adultos encontram a função social da língua ao expressar sua cultura por meio dos atos de fala.

A revitalização de uma língua, por outro lado, é algo que vai exigir um esforço coletivo não apenas do povo que quer ter sua língua de volta ao cotidiano, mas de instituições onde essas línguas foram armazenadas por meio de gravações, dicionários, glossários, gramáticas, livros e outros. Revitalizar consiste em dar nova vida a uma língua no contexto atual, pois as línguas que, nesse processo, ficaram adormecidas e trancadas nessas instituições serão despertadas no período contemporâneo. O termo *revitalização*, segundo o Dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2009), significa “ação, processo ou efeito de revitalizar, de dar nova vida a alguém ou a algo”; “série de ações mais ou menos

planejadas, ger. provenientes de um grupo, comunidade etc., que buscam dar novo vigor, nova vida a alguma coisa”.

A língua Kokama não desapareceu no Brasil nem no Peru, mas corre risco de extinção. Por esse motivo, a língua está em processo de vitalização, sendo necessário que ela seja cada vez mais fortalecida. Hinton (2007) trata da questão da revitalização em seu livro:

Muitas pessoas quando encaram com mais seriedade a revitalização da língua, fazem um esforço para descobrir materiais disponíveis e copiá-los. Pode haver publicações na sua língua e pode haver material inédito, incluindo notas de campo originais, arquivadas em museus universitários. Também pode haver fitas gravadas na sua língua e, talvez mesmo, antigas fotografias de pessoas de sua comunidade. (HINTON, 2007, p. 112).

A revitalização é o meio utilizado para resgatar uma língua em perigo de extinção: com esse tratamento, busca-se impedir esse desaparecimento, a partir de materiais sobre a língua, como gravações e anotações; quando ainda existem falantes da língua, utiliza-se a metodologia mestre-aprendiz (HINTON, 2007). Ocorre revitalização quando povos procuram recuperar uma língua, mas não há mais falantes e, às vezes, não há nem registros dessa língua. Outro exemplo de revitalização é o caso em que existe uma tentativa externa de salvar uma língua em perigo de extinção; nessa situação, os próprios falantes da língua não reconhecem esse perigo, então a preocupação é toda de uma comunidade externa. Esses são casos de revitalização.

No que se refere à revitalização, pode ser citado como exemplo o povo da comunidade Tupinambá, que busca reconhecimento e luta para revitalizar a língua Tupi/Tupinambá do sul e do extremo sul da Bahia. Depois de ter ocorrido a auto identificação desse grupo como Tupinambá, esse povo decidiu voltar a falar a língua de seus ancestrais, denominada Patxohã. Costa (2013) fornece evidências de que, a partir de uma decisão política do grupo, determinou-se que o povo falaria o Tupi, uma das línguas indígenas mais conhecida do Brasil. Trata-se — é importante salientar — de uma decisão do povo, não acadêmica.

Diante desse cenário, cabe observar que o povo Kokama decidiu chamar de vitalização o processo vivenciado no fortalecimento de sua língua, haja vista a existência de anciãos falantes, ouvintes, lembradores e aprendizes de L1 e L2, e principalmente por somarem força com os Kokama do Peru, onde há mais falantes dessa língua. Assim, os conceitos de vitalizar e revitalizar precisam estar claros para que possam ser identificados

os pequenos êxitos ao longo desse processo árduo de fortalecer uma língua indígena sufocada pelo sistema dominante. Portanto, cada nova iniciativa no processo de vitalização da língua Kokama representa um passo a mais em direção ao fortalecimento da política linguística de vitalização dessa língua.

6 POLÍTICA LINGUÍSTICA

Política linguística é um tópico que tem conquistado cada vez mais espaço no âmbito dos estudos linguísticos na América Latina e em outras partes do mundo. No Brasil, entretanto, essa temática é ainda recente, apesar de este ser considerado um país com grande diversidade linguística.

O IBGE, órgão oficial do governo brasileiro, indica um número cada vez maior de línguas em nosso país. O censo do IBGE (2010)⁴, especificamente, apresenta cerca de 280 línguas. Cada comunidade está em um estágio diferente de proficiência de sua língua e busca uma política efetiva para problemáticas em torno da língua.

Verifica-se um aumento no processo de reivindicação dos movimentos sociais. Nesse sentido, “a diversificação de suas pautas, o crescimento das questões étnicas, regionais, de fronteiras, culturais, tornaram muito mais visível que o Brasil é um país constituído por mais de 200 comunidades linguísticas diferentes [...]” (CALVET, 2007, p. 8). Tal movimento ocorre em várias partes do mundo, de modo a conferir visibilidade “às línguas faladas por pequenos contingentes populacionais que habitam territórios com línguas oficializadas” (FAULSTICH, 2001, p. 107).

O aumento dessas demandas, que se configura como um meio de vitalizar as línguas indígenas, leva o Estado a pensar em uma política específica para esses povos, uma vez que “o crescimento desses movimentos sociais e a reação do Estado a essas reivindicações vão tornando dia a dia mais claro o âmbito das responsabilidades das políticas linguísticas” (CALVET, 2007, p. 8).

No Brasil, ocorreu um processo rápido de domínio político por parte dos colonizadores. Nesse contexto, é possível afirmar que o principal instrumento de dominação foi a igreja, e que um dos objetivos desse processo era levar os povos existentes no país à época a abandonar suas línguas, suas culturas e suas tradições. A esse

⁴ <http://censo2010.ibge.gov.br>

respeito, segundo Faulstich (2001, p. 107): “é preciso dizer que língua e poder andam juntos, pois vivemos em sociedade e esta se organiza sob políticas”.

Ao longo dos anos, sempre existiram pessoas dispostas a interferir na questão da problemática linguística (CALVET, 2007). Os conceitos de *política linguística* e *planejamento linguístico*, todavia, ainda são recentes: aquela é classificada por Calvet (2007, p. 12) como “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade”, ao passo que este é classificado pelo autor como “sua implementação” (CALVET, 2007, p. 12).

A política linguística, para Calvet (2007), é objeto da sociolinguística. Para Faulstich (2009) — trabalho relativo ao plurilinguismo na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa —, a política linguística ultrapassa as fronteiras nacionais. Como exemplo disso, a autora aborda a realidade de países em que se fala a língua portuguesa e existe uma política linguística em curso, mas que possuem culturas diferentes. No que se segue, apresentam-se exemplos de ações de política linguística relativamente a línguas do Brasil.

Segundo Almeida e Rubim (2012, p. 68): “reprimir as línguas nativas e demais práticas culturais tornou-se um instrumento decisivo para o funcionamento econômico do sistema agrário-exportador, ancorado em grandes plantações monocultoras [...]”. Nesse sentido, a escola tornou-se o local de extermínio de línguas e culturas, sendo assumida por religiosos após declínio da política pombalina (cf. ALMEIDA; RUBIM, 2012). Após esse período, a escola para indígenas, mantida como instrumento da ação colonizadora, voltou a ser implementada por ordens religiosas.

No Brasil, o plurilinguismo é uma realidade, visto que há mais de duzentas línguas faladas por diferentes povos, porém pouco tem sido feito para a manutenção, revitalização ou fortalecimento dessas línguas. Há, no entanto, iniciativas efetivas em relação à política de valorização e promoção de algumas línguas brasileiras diferentes do português, que são amparadas por leis, pareceres e decretos, como exposto na Constituição Federal de 1988, na Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB), na Resolução CEB n.º 3/1999, e na Lei n.º 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação — PNE 2014), entre outros.

No que diz respeito à pluralidade de línguas, vale destacar o Alto Rio Negro, região mais plurilíngue do continente americano, que conta, além do Português e do Espanhol, com mais de 23 línguas indígenas distintas, de cinco troncos linguísticos

diferentes: Tupi (Nheengatu), Tukano Oriental (Tukano, Tuyuka, Desana, Wanano, Piratapuya etc.), Aruák (Baniwa, Kuripako, Tariano, Werekena) e Maku (Nadëb, Daw, Yuhup, Hupda) e Yanomami. A cooficialização de três línguas, Nheengatu, Tukano e Baniwa, processo que as igualou ao Português, beneficiou os cidadãos indígenas de São Gabriel da Cachoeira, município localizado na referida região; apesar disso, sua implementação está longe do que fora estabelecido na Lei n.º 210/2006.

Outra iniciativa recente a ser mencionada ocorreu por meio da Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL): a inclusão das línguas Asurini do Trocará, Guarani Mbya e Talian no INDL em 2014, na sede do IPHAN, em Brasília. A esse respeito, cabe mencionar que o INDL, instituído pelo Decreto n.º 7.387/2010, tornou-se um instrumento importante na identificação e valorização das línguas existentes no Brasil, pois visa a colaborar para promover a diversidade linguística no país mediante o apoio a iniciativas de preservação. Esse decreto o caracteriza como um “instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2010).

O referido decreto configura-se como uma política linguística recente que demonstra uma preocupação com a diversidade linguística do país:

Os arts. 5 e 6 determinam que as línguas inventariadas farão jus a ação de valorização e promoção por parte do poder público e que os Estados, o Distrito Federal e os municípios serão informados pelo Ministério da Cultura, em caso de inventário de alguma língua em seu território, para que possam promover políticas públicas de reconhecimento e valorização. (FREIRE, 2014, p. 382).

Em Roraima, as línguas indígenas Makuxi e Wapichana também passaram pelo processo de cooficialização, como resultado da reivindicação do povo. A proposta vinha sendo discutida desde 2012 com as lideranças e com professores de línguas da Região da Serra da Lua. A cooficialização dessas línguas em Bonfim ocorreu mediante edição da Lei n.º 211/2014, aprovada pela câmara de vereadores desse município.

Outra iniciativa a ser destacada aqui é a Ação Saberes Indígenas na Escola, realizada por meio de ações desenvolvidas pelo governo federal para incentivo da valorização das línguas indígenas no Brasil, em parceria com o Instituto Federal de Roraima. Essa iniciativa veio somar com o projeto de cooficialização do Wapichana, de modo a incentivar os indígenas desse povo a falar sua língua e a formar professores com esse objetivo.

A referida ação é um projeto realizado pela Secretaria Municipal de Educação em Manaus, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade Inclusão, do Ministério da Educação, e Universidade Federal do Amazonas (UFAM). No final dessa formação, os professores indígenas produzirão materiais didáticos específicos para o ensino e aprendizagem da língua de seus respectivos povos.

O projeto Ação Saberes Indígenas na Escola ocorreu em vários estados brasileiros, de maneira a fortalecer a língua e a cultura indígenas por meio da formação dos professores e da produção de material didático indígena.

A partir de 2002, após a cooficialização das três línguas indígenas em São Gabriel da Cachoeira, mais de quinze municípios do estado brasileiros também criaram leis municipais de cooficialização de línguas indígenas e de imigração. O panorama de cooficialização de línguas no Brasil, até o momento, é o seguinte:

Nheengatu, baniwa e tukano em São Gabriel, no Amazonas; guarani, em Tacuru, no Mato Grosso do Sul; akwê xerente, em Tonantínia; macuxi e wapichana, em Bonfim e Cantá, em Roraima; pomerano, em Santa Maria de Jeribá, Domingo Martins, Pancas, Laranja da Terra e Vila Pavão, no Espírito Santo e em Ganguçu no Rio Grande do Sul; Talian, em Serafina Corrêa e Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul; hunsrückisch, em Antonio Carlos, Santa Catarina e Santa Maria do Herval, no Rio Grande do Sul e alemão, em Pomerode, Santa Catarina. (MORELLO, 2015, p. 9).

Ainda existem, no entanto, municípios plurilíngues que não oficializaram ou cooficializaram as línguas existentes nesses locais, que, historicamente, têm somente o Português como língua oficial. É importante observar, contudo, que desde 2002 o Brasil passou a aceitar o uso de outra língua no território nacional, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que passou a ser reconhecida como segunda língua do país por meio da Lei n.º 10.436/2002.

A partir de 2002, onze línguas diferentes, em dezesseis municípios, cooficializaram línguas no território nacional (MORELLO, 2015, p. 82), como a cooficialização de mais uma língua indígena. Nesse sentido, Oliveira (2015) diferencia oficialização de língua de cooficialização. Um exemplo deste último caso é o que ocorreu com o Talian, uma língua de migração que está em processo de cooficialização no município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.

A cooficialização de uma língua consiste em colocá-la no mesmo *status* que a língua dominante, enquanto a oficialização corresponde ao reconhecimento da língua diante da sociedade para que seus falantes possam se expressar na língua “ou tratar de

aspectos da sua vida civil e [...] utilizar suas línguas para a produção do conhecimento de que necessitam para as suas vidas” (OLIVEIRA, 2015, p. 26-27).

Em resumo, as línguas indígenas cooficializadas no Brasil são oito: Nheengatu, Baniwa e Tukano, no Amazonas; Wapichana e Macuxi, em Roraima; Akwê-Xerente, em Tocantins; Guarani, no Mato Grosso do Sul; e a língua cooficializada recentemente, em 2019, o Mebêngôkre (Kayapó), no município de São Félix do Xingu, no Mato Grosso. As línguas de imigração cooficializadas, por sua vez, são as seguintes: Pomerano, no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul; Talian, no Rio Grande do Sul; Hunsrückisch, no Rio Grande do Sul; e alemão, em Pomerode, Santa Catarina (MORELLO, 2015). Todas elas demandam medidas de implementação de políticas como a elaboração de material didático em cada uma dessas línguas.

7 MATERIAIS DIDÁTICOS

Os materiais didáticos elaborados para o ensino de língua indígena foram pensados a partir da cosmovisão do povo. Os saberes apresentados no fazer do cotidiano de homens e mulheres vêm das narrativas, das histórias, das danças, das músicas, dos rituais, das dietas, dos artesanatos, dos tessumes, das armadilhas de caça e pesca, entre outros. Trata-se de saberes guardados na memória dos anciãos, dos pajés, dos tocadores, das benzedeadas, dos pegadores de ossos, das roceiras e das cozinheiras. Esses saberes foram sistematizados em materiais didáticos para o ensino de língua, como será abordado a seguir.

Um dos materiais elaborados durante a pesquisa na qual se insere este artigo foi o da coletânea *Yawati Tinin*, expressão que significa ‘jabuti branco’ em Kokama. Esse material foi inspirado na história do jabuti, animal muito apreciado na culinária Kokama e considerado “mima”, ‘animal doméstico’, para esse povo. Toda comunidade do povo Kokama conhece contos e histórias antigas sobre esse animal. O coração do jabuti serve tanto como alimento físico quanto como alimento espiritual para esse povo.

As histórias contextualizadas constam do material didático em conformidade com o cotidiano do povo Kokama. A referida coletânea, que conta com três volumes, foi pensada para facilitar o ensino e a aprendizagem do Kokama; para isso há o diálogo com o método de revitalização de línguas mestre-aprendiz (HINTON, 2007).

A coletânea aborda os seguintes conteúdos: alimentação Kokama; a relação dos Kokama com os recursos naturais; partes das plantas; conhecimentos tradicionais de instrumentos de pesca e de caça; formas tradicionais de plantar; apresentação de danças e musicais Kokama, atuais e tradicionais; histórias antigas; conhecimento das cores das frutas e dos grafismos. A coletânea foi vista pelos envolvidos no processo de sua produção, desde o alto Solimões ao baixo rio Negro, como uma proposta de pensar, de forma contextualizada, o ontem e o hoje, vividos pelos Kokama do Amazonas.

Outro material elaborado no âmbito desta pesquisa foram as Histórias em Quadrinhos Kokama (HQQ), como desdobramento das histórias antigas do povo Kokama no Brasil e no Peru. História em quadrinho é uma técnica visual de contar histórias com imagens. Nela, a duração e a observação das experiências estão relacionadas ao tempo, que se combina com espaço, som e interdependência, “na qual as concepções, ações, movimentos e deslocamentos possuem um significado e são medidos através da percepção que temos da relação entre eles” (EISNER, 2001, p. 25).

A leitura imagética é um recurso valioso para apropriação da cultura. Nesta pesquisa, as imagens do imaginário dos contadores de histórias foram personalizadas de forma icônica, metafórica e simbólica, procurando-se respeitar os traços de movimento, as sucessões simultâneas, bem como a sequencialidade temporal e espacial. A esse respeito, é importante destacar que as histórias de origem de algo, como o começo do mundo ou a origem do homem Kokama, do jovem garça, da mulher tartaruga, entre outras, são histórias de antigamente. Esses personagens se expressam por meio da fala com uma intencionalidade e estão localizados em tempos remotos, “não vivenciados por ancestrais conhecidos nem por pessoas vivas” (SCARAMUZZI, 2008, p. 87).

Os materiais didáticos têm foco no cotidiano do povo Kokama, de modo a deixar claro que a língua está intimamente relacionada à cultura mediante a visão social do povo. Os materiais paradidáticos funcionaram como uma alternativa de materiais pedagógicos no ensino e na aprendizagem da língua. Também contribuem para a vitalização do Kokama um vídeo com um sábio falando nessa língua, desenhos do cotidiano desse povo e um aplicativo (APP) para celular Android, Kokama Tradutor.

Com a elaboração desse aplicativo para celular, nosso objetivo de pesquisa era ajudar o professor e a comunidade Kokama no processo de fortalecimento da língua; no entanto, o processo atingiu não somente os Kokama, mas também outros povos. Esse aplicativo, criado em parceria com a empresa de *software* Fira Soft, em Brasília, compõe

a proposta de abordagem para a vitalização da língua Kokama, constituindo mais uma ferramenta importante nesse processo.

Antes do início da elaboração do APP Kokama Tradutor, foi realizada uma pesquisa no interior do Amazonas durante as oficinas de mapeamento situacional para identificar o tipo de celular mais utilizado pelo povo Kokama nessa região. Os resultados apontaram, quase por unanimidade, para *smartphones* com Android.

Os itens desse projeto podem ser descritos de modo esquematizado, da seguinte maneira: 1. Tradutor Kokama para Português brasileiro. 2. Aplicativo na plataforma Android 4.0 ou superior. 3. Aplicativo na conta da Fira Soft na Play Store. 4. Léxico para a base de dados. 5. Base no APP. 6. Tela de tradução Português/Kokama, com dois campos de texto e botão de “translate”. 7. Tela de “About”.

No APP Kokama Tradutor, a tradução pode ser feita do Kokama para o Português e vice-versa. O aplicativo funciona apenas na plataforma Android 4.0, pois as versões anteriores já estão defasadas. Os aplicativos Android 4.0 são mais atuais e têm maior versatilidade. Além disso, vale notar que o sistema Android é o mais utilizado pelos usuários de celular. Para compor o APP, o léxico escolhido, que totalizou mais 900 palavras, é referente a partes do corpo, numerais, aves, peixes, coisas, frutas, nomes de pessoas, vestuário, instrumentos de cozinha, instrumentos de trabalho, nomes de espaços educativos, verbos, aves, nomes das festas em Kokama, entre outros.

Com a elaboração desse tipo de projeto, o povo Kokama pôde observar que as tecnologias são ferramentas importantes para fortalecer uma língua na contemporaneidade. No que segue, apresentaremos o projeto de diagramação dos materiais didáticos Kokama com as novas tecnologias.

8 PROJETO GRÁFICO

Assim como as tecnologias no tempo de nossos antepassados modificaram de modo significativo a sociedade da época, também as sociedades contemporâneas, na era das tecnologias digitais e de novas formas de comunicação, estão passando por mudanças e sendo envolvidas por novas maneiras de interação, em um processo cada vez mais acelerado. Na pesquisa em que se insere este trabalho, foram utilizadas tecnologias de diagramação de materiais didáticos como ferramenta educacional para o ensino e

aprendizagem do Kokama, língua em processo de vitalização, com o objetivo de ocupar com essa língua tanto os espaços físicos e quanto os virtuais.

Duas alunas de Desenho Industrial da Universidade de Brasília, Marjorie Yamada e Vanessa Porto, desenvolveram a interface gráfica para o material didático *Yawati Tinin*, de forma a deixar a diagramação desse material compatível com a cultura Kokama. Esse projeto gráfico foi apresentado como trabalho final de conclusão de curso dessas estudantes (cf. YAMADA; PORTO, 2013).

Nas lições do material didático Kokama, a *Yawati Tinin*, jabuti de casco branco, levanta discussões em sala de aula, auxilia na apresentação de conteúdos e ajuda o aprendiz a criar um vínculo afetivo com o material. O avatar desse livro didático é essa jabota — palavra feminina que designa a fêmea do animal em questão, apesar de o termo “jabuti” também ser comumente empregado em referência a ela por quem não reconhece a distinção de sexo nessa espécie.

Quanto ao formato, o material apresenta folhas grandes que medem 200 x 300, o que propicia melhor descrição das atividades, seja pelas imagens, seja pelas letras, como veremos, a seguir, alguns aspectos do processo de diagramação desse material.

8.1 FORMATO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS

A formatação foi um dos maiores desafios no processo de elaboração do material didático. Nesse sentido, a atuação das referidas alunas de Desenho Industrial foi fundamental para que esse material tivesse a estética e a diagramação desejadas. Um dos objetivos era que a qualidade desse produto cativasse crianças, jovens e adultos. Isso não significa, no entanto, que a escrita foi mais valorizada do que a oralidade, mas, sim, que essas duas dimensões foram unidas para fortalecer a vitalização do Kokama.

A diagramação pode ser vista como um dos instrumentos de ensino por meio dos quais línguas são ensinadas no processo de vitalização; em nossa pesquisa, foram feitas adaptações, conforme a necessidade da comunidade. Para a escolha do tamanho da página, as estudantes já referidas buscaram formatos econômicos, com menos desperdício de papel na hora do refile (YAMADA; PORTO, 2013, p. 52). Ao visitarem algumas gráficas de Brasília, verificaram que o maior tamanho de folha com o qual elas trabalhavam era um pouco maior que um A3 (29,7 x 42 cm) (YAMADA; PORTO, 2013, p. 52).

Um dos objetivos da diagramação da coletânea foi a produção de material adequado para um público-alvo cuja coordenação motora ainda está em processo de aperfeiçoamento. Além disso, também era constante a preocupação de que o produto atingisse aprendizes de diferentes faixas etárias. Assim, elaboramos um material com área ampla, de modo que as crianças pudessem manusear o livro com liberdade de movimento e espaço suficiente para escrever, desenhar e realizar outras atividades.

Esses aspectos foram levados em consideração para que o livro tivesse o maior formato possível e o mais econômico. O formato econômico 9 (20 x 30 cm) foi o recomendado pelas gráficas. Embora o formato aberto (40 x 30cm) seja maior que o A3, segundo Yamada & Porto (2013, p. 52), “a mancha gráfica cabia na área de impressão do maior tamanho de papel disponível e ainda tinha a possibilidade de sangria”, de modo que o tamanho selecionado era semelhante ao A4, que foi uma das exigências definidas na etapa de planejamento do material didático.

Após a escolha do tamanho, foi feita a seleção da grade. A proporção escolhida para a *grid* foi a de 4:6, que é a mesma proporção do tamanho do material (200/300 = 4/6) (YAMADA; PORTO, 2013, p. 53). As margens foram definidas em 24 mm para a margem superior, 30 mm para a margem inferior, 20 mm para a margem interna e 25 mm para a margem externa. De acordo com as estudantes, as margens foram definidas dessa forma não simétrica para evitar que o material ficasse monótono e tedioso para os aprendizes.

Dividiram-se em doze colunas o espaço delimitado pelas margens, com espaçamento de 2,5 mm entre cada uma delas. Esse grande número de colunas, de acordo com Yamada & Porto (2013), ajuda no processo de diagramação de ilustrações, desenhos e fotos, que são numerosos no livro.

8.2 FAMÍLIA TIPOGRÁFICA

Outra etapa de diagramação foi a escolha do tipo de escrita que seria adotada no material, considerando-se as crianças que o utilizariam. A opção foi por uma família extensa e sem serifa, pois letras com serifas podem confundir o estudante no momento da leitura. Além disso, a escrita deveria apresentar bom espaçamento entre os caracteres e entre as linhas. No produto elaborado, as linhas são bem distintas entre si, e as ascendentes e descendentes são evidentes, o que facilita o processo de leitura. Para Yamada e Porto

(2013), é recomendável evitar fontes ilustrativas que não sejam concebidas como algum tipo de texto; por isso, esse tipo de fonte decorativa não foi empregado. No produto final, foi utilizada uma família tipográfica para textos em Kokama e outra para textos em português.

8.3 PALETAS DE CORES

A paleta de cores empregada no material foi escolhida com base nas cores mais utilizadas na comunidade Kokama. Nos grafismos nos artesanatos da comunidade, em roupas, em instrumentos etc., são utilizados o vermelho, o laranja, a cor âmbar e o preto — este advém, por exemplo, da tinta de jenipapo e da tinta da árvore do kumatê. Essas cores, presentes no dia a dia da aldeia, foram usadas para textos, títulos e outras informações no livro didático.

Na composição do material, a opção foi pelo preto como cor principal dos textos. Para destaque de alguns elementos, a ênfase recaiu no vermelho. Também preferimos o laranja, que combina com o vermelho, para que fosse criado um contraste com a neutralidade do preto. O vermelho e o laranja foram identificadas como as cores mais presentes nas fotos do povo Kokama que serviram como fonte de pesquisa para as estudantes de Desenho Industrial na elaboração da paleta de cores. Apesar de haver a necessidade de empregar cores dinâmicas no material, algumas delas podem causar cansaço visual; por isso, o uso do vermelho e do laranja foi limitado (YAMADA; PORTO, 2013, p. 63).

8.4 ILUSTRAÇÕES

Os Kokama utilizam desenhos como forma de exprimir sua compreensão imagética acerca dos fatos da própria realidade e de aspectos que extrapolam o cotidiano da vida, como é observado nos desenhos de “karuara” (gente da água), mãe dos peixes, mulher tartaruga, jovem garça, entre outros. Quanto às ilustrações presentes no material da coletânea *Yawati Tinin*, a maior atenção recaiu nos desenhos de espécies de animais e de plantas, além de desenhos de histórias antigas.

Como resultado, os desenhos no material didático Kokama representam a materialização do cotidiano, das narrativas, dos “ikaros”, das danças, dos animais, das

aves, das músicas, das histórias antigas, dos peixes, das armadilhas, dos instrumentos de caça e de pesca, das árvores, das plantas medicinais, da roça, das frutas, entre outros. Segundo Yamada e Porto (2013, p. 80), o ato de desenhar está ligado ao conhecimento geral do desenhista. No caso do livro didático, os desenhos expressam a realidade do leitor, porque representam sua vivência. No livro, os desenhos dos animais, das plantas e das narrativas foram feitos de forma realista o suficiente para deixá-los facilmente identificáveis.

A fim de obter mais qualidade nas ilustrações presentes no material e facilitar a edição destas, foi necessário utilizar uma mesa digitalizadora para fazer os desenhos diretamente no computador, o que poupou tempo e evitou a perda de dados no processo, de acordo com Yamada e Porto (2013, p. 81). Para as autoras, manter fielmente os elementos retratados é respeitar a cultura do povo.

Como os desenhos do livro não deveriam ser muito estilizados e deformados, porque deveriam ser reconhecíveis, mas também não deveriam ser muito realistas, dado que era importante que fossem atrativos para as crianças, as referidas estudantes optaram por um desenho à mão, que atende melhor a essa exigência. Para ressaltar a ideia do desenho à mão livre, a opção foi usar o traço modulado, recurso que, segundo as autoras, contribui para expressar volume, permitindo a variação da espessura do traço, e advém de ferramentas tradicionais de desenho, como lápis e caneta (YAMADA; PORTO, 2013, p. 81), de modo que a modulação ocorre por meio do manuseio desses instrumentos.

Nas entradas das lições do livro, há fotos ou desenhos relacionados ao conteúdo a ser estudado. Conforme Yamada e Porto (2013, p. 65), a escolha para fazer entrada de lições se deveu à criação de um tempo narrativo que transcorresse de modo mais demorado, em um ritmo mais lento, a fim de dar a impressão de que os conteúdos do livro não devem ser estudados de uma vez, o que é compatível com o objetivo de fazer o estudante explorar bem cada conteúdo do material.

8.5 PADRÕES GRÁFICOS: GRAFISMOS KOKAMA

O grafismo é um elemento que expressa a estética de um povo. Trata-se de um tipo de desenho dotado de significados que são respeitados nas comunidades e entre os povos. O grafismo Kokama está presente em seu cotidiano e expresso em produtos utilitários, roupas, portão, peneiras, tipitis, artesanatos, equipamento de futebol, *squeezes*,

xícaras, entre outros. O grafismo Kokama que representa o casco do jabuti foi escolhido como padrão para ser utilizado no material *Yawati Tinin*.

Na abertura das lições, Yamada e Porto inseriram a arte do grafismo nas laterais, havendo também fotos e desenhos relacionados aos conteúdos trabalhos no livro. Para sinalizar o início das lições, as alunas criaram um cabeçalho, em que aparece o número da lição, o nome em Kokama e a tradução em Português. Foram utilizadas as cores preto, vermelho terroso e laranja. Além disso, foi utilizada uma forma que simula um desenho feito à mão livre e um dos módulos do grafismo do jabuti. Essa disposição possibilita uma melhor visualização da organização do material.

No começo de cada lição, há uma introdução, escrita em Português, do que o aluno vai aprender. Os padrões gráficos também são utilizados ao lado de vocábulos que são introduzidos ao longo das lições e podem ser explorados pelo professor e pelos aprendizes da língua. Todos os vocábulos são acompanhados de imagens coloridas em Kokama e em Português.

Foram realizados muitos testes com o material até que ele estivesse em um formato que fosse aprovado pelo povo e pelas diagramadoras. Na fase de diagramação, as referidas palavras estavam escritas apenas em Kokama, sendo acrescentada a tradução bilíngue posteriormente. Os padrões gráficos utilizados nos subtópicos apresentam uma tradução para a língua Kokama, o que funciona como uma estratégia para acostumar professores e alunos a lerem os enunciados nessa língua.

As entradas, as imagens e os desenhos obtiveram um destaque maior. Um dos objetivos do projeto de diagramação do material levou em consideração que as imagens, os desenhos, as fotografias, as entradas e outros fossem correspondentes à vivência do povo Kokama. A meta a ser atingida era sempre tornar o material significativo para os aprendizes, mesmo ele sendo voltado a pessoas de diferentes faixas etárias. Assim, até mesmo a marcação de páginas foi pensada para ressaltar a cultura Kokama, visto que a numeração expressa essa cultura ao apresentar o grafismo do jabuti.

9 A ESCRITA DO KOKAMA

Em relação à escrita, em assembleia com professores e lideranças do Brasil, do Peru e da Colômbia realizada na cidade de Tabatinga-AM, foi decidido coletivamente que seria seguida a ortografia da língua Kokama do Peru.

No Brasil, oficinas realizadas com os professores Kokama de diferentes municípios do Amazonas contribuíram para a escolha da escrita Kokama que consta nos materiais didáticos. Nesta pesquisa, a escrita Kokama do Peru é a utilizada nos processos de ensino e de aprendizagem da língua; no entanto, na fase de elaboração do material didático, surgiram dúvidas quanto à escrita, de tal modo que as diagramadoras envolvidas no processo tiveram que aguardar o resultado de algumas oficinas realizadas com o intuito de discutir esse assunto. Por fim, ficou decidido nessas comunidades que continuaria sendo utilizada a escrita tradicional, a antiga.

Na etapa de preparação do material didático, ainda não havia a escrita Kokama que acabou sendo oficializada no Peru, razão pela qual ainda aparecem no material algumas letras utilizadas por influência do castelhano. Além disso, vale mencionar que, em Manaus, na comunidade Kokama de Nova Esperança, os materiais chegaram em 2005; em outras comunidades, esses materiais chegaram em outro momento. De todo modo, os grafemas utilizados são conhecidos pelo povo Kokama do Brasil e do Peru. A diferença entre as formas de escrita reside, basicamente, no emprego de /n/ e / ñ/ e no emprego de /y/ e /ÿ/.

A título de exemplo, vale ressaltar que, no Peru, a opção foi por grafar “niapitsara” (‘homem’) dessa forma, que valoriza a oralidade dos falantes; a escrita criada por estudiosos e religiosos era “ñapitsara”, com sons do castelhano. Outro exemplo é “inia” (‘bodó’), escrita por linguistas e religiosos como “iña”. No Peru, não se utiliza mais o / ñ/, apenas o /n/ segundo o acordo ortográfico. A escolha dos grafemas no Peru contribuiu para a efetivação de uma política linguística que respeita a decisão do próprio povo em escolher o que é melhor para ele.

O alfabeto Kokama Brasil conta com as seguintes letras: a, e, i, j, k, m, n, ñ, í, p, k, ts, t, u, w, y, ch, sh. Nos materiais produzidos no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos da Universidade de Brasília (Centro Lexterm/UnB), no curso desta pesquisa, foram utilizados, desse alfabeto, o “ñ” e o “n”, como nas seguintes palavras: “ini” (‘nós’ inclusivo), “nua” (‘grande’), “uni” (‘água’), “pitanin” (‘maduro’), “amaniu” (‘algodão’), “ñapitsara” (‘homem’), “iña”(‘bodó’). Trata-se de uma escolha compartilhada durante as oficinas realizadas nas comunidades Kokama do Amazonas durante os trabalhos de campo, mas ainda é necessário que haja uma assembleia geral sobre essa discussão. No entanto, não se deve esperar a realização dessa assembleia para

produzir materiais didáticos, pois há uma luta contra o tempo para fortalecer a língua dos Kokama.

Quanto ao emprego de /y/ e /ÿ/, os Kukama-Kukamiria no Peru incluíram na escrita oficial o /ÿ/. Em termos técnicos, [ÿ] é um alofone do fonema /y/. Por exemplo, a palavra “yawara”, em algumas áreas — especialmente em Nauta, no Peru, e na fronteira entre Brasil e Peru —, é pronunciada como [dzawara], mas [yawara] é a pronúncia mais usada. No Brasil, utiliza-se apenas /y/ para as pronúncias, apesar de também haver essa variação. “La letra ÿ se introdujo recientemente a petición de los hablantes de Nauta”, segundo Vallejos (informação verbal).⁵

A questão da escrita em comunidades indígenas é um assunto que demanda muita discussão. Por ser essa uma decisão política, há divergência até mesmo entre o povo; contudo, assim como os Kokama do Peru conseguiram chegar a um consenso após muitos anos de debate, acreditamos que muitos povos que se encontram em situação idêntica também conseguirão, depois de muitas discussões e por meio dos próprios agentes sociais, decidir o que é melhor para seu povo.

Os Kokama do Brasil estão em processo de somar forças com os Kokama do Peru e desejam que a escrita Kokama do Brasil seja a mesma que é oficial naquele país. Mas, também, soma-se força com quem escolhe outra escrita para fortalecer a língua. Cabe observar que a coletânea *Yawati Tinin* apresenta a escrita tradicional, antiga, assim como algumas orientações para os professores acompanharem o aprendizado dos estudantes.

10 PROPOSTA DE ABORDAGEM PARA O ENSINO E PARA A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA KOKAMA COMO L2 NA AMAZÔNIA NO ÂMBITO DA (RE)VITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA

Como dito anteriormente, desde a década de 1980, o povo Kokama vem lutando para que sejam reconhecidas sua identidade e suas reivindicações. Para esse povo, reafirmar a identidade e fortalecer a língua e a cultura são ações importantes diante de uma sociedade cuja cultura dominante busca homogeneizar a diferença.

A palavra “cultura” se relaciona a vários significados. De acordo com Lyons (1981), quando esse termo surgiu, apresentava sentido associado à civilização “e, numa formulação mais antiga e extrema do contraste, oposto a barbarismo”; é esse o sentido do adjetivo, em inglês, “cultured” (‘culto’) (LYONS, 1981, p. 273). Esse tipo de noção

⁵ Informação concedida por Rosa Vallejos em entrevista realizada por *e-mail* em março de 2015.

também foi empregado no campo das artes e da literatura, em que o significado de cultura está associado a conhecimentos diversificados, apurados de uma estética singular.

O termo “cultura” possui muitos significados, mas, para Lyons (1981), não deve ser entendido no sentido clássico, mas no sentido antropológico. O antropólogo Geertz, em obra sobre interpretação das culturas (GEERTZ, 1989), considera a interpretação uma ferramenta a ser utilizada para entender o significado, que ele denominou de “descrição densa”. Essa descrição considera o fato de que qualquer aspecto do comportamento humano possui mais de um significado. De acordo com Geertz (1989):

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 1989, p. 15).

“As línguas são símbolos de identidade [...] e são usadas pelos seus falantes para marcar sua identidade”, segundo Byram (2006, p. 5, tradução nossa). A comunicação pode ser entendida como um processo no qual são transmitidas ideias, sentimentos e a cosmovisão de cada povo, constituindo a base para que a cultura seja repassada de geração em geração. Nesse viés, é “fundamental adotar medidas planejadas para revigorar, fortalecer, dinamizar e atualizar a língua” (D’ANGELIS, 2002, p. 119).

A abordagem proposta no escopo da pesquisa para o ensino e para a aprendizagem da língua Kokama não é uma receita, pois cada comunidade Kokama vivencia um estágio diferente da língua. Além disso, cada sala de aula apresenta um nível de especificidade e níveis de variação linguística que devem ser levados em consideração.

Para Ramos (2017), abordagem é entendida como o modo como a língua é tratada em sala de aula e nos livros didáticos. Nessa perspectiva, para contribuir para o ensino e a aprendizagem do Kokama, foi elaborada, durante a pesquisa, a abordagem Tsetso Kokama (que significa ‘estrela Kokama’), composta por cinco partes: desenho visual, oralidade, audição, contextualização e escrita. Essas cinco dimensões funcionam como pontas de uma estrela; cada uma delas é comentada brevemente seguindo essa percepção metafórica.

No que diz respeito ao desenho visual, propõe-se que os alunos utilizem desenhos para expressar atividades, ações e sentimentos, como alegria, tristeza e raiva. O professor deve valer-se de sua criatividade para criar um ambiente propício para o ensino e aprendizagem da língua, podendo também utilizar materiais complementares, como

fotografias e imagens de revistas, jornais, livros, cartazes e calendários. É importante que esses materiais chamem a atenção dos alunos, estejam relacionados ao objetivo proposto para a aula e levem em consideração a cultura dos estudantes e sua faixa etária. Nesse sentido, uma atividade que poderia ser realizada é a de ampliar o vocabulário dos alunos por meio de imagens de comidas, plantas, animais, lugares, artesanatos e paisagens, que podem ser apresentados com suas descrições. Também são indicadas atividades sobre cores, que chamam muita atenção.

Quanto à oralidade, é importante fortalecer esse aspecto, pois esse é um dos principais meios de transmissão da cultura de um povo. É fundamental que haja gravações de línguas em processo de revitalização ou vitalização, que se encontram em uma situação na qual não há mais falantes, para que não sofram muitas perdas ou inconsistências nos componentes fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e lexicais. O intercâmbio entre falantes e aprendizes é de suma importância, haja vista que os Kokama do Brasil fazem esse tipo de troca com os falantes da língua Kokama do Peru. As gravações podem ser ouvidas em bocas de ferro (espécie de alto-falante), em aplicativos, áudios, vídeos e animações em cada aldeia. Por meio de trocas linguísticas entre indivíduos e do uso desse tipo de recurso, a oralidade é fortalecida.

Em se tratando de audição, cabe mencionar que, na maioria das comunidades Kokama no Amazonas, existem a referida boca de ferro e uma rádio comunitária. Esses instrumentos podem ser utilizados para ouvir músicas tradicionais, relatos, contos, poesias, trava-línguas, adivinhações, entre outros. No trabalho em sala de aula, também podem ser utilizados gravadores, DVDs e CDs para diversificar o ensino da L2. Uma atividade que pode ser realizada, por exemplo, é gravação de alunos fazendo dramatizações, cantando músicas, declamando poemas ou contando histórias, de modo que o professor apresente, posteriormente, essas gravações aos próprios alunos, para que aperfeiçoem a pronúncia em Kokama. Outra proposta interessante é ouvir a contação de histórias dos falantes da língua.

Acerca da contextualização, cabe destacar que, para desenvolver a competência comunicativa a partir do trabalho com a língua, todas as atividades desenvolvidas devem ser contextualizadas, ou seja, relacionadas à cultura dos estudantes, pois atividades descontextualizadas não são significativas para o seu aprendizado. Os desenhos constituem um dos principais meios de realizar essa contextualização, pois oferecem condições para o professor aumentar o vocabulário e trabalhar a gramática da língua. Os

temas estudados podem ser escolhidos coletivamente, mas devem ser sempre pertinentes ao contexto da cultura Kokama; por exemplo, podem ser abordados danças, rituais e “ikaros”.

Por fim, quanto à escrita, o Kokama já possui um sistema de escrita, que é muito utilizado pelos aprendizes dessa língua. Para os povos indígenas, atualmente, a escrita ajuda em processos de reivindicações e em registros de suas pautas, além de contribuir para “promover a manutenção e a valorização das línguas indígenas” (CAVALCANTI; MAHER, 2005, p. 27).

A situação da língua Kokama no Brasil é muito preocupante, especialmente para seu povo. É importante que pais, professores, comunidades, lideranças, associações, coordenações e dirigentes se sensibilizem para o reconhecimento de que a língua Kokama é um dos principais aspectos da identidade desse povo; por meio dela se expressam a sua cosmovisão e os sentimentos de sua cultura. Nesse sentido, os professores devem criar situações sociais para o ensino e a aprendizagem da língua.

A primeira etapa desse processo, conforme se propõe nesta pesquisa, é, portanto, a preparação dessas situações sociais para o ensino da língua. Essa etapa inclui a escolha coletiva do tema a ser trabalhado em sala e a elaboração de desenhos contextualizados. Objetos da cultura ou réplica desses instrumentos podem ficar na sala de aula para que possam ser utilizados pedagogicamente no ensino e na aprendizagem da língua. Além disso, como dito anteriormente, podem ser utilizados dramatizações de histórias antigas, trava-línguas, poemas, adivinhações, diálogos, entre outros.

A segunda etapa se inicia quando as condições sociais já estiverem estabelecidas, sendo necessário que haja uma assembleia para que o grupo decida quando quer iniciar as atividades com a língua. É importante que o professor conheça bem seus aprendizes e a situação da língua na comunidade para que possa ser realizado um trabalho que desenvolva habilidades e competências na língua nos níveis básico, intermediário e avançado. Não é exigido que os estudantes estejam todos no mesmo nível de estudo, até mesmo porque a interação é de suma importância para um aprendizado significativo.

No nível básico, os estudantes falam pouco ou nada da língua; são capazes de fazer saudações e despedidas e criar frases curtas, mas não falam de forma espontânea. No nível intermediário, os estudantes fazem perguntas e usam frases curtas para responder, “expressam-se corretamente, mas com influência da L1” (VALLEJOS YOPÁN; YUYARIMA CHOTA, 2002, p. 10, tradução nossa), e são capazes de se

expressar por meio da escrita com mais facilidade, embora ocorram erros eventualmente. Nesse nível, o vocabulário é mais variado. No nível avançado, o aprendiz consegue falar e escrever com grande fluência em L2, sendo capaz de expressar seus sentimentos e suas necessidades com fluidez oral e escrita.

Nesta seção, foi apresentada brevemente a abordagem metodológica para vitalização de uma língua indígena, o Kokama. A proposta, no entanto, está sendo testada gradativamente. O êxito almejado está sendo avaliado passo a passo, porém constatamos que já houve muito progresso nessa caminhada, visto que o processo decorre da organização participativa dos próprios Kokama e apoiada por parceiros como a Universidade de Brasília, por meio do Centro Lexterm, a Universidade do Estado do Amazonas e a Universidade Federal do Amazonas, por meio do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diversas comunidades do estado do Amazonas, dá-se a formação específica de professores indígenas na língua Kokama, o que contribui para o processo de territorialização da língua. Esse trabalho de formação fornece subsídios para a prática dos docentes e, atualmente, é realizado por meio de oficinas pedagógicas para o ensino e a aprendizagem da língua Kokama.

Em alguns lugares, no entanto, ainda não existem oficinas especializadas. No entanto, nesses locais, os professores buscam parcerias com docentes que tenham participado das oficinas, a fim de dividir com eles os materiais; com isso, vão adquirindo os instrumentos necessários para trabalhar a língua Kokama. Vale ressaltar, contudo, que os professores indígenas Kokama passam por diferentes formações.

O professor é um elemento fundamental no processo de ensino e de aprendizagem da língua em fase de vitalização, pois há lugares em que a língua é falada apenas na escola, como L2. Nesse contexto, cabe ao professor promover, na escola, a participação dos anciãos da comunidade e de outros indivíduos que possam enriquecer suas aulas. A formação docente contribui para que seja feita a distinção de sua participação em dois momentos: aquele em que o professor é imprescindível para os alunos e outro momento em que ele deverá atuar como mediador.

É importante destacar, contudo, que ainda faltam materiais didáticos, formação específica e parceria entre os poderes municipal, estadual e federal para uma política de línguas em risco de extinção. Os professores que vivenciam o processo de vitalização da língua e participam das oficinas, perto ou longe de sua comunidade, fazem isso por considerarem a língua um dos principais aspectos de sua identidade.

A pesquisa que forneceu subsídios para a escrita deste artigo se insere na área da política linguística, caminho aberto para que uma língua possa avançar em direção ao seu fortalecimento. Inicialmente, a proposta do estudo era analisar os diferentes processos de territorialização da língua Kokama na Amazônia e seus efeitos sobre as formas organizativas consolidadas, sobretudo a língua, a partir de mobilizações étnicas. Na fase de levantamento dos dados empíricos, contudo, foram encontrados muitos entraves, dado que a logística de pesquisa na Amazônia é difícil e tem um alto custo.

Entre as dificuldades enfrentadas, conforme já mencionado, alguns falantes Kokama moram nas cabeceiras de rios e só vão à cidade para receber benefícios previdenciários. Assim, foi necessário aguardar esse tempo para fazer entrevistas com esses falantes. Um entrave foi relacionado às viagens de expresso, especificamente quanto a um episódio de ataque de piratas do rio Amazonas. No decorrer das entrevistas, houve recusa de alguns falantes plenos da língua para gravar entrevistas porque consideravam que o conhecimento deles seria levado embora, sem um retorno. Além disso, alguns idosos Kokama estavam criando uma nova ortografia da língua de forma que mantinham o conhecimento da língua restrito a eles.

Apesar dessas dificuldades, foi possível, com muito esforço, realizar as viagens necessárias. Devido à falta de financiamento para fortalecimento da língua Kokama, houve um movimento de solidarização entre o povo Kokama, assim as oficinas e as reuniões foram patrocinadas pelos próprios Kokama do Peru, do Brasil e da Colômbia. Além disso, durante o processo de pesquisa, foi obtido o apoio dos idosos Kokama e, dessa forma, foi reforçada a confiança mútua. Vencidos os entraves, alcançamos o objetivo inicial do estudo, pois foi criada uma proposta de política linguística para a vitalização da língua Kokama.

Ao longo da pesquisa, observamos que o reordenamento político e cultural do povo Kokama e a reconquista da língua e do território comportam características relevantes, que estão ligadas ao processo de territorialização da língua Kokama na Amazônia brasileira e na peruana, sobretudo as relações que foram constituídas nesse

processo. Isso é resultado da mobilização política de um povo que tomou para si o processo de vitalização da sua língua.

Por meio das relações sociais que os agentes sociais estabeleceram durante as oficinas na Amazônia brasileira e na peruana, foi possível romper a cartografia tradicional e o pensamento colonizador em torno da língua. O marco dessa mudança foi a I Oficina Pedagógica Para o Ensino e Aprendizagem da Língua Kokama, que reuniu os Kokama do Brasil, do Peru e da Colômbia.

O processo de territorialização da língua Kokama contribui para enfraquecer as fronteiras físicas dos territórios, porque esse espaço vai até onde um Kokama possa se expressar, sendo a dimensão linguística fundamental para essa expressão. Nesse sentido, a territorialização da língua está ancorada na territorialidade produzida pela identidade, e a autoconsciência do território com a autodefinição contribui para uma tomada de decisão sobre as questões relativas à língua.

Na tese que deu origem a este artigo, apresentamos a etnografia como descrição do campo empiricamente observado, e o fator linguístico se fez presente nas descrições de campo, nas entrevistas, nas oficinas e nas conversas, ocorridas em diferentes lugares da Amazônia brasileira e da peruana. Dos produtos resultantes destacamos que a criação da proposta metodológica Tsetsu Kokama, o projeto de diagramação da coletânea *Yawati Tinin*, as HQK, os materiais paradidáticos e o APP Kokama Tradutor, por exemplo, foram decisões políticas de um povo com vistas à formação intercultural específica na língua Kokama como L2, pois decorrem do direcionamento de uma visão de política linguística desejada pelo próprio povo para vitalizar sua língua.

Com a realização desta pesquisa, almejamos ter contribuído para o aprendizado da língua Kokama e para o de outras línguas que estejam na mesma situação, uma vez que esse trabalho seguiu um percurso de uma política linguística para língua em vitalização, conforme os seguintes procedimentos: i) mobilização da comunidade; ii) abordagem de ensino e aprendizagem da língua Kokama; iii) projeto de diagramação; iv) elaboração de materiais didáticos: coletânea *Yawati Tinin*; v) elaboração de materiais por professores em oficinas, como o livro *Ta/Etse Kumitsa Kokama* ('eu falo Kokama'), e individualmente, as HQK; vi) criação do APP Kokama Tradutor.

Por fim, consideramos que a pesquisa apresentou resultados teóricos e práticos, em vista da consistência das linguagens com um discurso que se constrói, tendo na base aspectos de uma organização ou movimento social. Assim, delineamos a dimensão

política da língua, dado que a língua eleita define a organização não somente para a comunicação, mas também para a vida de um povo, que atualiza o passado e articula o futuro, pela memória esclarecida e fixada no presente. Desse modo, a noção de tempo está ligada a situações específicas, em que a preocupação se concentra não somente no que necessário para a sobrevivência imediata, mas também no que pode ser feito para melhorar a vida no futuro, de modo coletivo, de maneira que o povo se torne protagonista de sua própria história pela língua que lhe é própria.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, J. C. O. **Mito y chamanismo**: el mito de la tierra sin mal en los Tupí-Cocama de La Amazonía Peruana. 2002. Tese (Doutorado)—Universidad de Barcelona, Barcelona, 2002.

ALMEIDA, A. W. B. de. Conferência inaugural. Apontamentos para uma “nova descrição”: uma abordagem crítica sobre a politização da consciência das fronteiras da Amazônia ao Prata. In: ALMEIDA, A. W. B. de; PICOTTI, D. V. (Org.). **De la pan-amazonia al rio de la plata**: jornadas conocimientos tradicionales. Manaus: UEA Edições; Los Polvorines, Buenos Aires: UNGS, 2014.

ALMEIDA, A. W. B. de; RUBIM, A. C. Kokama: a reconquista da língua e as novas fronteiras políticas. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 67-80, jul. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/rbla.v4i1.20669>>. Acesso em: 1 nov. 2019.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Organização por Tomke Lask. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-67.

BONFIM. Lei n.º 211, de 4 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a Co-Oficialização das Línguas Wapichana e Macuxi, no município de Bonfim/Estado de Roraima/Região Serra da Lua. **Diário Oficial dos Municípios do Estado de Roraima**, Roraima, 29 abr. 2016. Ano I, n.º 0140, p. 3.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm>. Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Resolução CEB n.º 3, de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2019.

BYRAM, M. **Languages et identités**. Conférence intergouvernementale. Langues de scolarisation: vers un Cadre pour l'Europe. Division des Politiques linguistiques. Strasbourg, 16-18 oct. 2006. Disponível em: <<https://rm.coe.int/etude-preliminaire-langues-et-identites-conference-intergouvernemental/16805c5d4b>>. Acesso em: 1 nov. 2019.

CABRAL, A. S. **Contact-induced language change in the Western Amazon: the non-genetic origin of the Kokama language**. 1995. 415 p. Tese (Doutorado)–University of Pittsburg, 1995.

CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D. Evidências de crioulização abrupta em Kokáma? **PAPIA**: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico, v. 13, p. 180-186, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4826>>. Acesso em: 1 nov. 2019.

CALVET, L-J. **As políticas linguísticas**. Florianópolis: IPOL; São Paulo: Parábola, 2007.

CAVALCANTI, M. do C.; MAHER, T. de J. M. **O índio, a leitura e a escrita**. O que está em jogo? Cefiel/IEL/Unicamp, 2005. (Coleção Linguagem e letramento em foco).

COSTA, F. V. F. da. **Revitalização e ensino de língua indígena: interação entre sociedade e gramática**. 2013. 354 p. Tese (Doutorado)–Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (*Campus* de Araraquara), São Paulo, 2013.

D'ANGELIS, W. da R. Kaingáng: questões de língua e identidade. **LIAMES**: Línguas Indígenas Americanas, Campinas, v. 2, n. 1, p. 105-128, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/liames.v2i1.1407>>. Acesso em: 1 nov. 2019.

EISNER, W. **Quadrinhos e arte sequencial**. Tradução de Luís Carlos Borges. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ESPINOSA, L. **Breve Dicionario Analítico Castellano-Tupí del Perú**. Sección Cocama. Iquitos: Ediciones C.E.T.A., 1989.

FAULSTICH, E. CPLP: um lugar de falas múltiplas. In: SARAIVA, J. F. S. (Org.). **Comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política**. Brasília: IBRI, 2001. p. 105-140.

FAULSTICH, E. A dinâmica do plurilinguismo na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. In: MOTA, K.; SCHEYERL, D. (Org.). **Espaços Linguísticos: resistências e expansões**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 179-205.

FAUST, N. **Gramática Cocama: lecciones para el aprendizaje del idioma cocama**. Lima: Instituto Linguístico de Verano, 1972. (Série Lingüística Peruana n.º 6).

FREIRE, J. R. B. A demarcação das línguas indígenas no Brasil. In: CUNHA, M. C. da; CESARINO, P. de N. (Org.). **Políticas culturais e povos indígenas**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 363-390.

FREITAS, M. A. B. de. **O povo Kokáma: um caso de reafirmação de identidade étnica**. 2002. 106 f. Dissertação (Mestrado em Natureza e Cultura na Amazônia)—Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GODELIER, M. **Comunidade, Sociedade, Cultura: três modos de compreender as identidades em conflito**. Tradução de Mariana Portella. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

HINTON, L. **Como manter viva sua língua: uma abordagem da aprendizagem individualizada baseada no bom senso**. Tradução de Beatriz Carreta Corrêa da Silva 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LYONS, J. **Linguagem e Linguística**. Tradução de Marilda Winkler Averbug e Clarice Sieckius de Souza. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1981.

MARONI, Pablo y MAGNIN, J. & ZÁRATE, A. Noticias Auténticas del famoso Río Marañon (1738). Seguida de las relaciones de los p.P. A. de Zárate y J. Magnin 91735-1740). Momumenta Amazónica. CETA, Iquitos, 1988.

MELLO, A. A. S. **Estudo Histórico da Família lingüística Tupi-Guarani: Aspectos Fonológicos e Lexicais**. 2000. 292 p. Tese (Doutorado)—Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MORELLO, R. Talian: protagonismo na luta pelo reconhecimento cultural e fortalecimento pela lei de cooficialização. In: MORELLO, R. (Org.). **Leis e línguas no Brasil: processo de cooficialização e suas potencialidades**. Florianópolis: IPOL, 2015.

MOSELEY, C. (Ed.). **Atlas of the World's Languages in Danger**. 3. ed. Paris: UNESCO Publishing, 2010. Atlas interativo disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/en/endangeredlanguages/atlas>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

OLIVEIRA, G. M. A cooficialização de línguas em nível municipal no Brasil: direitos linguísticos, inclusão e cidadania. In: MORELLO, R. (Org.). **Leis e línguas no Brasil: processo de cooficialização e suas potencialidades**. Florianópolis: IPOL, 2015.

OLIVEIRA FILHO, J. P. de. Uma etnografia dos índios misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. de. (Org.). **A viagem da volta: etnicidade política e reelaboração cultural no nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

PORRO, A. **As crônicas do Rio Amazonas**. Petrópolis: Vozes, 1992.

RAMOS, A. A. L. Princípios teórico-metodológicos em práticas pedagógicas de Português Brasileiro como Língua Adicional-PBSL. In: SILVA, F. C. da; VILARINHO, M. M. de O. (Org.). **Diálogos em português brasileiro como língua adicional**. Brasília: Universidade Aberta do Brasil, UnB, 2017.

RAMOS, L. M. de M. **As formas Kokama de estar na história: etnicidade, política e narrativa**. 2004. Dissertação (Mestrado)–Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

RIVAS, R. R. **Uwaritata: Los Kukama-Kukamiria y su bosque**. Iquitos: FORMABIAP, Instituto Superior Pedagógico Público Loreto, Asociación Interétnica de la Selva Peruana, 2003. (Série: Un instrumento, un mundo: trampas de caza de los pueblos indígenas amazónicos).

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

RODRIGUES, A. D. Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Separata dos volumes XXVII/XXVIII, 1984/1985.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. Lei municipal n.º 210, de 6 de outubro de 2006. Dispõe sobre a co-oficialização das línguas nheengatu, tukano e baniwa, a língua portuguesa no município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-17022011-095412/publico/2007_IvaniFerreiradeFaria.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2019.

SCARAMUZZI, I. A. B. **De índios para índios: a escrita indígena na história**. 2008. Dissertação (Mestrado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SHIRAIISHI NETO, J. (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007.

VALLEJOS, R. A **Grammar of Kokama-Kokamilla**. 2010. Tese (Doutorado)–University of Oregon, 2010.

VALLEJOS YOPÁN, R.; AMÍAS MURAYARI, R. **Diccionario Kukama-Kukamiria/Castellano**. Iquitos: AIDSESEP/ISEPL, 2015

VALLEJOS YOPÁN, R.; YUYARIMA CHOTA, V. **Guía metodológica para el desarrollo de competencias comunicativas en Kukama-Kukamiria como segunda lengua**. Iquitos: FORMABIAP, Instituto Superior Pedagógico Público Loreto, AIDSESEP, 2002.

VIEGAS, C. W. **Natureza e direções das mudanças linguísticas observadas entre os últimos falantes do Kokáma nativos do Brasil**. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

YAMADA, M. A.; PORTO, V. **Jawati Tinin: elaboração de material didático bilíngue kokáma-português para a comunidade indígena**. 2013. 100 f. Monografia (Bacharelado em Desenho Industrial) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PERCURSO TEÓRICO DAS PESQUISAS DE FAULSTICH PARA A VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA

FAULSTICH'S THEORY OF TERMINOLOGICAL VARIATION: THE CREATION OF THE CONSTRUCT

Cleide Lemes da Silva Cruz⁶

⁶ Professora do Instituto Federal de Brasília (IFB) do Campus Brasília (CBRA); pesquisadora do Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm) da UnB. Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof^a. Dra. *Honoris Causa* Enilde Faultich, como resultado do doutorado em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB.

RESUMO

Este artigo é resultado da pesquisa de doutorado inserida na linha de pesquisa Léxico e Terminologia do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) da Universidade de Brasília (UnB) e, desenvolvida no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm/UnB). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que são apresentadas as publicações da pesquisadora Enilde Faulstich em relação à variação terminológica. A fundamentação teórica segue os estudos de base Socioterminológica, propostos por Faulstich no período de 1990 a 2003. O postulado fundamentador do constructo afirma que “sendo a terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática” (FAULSTICH, 2003, p. 12). Os dados de análise foram recolhidos das Normas Brasileiras de Regulamentação (NBR), porque estas trazem o registro de uma amostra atestada da terminologia utilizada na área da Engenharia Civil. Adotamos este instrumento normativo por entender que nele está presente a linguagem científica e técnica e a variedade da área. Do ponto de vista metodológico, aplicamos nos dados selecionados, as regras postuladas por Faulstich.

Palavras-chave: Variação. Terminologia. Socioterminologia.

ABSTRACT

This article is the result of doctoral research inserted in the line of research Lexicon and Terminology of the Graduate Program in Linguistics (PPGL) of the Department of Linguistics, Portuguese and Classical Languages (LIP) of the University of Brasilia (UnB) and developed at the Center for Lexical and Terminological Studies (Centro Lexterm/UnB). This is a bibliographic research in which the publications of the researcher Enilde Faulstich are presented in relation to terminological variation. The theoretical foundation follows the Socio-thermal studies, proposed by Faulstich from 1990 to 2003. The founding postulate of the construct states that "since terminology is a fact of language, it accommodates variable elements and organizes a grammar" (FAULSTICH, 2003, p. 12). The analysis data were collected from the Brazilian Norms of Regulation (NBR), because these bring the record of a certified sample of terminology used in the area of Civil Engineering. We adopted this normative instrument because we understand that it contains the scientific and technical language and the variety of the area. From the methodological point of view, we applied the rules postulated by Faulstich to the selected data.

Keywords: Variation. Terminology. Sociotherminology.

1 INTRODUÇÃO

Em terminologia, afirma Faulstich (1995), os fenômenos variáveis ocorrem no sistema interno da língua na qual estão redigidos os textos de especialidade. Trata-se,

portanto, de variação regular intrínseca e não de variação superficial, sob a forma de 'como registrar o termo'. Somente na dimensão vocabular de um corpus textual, de preferência especializado, é possível avaliar o que varia e como as terminologias variam. Foi essa dimensão que nos guiou para o levantamento das pesquisas desenvolvidas por Faulstich ao longo de sua trajetória como pesquisadora. O que se quer discutir, mais especificamente é a variação terminológica, com o intuito de apresentar os diversos artigos que trazem a base teórica para esta fundamentação.

Em 1972, o engenheiro austríaco Eugen Wüster publicou um tratado sobre a terminologia no âmbito da engenharia e da indústria e trouxe à discussão o papel da Terminologia na perspectiva de adequação dos termos às novas tecnologias. Wüster afirmava que a Terminologia era uma ferramenta muito útil para a normalização e prescrição de termos os quais deveriam ser aplicados em cada área do conhecimento. No entender de Wüster, cada área teria sua terminologia prescrita e normalizada.

Faulstich foi pioneira nos estudos de Socioterminologia no Brasil ao reconhecer que a pesquisa terminológica deve ter como auxiliar princípios funcionalistas da variação e da mudança linguística, assim como da etnografia, em vista da comunicação no seio da sociedade.

A pesquisadora, em sua trajetória de pesquisa, serviu-se do ponto de vista de Wüster para reconhecer que, no lugar da prescrição, deveria haver descrição dos dados terminológicos e que normalização, no contexto wüsteriano era o mesmo que normatização. Com fundamentação epistemológica, Faulstich (1995b) declara que “as características de variação, no universo da terminologia, revelam peculiaridades próprias a serem estudadas pela disciplina socioterminologia, que requer método próprio para a sistematização de termos e de variantes” (p. 281).

Para a autora, a Socioterminologia já era prenúncio para o desenvolvimento de uma Terminologia de cunho funcionalista e de natureza social. Na bibliografia de Faulstich, identificamos a continuidade de seus estudos, acerca da Socioterminologia, que serviram de base para nossa pesquisa. Apresentamos, as publicações a seguir, em ordem cronológica:

- Metodologia para projeto terminográfico (1990),
- Rede de remissivas em um glossário técnico (1993),
- Natureza epistemológica do lexema e do termo (1994),

- Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação (1995a),
- Socioterminologia, mais que um método de pesquisa, uma disciplina (1995b),
- Variantes terminológicas: princípios linguísticos de análise e método de recolha (1996),
- Da Linguística Histórica à Terminologia (1997),
- Variação terminológica. Algumas tendências no português do Brasil (1998),
- A função social da terminologia (1999a),
- À propôs de la catégorisation de la variation en terminologie (1999b),
- Principes formels et fonctionnels de la variation en terminologie (1999c),
- Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista (2001a),
- Proposta metodológica para a elaboração de léxicos, dicionários e glossário (2001b),
- Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua (2002a),
- Variação em terminologia. Aspectos de socioterminologia (2002b).

Estas publicações revelam um modo particular de explicar o processo de variação em terminologia. Nessa perspectiva, Faulstich vem desenvolvendo forte reflexão acerca dos processos socioterminológicos, como demonstraremos a seguir.

2 PROPOSTA DE UMA METODOLOGIA PARA PROJETO TERMINOGRÁFICO

Um dos materiais mais importantes para a confecção de um inventário terminológico é um roteiro que sirva de base para a realização dessa tarefa. Faulstich, em 1990, propõe uma metodologia que subsidie o profissional que pretende desenvolver trabalhos lexicográficos e terminográficos.

Nesse trabalho, intitulado “Metodologia para projeto terminográfico” (1990), Faulstich chama a atenção para a área da terminologia, à época, emergente no Brasil, e que, em decorrência desse fato, deveria despertar o interesse de especialistas, terminólogos, lexicógrafos, lexicólogos e documentaristas. A autora apresenta as características da terminologia, que vai do conceito ao signo, sendo considerada, por esta natureza, onomasiológica em oposição à lexicografia, que vai do signo ao conceito, sendo considerada uma atividade semasiológica. Faulstich deixa evidente a importância da atividade de se produzir um instrumento terminográfico, levando em conta a recolha, a seleção dos termos, as noções conceituais, os contextos e as definições que farão parte desse instrumento lexical. A autora evidencia a necessidade de o terminólogo adquirir

conhecimentos do campo do saber e de sua estrutura, sendo importante consultar, para isso, profissionais e práticos da área.

Trata-se de um roteiro de procedimentos que descreve as informações que devem constar num projeto para a elaboração de um repertório terminológico. Desse modo, Faulstich reúne, nessa publicação, todos os itens do projeto (tema central, domínio específico, subdomínio, natureza do trabalho linguístico, introdução, documentos para coleta dos dados, etapas de trabalho, ficha terminológica, redação de verbetes, entre outros) e, ainda, descreve minuciosamente, de modo que todos os campos explicitados sejam entendidos no momento do preenchimento. Em outras palavras, considera a autora que as diretrizes metodológicas postuladas pela socioterminologia para a execução de um trabalho terminológico são:

· A identificação do usuário da terminologia a ser descrita; · A adoção de uma atitude descritiva; · A consulta a especialistas da área pesquisada; · A delimitação do corpus; · A seleção de uma documentação bibliográfica pertinente; · A precisão das condições de produção e de recepção do texto científico e técnico; · A percepção da macroestrutura do glossário; · A divisão do trabalho em etapas; · A concessão, na análise do funcionamento dos termos, de um estatuto principal à sintaxe e à semântica; · O preenchimento da ficha terminológica; · O registro dos termos e da(s) variante(s) do termo; · A redação dos repertórios terminológicos apropriados de acordo com o conteúdo da matéria e o usuário, (FAULSTICH, 1990).

Ao longo do percurso de trabalho com a ficha terminológica esta passou por revisões e, atualmente, está assim constituída:

Figura 1: Ficha Terminológica

FICHA TERMINOLÓGICA	
1. Número	Ordem numérica do registro feito.
2. Entrada	Unidade linguística que possui o conteúdo semântico da expressão terminológica na linguagem de especialidade. É o termo ⁵⁶ propriamente dito, o termo principal.
3. Categoria gramatical	Indicativo da categoria gramatical à qual o termo pertence ou da sua respectiva estruturação sintático-semântica. Pode ser n = nome; s = substantivo; v = verbo; etc = unidade terminológica complexa ou outra que seja necessária.
4. Gênero	Indicativo do gênero a que pertence o termo na língua descrita, a saber: m = masculino; f = feminino.
5. Variantes (s)	Formas concorrentes com a entrada. As variantes correspondem a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente. Elas podem ser variantes terminológicas linguísticas ou variantes terminológicas de registro.

6. Sinônimo (s)	Formas concorrentes no discurso da linguagem de especialidade, cujo significado é idêntico ao do termo da entrada.
7. Área	Indicativo da área científica ou técnica em que o termo é usado
8. Definição	Sistema de distinções recíprocas que servem para descrever conceitos pertinentes aos termos.
9. Fonte de constituição da definição	Registro do nome do autor, da obra, data etc. de onde foi compilada a definição. O campo deve ser preenchido mesmo que o autor do dicionário ou glossário seja o autor ou o adaptador das definições. Nesses casos, para evitar repetições desnecessárias, a referência pode aparecer na apresentação da obra.
10. Contexto	O contexto é um fragmento de texto no qual o termo principal aparece registrado, transcrito com o fim de demonstrar como é usado na linguagem de especialidade.
11. Fonte do contexto	Registro do autor, obra, data de onde foi extraída a frase contextual. Também é chamada de abonação. O campo deve ser preenchido mesmo que o autor do dicionário ou glossário seja o autor dos contextos. Neste caso, para evitar repetições desnecessárias, a referência única pode ser informada na apresentação da obra.
12. Remissivas	Sistema de relação de complementaridade entre termos. Os termos remissivos se relacionam de maneira diversa, dependendo da contiguidade de sentido. Podem ser termos hiperônimos, hipônimos e termos conexos.
13. Nota	Comentário prático, linguístico ou enciclopédico, que serve para complementar as informações da definição.
14. Equivalente	Termos de línguas estrangeiras que possuem o mesmo referente. No dicionário, incluem-se os termos equivalentes das línguas selecionadas, segundo o plano da obra.
15. Autor	Registro do nome do responsável intelectual pela elaboração da ficha de terminologia; o registro pode ser feito por meio de sigla ou abreviação.
16. Redator	Registro do nome do responsável pelo preenchimento/digitação da ficha de terminologia; o registro pode ser feito por meio de sigla ou abreviação.
17. Data	Registro do dia, mês e ano em que a ficha foi preenchida/digitada

Fonte: Faulstich (2010, p. 180-183)

A visão teórica abordada na publicação de 1990 deu origem ao livreto intitulado “Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação” (1995a), que será apresentado mais à frente. Vale destacar que essa metodologia é utilizada até hoje, tanto no Brasil, como no exterior, como instrumento que orienta pesquisas no âmbito da lexicografia e da terminologia, e a ficha terminológica vem sendo muito utilizada por pesquisadores dos cursos de Mestrado e Doutorado da UnB e de outras instituições.

3 A CONTRIBUIÇÃO DAS REMISSIVAS EM UM GLOSSÁRIO TÉCNICO

Na sequência da produção de “Metodologia para projeto terminográfico” (ibid., id.), Faulstich publica o artigo “Rede de remissivas em glossário técnico” (1993) e põe em evidência a importância das remissões entre termos na construção dos conceitos.

Antes, porém, estabelece a diferença entre remissão e remissiva. Para a autora, remissão é “o processo de remeter a informação de um ponto a outro” (1993, p. 174) e remissiva é “cada item léxico que possui conteúdo semântico próprio” (p. 174). Segundo Faulstich, as remissões por hiperônimos e hipônimos esclarecem o conteúdo definicional do termo-entrada.

A autora afirma que as remissivas estão presentes na microestrutura dos dicionários ou glossários e que estas refletem diretamente na macroestrutura do documento lexical. Faulstich alerta o lexicógrafo ou terminógrafo para o fato “de que cada correlato produz uma remissiva, de que cada remissiva constitui uma nova entrada e de que cada entrada deve ter uma definição” (p. 175).

Ao questionar como determinar uma remissiva, como avaliar sua validade e como fixar sua extensão, Faulstich esclarece que a remissiva se autodetermina e que é importante para o lexicógrafo estar atento ao reconhecimento do item lexical como novidade semântica (p. 176) e que a definição deve ser a mais clara possível. Não sendo possível este esclarecimento, é tarefa do lexicógrafo indicar ao leitor um caminho que apresente informações que supram as necessidades conceituais. Este caminho abre espaço para o uso de remissivas e para inserção de novas entradas e a relação existente entre as remissões e as entradas valida a remissiva.

As remissivas, conforme Faulstich (1993, p. 177), são estabelecidas de acordo com as relações semânticas entre as palavras, as quais podem ser do tipo hiperonímia > hiponímia; sinonímia e antonímia; conceito conexo. A autora alerta, no entanto, que nem sempre ocorre a presença de remissiva num repertório lexicográfico, e para isso estabelece a seguinte estrutura de verbete: entrada = categoria gramatical + gênero + definição + fonte + contexto + fonte ± remissiva (s).

Por fim, Faulstich (1993, p. 181) conclui que “é a rede de remissivas que organiza naturalmente, o léxico”, além disso, que essa rede “dá a certeza de que todas as unidades semânticas desconhecidas estão inclusas na obra e garante a finalidade dos princípios de uma obra lexicográfica e terminográfica” (p. 183).

4 A NATUREZA EPISTEMOLÓGICA DO LEXEMA E DO TERMO

Seguindo o nosso recorte teórico, descreveremos o trabalho de Faulstich que diferencia lexema de termo. Para a autora (1994, p. 313), lexema é “uma unidade lexical

do domínio do léxico geral da língua; um termo é também uma unidade lexical, mas típico de variado domínio de vocabulário científico e técnico”.

Por ser o lexema uma unidade da língua comum, afirma Faulstich (Ibid., id.), este é portador de conotações psicológicas e sociais que lhe proporcionam a multiplicação de significados e a presença da polissemia; por outro lado, a equivalência de significados dá lugar à sinonímia. Do ponto de vista funcional, destaca a autora, o “lexema delinea seu caráter semântico e lexicográfico a partir da estrutura paradigmática, porque são as oposições distintivas que delimitam a configuração semântica e marcam o valor do lexema” (p. 314). Diante dessa afirmação, a pesquisadora cita o papel da lexicologia.

que para dar conta do léxico sistematizado, capta do universo referencial todas as possibilidades semânticas de que pode revestir-se um lexema e daí as condições de este aparecer em diferenciados campos léxicos semasiológicos (Ibid., id.).

Em relação ao termo, Faulstich (1994, p. 315) esclarece que, ao ser inserido no universo da linguagem científica e técnica, “o termo assume o estatuto de unidade lexical definida, e é naturalmente unívoca”. Nesse sentido, segundo a autora, haveria um único conceito para um termo único, com única acepção. Caso houvesse a ocorrência de conceitos e definições diferentes para um mesmo termo, adverte Faulstich, ocorreria o que ela, mais tarde, denomina de variação terminológica, quer dizer, se houver novo termo, um novo conceito, com nova acepção, ocorreria variação. No entanto, “se esse mesmo termo vier a funcionar num outro contexto como equivalente gráfico de um já existente, mas não equivalente semântico, propiciará a homonímia terminológica” (FAULSTICH, 1990). A pesquisadora chama a atenção para a análise do termo no discurso, porque é no discurso que se estrutura a significação semântica e terminográfica e se depreende significados específicos.

Com vistas a discutir a natureza epistemológica do lexema e do termo, a autora expõe, por meio de um diagrama (fig. 3), os limites de um e de outro. No diagrama, a unidade lexical ocupa a posição mais alta de entidade abstrata, que se biparte em lexema e termo. O lexema é entidade da língua comum e estrutura modelos léxicos; o termo, por sua vez, é a unidade real da linguagem de especialidade, “cujo conjunto sistemático forma uma estrutura terminológica que deve corresponder ao sistema conceptual de uma especialidade” (Ibid., id., p. 316). Faulstich afirma que é por meio das relações

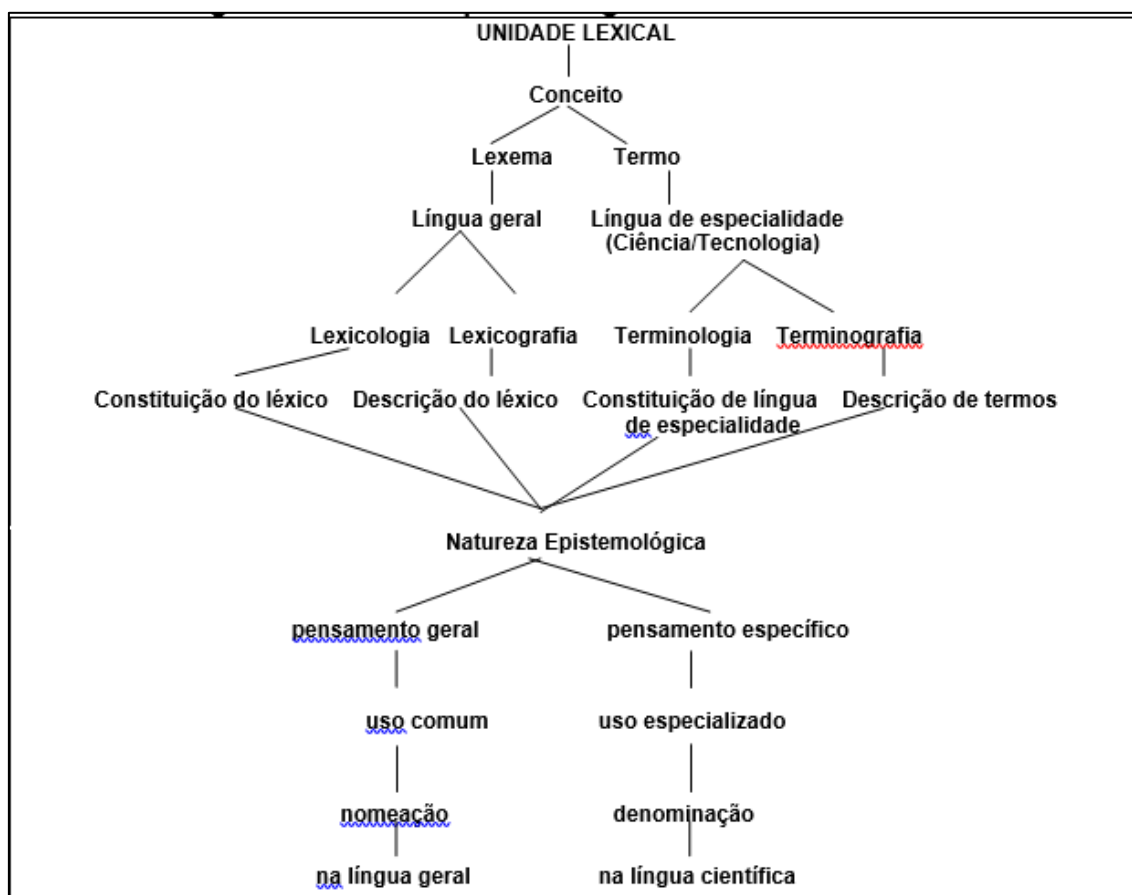
taxionômicas ou formais e/ou semânticas entre conceito, termo e referente, motivadas na produção textual que ocorre esta correspondência.

A pesquisadora destaca que a natureza epistemológica do lexema e do termo se fundamenta no alcance dos objetivos de cada um. À lexicologia cabe a construção de um modelo de componente léxico da gramática e, à terminologia, por seu caráter de intersecção com a lexicologia, com a morfologia e com a semântica, conceitua termos da linguagem científica e técnica.

Conclui que o limite entre lexema e termo está sustentado nos recursos metodológicos da lexicologia e da terminologia, que para ela,

o resultado prático da lexicologia teórica e descritiva serve de ponto de partida para o trabalho lexicográfico na elaboração de dicionários de língua geral; o resultado prático da terminologia especializada aplica-se à terminografia na constituição de dicionários especializados (FAULSTICH, 1994, p. 317).

Figura 2: Natureza epistemológica do lexema e do termo



Fonte: Faulstich. E. (1994, p. 319).

Esta forma de conceituar o lexema e o termo está associada à concepção funcionalista que possibilita tratar o fenômeno em nível discursivo e, ainda, identificar variantes dentro de um mesmo contexto ou em diferentes contextos em que o termo é usado.

Na sequência, apresentamos os estudos de Faulstich sobre a variação em terminologia.

5 OS POSTULADOS TEÓRICOS DA VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA DE FAULSTICH

Em nossa dissertação de Mestrado de 2005, sob o título “Estudo da terminologia das fibras e tecidos na área têxtil”, fizemos um percurso de análise da variação terminológica proposta por Faulstich, iniciada por ela na obra já citada “Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação” de 1995, que, a nosso modo de ver, trata-se de um dos primeiros estudos da autora para a formalização

de uma teoria da variação em terminologia, assunto que progride com pesquisas de ordem teórica e aplicada. Nesta parte, focaremos os estudos de variação e o desenvolvimento das teorias desenvolvidas.

Na análise dos dados de pesquisa de Mestrado, constatamos que o postulado de Faulstich (1995, p. 7) para o estudo da variação linguística em terminologia desenvolveu-se com o aparato da sociolinguística, porque o conceito de variação linguística é social. Sob essa interpretação, Faulstich, em 1995 e em estudos posteriores de 1996a e b, 1998a e b, apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos da variação em terminologia. Mas em 1999c e d, propõe uma teoria da variação, com base na releitura de seus estudos anteriores, e com base numa nova proposição de análise do termo sob a perspectiva sincrônica e diacrônica, como veremos a seguir.

Em 1996 e 1997, respectivamente, ao publicar os artigos, ‘Variantes terminológicas: princípios linguísticos de análise e método de recolha’ e “Variação terminológica: Algumas tendências no português do Brasil”, Faulstich defende que a socioterminologia e a sociolinguística concorrem para objetos de análise distintos, à medida que a socioterminologia “se ocupa da variação social que o termo sofre nos diversos níveis e planos hierárquicos do discurso científico e técnico” (1996, p. 1), ao passo que a sociolinguística “trata a variação social por que passa a língua geral, no decorrer de sua sincronia, em vista de mudança que poderá vir a ocorrer” (Ibid.; id, p. 1).

Com essas concepções e com o intuito de sistematizar os fenômenos da variação terminológica, Faulstich (1996) elabora uma tipologia de variantes terminológicas e as divide em dois grupos: o das variantes linguísticas e o das variantes de registro. Segundo a autora, a “polifuncionalidade da unidade lexical, no discurso científico ou no discurso técnico, pode produzir mais de um registro ou mais de um conceito para o mesmo termo”, (1997, p. 141). Em 1998, no artigo “Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua”, Faulstich apresenta um estudo de variação terminológica diacrônica que sustenta a tese de que o “termo é uma entidade do discurso independentemente de sua realização no plano sincrônico e no plano diacrônico e, por isso, passível de apresentar variantes antigas e atuais” (1998, p. 3).

Nesse mesmo artigo, Faulstich retoma a tipologia apresentada em 1996 e define as variantes terminológicas linguísticas e as variantes terminológicas de registro, como a seguir:

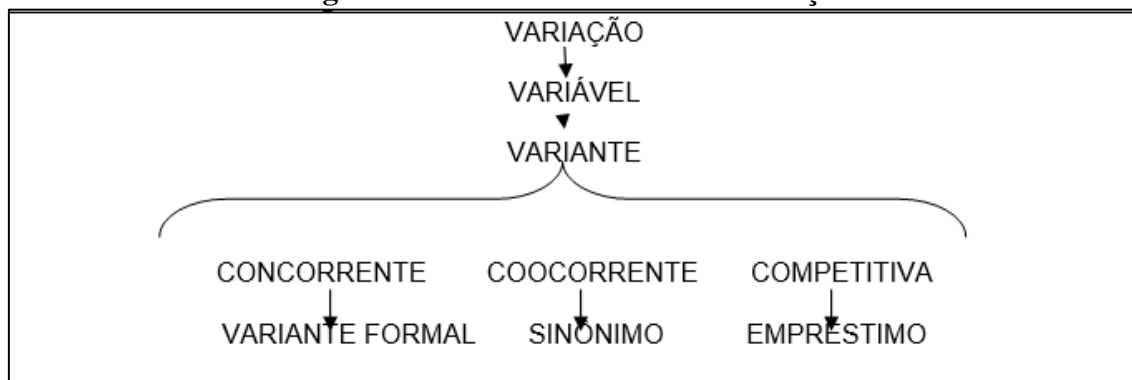
a) Variantes terminológicas linguísticas: “são aquelas cujo fenômeno propriamente linguístico determina o processo de variação” (FAULSTICH, 1997, p. 146). As variantes terminológicas linguísticas se dividem em:

- Variante fonológica, “em que o registro pode surgir de formas decalcadas na fala” (FAULSTICH, 1997 p. 146).
- Variante morfológica, “a que apresenta alternância de estrutura de ordem morfológica na constituição do termo, sem que o conceito se altere” (FAULSTICH, 1997, p. 146).
- Variante sintática, “em que há alternância entre duas construções sintagmáticas que funcionam como predicação de uma unidade terminológica complexa” (FAULSTICH, 1997, p. 146).
- Variante lexical, “em que algum item da estrutura lexical da unidade terminológica complexa sofre apagamento ou movimento de posição, mas o conceito do termo não se altera” (FAULSTICH, 1997, p. 146).
- Variante gráfica, “a que se apresenta sob forma gráfica diversificada de acordo com as convenções da língua” (FAULSTICH, 1997, p. 146).

b) Variantes terminológicas de registro: “são aquelas cuja variação decorre do ambiente de concorrência, no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal em que se realizam os usos linguísticos dos termos” (FAULSTICH, 1997, p. 147) e se dividem em 3 tipos, como:

- Variante geográfica: “aquela que ocorre no plano horizontal de diferentes regiões em que se fala a mesma língua. Pode decorrer ou de polarização de comunidades linguísticas geograficamente limitadas por fatores políticos, econômicos ou culturais, ou de influências que cada região sofreu durante sua formação” (FAULSTICH, 1997, p. 147).
- Variante de discurso, “a que decorre da sintonia comunicativa que se estabelece entre elaborador e usuários de textos científicos e técnicos” (FAULSTICH, 1997, p. 147).
- Variante temporal, “aquela que se configura como preferida no processo de variação e mudança, em que duas formas (X e Y) concorrem durante um tempo, até que uma forma se fixe como a preferida” (FAULSTICH, 1997, p. 147). Sob a forma de esquema, Faulstich elabora o “constructo teórico da variação” (1998):

Figura 3: Constructo teórico da variação



Fonte: Faulstich (1998).

Ao reorganizar o constructo, Faulstich amplia, em 1998, no mesmo artigo, a tipologia de variantes criada em 1996, agora em três tipos: as variantes terminológicas concorrentes no qual se inscrevem os dois grupos de tipologias apresentados anteriormente, a saber, as variantes terminológicas linguísticas e as variantes terminológicas de registro; as variantes terminológicas coocorrentes e as variantes terminológicas competitivas. É importante destacar aqui que a variante socioprofissional (Cf. 1996) foi eliminada da classificação posto que Faulstich considerou que toda terminologia, por estar inserida nas linguagens de especialidade, faz parte da esfera socioprofissional (1996, 17-18). O modelo está assim traduzido: variação > variável > variante: concorrente (variante formal)/ coocorrente (sinônimo) / competitiva (empréstimo).

Em 1998, os estudos de termo e variação de Faulstich dão origem à publicação do artigo “Princípios formais e funcionais da variação em terminologia” quando a autora apresenta um conjunto de cinco postulados teóricos que sustentam a teoria da variação em terminologia (1999, p. 102);

- a) dissociação entre estrutura terminológica e homogeneidade, univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada;
- b) abandono do isomorfismo categórico entre termo-conceito-significado;
- c) aceitação de que, sendo a terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática;

d) aceitação de que a terminologia varia e de que essa variação pode indicar uma mudança m curso; e) análise da terminologia em co-textos linguísticos e em contextos discursivos da língua escrita e da língua oral.

Com base nos postulados acima, Lamberti (2003, p. 86) afirma que

enquanto a terminologia tradicionalista considera a variação um elemento perturbador da unidade linguística, a terminologia variacionista, que se enquadra dentro de uma abordagem funcionalista, passa a dar ênfase à diversidade porque reconhece que é por meio das línguas que se exercem as atividades sociais e cooperativas entre os falantes.

Dentro desse ponto de vista, a variação ocorre pela ação do movimento gradual do termo no tempo e no espaço e é provocada pela função de uma dada variável (função e variável são conceitos compreendidos dentro de um espectro funcional).

Em outras palavras, a “função é uma entidade pragmática que ativa ou retrai os mecanismos da variação”, de acordo com Faulstich (1999c, p. 13).

A seguir, fazemos uma apresentação mais detalhadas dos tipos de variantes estabelecidos por Faulstich e, ainda, a aplicação aos nossos dados.

5.1 AS VARIANTES CONCORRENTES, COCORRENTES E COMPETITIVAS

Orientada pelos cinco postulados apresentados no item anterior, Faulstich formulou o constructo teórico da variação, do qual se valeu para demonstrar e explicar as variantes em três categorias, a de variantes concorrentes, a de variantes coocorrentes e a de variantes competitivas como a seguir demonstraremos.

Afirma a autora que as variantes concorrentes são aquelas que podem concorrer entre si, ou podem concorrer para a mudança. Nessa condição, “uma variante que concorre com outra ao mesmo tempo não ocupa o mesmo espaço, por causa da própria natureza da concorrência” (1999c, p. 15). Se uma variante está presente no plano discursivo, a outra não aparece.

Nesse sentido, Faulstich (1996) estabelece os seguintes princípios à luz da classificação das variantes terminológicas linguísticas:

- i) a interpretação semântica é a base para análise do termo;
- ii) as UT e UTC são analisadas sob o ponto de vista funcional;
- iii) os subsistemas da língua portuguesa constituem o fundo linguístico de análise;
- iv) os usos escrito e oral dos termos são levados em conta.

Para melhor esclarecimento das variantes concorrentes, Faulstich subdivide-as em:

i) variantes terminológicas linguísticas nas quais o fenômeno propriamente linguístico determina o processo de variação. Para ilustrar, apresentamos alguns exemplos de variantes terminológicas linguísticas coletados das NBRs da Engenharia Civil (EC), como a) ‘oitão’ e ‘eitão’, em que a escrita surge de formas decalcadas da fala (variante terminológica fonológica).

b) ‘elemento de fundação superficial de concreto armado’ e ‘elemento de fundação superficial de concreto Ø’, em que a forma do item da estrutura lexical dessa unidade terminológica complexa (UTC) sofre apagamento, mas o conceito do termo não se altera. O apagamento de um dos elementos da predicação reduz a extensão do termo, mas não prejudica o significado, nem perturba a compreensão, porque a base preserva o conceito inerente ao termo naquele contexto (variante terminológica lexical).

c) há alternância entre duas construções sintagmáticas que funcionam como predicação de uma UTC. Neste caso, a variação se processa na substituição de uma parte do item lexical por outro, formando a UTC, ‘determinação do limite de liquidez’ e ‘determinação do LL’.

ii) as variantes terminológicas de registro são as que a variação decorre do ambiente de ocorrência, no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal em que se realizam os usos linguísticos, são elas:

a) variação terminológica geográfica: o termo ‘boneca’ (data de 1867 e refere-se à construção civil), assim o define Houaiss (2009): ‘Reforço que se apõe na parte central e inferior de viga ou frechal, sustentado por duas mãos francesas, para que ela ou ele resista melhor à flexão e/ou para impedir a sua deformação’. Em 1957, é apresentado como sendo um regionalismo do Rio de Janeiro e pertencente à rubrica de alvenaria, significando: ‘Ressalto de alvenaria feito para completar a requadrção e o guarnecimento do vão de uma porta ou janela, situado junto a uma parede perpendicular à qual esse ressalto pertence; espaleta’.

b) variante terminológica de discurso: no discurso que figura nas NBRs (discurso técnico) encontramos o formativo ‘sondagem a trado’ e também o termo ‘trado’ atestado na língua comum (discurso vulgarizado), ou seja, o usuário da linguagem de especialidade da EC faz uso tanto do termo predicado, sondagem a trado quanto do termo simples, ‘trado’. Vale destacar aqui que ambos os termos se referem a um tipo de procedimento

técnico executado de acordo com NBR 9603-NB 1030. Esta norma fixa as condições exigíveis para sondagem a trado em investigação ológico-geológica, dentro dos limites impostos pelo equipamento e pelas condições do terreno, com a finalidade de coleta de amostras deformadas, determinação da profundidade do nível d'água, e identificação dos horizontes do terreno.

c) variação terminológica temporal: nos termos 'outão' e 'oitão' há ocorrência de variação do tipo temporal, como postula Faulstich. Este tipo de variação decorre da forma escrita do termo.

As variantes coocorrentes são aquelas que têm duas ou mais denominações para um mesmo referente. Estas variantes têm por função fazer progredir o discurso e organizam, na mensagem, a coesão lexical. Entre estas variantes há compatibilidade semântica uma vez que elas se equivalem no plano do conteúdo. Citamos, como exemplo, a ocorrência dos termos 'ensaio de penetração de cone in situ' e 'CPT'. A escolha por um ou outro termo pode se configurar como sinonímia terminológica, no dizer de Faulstich (1998, p. 145), que relaciona o sentido de dois ou mais termos com significados idênticos e podem coocorrer num mesmo contexto, sem que haja alteração no plano do conteúdo, diferentemente da variante terminológica, a qual Faulstich (1996, p. 145) denomina de forma concorrente, linguística ou exclusiva de registro, que corresponde a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente num contexto determinado.

Com relação às variantes competitivas, Faulstich (1998) as define da seguinte forma:

As variantes competitivas são aquelas que relacionam significados entre itens lexicais de línguas diferentes, quer dizer, itens lexicais de uma língua B preenchem lacunas de uma língua A. (...) As variantes competitivas realizam-se por meio de pares formados por empréstimos linguísticos e formas vernaculares.

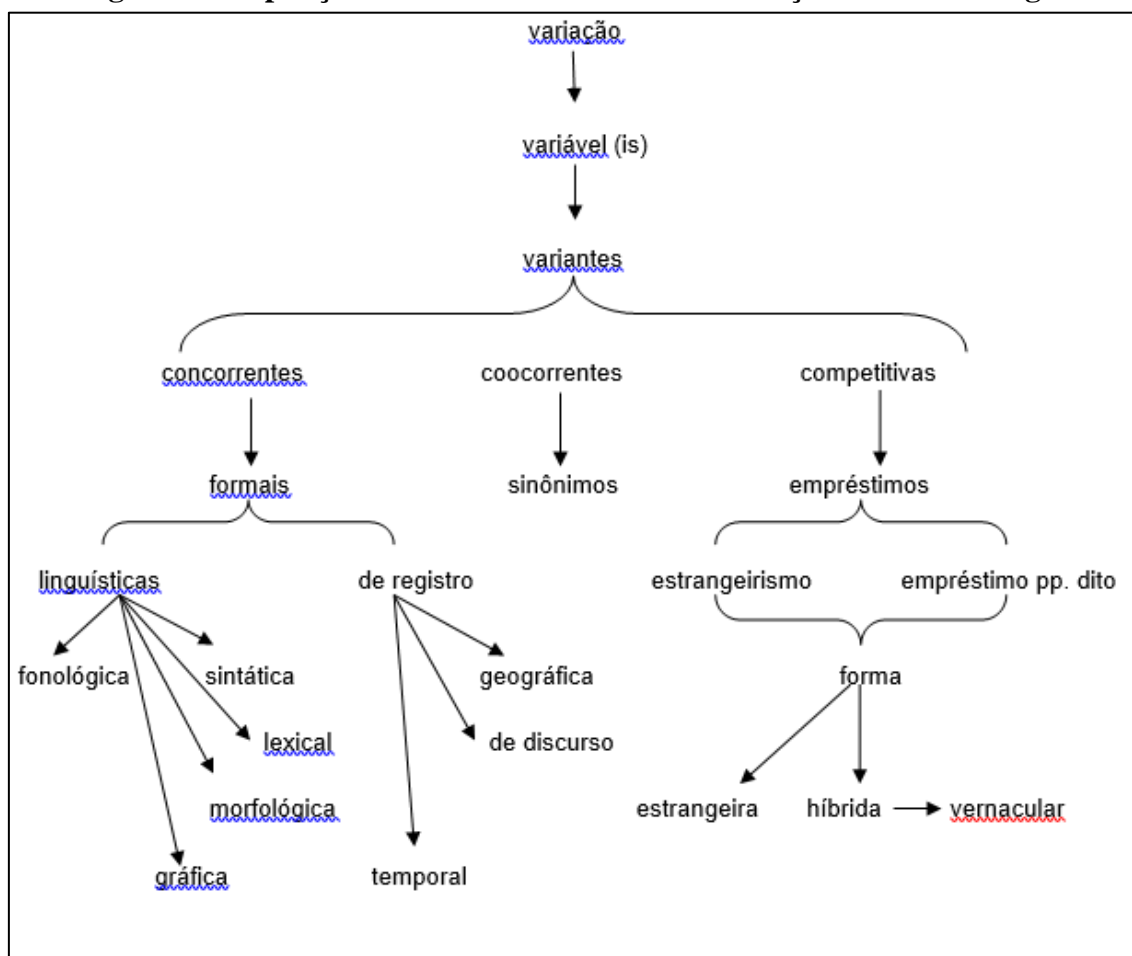
As variantes competitivas relacionam significados entre itens lexicais de línguas diferentes. Assim sendo, afirma Lamberti (2003, p. 88), que as variantes competitivas são entidades lexicais que se compõem de, pelo menos, um par formado por lexema (s) de língua estrangeira e de língua vernacular, tal junção motiva o surgimento do elemento de competição na língua vernacular que recebe o termo estrangeiro.

Assim, a variação, que ocorre pela ação do movimento gradual do termo no tempo e no espaço, é provocada pela função de uma dada variável; a variável, por sua vez, se

realiza sob a forma de uma variante e as variantes se comportam como variáveis dependentes, dentro de um processo de variação, a caminho de concretizar-se como mudança (FAULSTICH, 1998-1999), gerando a variante concorrente (variante formal), a variante coocorrente (sinônimo) e a variante competitiva (empréstimo).

Ainda em 1999, Faulstich amplia o constructo teórico da variação em terminologia e inclui a variante morfossintática, que se divide em variante morfológica e variante sintática (2001, p. 24).

Figura 4: Ampliação do Constructo teórico da variação em terminologia



Fonte: Faulstich (2001, p. 39).

Para a construção da Teoria da Variação em Terminologia, Faulstich (2001, p. 54) levou em conta que a unidade terminológica, o termo, “pode assumir diferentes valores, de acordo com a função que uma dada variável desempenha nos contextos de ocorrência”. Resulta que o termo será funcional dentro de uma linguagem de especialidade, porque assumirá uma função específica de determinado valor, de acordo com o contexto de uso.

Por fim, como afirma Siqueira (2004, p. 50), a grande questão que subjaz ao percurso teórico de Faulstich é a defesa de “que não podemos pensar o item lexical ou item terminológico sem gramática” (FAULSTICH, 2001, p. 35).

Siqueira (2004, p. 52) também afirma que as teorias estabelecidas por Faulstich foram, ao longo dos últimos anos, um estímulo para as pesquisas sustentadas em “premissas essencialmente linguísticas, capazes de lidar, no dizer de Siqueira, com fenômenos como a variação e com conceitos contextualizados em situações de comunicação”.

Com efeito, e sob uma perspectiva socioterminológica, Faulstich recupera a ideia de que a variação é também um fenômeno terminológico, pelo que o aceita assim como reivindica que o seu estudo (descrição e análise) deve ser desenvolvido no âmbito da terminologia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, observou-se que a variação pode ocorrer nos mais diversos tipos de discursos, sejam eles, científicos ou técnicos, e que é possível sua análise por meio do constructo desenvolvido por Faulstich, que propõe regras para a investigação da variação terminológica, encaixando cada ocorrência, dentro de uma das regras, que por sua capacidade recursiva, pode ser aplicada sucessivamente às estruturas dos termos de uma dada área especializada.

Explica-se a ocorrência da variação pelo fato que a unidade terminológica pode ter ou pode assumir diferentes valores, de acordo com a função que uma dada variável desempenha nos contextos de ocorrência. Resulta que o termo será funcional dentro de uma linguagem de especialidade, porque assumirá uma função específica de determinado valor, de acordo com o contexto de uso.

O processo de variação se dá dentro de um construto teórico em que variáveis produzem variantes que funcionam nas línguas de acordo com as funções que elas venham ter no discurso de especialidade ou na língua comum.

Foi observado que os termos estão sujeitos à variação desde o momento em que formam parte da comunicação e que são usados pelos distintos parâmetros sociais em que se desenrolam os discursos especializados, que são o habitat natural dos termos. É evidente, à vista dos exemplos, que não podemos separar a terminologia do discurso em

que aparece, nem das circunstâncias sociais em que se insere este discurso, simplesmente porque os termos se veem definitivamente determinados por estas circunstâncias.

A observação da derivação, nessa área, nos leva à conclusão, ainda mais subjacente, de que os termos participam do comportamento do léxico em geral, mais do que frequentemente se aceita, ainda que seja certo que quanto mais especializado é o texto, mais tende a sua terminologia a comportar-se de forma menos ambígua. E finalmente, que as pesquisas de Faulstich foram um marco na linguística moderna brasileira, uma vez que coloca a investigação no rumo da Socioterminologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, C. L. S. (Re) **Aplicação do Constructo de Faulstich Regras de formação das Unidades Terminológicas Complexas na área da Engenharia Civil**. Brasília: DF. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade de Brasília, 178 pág. 2013.

_____. **Estudo da terminologia das fibras e tecidos na área têxtil**. Brasília: DF. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, 150 pág. 2005.

FAULSTICH, E. **Metodologia para projeto terminográfico**. UnB/IBICT, Brasília, 1990.

_____. **Rede de remissivas em um glossário técnico**. In: MACIEL, A. M. B. (org.) Cadernos do Instituto de Letras. n.10, Porto Alegre, UFRGS, jul. 1993a, p. 91-98.

_____. **Metodologia para projeto terminográfico**. In: Léxico e Terminologia (Coletânea de textos). Centro LexTerm, Universidade de Brasília, 1993b, p. 142-173.

_____. **Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação**. Brasília: Centro Lexterm, 1995a. 31p.

_____. **Socioterminologia, mais que um método de pesquisa, uma disciplina**. Ciência da Informação, vol. 24, n.2, 1995b – Artigos.

_____. Spécificités linguistiques de la lexicologie et la terminologie. Nature épistémologique. In: **Meta: Journal des Tracteurs**. vol. 41, n° 2, 1996a, pp. 237-246.

_____. Variantes terminológicas: princípios linguísticos de análise e método de recolha. **Actes Réflexions Méthodologiques sur le Travail em Terminologie et en Terminotique dans les Langues Latines**. Realiter, Université de Nice-Sophie Antipolis, Nice, 1996b, pp. 15-20.

_____. **Da Linguística Histórica à Terminologia**. In: Investigações: Linguística e Teoria Literária. v. 7, setembro de 1997, pp. 71-101.

_____. Variação terminológica: algumas tendências no português do Brasil. **Cicle de conferències 96-97**. Lèxic, Corpus i Diccionaris. Barcelona: IULA, 1998, pp. 141-154.

_____. A função social da terminologia. **I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999a, pp. 167-183.

_____. À propòs de la catégorisation de la variation en terminologie. **Confèrence**. Université Laval, Le CIRAL, Le LaSIC, 1999b.

_____. Principes formels et fonctionnels de la variation en terminologie. In.: **Terminology**, v. 5, 1999c, pp. 93-106.

_____. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. **TradTerm**. Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e terminologia. FFLCH/USP, São Paulo: Humanitas, v. 7, 2001a, pp. 11-40.

_____. **Proposta metodológica para a elaboração de léxicos, dicionários e glossários**. LIV/IL/UnB/Centro Lexterm. Brasília, 2001b.

_____. Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua. In: CORREIA, M. (Org.) **Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional**. Actas Del VI Simpósio Iberoamericano de Terminologia. 61-74. La Habana, Cuba. Lisboa: Edições Colibri, 2002a, pp. 61-74.

_____. Variação em terminologia: aspectos de socioterminologia. In: RAMOS, Glória Guerrero e PÉREZ LAGOS, M. Fernando. (Org.). **Panorama Actual de la Terminología**. 1ed., Granada-ES: Comares, v. 30, 2002b, p. 65-91.

_____. Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas. In: FAULSTICH, E. e ABREU, S. P. **Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia** – Cooperação Brasil e Canadá. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003a.

LAMBERTI, F. C. C. Uma interpretação variacionista do empréstimo linguístico no português do Brasil. In. FAULSTICH, E. e ABREU, S. P. **Linguística aplicada 150 à terminologia e à lexicologia** – Cooperação Brasil e Canadá. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003.

SIQUEIRA, E. **O construto de Faulstich (2003): um estudo dos formativos no léxico da análise sensorial enológica**. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2004. 174 p.

DICVERB/PL2: UMA PROPOSTA DE DICIONÁRIO INFORMATIZADO DE VERBOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

DICVERB/PL2: A PROPOSAL FOR A COMPUTERIZED DICTIONARY OF PORTUGUESE VERBS

Flávia de Oliveira MAIA-PIRES⁷

RESUMO

Este artigo foi desenvolvido no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos - Centro Lexterm – e está inserido na linha de pesquisa Léxico e Terminologia do Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL - do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP- da Universidade de Brasília - UnB. A pesquisa é de natureza qualitativa e o método descritivo foi adotado para registrar os fatos de língua coletados, observados e analisados e, por fim, produzir uma proposta de obra lexicográfica. Apresenta parte do resultado da pesquisa de doutorado orientada pela Profa. Dra. Enilde Faulstich. O objeto de estudo foi a categoria verbo da língua portuguesa com o objetivo de elaborar uma proposta de dicionário de aprendizagem de verbos do Português do Brasil como segunda língua. Assim, este trabalho expõe alguns aspectos teóricos e metodológicos relevantes que fizeram parte do processo de elaboração da proposta Dicionário de aprendizagem de verbos do português do Brasil como segunda língua – Dicverb/PL2 -, para aprendizes da língua portuguesa, em fase inicial de aprendizagem. A análise dos significados dos verbos e a estrutura do dicionário foi concebida para apresentar aspectos sintático-semântico em enunciados relacionados a 17 contextos situacionais, a saber: alimentação, atividades comerciais, atividades domésticas, clima e tempo, crime e violência, educação, esporte, lazer, moradia, profissão e trabalho, relações sociais, trânsito e transporte, vestimentas e indumentárias e viagem e hospedagem.

Palavras-chave: Verbos. Lexicografia. Português como L2.

⁷ Professora de Graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília; pesquisadora do Centro Lexterm da UnB. Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof^a. Dra. *Honoris Causa* Enilde Faulstich, como resultado do doutorado em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB.

ABSTRACT

This research was developed in *Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos – Centro Lexterm* - and it is inserted in the search line Lexicon and Terminology of the Graduate Program in Linguistics - PPGL - Department of Linguistics, Portuguese and Classical Languages - LIP- University of Brasília - UnB. A research is qualitative in nature and the descriptive method was adopted to record the language facts collected, observed and analyzed and, finally, produce a lexicographic work proposal. Presents part of the result of the doctoral research guided by Professor Ph.D. Enilde Faulstich. The object of study was a Portuguese language category with the objective of elaborating a proposal of verbs learning dictionary of Brazilian Portuguese as a second language. Thus, this paper exposes some relevant theoretical and methodological aspects that were part of the process of elaborating the proposed Verb Learning Dictionary in Brazilian Portuguese as a Second Language - Dicverb / PL2 -, to learn Portuguese in the initial phase of learning. The analysis of verb meanings and dictionary structure is designed to present aspects of according syntactic-semantic aspects in statements related to 17 situational contexts, namely: *food, business activities, domestic activities, climate and weather, crime and violence, education, sport, leisure, housing, occupation and work, social relations, traffic and transportation, clothing and costumes and travel and lodging.*

Keywords: Verbs. Lexicography. Portuguese as L2.

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento relativo à produção de obras lexicográficas revela que os homens apresentavam preocupação em arquivar o léxico da língua. A prova disso são as listas de palavras com equivalentes em outras línguas produzidas pelos sumérios, acadianos e babilônios (FARIAS, 2007, p. 89), assim como os glossários produzidos pelos gregos e o *Appendix Probi*, obra dos latinos (BIDERMAN, 1984, p. 1). Essa obra latina refere a lista de palavras de caráter normativo, que visava à correção de palavras consideradas como “erros”, apresentando os correspondentes “corretos” como em *gyrus non girus* ou *avus non aus*, conforme registra Ilari (1999, p.71).

O registro do léxico continua sendo importante, ao se observar outros períodos da história da humanidade. As mudanças sociais e políticas da Idade Média, em que ocorre a formação de novos povos e a reorganização do Velho Mundo, originando as línguas neolatinas, geram gramáticas e dicionários bilíngues, em que o latim era uma das línguas participante. Os glossários, em sua maioria, eram organizados segundo temas como agricultura, guerra, comércio, direito e religião, com vistas a favorecer a organização social, econômica e política da época. Desse período, citamos os manuscritos do *Elementarium*, de Papias (1050), considerado um arquétipo dos dicionários modernos, do

Liber derivationum, de Hugucio de Pisa (fins do século XII), do *Catholicon*, de João Balbo (1286), apenas como ilustração (VERDELHO, 2002, p. 15).

Entretanto, é na Idade Moderna que a lexicografia começa a ganhar consistência, a partir da sistematização dos vernáculos das línguas neolatinas em contraste com o latim, em decorrência do surgimento dos estados nacionais, que reconhecem suas línguas autônomas, assim como a necessidade de compreender outras línguas para promover interação entre os povos. A influência renascentista conduziu à valorização do ser humano, que, por meio do desenvolvimento da razão e do pensamento crítico, reivindicou, além de outros, o direito de examinar os textos bíblicos, o que despertou o interesse em aprender o latim para atingir seus objetivos. Desse modo, os dicionários e as primeiras gramáticas podem ser considerados de caráter pedagógico, elaborados para que cada nação-estado emergente aprendesse sobre sua língua e aprendesse o latim, que está na base da formação das línguas neolatinas e que retinha em seu léxico o conhecimento de diversas áreas. Essas constantes mudanças da humanidade proporcionaram uma nova fase da produção lexicográfica com expressão significativa para as obras pedagógicas, em que se destacam os dicionários bilíngues, trilingues, multilíngues, semi-bilíngues etc. Em dimensões extraordinárias, faz-se necessária a compreensão e a produção de textos de toda natureza, divulgados não somente no modo impresso, mas, atualmente, no modo virtual, o que exige obras lexicográficas mais refinadas. Além disso, a intercomunicação entre diversos povos insere os dicionários no mercado como bens de consumo. Conseqüentemente, há demanda para a produção de dicionários e de outras obras de referência em vista do público-alvo, inclusive obras direcionadas a estrangeiros que por motivos variados desejam ou necessitam aprender a língua portuguesa falada no Brasil.

Neste contexto, a Universidade de Brasília como pioneira na criação do Curso de Letras Português do Brasil como Segunda Língua – PBSL, tem atuado como um importante polo na formação de professores e pesquisadores de português como L2 e, não menos, de professores como LE, gerando resultados como o apresentado neste artigo. O trabalho descrito aqui é fruto de pesquisa de doutorado, sob a orientação da Profa. Dra. Enilde Faulstich, no âmbito do Léxico e da Terminologia, realizada do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP- da Universidade de Brasília – UnB, em colaboração do Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos - Centro Lexterm, que culminou na elaboração da propostas de um dicionário: *Dicionário de aprendizagem de verbos do português do Brasil como segunda língua - Dicverb/PL2*. A proposta tem o

objetivo de apresentar a descrição lexicográfica de 1000 verbos em língua portuguesa para oferecer conteúdo linguístico e extralinguístico ao aprendiz e auxiliá-lo no processo de aprendizagem de verbos do português do Brasil como segunda língua - L2 - ou língua estrangeira - LE. O dicionário segue uma estrutura em vista do público-alvo: o aprendiz estrangeiro, adulto, falante da língua inglesa como primeira língua - L1- ou como língua estrangeira – LE.

A pesquisa sustentou-se na base epistemológica da Gramática Discursivo-Funcional - GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008, 2010), de Chafe (1979), de Borba (1996 e 2003) e da Lexicologia e da Lexicografia, Haensch (1982, 1997), Faulstich (1990, 1993, 1998 e 2010) e Lara (1997). A GDF inclui a interação verbal na análise de língua, além das expressões linguísticas, e inclui o **componente conceitual**, **componente contextual**, **componente de saída** a interação verbal, que se interligam ao **componente gramatical** por meio de operações de formulação e de codificação, seguindo uma organização hierárquica, a *top down*. Os estudos de Chafe (1979) e Borba (1996) apresentam o sistema sintático-semânticas que descreve características dos verbos como de estado, de ação, de processo e de estado-processo, além das informações morfossintáticas como número, pessoa, tempo e modo. A análise dos significados dos verbos é apresentada segundo aspectos sintático-semântico em enunciados relacionados a 17 contextos situacionais, a saber: *alimentação, atividades comerciais, atividades domésticas, clima e tempo, crime e violência, educação, esporte, festas e festividades, lazer, moradia, profissão e trabalho, relações sociais, trânsito e transporte, vestimentas e indumentárias e viagem e hospedagem, como será apresentado a seguir.*

2 O LÉXICO E A APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS

O léxico é um elemento linguístico que dá acesso ao pensamento e ao conhecimento histórico-social, o que favorece a interação entre integrantes de uma comunidade ou entre comunidades, proporcionando ainda interação do indivíduo consigo mesmo. Por meio do léxico, pode-se observar crenças, valores, comportamentos, avanços e retrocessos político-econômico-sociais de povos de modo mais evidente. A relevância atribuída ao léxico é que este possibilita a expressão do pensamento com maior precisão, por isso, há o empenho do aprendiz para aprender o léxico de uma língua. Compreende-se que itens lexicais como *café da manhã, pequeno almoço, breakfast e colazione*

apresentam semelhanças e diferenças quanto a forma e ao conteúdo, uma vez que se considera os valores sócio-culturais e as distintas regiões geográficas.

Em vista dessas propriedades culturais do léxico, há a necessidade de materiais pedagógicos que demonstrem a riqueza das línguas na descrição do mundo, real e imaginário, diante dos fatores psico-cognitivo-sociais dos seres humanos. Há necessidade de que, por meio do saber lexical, o aprendiz, além do conhecimento linguístico, perceba que, de fato, “en las distintas culturas y en distintas épocas, los hombres han concebido la realidad de modo muy diferente, y de que el mismo hombre puede cambiar sus ideas” (WERNER, 1982, p. 30), e perceba que, assim como o homem, assim como a sociedade, a língua muda. Desse modo, o processo de aprendizagem precisa conduzir o aprendiz a compreender que essas mudanças, representadas pelo léxico da língua, consideram a relação linguagem e realidade, tanto por parte de quem está produzindo quanto quem está recebendo os enunciados.

Na aprendizagem de língua, léxico e gramática são complementares, à medida que as “palavras” da língua fornecem diferentes tipos de informações linguísticas combinadas, como as fonológicas, as ortográficas, as morfológicas, as sintáticas, assim como estruturas discursivas argumentativas. O produto do significado discursivo abarca tanto o significado lexical quanto o gramatical, que incidem sobre as habilidades interacionais. As práticas interacionais dependem de funções desempenhadas pela gramática no léxico. Para Basílio (2006, p. 9):

a língua é, ao mesmo tempo, um sistema de classificação e um sistema de comunicação e, neste caso, “o léxico está diretamente ligado a essa dupla função que atua como uma espécie de banco de dados previamente classificado, um depósito de elementos de designação, que fornece unidades básicas para a construção dos enunciados.

Mais que isso: as palavras da língua têm propriedades tais que o aparecimento de certo item lexical já nos faz esperar outro item ou grupo de itens, formando uma rede associativa de palavras e significados aplicados ao discurso. Lara (1996, p. 96) afirma que “o diálogo que se produz entre os interlocutores explica, mostra ou exemplifica uma experiência, um acontecimento presenciado em conjunto”, em que o léxico se faz presente. Faulstich (1997) observa o conjunto de características linguísticas e extralinguísticas e considera que o “léxico é uma unidade linguística dotada de características sistemáticas e que têm a propriedade de se referirem a entidades da realidade”. Além disso, “as propriedades gramaticais são fortemente determinadas ou

motivadas pelas propriedades léxico-conceptuais”, como registra Rio-Torto (2006, p. 1) e segundo essa autora:

Em função da sua natureza, que é pluridimensional, o léxico — e, por conseguinte, o seu estudo —, não se confina a abordagens monodimensionais, envolvendo antes a morfologia das unidades lexicais que o integram, a semântica e a sintaxe interna e externa destas, o funcionamento discursivo-pragmático que os falantes delas fazem (RIO-TORTO, 2006, p. 2).

Destaca-se também que o léxico está sujeito a ampliações e restrições, que configuram o caráter aberto e apresentam as mudanças semânticas e fonológicas, por meio das intervenções dos usuários em suas interações sociais. O dinamismo da língua e o caráter aberto do léxico exigem do usuário constantes atualizações lexicais para manter o discurso ativo no contexto em que é empregado. O falante, por diversos motivos, cria e adapta novos itens lexicais no uso da língua, o que torna difícil o domínio total do léxico. Por isso, os dicionários, obras de referência de língua, são materiais úteis para o aprendiz que os consulta para sanar dúvidas linguísticas e, para os aprendizes mais experientes, que procuram também esclarecimentos extralinguísticos.

Enfatiza-se que o dicionário desempenha papel pedagógico na aprendizagem de língua diferente da gramática. Esta fornece informações genéricas sobre as regras da língua, aquele, por sua vez, fornece informações específicas das palavras contidas no corpo lexicográfico, assegurando, desse modo, a compreensão semântica, útil na ação comunicativa concreta, ajustada ao pensamento de aprendizes e usuários.

Assim sendo, o dicionário, constituído em seu cerne pelos aspectos lexicais e gramaticais, “funciona como obra auxiliar à tarefa da leitura, porém é um tipo textual que requer muito mais do que decodificação; requer aprendizado, experiência, intimidade e destreza” (GOMES, 2007, p. 15). Acrescenta-se que, de acordo com Faulstich (2010a, p.173), “pela própria natureza, um dicionário é um instrumento normatizador, já que, no corpo lexicográfico, há sempre uma grande preocupação como o ‘bom uso’ da língua; nesses termos, um dicionário é um complemento da gramática”. Por último, de acordo como Tarp (2008, p. 51), a obra lexicográfica presta serviços em duas direções:

Indirectamente al facilitar conocimientos sobre su vocabulario y gramática en relación con un estudio intencional de la lengua en cuestión, y directamente al facilitar informaciones que pueden aprovecharse para resolver problemas específicos durante el mismo proceso de comunicación, es decir en relación con la recepción y producción de textos.

E a associação dessas informações com o avanço tecnológico tem colaborado para a sistematização do léxico com fins de ensino e aprendizagem e para a divulgação e o uso de obras lexicográficas, pois possibilita consultas rápidas e eficazes por meio de *softwares* ou aplicativos disponíveis em celulares, *tablets*, *ipads*, *notebooks*, *ultrabooks* etc.

3 O REGISTRO DOS VERBOS EM DICIONÁRIOS DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

Diante do contexto político-econômico-social do Brasil e da escassez de materiais voltados a esse público, a proposta do Dicverb/PL2 colabora para o preenchimento dessa lacuna. E a escolha da categoria verbo da língua portuguesa para o dicionário de aprendizagem de verbos, respaldam-se na natureza do verbo, que ocupa lugar privilegiado nos enunciados, pois contém informações que dão movimento ao discurso, que engloba estados e eventos dentro do universo conceitual humano e, desse modo, seleciona e restringe os argumentos que o acompanham nos enunciados. Portanto, deve ser registrado dentro de base teórica, de modo sistemático e com critérios linguísticos e extralinguísticos que favoreça a aprendizagem.

Sabe-se que a presença dos verbos, ao lado dos nomes, destaca-se nas línguas, conforme demonstram vários estudos linguísticos. É um tipo de palavra que ocupa lugar privilegiado nos enunciados, pois contém informações que dão movimento ao discurso em vista da dinâmica desse tipo de palavra. Além disso, a riqueza morfológica dos verbos em língua portuguesa é motivo de grande empenho para os aprendizes que possuem a língua inglesa como L1, que desejam compreender os aspectos linguísticos e pragmáticos dessa categoria.

Ainda quanto à natureza do verbo, Chafe (1979, p. 96) declara que “dentro do universo conceitual humano o verbo é a área central que engloba estados e eventos”. Neves (2000, p. 25) destaca que “os verbos, em geral, constituem os predicados das orações e que os predicados designam as propriedades ou relações que estão na base das predicacões”, em que predicado é o elemento que “tem propriedades sintáticas e semânticas, como a forma lexical, a categoria, o número e a função semântica dos termos, além das restrições de seleção a estes impostas”. Bechara (2009, p. 209) descreve verbo como “a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical” e Castilho (2010, p. 396) considera o verbo como

“a palavra que introduz participantes no texto”, referindo-se às propriedades discursivas do verbo. De acordo com essas citações, reconhece-se o verbo como essencial para a produção e a compreensão de textos, pois compõe a base dos enunciados, por isso a necessidade de uma obra que apresente a categoria de uma modo especial.

Nessa linha de pensamento, Borba (1996, p. 46), em sua gramática de valência, enfatiza a centralidade do verbo ao descrevê-lo como “nuclear e que os demais elementos oracionais se dispõem em torno deste núcleo através de relações de dependência”. Isso corrobora a ideia de que os verbos abrem “casas” para preenchimento, denominadas como complementos ou argumentos, na organização dos enunciados.

A respeito da centralidade do verbo, o aspecto gramatical direcionou pesquisas de naturezas diversas, como semânticas e sintáticas. Segundo as características semânticas, os verbos apresentam a existência de subcategorias verbais, que os diferenciam como: verbos de ação, de processo, de estado e de ação-processo. As características sintáticas descrevem o verbo como núcleo de um predicado, com capacidade de especificar o tipo ou os tipos de argumentos do enunciado que o acompanham. Os verbos são avaliados de acordo com a quantidade e o tipo de argumentos com que estabelece relações. Em decorrência dessa avaliação, existem estudos sobre a valência verbal, que “tem por objetivo básico observar e determinar o comportamento do verbo no âmbito da frase”, conforme afirma Borba (1996, p. 46). Assim, do ponto de vista quantitativo, os verbos são classificados como monovalente, bivalentes, trivalentes, tetravalentes e avalentes.

Castilho (2010, p. 397), quanto à característica nuclear do verbo, reconhece a relação verbo-argumento (verbo-nome) do seguinte modo:

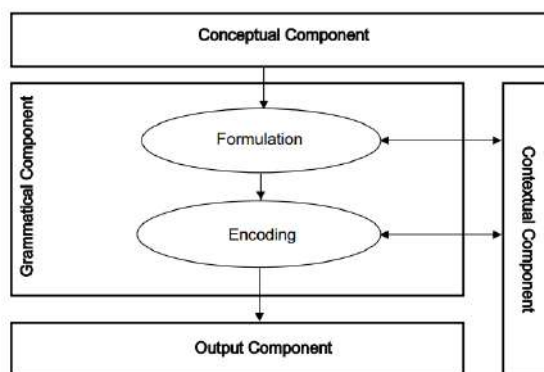
1. Predicados agentivos, tais como “X faz Y”.
2. Predicados experienciais, que exprimem propriedades de natureza perceptiva, cognitiva ou estados afetivos, tais como “X sabe/pensa/ama Y”.
3. Predicados possessivos, ou de transferência de posse, tais como “X tem/possui/dá/recebe Y de/a Z”.
4. Predicados locativos, em que se estabelecem uma relação não dinâmica de localização espacial, tais como “X está em/é de Y”.
5. Predicados causativos, em que um dos argumentos designa a entidade que sofre uma mudança de estado ou de lugar, como “X abre/destrói/sobe Y”.

Reconhecendo, assim, o papel dos complementos verbais que compõem os enunciados em relação aos verbos, apresentaremos a tipologia sintática dos verbos relacionada aos nomes que os acompanham.

A análise pormenorizada dos verbos selecionados para a proposta do Dicverb/PL2, com base nas teorias exposta aqui, de modo breve, forneceu informações

que contribuíram para a organização da microestrutura do dicionário de aprendizagem. A análise ainda observou os significados dos verbos considerando o **componente gramatical**, o **componente contextual**, o **componente conceitual** e o **componente de saída**, para, assim, selecionar e organizar as informações linguísticas e extralinguísticas para oferecer ao aprendiz elementos que sejam úteis para o uso concreto dos verbos utilizados no discurso cotidiano dos brasileiros. Por isso, considerou-se que além dos aspectos sintático-semânticos a inclusão dos significados dos verbos seriam mais evidentes com os contextos fornecem informações conceituais e físicas que cooperam para a construção do significado e da gramaticalização dos enunciados, conforme a figura da teoria da GDF reproduzida aqui.

Figura 1: Teoria da GDF



Fonte: (HENGEVELD & MACKENZIE, 2010, p. 2)

Como apresentado na figura acima, a arquitetura da GDF é composta pelo **componente gramatical** que existe nas línguas, central no modelo, o qual contém as regras que regem a codificação, processo pelo qual as representações semânticas e as representações pragmáticas são convertidas em representações morfológicas e fonológicas. Há três componentes que se somam ao componente gramatical, que são o **componente de saída**, o **componente conceitual** e o **componente contextual**, que ligam o mundo exterior e o cognitivo do indivíduo à gramática da língua.

O componente conceitual, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008; 2010), concebido como pré-linguístico, é responsável pelo desenvolvimento da intenção comunicativa e do evento de fala, associando-se ao aspecto cognitivo e ao conteúdo extralinguístico envolvidos no evento comunicativo, o qual impulsiona o processo de formulação, em que o conhecimento de longa duração, denominado *long term knowledge*,

o conhecimento de mundo, a intenção comunicativa e a competência linguística são englobados. Conforme descrevem os autores da GDF, esse componente é responsável pela operação de formulação, que representa a conversão de representações pré-linguísticas conceituais em representações pragmáticas e semânticas, o que é permitido pelas regras da língua. No caso dos verbos, informações sobre a representação dos eventos como ação, estado, processo ou estado-processo seriam relevantes nas operações de formulação.

O componente contextual é concebido como o componente que contém a descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, por isso é relevante para processos gramaticais, pois contém informações como pessoa do discurso, tempo, modo, encadeamento narrativo, mediante a percepção real do que ocorre no evento comunicativo. No caso dos verbos, esse componente fornece informações relevantes sobre o número de participantes, pessoa do discurso, tempo, modo.

O componente de saída é responsável por gerar as expressões acústicas, escritas ou sinalizadas (incluindo as línguas de sinais), com base nas informações fornecidas pelo componente gramatical.

Assim, a título de ilustração, apresenta-se uma breve análise do verbo **vestir**. Como regra geral, o verbo **vestir** enquadra-se no contexto de vestimentas e indumentárias, pois se refere à ação-processo de colocar roupa em alguém ou em si mesmo; ou usar roupas e acessórios para vestir o corpo ou parte do corpo. É um verbo bivalente. Os verbos bivalentes apresentam dois argumentos, um se mantém fora da estrutura interna do verbo e outro se mantém dentro da estrutura do verbo, que pode vir ou não preposicionado, têm a forma (complemento externo C_1) + (verbo $_V$) + (complemento interno C_2).

Exemplo: i) Ana $_{C1}$ **vestiu** $_V$ o sapato $_{C2}$

Somando-se ao aspecto estrutural, observa-se que a informação conceitual e contextual, fornecida pelo contexto situacional, associada à experiência de vida do aprendiz, funciona como filtro seletivo. Consequentemente, durante o processo de produção ou de compreensão ocorre a seleção do significado almejado. O componente gramatical é ativado, conforme é previsto no sistema *top down* da GDF. Esses fatos corroboram para a justificativa de que a polissemia é um fato linguístico. No entanto, o discurso real demonstra que o usuário da língua recorre à característica monossêmica dos

verbos para a produção e para a compreensão dos significados, favorecida pelas restrições do ‘cenário’ e da ‘cena’ em que os enunciados ocorrem. Nesse sentido, os enunciados:

(ii) *Segundo o jornal, aos 45 anos e em boa forma, Jennifer **vestiu** um mini-vestido de cor laranja.*

(iii) *[No verão], **vista-o** com roupas leves e ofereça bastante líquido a ele.*

são produzidos e compreendidos em contexto que se refere à moda, às regras de etiqueta, à vestimenta apropriada para cada ocasião e para cada estação do ano. Os conceitos são de moda, estação do ano, regras de etiqueta e eventos sociais; o ‘cenário’ e a ‘cena’ do evento comunicativo são construídos, e fornecem elementos para a formulação e a compreensão de enunciados, a partir da perspectiva do falante e do ouvinte. Informações contidas no ‘cenário’, na ‘cena’ e no conhecimento de mundo dos participantes do evento comunicativo colaboram para a construção e para a compreensão das partes do discurso como número de pessoa, tempo verbal e o léxico pertinente ao contexto. A criatividade humana permite que, de acordo com o contexto situacional, o falante atribua outros significados ao verbo **vestir**, adaptando-o a sua intenção comunicativa. Serve de exemplo:

(iv) ***Vestir** a camisa do Sampaio já é uma grande motivação.*

Neste caso, **vestir** apresenta significado distinto do de colocar ou usar roupa ou acessórios para vestir o corpo ou parte do corpo. O enunciado é produto das informações extralinguísticas, e representa o hábito de jogadores de futebol, em entrevista, demonstrarem perfeito acordo com o time. Assim, o ato de vestir a camisa significa fazer parte da equipe, ter sido contratado para fazer parte daquele time com propósito de beneficiá-lo.

Conseqüentemente, apesar de *vestiu um mini-vestido* e *vestir a camisa* apresentarem estrutura sintática semelhante, quer dizer mesmo tipo de complemento, C1, nome, concreto, não-animado e fazer parte do campo vestuário, os significados são diferentes. A distinção dos significados é resultado dos componentes conceitual e contextual. Os significados dos verbos são reciclados à medida que a situação ocorre e os conceitos provêm do ‘fundo lexical’. O contexto situacional fornece, assim, limites para cada significado, de acordo com a comunicação entre os participantes do evento.

O dicionário de aprendizagem de verbos do português do Brasil como segunda língua – Dicverb/PL2, como fonte de informações de língua e cultura para os aprendizes de PSL, oferecerá uma microestrutura que apresente, além das informações linguísticas,

informações extralinguísticas para a aprendizagem dos verbos. A inclusão dos contextos situacionais sustenta-se porque, segundo a metodologia adotada, o conjunto de elementos linguísticos e extralinguísticos é fundamental para auxiliar o aprendiz, o que cooperará para a compreensão e para a produções de significado em conjunto com as estruturas sintáticas da língua portuguesa.

4. A METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO DICVERB/PL2-PLE

Após identificada a carência de obras para os aprendizes de português como L2 e inclusive LE, e realizados estudos teóricos, adotou-se a metodologia sistemática como: Delimitação do perfil do público-alvo do dicionário de L2; Seleção dos itens lexicais; Seleção dos contextos em usos da linguagem do cotidiano brasileiro em que ocorrem os verbos; Tratamento do *corpus* para suporte de análise; Análise de dados; Tratamento dos verbos quanto à polissemia e à homonímia. Algumas etapas serão expostas aqui de modo simplificado.

4.1. DELIMITAÇÃO DO PERFIL DO PÚBLICO-ALVO DO DICIONÁRIO DE PSL

Um dicionário é obra de referência de uma língua, que, com finalidade pedagógica é organizado para atender às necessidades linguísticas do aprendiz de língua. Por conseguinte, orienta esse usuário a obter informações da língua-alvo para proporcionar a interação entre seus usuários por meio da produção e da compreensão de pensamentos variados. Entre outras informações, os dicionários orientam o aprendiz a conhecerem questões sobre *ortografia, pronúncia, significados, informações sintáticas e pragmáticas, "equivalência" entre línguas*, no caso dos dicionários bilíngues. Assim sendo, o público-alvo determina a tipologia e a estrutura de obras lexicográficas. Uma vez que se referirem a usuários com necessidades diversificadas, é necessário determinar, na **fase inicial** de elaboração, quem será o consulente do dicionário.

O Dicverb/PL2 foi concebido em vista do aumento considerável de estrangeiros que desejam residir no país. Portanto, delimitou-se como público-alvo falantes que tenham a língua inglesa como L1 ou LE, residentes no Brasil, adultos, com mais de 18 anos, com escolarização equivalente ao Ensino Médio no sistema de educação brasileiro

e iniciantes na aprendizagem do português, pois estudos demonstram que grande parte são falantes do inglês como L1 ou LE.

4.2 SELEÇÃO DOS CONTEXTOS DO COTIDIANO BRASILEIRO EM QUE OCORREM OS VERBOS

Determinado o objeto de estudo e o público-alvo do dicionário, identificou-se os verbos usados em contextos do cotidiano dos brasileiros, por meio de textos referentes a temas mais usados na conversação do dia a dia dos brasileiros, pois acredita-se que os significados dos verbos estão estreitamente ligados ao contexto situacional.

Os contextos foram selecionados de acordo com a análise dos temas abordados em livros didáticos de PSL e com as diretrizes apresentadas na obra *Português Fundamental*, de Nascimento (1984). Para a coleta de dados selecionamos os livros: *Novo Avenida Brasil 1 – curso básico de Português para Estrangeiros – livro-texto + livro de exercícios*, da editora EPU (2009) e *Bem-Vindo! A Língua Portuguesa no Mundo da Comunicação*, da Editora Pontes, (2005). Desse modo, foram selecionadas os seguintes temas do cotidiano, denominado aqui contextos situacionais, conforme MAIA-PIRES (2015):

- 1) **Alimentação**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo de alimentar ou nutrir o corpo com substâncias digeríveis pelo organismo.
- 2) **Atividades comerciais**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo de atividades de troca, de venda ou de compra de bens, de produtos, de mercadorias e de serviços.
- 3) **Atividades domésticas**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolvem as atividades, a administração ou a organização do lar, da família, da vida particular de uma pessoa,
- 4) **Clima e tempo**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolvem as condições atmosféricas que exercem influência sobre a vida na Terra, que caracterizam determinadas regiões ou condições meteorológicas.
- 5) **Crime e violência**, referentes aos contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolve a transgressão moral ou ética, socialmente rejeitada pelos brasileiros, seja por ação, seja por omissão, empregando força física ou psicológica, passiva de punição pela lei penal.
- 6) **Educação**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolvem o desenvolvimento físico, intelectual, social e moral do ser humano, e que assegure sua formação sócio-histórico-cultural, seja em ambiente familiar, seja em ambiente formal.
- 7) **Esportes**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolvem as práticas, individuais ou coletivas, de jogos e de exercícios físicos, seja com fins de recreação, seja com fins de condicionamento corporal para benefício da saúde, seja para competições esportivas.
- 8) **Festas e festividades**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolvem reuniões de pessoas com fins recreativos, enquadrando-se as festas familiares, as solenidades civis e as de caráter religioso.
- 9) **Lazer**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolvem o tempo utilizado para o ócio, o descanso e as atividades prazerosas;

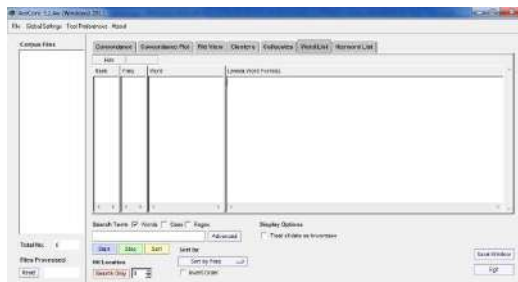
- 10) **Moradia**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo de residir, habitar, viver em barraco, casa, apartamento, mansão ou outro lugar.
- 11) **Profissão e trabalho**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolvem ofício, trabalho, ocupação, atividade profissional em que uma pessoa visa obter recursos financeiros como remuneração ou salário.
- 12) **Relações sociais**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolvem o convívio entre pessoas ou grupo de pessoas com interesses comuns, com fins particulares, profissionais, familiares, emocionais, de acordo com a cultura e a sociedade local.
- 13) **Saúde e doenças**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolvem condições físicas e psíquicas, proporcionando o bem-estar, e que, quando não estão equilibradas, provocam enfermidades, mal, moléstia aos seres vivos, podendo apresentar sintomas.
- 14) **Tabuísmo**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolvem comportamentos, palavras ou expressões consideradas chulas, grosseiras ou ofensivas em determinados contextos sociais.
- 15) **Trânsito e transportes**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolve a movimentação, o trajeto, as passagens ou o deslocamento em determinado lugar, com utilização ou não de veículos.
- 16) **Vestimentas e indumentárias**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo, que envolvem o hábito sociocultural de utilizar roupas e acessório para vestir o corpo ou partes do corpo.
- 17) **Viagens e hospedagem**, contextos relacionados à ação, ao estado ou ao processo que envolvem os deslocamentos de um lugar para outro, relativamente distante, normalmente com finalidade profissional ou de entretenimento e turismo.

4.3 TRATAMENTO DO CORPUS PARA SUPORTE DA ANÁLISE

A coleta de dados para a elaboração do dicionário visou identificar quais são os verbos que ocorrem nos contextos selecionados. Optou-se, na primeira fase, por coletar dados de textos escritos e, depois de identificados, os verbos passaram a ser analisados em outras fontes, como *internet* e *canais televisivos*, para percepção dos diferentes modos de uso. Para compor o *corpus* inicial, recolheu-se dados selecionados de revistas e jornais, de grande circulação no Brasil, que exercem influência nacional e que estão disponíveis em versões eletrônicas de acordo com os contextos situacionais.

Na segunda etapa, optou-se por selecionar 3 textos de cada fonte escolhida, formando um total de 66 textos relacionados aos contextos. Esses textos foram transformados em documentos do tipo txt. para serem processados no *software* AntConc 3.2.4w (Windows), cuja finalidade é o tratamento de textos por meio de sistema automático. Como resultado, obteve-se um total de 41.247 itens lexicais, dos quais 8.452 eram itens distintos, com frequência entre 1 - para vários itens como ÓTIMA, VÊM, VOLTOU - e 1.922 - para a preposição DE. Desse montante, foi coletado 895 verbos, como lemas, entendido como verbos no infinitivo. O software permitiu organizar os textos para, posteriormente, extrairmos os itens lexicais, seja em suas formas simples ou complexas, fornecendo lista de palavras de todos os textos, nas frequências e nas

concordâncias. O AntConc 3.2.4w (Windows), disponível gratuitamente na internet,



contém 7 (sete) ferramentas de processamento de dados: 1) *Concordance Tool*; 2) *Concordance Plot Tool*; 3) *File View Tool*; 4) *Clusters/N-Grams*; 5) *Collocates* 6) *Word List* 7) *Keyword List*.

Figura 2: Representação do Software AntConc 3.2.4w (Windows)

Os textos selecionados foram indexados no programa e processados. A ferramenta *word list* forneceu uma lista de palavras contendo todas palavras dos textos e sua respectiva frequência. Os itens lexicais fornecidos eram apresentados com a forma do texto de origem, ou seja, apresentavam-se flexionados de acordo com a concordância exigida pela gramática do enunciado. Depois de executadas as duas etapas, foram recolhidos os itens lexicais que compõem o *corpus* inicial e que foram úteis nas análises das hipóteses sintático-semântico-pragmáticas de acordo com os contextos situacionais em estudo.

4.5. METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DADOS

Registra-se que como parte das análises, após a seleção dos verbos, as informações sobre cada item lexical selecionado foram organizadas em fichas com o propósito de fornecer informações como (MAIA-PIRES, 2015):

- i) tipo de verbo, se verbos **de ação**, que expressam uma atividade realizada por um sujeito agente; **de processo**, que expressam um evento ou sucessão de eventos que afetam um sujeito paciente ou experimentador; **de ação-processo**, que expressam uma ação realizada por um sujeito agente ou uma causação levada a efeito por um sujeito causativo, por exemplo; **de estado**, que expressam uma propriedade (estado, condição, situação) localizada no sujeito, de acordo com a classificação de Borba (2002) e Borba (2003, p. 222);

- ii) número de complementos interno possíveis para os verbos, como sem complemento, com um complemento, com dois complementos e com três complementos, sempre que possível, agregados às preposições que os acompanham segundo a regência, com base em Borba (2002), Houaiss (2009) e Aulete (2014).
- iii) definições semânticas, extraídas de Houaiss (2009) e do Aulete Digital (2014), por serem dicionários de grande circulação nacional. Utilizamos como documento auxiliar o Dicionário de Usos do Português do Brasil (2002), por apresentar informações sintático-semânticas registradas em uso efetivo da língua portuguesa no Brasil;
- iv) uso real dos verbos de análise, de acordo com as definições fornecidas pelos dicionários selecionados, relacionadas aos 17 contextos foco desta pesquisa, foram coletadas exemplos de uso registrados em sites de jornais, de revistas, de filmes brasileiros contemporâneos de grande bilheteria nacional ou de sites especializados no contexto em análise, por meio da ferramenta google.

O dicionário de uso do português do Brasil (2002) foi selecionado por ser obra com base em um complexo banco de dados, elaborado a partir de um *corpus* da língua escrita em prosa no Brasil a partir de 1950, com um total de 77 milhões de ocorrências de palavras em textos de gêneros variados, conforme consta na apresentação do dicionário. O Dicionário Multilíngue de Regência Verbal – verbos preposicionados (2013) auxiliou na inclusão de informações das preposições relacionadas aos verbos com complementos internos do tipo C2 e C3. Esta última obra é fruto da reflexão e da experiência de vários pesquisadores, professores e colabores que identificaram a necessidade de elaboração de uma obra que abordasse o uso das preposições de modo especial, segundo as autoras.

4.6. O TRATAMENTO DOS VERBOS QUANTO À POLISSEMIA E À HOMONÍMIA

Outros aspectos complexos considerados na elaboração do dicionário foram a polissemia e a homonímia. Sabe-se que as palavras relacionam-se e classificá-las é definir uma em oposição às outras, como no caso dos itens lexicais polissêmicos que se opõem aos itens lexicais homonímicos pela ambiguidade que surge. Para distinguir polissemia de homonímia, alguns critérios foram adotados com a finalidade de atenuar confusão semântica.

A polissemia, ou significado múltiplo, é a denominação dada ao fenômeno que ocorre em itens lexicais que apresentam mais de um significado, mas que estão semanticamente relacionados, como em: "*tomarei um pouco do seu tempo*" e "*tomarei um copo de coca-cola*". É uma característica relacionada a um fator de economia e de flexibilidade para o léxico. O esquema a seguir representa, de modo simplificado, a distinção entre homonímia e polissemia.

4.6.1. Homonímia

Item lexical X = significado ₁ + mesma forma gráfica ou fonética do item lexical Y

Item lexical Y = significado ₂ + mesma forma gráfica ou fonética do item lexical X

4.6.2. Polissemia

Item lexical Z = $\left[\begin{array}{l} \text{significado 1} \\ \text{significado 1'} \\ \text{significado 1''} \\ \text{significado 1}^n \end{array} \right] + \text{mesma forma gráfica e fonética do item lexical Z}$

Destaca-se que a fronteira entre **homonímia** e **polissemia** não é tão nítida, apesar de diversos estudos apresentarem esses fenômenos linguísticos sob os critérios adotados para distinguir itens lexicais com significados semelhantes ou não. Na maioria das vezes, recorre-se à etimologia do item lexical para resolver a questão, entretanto sabe-se que esse critério, às vezes, não soluciona o problema, porque, muitas vezes, as origens são duvidosas. Por outro lado, a etimologia é um caminho para a distinção entre polissemia e homonímia. Assim sendo, no Dicverb/PL2, a distinção etimológica apresentada nos dicionários Houaiss (2009), Ferreira (2009) e Aulete (2014) para diferenciar palavras homônimas das polissêmicas, associando-as às pistas fornecidas pelos contexto de uso em que os itens ocorrem foram utilizadas. Na estrutura do dicionário, os verbos homônimos terão entrada própria e os verbos polissêmicos terão seu significados distintos registrados na mesma entrada do item lexical, distribuídos entre os 17 contextos que são abordados no dicionário de verbos.

4.7. A VARIAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL QUANTO AOS PRONOMES PESSOAIS

Por ser um dicionário pedagógico, são utilizados, sistematicamente, recursos gráficos diferenciados para indicar informações distintas, como cores, destaques em itálico, em negrito, em letras maiúsculas com funções específicas. Além disso, a conjugação verbal foi organizada de forma a evidenciar as pessoas do discurso **eu, tu, ele, nós, vós, eles** e a demonstrar a variação linguística do português do Brasil, incluído, assim, **você, a gente** e **vocês**. A inclusão de **você** como segunda pessoa do singular (2ª p. sg.), **a gente** como primeira pessoa do plural (1ª p. pl.) e **vocês** como segunda pessoa do

plural (2ª p. pl.), apresenta a variação brasileira comprovada pelo uso, como descrevem Bechara (2009, p. 166) e Castilho (2010, p. 477).

Desse modo, a conjugação verbal, indicativo do processo morfológico dos verbos mediante conjugação que expressa **tempo, modo, número e pessoa no discurso**, foi destacada com o uso de recursos como cor, destaque em itálico e em negrito para visualização do aprendiz no quadro de conjugação verbal referente a cada verbo. A vogal temática dos verbos que os distinguem em 1ª, 2ª e 3ª conjugação estão em itálico, como *jantar*, *comer*, *abrir*. A desinência que indica modo e tempo está na cor vermelha e em negrito, como *jantava***va**, *jantara***ra**, *jantasse***se**. A desinência que indica número-pessoa está em vermelho, como *jantava***vas**, *jantaste***te**, *jantávamos***mos**, *jantamos***mos**. Foram mantidos na conjugação os modos e as pessoas do discurso que estão em baixo uso ou em desuso como o pretérito mais-que-perfeito e a 2ª pessoa do plural. Neste recurso do Dicverb/PL2, foi disponibilizada a opção de imprimir a grade com as conjugações, ao clicar com o botão direito na tela de conjugação.

6 A MACROESTRUTURA DO DICVERB/PL2

A macroestrutura é o conjunto das partes que compõem o dicionário como um todo e contém elementos norteadores que conduzem o usuário à compreensão linguística da obra lexicográfica. Para isso, a proposta do Dicionário de aprendizagem para aprendizes de verbos do português do Brasil como segunda língua – Dicverb/PL2, está organizada com a seguinte estrutura: 1) *Apresentação da obra*, em português e em inglês; 2) *Guia de uso*; 3) *Lista de abreviaturas e símbolos*; 4) *Quadro fonético*; 5) *Bibliografia* utilizada na composição das referências teóricas e dos exemplos de uso e 6) *Recurso de busca*.

7. A MICROESTRUTURA DO DICIONÁRIO DE PSL

A microestrutura é unidade mínima autônoma; é também chamada de verbete ou de artigo lexicográfico. Essa unidade, no Dicverb/PL2, é composta por: 1) *Entrada*; 2) *Ortografia*; 3) *Transcrição da pronúncia*; 4) *Divisão silábica*; 5) *A(s) acepção(ões)*; 6) *Complemento verbal*; 7) *Exemplo de uso*; 8) *Marca de uso*; 9) *Preposição exigida pela regência verbal*, quando for o caso; 10) *Equivalência em inglês*; 11) *Versão do exemplo de uso e inglês*; 12) *Quadro de conjugação verbal* e 13) *Recurso auditivo da pronúncia*

do verbo. Assim sendo, ilustramos parte do produto concebido por meio da interface de



abertura e do verbete do verbo do Dicionário de aprendizagem de verbos do português do Brasil como segunda língua – Dicverb/PL2.

Figura 3: Exemplo de microestrutura do Dicverb/PL2

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, foi exposto parte do projeto de elaboração do Dicverb/PL2 que visa fornecer ao aprendiz iniciante de PSL informações que o auxiliem no conhecimento dos verbos da língua portuguesa como aspectos de fonética, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática da língua portuguesa e da cultura brasileira por meio do léxico. Informamos que as reflexões sobre o componente gramatical, o componente contextual, o componente conceitual e o componente de saída segundo a GDF, foram consideradas na elaboração do Dicverb/PL2. Esses componentes são abordados por meio dos elementos que compõem a microestrutura e a macroestrutura como categoria gramatical, tipos de complementos verbais, quadro de conjugações verbais, contextos situacionais, exemplos de uso dos verbos, marcas de uso, acepções, transcrição fonética, recurso de áudio. A

proposta está em fase de alimentação de dados e, após algumas reflexões, foi incluída mais uma língua, a italiana, que conta com uma parceria entre a Universidade de Brasília e a *Università di Pisa*.

Aspectos da sociedade e da cultura brasileira foram observados durante todo o processo de pesquisa, para que informar a realidade dos brasileiros, evitado os estereótipos, e que demonstre o Brasil como país com sustentabilidade própria que possui a língua portuguesa como língua oficial, língua com história, povo, Estado e Nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASÍLIO, M. **Formação de classes de palavras no português do Brasil**. 2ª ed. Editora Contexto, São Paulo, 2006.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, Ed. 37, 2009.

BIDERMAN, M.T.C. A ciência da lexicografia. In.: **ALFA: Revista de Linguística**. Universidade Estadual Paulista, São Paulo 28(suplemento), 1984a, p. 1-26.

BIDERMAN, M.T.C. O dicionário padrão da língua. In.: **ALFA: Revista de Linguística**. Universidade Estadual Paulista, São Paulo 28(suplemento), 1984b, p. 27-43.

BORBA, F. da S. **Uma gramática de valência para o português**. São Paulo. Editora Ática, 1996.

BORBA, F. da S. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. Editora UNESP. São Paulo, 2003.

CASTILHO, A. T de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo. Editora Contexto, 2010.

CHAFE, W. L. **Significação e estrutura linguística**. Wallace L Chafe; tradução de Maria Helena de Moura Neves, Odette G. L Altmann de S. Campos e Sonia Veasey Rodrigues. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

FARIAS, E. M. P. **Uma breve história do fazer lexicográfico**. In. Revista Trama. Vol. 3 nº5, 2007, p. 89-98.

FAULSTICH, E. L. de J. **Metodologia para projeto terminográfico**. UnB/IBICT. Brasília, 1990.

FAULSTICH, E. L. de J. **Da lingüística histórica à terminologia**. In: Revista Investigações Linguística e Teoria Literária. Ed. Universitária. V. 7. Recife, 1997.

FAULSTICH, E. L. de J. **Perspectivas da atividade terminológica no Brasil.** Terminologia: Questões Teóricas Métodos e Projetos, Lisboa, 1998.

FAULSTICH, E. L. de J. **Redes de remissivas em um glossário técnico.** In: Léxico e Terminologia (Coletânea de Textos). Universidade de Brasília, 1993, p. 174-184.

GOMES, P. V. N. **O processo de aquisição lexical na infância e a metalexigrafia do dicionário escolar.** (tese de doutorado) Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

HAENSCH, G. Aspectos prácticos de la elaboración de diccionarios. In: HAENSCH, G.; WOLF; Lothar; ETTINGER, Stefan; WERNER, Reinhold. **La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica.** Madrid: Gredos, 1982. p. 395-534.

HENGEVELD, K; MACKENZIE, J.L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based Theory of Language Structure.** Oxford. Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K; MACKENZIE, J.L. Functional Discourse Grammar. In: Heine, B; NARROG, H (Ed.). **The Oxford Handbook of Linguistic Analysis.** Oxford University Press, 2010.

ILARI, Rodolfo. **Linguística românica.** São Paulo, Ática. 1999.

LARA, L. F. **Teoría del diccionario monolíngüe.** México, El Colegio de México, 1996.

MAIA-PIRES, F. de O. **Proposta de dicionário de aprendizagem: descrição de alguns verbos no contexto do português do Brasil como segunda língua.** (tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

NASCIMENTO, M. F. B. do. **Português Fundamental: Vocabulário e Gramática.** Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. 1984.

RIO-TORTO, G; LOPES, A. C. M. **O essencial sobre semântica.** Lisboa. Editora Caminho, 2006.

TARP, S. Desafíos teóricos y prácticos de la lexicografía de aprendizaje. In.: XATARA, C, BEVILACQUA, C. E HUMBLÉ, P (org.) **Lexicografía pedagógica pesquisas e perspectivas.** Florianópolis. UFSC/NUT, 2008.

VERDELHO, T. Dicionários portugueses, breve história. In.: NUNES, J. H. **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro** / José Horta Nunes, Margarida Petter. – São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes, 2002.

WERNER, R. Léxico y teoría general del lenguaje. In.: In: HAENSCH, G.; WOLF; Lothar; ETTINGER, Stefan; WERNER, Reinhold. **La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica.** Madrid: Gredos, 1982. p. 395-534.

**GLOSSÁRIO SISTÊMICO INFORMATIZADO DE TERMOS
FORMADOS POR ELEMENTOS ERUDITOS: EMPREGO DE
FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NA ORGANIZAÇÃO DE
REMISSIVAS**

**COMPUTERIZED SYSTEMIC GLOSSARY OF TERMS FORMED
FROM ERUDITE ELEMENTS: USE OF TECHNOLOGICAL
TOOLS IN CROSS-REFERENCES ORGANIZATION**

Rebeka da Silva Aguiar⁸
Enilde Faulstich⁹

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa de doutoramento, desenvolvida no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. O objeto de estudo é a elaboração de um glossário sistêmico, um tipo de obra terminográfica que, por conter remissivas, cria caminhos para o leitor percorrer os termos relacionados (FAULSTICH, 1993). O objetivo deste artigo é demonstrar que o uso de ferramentas tecnológicas, na organização de um glossário sistêmico, possibilita o enlace de remissivas e cria campos lexicais conceituais com precisão. Os dados que comporão o corpo lexical do glossário foram recolhidos de livros didáticos do componente curricular Ciências da Natureza, difundidos pelo Plano Nacional

⁸ Professora substituta da Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora do Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm) da UnB. Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL/UnB.

⁹ Professora de Graduação e Pós-Graduação da Universidade de Brasília, coordenadora e pesquisadora da Linha de Pesquisa em Léxico e Terminologia, da área de concentração em Teoria e Análise Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL/UnB. Orientadora de Rebeka da Silva Aguiar no Doutorado em Linguística.

do Livro Didático (PNLD), triênio 2017, 2018 e 2019; a ferramenta de recolha dos dados foi o programa *Lexico 3*. O trabalho se assenta nos fundamentos da Terminologia e da Terminografia, com ênfase no glossário com remissivas, além de considerar os aspectos conceituais e práticos de hipertextos e *hyperlinks* como artefatos tecnológicos na sistematização de obras terminográficas. Com vistas a elaborar o glossário, seguimos os pressupostos apresentados por Faulstich (1993) e (2001), que explicitam proposta metodológica para a organização das remissivas nos suportes de divulgação, seja manual, seja digital. Os resultados demonstram que é possível considerar que o modelo de glossário sistêmico informatizado, aqui exposto, contribui para a apreensão de conceitos científicos e técnicos por estudantes em fase inicial de aprendizagem dos conhecimentos linguísticos com conteúdo complexo.

Palavras-chave: Glossário sistêmico. Remissivas. Ferramentas tecnológicas.

ABSTRACT

This paper is the result of a doctoral research developed at the Center for Lexical and Terminological Studies (LexTerm), linked to Postgraduate Program in Linguistics at the University of Brasília. The object of study is a systemic glossary which is a type of terminographic work with cross-references that create pathways for the user to relate the terms (FAULSTICH, 1993). The purpose of this article is to show that usage of technological tools, in a systemic glossary organization, it is able to link the cross-references and creates conceptual lexical fields with acceptable precision. The glossary's data were collected from didactic books of the Natural Sciences curricular component, disseminated by the National Textbook Plan (Plano Nacional do Livro Didático – PNLD), triennium 2017, 2018 and 2019; the data collection tool was the Lexico 3 program. The work is based on Terminology and Terminography resources whose focus is the glossary with cross-references, in addition to consider the conceptual and practical aspects of hypertexts and hyperlinks as technological artifacts in the systematization of terminographic works. We adopted the proposal made by Faulstich (1993) and (2001), which explain the methodological bases for organization of cross-references in the dissemination media, whether manual or digital, in order to elaborate the glossary. Results showed that it is possible to consider the model of computerized systemic glossary, above written, contributes to the apprehension of scientific and technical concepts by students in initial phase of learning linguistic knowledge with complex content.

Keywords: Systemic glossary. Cross-reference. Technological tools.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da pesquisa desenvolvida na Linha de Pesquisa em Léxico e Terminologia, do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB), para o cumprimento do doutorado em Linguística, durante o quadriênio 2015-2018. Nesse espaço de tempo, recebemos apoio financeiro da Fundação

de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Apresentaremos a síntese da pesquisa, de acordo com os seguintes passos: i) discussão da função de remissivas em um glossário sistêmico informatizado; ii) discussão acerca de ferramentas tecnológicas para elaboração de um glossário sistêmico; iii) descrição e análise de termos que contêm elementos eruditos frequentes nos livros didáticos do EFII, sobretudo, nos exemplares de Ciências da Natureza; iv) composição e funcionamento do glossário sistêmico para a aprendizagem da terminologia, referida em iii.

Optamos por criar um modelo de glossário sistêmico¹⁰ porque termos com formativos eruditos são de difícil compreensão pelos alunos do 6º ano do Ensino do EFII. Esses termos, quando se inter-relacionam, facilitam a compreensão dos significados porque circulam entre os pares conceituais e formam um conjunto com significados próximos. No Brasil, a elaboração de dicionários escolares, assim como a difusão para uso por estudantes e professores, é recente, pois, somente, em 2001, o Ministério da Educação, por meio do Plano Nacional do Livro Didático - PNLD, publicou o primeiro edital, convocando editores a participar de propostas de livros com feição de dicionários escolares. Essas obras têm por meta descrever a linguagem comum com vistas a auxiliar o aluno durante a aprendizagem da leitura e da escrita em Língua Portuguesa. Sob a compreensão da lexicografia, os dicionários deveriam apresentar vocabulário, tanto do léxico comum quanto do léxico das linguagens de especialidade, condizente com a faixa etária do aluno e o ano escolar. Analisamos diversos dicionários e percebemos que as obras apresentavam resultados insatisfatórios pela descrição inconsistente que apresentavam.

Selecionamos, então, para uma avaliação mais detalhada o *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Aurélio Júnior*, tipo 3, com mais de 30.000 verbetes, porque é destinado a estudantes do EFII. Sob o ponto de vista da análise linguística e do padrão lexicográfico para fins de uso na prática escolar, as definições dos termos científicos e técnicos não designam conceitos adequados ao repertório linguístico de alunos que estão na faixa etária de 11 a 14 anos.

Dada a problemática da pesquisa, motivada pela ausência de critérios na elaboração de obras lexicográficas e de glossários científicos e técnicos de natureza escolar, elegemos, para o artigo, como questão central: A remissiva é uma relação essencial na criação de um glossário escolar para estudantes do 6º ano do EFII? Nossa

¹⁰ O glossário está disponível no site: <https://rebekadoutorado.wixsite.com/cienciasdanaturezaef>.

proposta é analisar de que maneira a remissiva, com o auxílio dos dispositivos tecnológicos, podem ser úteis na elaboração do verbete. A hipótese norteadora partiu do princípio de que a descrição semântica dos formativos eruditos, por meio das remissivas, pode indicar para os estudantes os conceitos dos termos, e, conseqüentemente, contribuir para a aprendizagem de termos relacionados, visto que o discurso científico possibilita a interação linguística se o discurso estiver no nível de compreensão do estudante – criança, jovem ou adulto (FAULSTICH, 2013).

O percurso metodológico deste estudo segue a abordagem qualitativa e os procedimentos exploratório, descritivo e analítico. Os dados foram coletados de livros didáticos da disciplina Ciências da Natureza, utilizados pelos alunos do 6º ano do EFII. Conforme já destacamos, para a constituição dos dados, selecionamos termos que contivessem na estrutura morfológica elemento erudito, entendido como estrutura linguística proveniente do latim ou do grego, empregada na formação de termos de áreas do conhecimento especializado, como astronomia, zoologia, botânica, geologia, paleontologia e mineralogia, entre outros (CAMPOS, 1935, p. 17 *apud* CUNHA, 1975, p. 126). Identificamos oito estruturas de reconhecimento, para a seleção dos dados, a saber: i) prefixo + base presa (*epífito*); ii) prefixo + base livre (*microrganismo*); iii) base presa + sufixo (*glicose*); iv) base presa + base presa + sufixo (*geocentrismo*); v) base presa + base presa (*ecologia*); vi) base presa + base presa + base livre (*biogeocenose*); vii) base presa + base livre (*geofísica*); viii) base presa + base presa + base presa (*paleontologia*) (ABREU, 2012). A seleção dessas estruturas considerou a constituição interna dos termos.

A teoria de base terminológica se sustenta no modelo de glossário sistêmico, proposto por Faulstich (1993), que, segundo a autora, é constituído por remissivas, resultantes das relações semânticas, como, hiperonímia, hiponímia, sinonímia, antonímia e domínio conexo, que permitem organizar campos lexicais afins. No glossário sistêmico, os campos lexicais são empregados na sistematização de termos relacionados por afinidade conceitual, assim uma obra pode apresentar a terminologia ordenada de acordo com as remissivas ou segundo a ordem alfabética contínua (FAULSTICH, 1993).

2 AS REMISSIVAS E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Com os avanços tecnológicos, o processo de remissão se tornou mais eficaz nos dicionários e glossários eletrônicos, por causa dos *hiperlinks* e da formação de

hipertextos, ocasionados pelos campos lexicais hiperonímicos, hiponímicos, sinonímicos, antonímicos ou por conceito conexo; também a eficácia da tecnologia recai nas informações da microestrutura, como na constituição morfológica do termo. No processo de organização dos conceitos no *Glossário Sistêmico de termos formados por elementos eruditos para estudantes do 6º ano do EFII*, elaborado como produto final da Tese de Doutorado, utilizamos os *hiperlinks* na sistematização dos termos. O conjunto dos *hiperlinks* nos verbetes resultaram em hipertextos, um tipo de apresentação de informações, em que o leitor do glossário tem a possibilidade de selecionar diversas maneiras para compreender o significado do termo-entrada, tendo em vista que os *hiperlinks* marcam as remissivas, que, por sua vez, permitem ao consulente, de modo funcional, acessar a obra.

Conforme Faulstich (1993), as remissões são úteis para descrever o conceito na paráfrase definicional dos termos das áreas do conhecimento, porque as definições terminográficas exigem explicação de outros termos presentes no texto do verbete. Ainda, para Faulstich (1993, p. 174), remissiva é:

cada item léxico que possui conteúdo semântico próprio. É, formalmente, a unidade semântica contida numa definição, ou seja, aquela palavra que provoca no leitor a curiosidade de saber o que significa, para que ele possa melhor compreender o conteúdo definicional do termo-entrada. Funcionalmente, as remissões se constituem em verdadeiros trajetos de constituição de significados. (FAULSTICH, 1993, p. 174).

Ademais, a remissão é “o processo de remeter a informação de um ponto a outro” (FAULSTICH, 1993, p. 91). Nas palavras da autora, a remissiva garante sentido completo ao termo-entrada, uma vez que a função principal é complementar o significado de determinado termo ainda não exaurido na definição. Em vista disso, “caberá ao lexicógrafo funcionar como um guia dentro da própria obra, a fim de abastecer o leitor de informação” (FAULSTICH, 1993, p. 92). Um glossário com remissões se constitui de termos relacionados semanticamente entre si, de tal modo que cria dependência conceitual entre os termos, porque as unidades terminológicas se complementam à medida que abrem caminhos para o consulente transitar entre os conceitos durante a busca de um significado. Também “cabe ao lexicógrafo/terminógrafo não se esquecer de que cada correlato produz uma remissiva, de que cada remissiva constitui uma nova entrada e de que cada entrada deve ter uma definição” (FAULSTICH, 1993, p. 92).

Para Faulstich (1993, p. 92), “Uma remissiva se autodetermina. Caberá ao lexicógrafo atentar para o reconhecimento desse item lexical como uma novidade semântica. O que denuncia a novidade é justamente a necessidade de o usuário saber que um termo se esclarece por sua definição”. Assim, o item remissivo no verbete tem a finalidade de complementar a informação contida na definição, que, em alguns contextos, pode não apresentar um conceito completo para o leitor. Ainda: “Se, ao ler uma definição, o usuário apresentar deficiências de compreensão porque no texto definicional estão contidas “expressões” que desconhece, deverá ele ser instruído a buscar aquelas informações novas”. Faulstich (1993, p. 92). Nesse sentido, no glossário sistêmico, é imprescindível que o terminógrafo crie um hipertexto capaz de direcionar o leitor para a consulta do material, por meio de um tutorial com instruções de consulta na macroestrutura do exemplar. Os artefatos da informática dispõem de uma série de mecanismos úteis para a feitura de obra dessa natureza.

A remissiva é a principal característica do glossário sistêmico, porque leva o leitor a buscar os lexemas (palavras lexicais da linguagem comum) ou os termos (palavras das linguagens de especialidade), indicados pela abreviatura V. = Veja, encontrada logo no final do verbete de dicionários ou de glossários impressos e, nos hiperlinks, quando se trata de glossários informatizados. Nesse contexto, a remissiva é o item da microestrutura de um glossário responsável por auxiliar o leitor a buscar significados dos termos, por isso funciona como trajetos nos glossários, ao formar uma rede conceitual entre os termos (FAULSTICH, 1993).

Dada a relevância desse tipo de obra terminográfica, Faulstich (2010, p. 178) afirma: “o glossário é um documento terminológico objetivo, dirigido a usuários específicos que procuram informações lexicais e semânticas precisas, com vistas a melhorar o desempenho linguístico e a aperfeiçoar o conhecimento profissional”. Se o glossário é de interesse dos usuários, com vistas a ampliar os conhecimentos acerca de determinado assunto, as remissivas são elementos conceituais essenciais no estabelecimento de relações semânticas entre os termos. Faulstich (1993 p. 93) propõe cinco tipos de remissivas por “hiperonímia, hiponímia, sinonímia, antonímia e por conceito conexo”. Neste artigo, apresentamos as remissivas que se organizam pelas relações de hiperonímia, hiponímia e sinonímia, que melhor possibilitam a apreensão dos significados do termo e formam campos conceituais interconectados.

Um conceito unificado de ideias e de dados interconectados é, no dizer Theodor Nelson, criador do termo hipertexto nos anos sessenta, elemento da editoração, de tal modo que esses dados possam ser editados em computador. Em 1992, Nelson declara que essa instância põe em evidência não só um sistema de organização de dados, como também um modo de pensar (NELSON, 1992). Nessa perspectiva, o hipertexto no glossário pode ser um conjunto de informações formadas por remissivas, com base nos *hiperlinks* porque, no hipertexto:

a informação é organizada como uma rede em que os nós sejam porções de textos (ex. lista de itens, parágrafos, páginas) e links são relações entre esses nós (ex. associações semânticas, expansões, definições, exemplos; virtualmente qualquer tipo de relação que possa ser imaginada entre duas passagens de texto) (ROUET; LEVONEN; DILLON; SPIRO, 1996, p. 3).

Ainda que os glossários se reconfigurem por aparatos tecnológicos, remodelados por hipertexto e por *hiperlinks*, preservam características históricas e sociais, porque desempenham função sociocomunicativa, em situações de uso pragmático e se diferenciam uns dos outros, justamente porque, nas interações verbais, os glossários têm a função de fornecer informações consistentes ao leitor.

Para Coscarelli (2009, p. 554), os hipertextos são “[...] textos não lineares que oferecem links ou elos de ligação para outros textos, que podem, inclusive, ser imagens, gráficos, vídeos, animações, sons”, por isso, na elaboração do glossário terminográfico, utilizamos alguns desses recursos, que serviram não só para distribuir as informações no verbete, mas também para enriquecer o suporte digital de veiculação. Com efeito, os artefatos da informática têm revolucionado a terminografia, principalmente, quando se trata de materiais terminográficos indicados para estudantes que se encontram em franco processo de aprendizagem de conteúdos científicos e técnicos; as disciplinas de Ciências da Natureza, Matemática e Geografia, sobretudo, compõem-se de amplo repertório terminológico.

3 METODOLOGIA

Na pesquisa de natureza qualitativa, seguimos procedimentos metodológicos exploratório, descritivo e analítico, com o objetivo de elaborar um glossário com remissivas que atendam às peculiaridades linguísticas dos estudantes do 6º ano EFII. O primeiro procedimento adotado foi a delimitação do público-alvo, a principal decisão a

ser assumida pelo pesquisador na elaboração de um glossário terminográfico. O tipo de leitor determina o *layout*, as figuras, os esquemas, as cores, o tamanho das fontes, a linguagem a ser empregada na escrita da definição, e, sobretudo, as idiossincrasias do público-alvo. Sobre este último aspecto, Faulstich (1995a, p. 21) afirma que “o usuário é uma boa pista para a seleção da área de conhecimento a ser sistematizada, porque é ele quem denuncia a falta de documentos de referência para ampliar seus conhecimentos”. Essa tomada de decisão interfere tanto no conteúdo linguístico e extralinguístico, veiculado nos glossários, quanto na tipologia e na estrutura de obras terminográficas.

O segundo procedimento diz respeito à eleição dos padrões estruturais utilizados para a seleção dos dados. Seguimos os mecanismos morfológicos dos termos constituídos por formativos eruditos, descritos por Basílio (1987), Villalva (1996), Alves (2007) e Cunha & Cintra (2008): i) prefixo + base presa (epífito); ii) prefixo + base livre (microrganismo); iii) base presa + sufixo (glicose); iv) base presa + base presa + sufixo (geocentrismo); v) base presa + base presa (fitoplâncton); vi) base presa + base presa + base livre (biogeocenose); vii) base presa + base livre (geofísica); viii) base presa + base presa + base presa (paleontologia).

O terceiro procedimento empregado foi a recolha dos termos e dos contextos de ocorrência, em quatro etapas: (i) identificação dos livros didáticos, utilizados nas aulas ministradas pelos professores de Ciências da Natureza; (ii) leitura dos livros didáticos para tomada de decisão acerca do léxico de especialidade; (iii) extração dos candidatos a termos, de forma manual; e (iv) extração dos candidatos a termos, pelo programa *Lexico 3*. A recolha dos dados foi feita com o propósito de compor o *corpus* definitivo da pesquisa; na recolha manual dos dados, foram identificados 114 termos, e mais 46, por meio do programa *Lexico 3*, o que resultou em um total de 160 termos. O programa confirmou os dados identificados manualmente. Dos 160 termos, foram selecionados 87, de acordo com as características morfológicas, para compor entradas no glossário.

Como quarto procedimento, foi feito o levantamento das definições dos termos formados por elementos eruditos no DAJ (2011). As definições foram reescritas com base nos princípios da divulgação científica, que consiste na reelaboração da linguagem do texto definatório em conformidade com as singularidades linguísticas dos usuários. Nessa etapa, em primeiro lugar, identificamos os itens lexicais ocorridos nas definições, que exigiam adaptação, e, em segundo lugar, adequamos esses itens ao nível linguístico do estudante do 6º ano do EFII.

No quinto procedimento, fizemos a categorização dos termos constituídos por formativos eruditos. As combinações morfológicas seguiram os padrões estabelecidos por Basílio (1987), Villalva (1996), Alves (2007) e Cunha & Cintra (2008), como demonstramos a seguir.

Quadro 1A: Categorização dos termos formados por elemento erudito

Prefixo FORMATIVO ERUDITO + base presa FORMATIVO ERUDITO		Prefixo FORMATIVO ERUDITO + base livre		Base presa FORMATIVO ERUDITO + sufixo FORMATIVO ERUDITO		Base presa FORMATIVO ERUDITO + base presa FORMATIVO ERUDITO	
Termo	Estrutura	Termo	Estrutura	Termo	Estrutura	Termo	Estrutura
anfíbio	<i>anf(i)- + -bio</i>	subsolo	<i>sub- + solo</i>	glicose	<i>glic(i/o)- + -ose</i>	biosfera	<i>bio- + -sfera</i>

Fonte: Aguiar (2018).

Quadro 2B: Categorização dos termos formados por elemento erudito

Base presa FORMATIVO ERUDITO + base livre		Base presa FORMATIVO ERUDITO + base presa FORMATIVO ERUDITO + base livre		<i>Base presa + base presa + base presa</i>	
Termo	Estrutura	Termo	Estrutura	Termo	
biocombustível	<i>bio- + combustível</i>	biogeocenose	<i>bio- + ge(o)- + cenose</i>	paleontologia	<i>pale(o)- + ont(o)- + logia</i>

Fonte: Aguiar (2018).

O sexto procedimento foi a coleta do significado dos formativos em compêndios gramaticais e em dicionários da língua portuguesa. Com a finalidade de examinar se houve modificação de significado nos termos formados por elementos eruditos, ordenamos a pesquisa em dois momentos por datas, quais sejam: (i) de 1904 a 1972; (ii) de 1972 a 2000. No quadro subsequente, listamos os nomes das gramáticas pesquisadas, acompanhadas dos respectivos autores e ano.

Quadro 3: Percurso histórico das gramáticas

Gramática	Autor	Ano
Grammatica Portugueza	João Ribeiro	1904
Serões gramaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa	Ernesto Carneiro Ribeiro	1915
Grammatica Portugueza	Alfredo Gomes	1915
O Exame de Portuguez	Júlio Nogueira	1918
Gramática Normativa da Língua Portuguêsa	Francisco da Silveira Bueno	1944
Gramática Metódica da Língua Portuguesa: curso único e completo	Napoleão Mendes de Almeida	1952
Gramática Normativa da Língua Portuguêsa	Carlos Henrique da Rocha Lima	1962
Gramática Secundária da Língua Portuguesa	M. Said Ali	1965
Curso prático da língua portuguesa e sua literatura	Jânio Quadros	1969
Estudos de Lexicologia do Português	Mário Vilela	1994
Nova gramática do português contemporâneo	Celso Cunha e Luis F. Lindley Cintra	2008
Moderna Gramática Portuguesa	Evanildo Bechara	2009

Fonte: Aguiar (2018).

A organização dos significados em um quadro se deu simultaneamente à identificação. Sistematizamos os dados em três colunas que continham o formativo erudito, o padrão

morfológico, o nome das gramáticas e dos respectivos autores. Cumpre ressaltar que alguns elementos eruditos foram encontrados em todos os compêndios, outros, por sua vez, apenas em alguns, como, por exemplo, *fol(o)-*, descrito no quadro 4:

Quadro 4: Significado do formativo erudito

<i>fol(o)-</i>	Prefixo grego <i>photo, phos</i> = luz	Serões gramaticaes ou Nova grammatica portuguesa, de Ernesto Carneiro Ribeiro, 1915.
	Derivado grego <i>phôs - photôs</i> = luz	Gramática Metódica da Língua Portuguesa, Napoleão Mendes de Almeida, 1952.
	Radical grego <i>phôs, photos</i> = luz	Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de Carlos Henrique da Rocha Lima, 1962.
	Radical grego <i>fos, fot-os</i> = luz	Gramática Secundária da Língua Portuguesa, M. Said Ali, 1965.
	Antepositivo do grego <i>fos</i> = luz	DH, Antônio Houaiss, 2001.
	Radical grego <i>fôs, fotôs - phos, photôs</i> = luz	Moderna gramática portuguesa, de Evanildo Bechara, 2009.

Fonte: Aguiar (2018).

No sétimo procedimento, organizamos todos os dados na ficha terminológica. Os campos que integram a ficha terminológica são: + entrada + categoria gramatical + gênero ± sinônimo + definição + fonte da definição + o contexto + fonte do contexto + remissiva (FAULSTICH, 2010). O sinal + indica que os campos são de preenchimento obrigatório na ficha, porque são itens essenciais para a elaboração do verbete. O sinal ± indica que o preenchimento do campo no verbete fica a cargo do terminógrafo, em conformidade com o objetivo do exemplar. Os verbetes foram dispostos na ordem alfabética do português. A seguir, exemplificamos, em dois quadros, os modelos que desenvolvemos; primeiramente a organização da ficha vazia, a ser preenchida, e, em seguida, a ficha preenchida.

Quadro 5: Ficha terminológica

Fonte: Faulstich (2010).

No quadro 6, que segue, a ficha terminológica está preenchida com o termo *biosfera*.

FICHA TERMINOLÓGICA	
1	
1. entrada	Biosfera
2. categoria gramatical	Nome
3. gênero	Feminino
4. sinônimo (s)	Ecosfera
5. área	
6. definição	Conjunto dos ecossistemas formado pela hidrosfera, atmosfera e litosfera onde habitam os seres vivos.
7. fonte da definição	LDPA (2014).
8. contexto	<i>A Biosfera é formada por vários ecossistemas, distribuídos ao redor do planeta.</i>
9. fonte contexto	LDPA (2014).
10. remissivas	Ecossistema, atmosfera, hidrosfera e litosfera.
11. autor	Rebeka da Silva Aguiar
12. redator	Rebeka da Silva Aguiar
13. data	22/03/2017

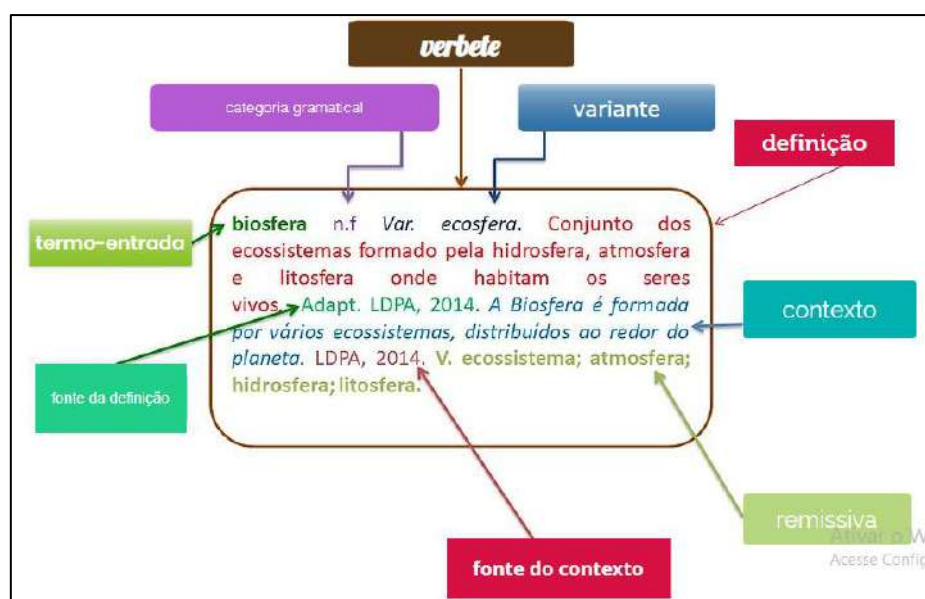
Quadro 6: Ficha terminológica preenchida

FICHA TERMINOLÓGICA	
Número	
1. entrada	
2. categoria gramatical	
3. gênero	
4. sinônimo (s)	
5. área	
6. definição	
7. fonte da definição	
8. contexto	
9. fonte contexto	
10 remissivas	
11. autor	
12. redator	
13. data	

Fonte: Aguiar (2018).

Feita a ordenação dos dados na ficha terminológica, o conteúdo foi transcrito para a microestrutura, conforme a figura 1: Verbetes.

Figura 1: Verbetes



Fonte: Aguiar (2018).

Na próxima seção, apresentaremos o modelo do glossário com remissiva, no suporte digital do editor do site *Wix*.

4 A ORGANIZAÇÃO DOS VERBETES NO GLOSSÁRIO REMISSIVO POR MEIO DAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS

Na elaboração do *Glossário sistêmico de termos formados por elementos eruditos para estudantes do 6º ano do EFII*, disponível gratuitamente, no site <https://rebekadoutorado.wixsite.com/cienciasdanaturezaef>, adotamos uma plataforma *online* para a criação de *sites*, repleta de dispositivos que propiciam o controle dos dados no espaço virtual. Com o propósito de elaborar esse dispositivo eletrônico, utilizamos painel de controle *online*, formado de *templates* profissionais, que são modelos de *websites* prontos. Cada *template* contém atributos específicos, de acordo com o objetivo do site que o programador deseja produzir, para tanto é necessário criar e editar as páginas com os materiais previamente

escolhidos. No caso da obra terminográfica, em questão, inserimos no editor *Wix* todo o material da macroestrutura e da microestrutura no formato *Word*. Ademais, este programa propicia adicionar animações, textos, imagens, botões de navegações, músicas, *slideshow*, vídeos, entre outros. Esse editor de *site* também admite o armazenamento e a manutenção de informações, quando houver carência de atualização. Ainda, no que se refere ao editor *Wix* para a criação de página web, é preciso registrar na plataforma um e-mail e uma senha; após esse processo, o programador necessita clicar no botão *criar*, e terá à disposição um acervo com modelos para a elaboração do *site*. Depois desse procedimento, basta clicar em editar e iniciar a criação. Na figura 2, apresentamos a página inicial do glossário:

Figura 2: Página inicial do glossário



Glossário sistêmico de termos formados por elementos eruditos para estudantes do 6º do EFII

Produzido no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos - Centro Lexterm

Apresentação Como usar este glossário Abreviaturas e símbolos Busca Ficha técnica e referências

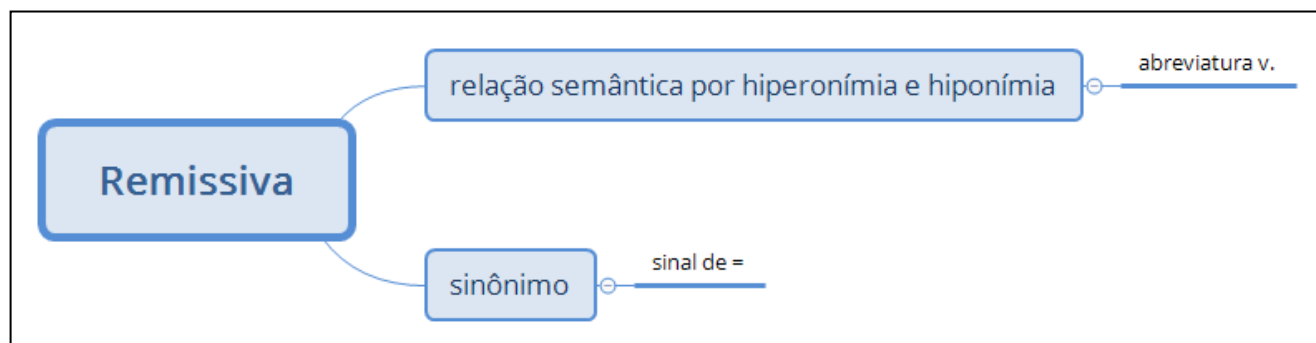
Bem-vindo ao glossário escolar de termos formados por elementos eruditos!

O Glossário de termos formados por elementos eruditos foi criado especialmente para o estudante do 6º ano do Ensino Fundamental II. Aqui, você encontrará 87 termos, campos lexicais, definições, contextos e ilustrações relacionadas aos seres vivos, meio ambiente e planeta. Este material tem o objetivo de auxiliar você estudante na compreensão dos significados dos termos.

Fonte: Aguiar (2018).

No glossário, instituímos dois critérios para estruturar as remissivas, a saber: (i) relação semântica por hiperonímia e hiponímia, que será indicada pela abreviatura *v. de ver*; e (ii) sinônimo, que será indicado pelo sinal de igual =, em conformidade com a ilustração da figura subsequente:

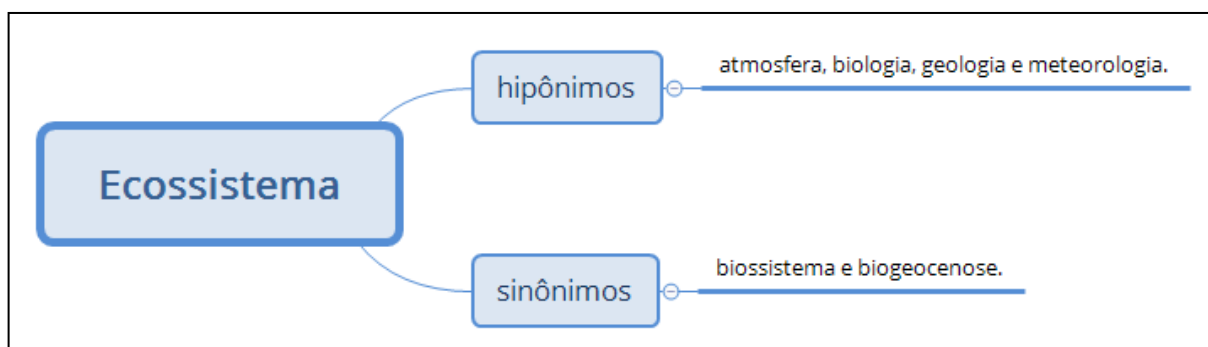
Figura 3: Remissiva



Fonte: Aguiar (2018).

Na figura 4, exemplificamos o registro do termo ecossistema, com as respectivas remissivas por hipônimos e por meio dos sinônimos.

Figura 4: Remissiva



Fonte: Aguiar (2018).

Na figura 5, exemplificamos o verbete ecossistema inserido no glossário digital. As remissivas foram organizadas numa caixa de texto de cor azul escura e com letras brancas, com vistas a chamar a atenção do consulente. Como se observa na figura 5, os sinônimos se situam logo após a categoria gramatical, os hipônimos se situam, logo após a fonte do contexto. Para acessar o item remissivo, basta clicar sobre o termo com o botão esquerdo do mouse, se for no computador, ou no celular basta dar um clique, pois são hiperlinks.

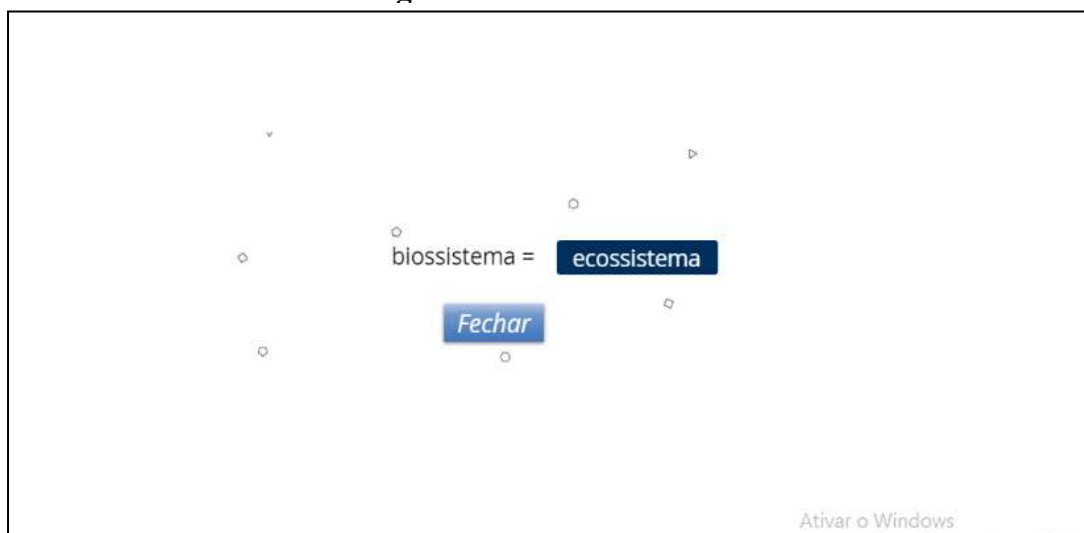
Figura 5: Verbetes ecossistema



Fonte: Aguiar (2018).

Na figura, aparece o hipertexto com destaque ao conteúdo terminológico, que possibilita o leitor caminhar entre os conceitos de forma não linear e adquirir os conhecimentos por meio das relações facilitadas pelos *hyperlinks*. Assim, ao clicar no sinônimo *biosistema*, automaticamente, o leitor é levado ao termo remissivo, que revelará o mesmo significado do

Figura 6: Verbetes biosistema



termo entrada *ecossistema*, como podemos ver na figura 6. Cumpre ressaltar que esse processo ocorre com todos os termos relacionados do glossário.

Fonte: Aguiar (2018).

Na figura 7, o item remissivo *geologia* é um hipônimo do verbete de *ecossistema*:

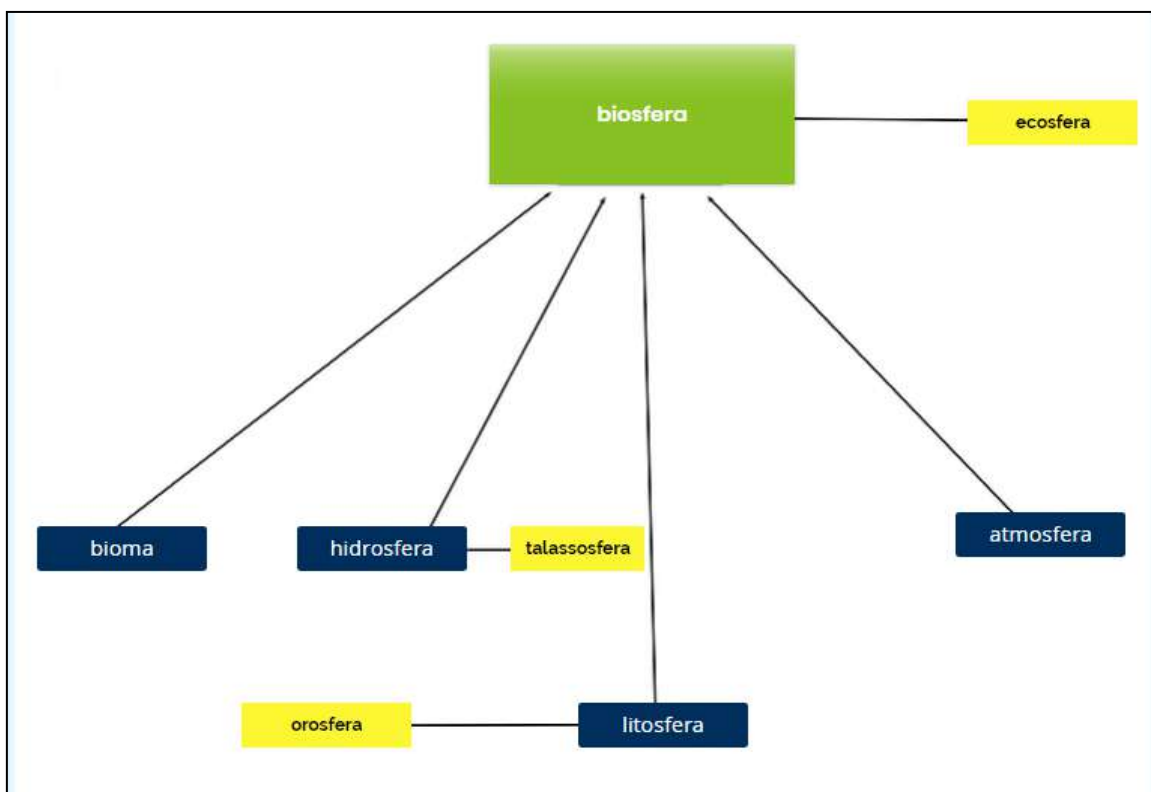
Figura 7: Verbetes geologia



Fonte: Aguiar (2018).

Na figura 8, tanto os sinônimos quanto os hipônimos estão ligados por *hiperlinks*, portanto são remissivas. Dessa maneira, o leitor poderá clicar em cima da caixa de texto do termo *biosfera*, e, imediatamente, aquela ferramenta remete a esse termo-entrada. Em seguida, o campo lexical da figura 8 é constituído do hiperônimo *biosfera*, termo que está inserido na parte superior do esquema e que abriga conteúdos semânticos de outros termos inclusivos, a saber, os hipônimos *bioma*, *hidrosfera*, *atmosfera* e *litosfera*; dos sinônimos *ecosfera*, *talassosfera* e *orosfera* que são equivalentes, por estarem no mesmo nível hierárquico que os termos-entrada.

Figura 8: Campo lexical

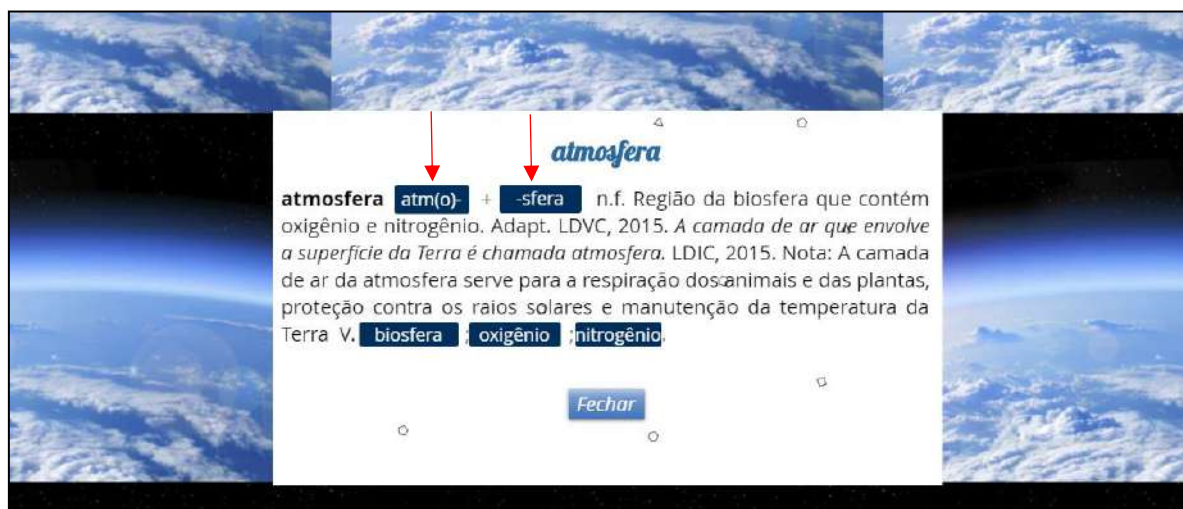


Fonte: Aguiar (2018).

Neste campo lexical, empregamos o recurso de cores, por exemplo, o verde indica o hiperônimo, o azul corresponde ao hipônimo e o amarelo é o sinônimo. Este campo lexical, ilustra, que, de fato, o glossário se constitui de hipertexto pelas associações formadas automaticamente por meio dos *hyperlinks*, pois possibilita ao leitor várias formas de pesquisar os conceitos, e conseqüentemente, entender o conteúdo do verbete.

Além dos *hyperlinks* nos hiperônimos, hipônimos e sinônimos, também empregamos essa ferramenta tecnológica nos formativos eruditos que compõem a estrutura morfológica dos termos, conforme está ilustrado na figura 9:

Figura 9: Termo atmosfera



Fonte: Aguiar (2019).

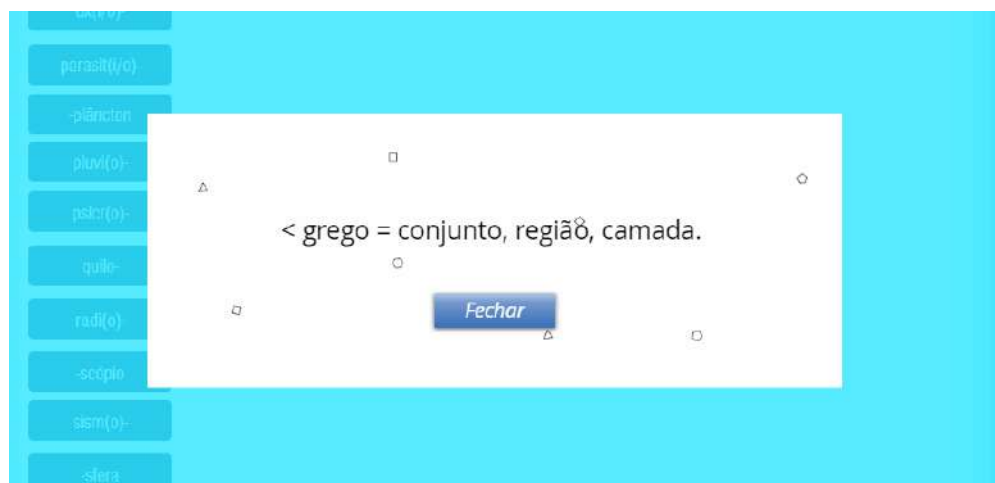
Quando o leitor clica no formativo erudito *atm(o)-* e *-sfera*, automaticamente é direcionado ao significado. As figuras que seguem – 10 e 11 - demonstram o próximo *template*, após o clique:

Figura 10: Significado de *atm(o)-*



Fonte: Aguiar (2018).

Figura 11: Significado de *-sfera*



Fonte: Aguiar (2018).

A aplicação de um modelo de glossário sistêmico com o uso dos elementos tecnológicos facilitou a organização dos itens remissivos ao formar um hipertexto com termos, imagens, cores, movimentos, formas geométricas e botões com *hyperlinks*. Os elementos tecnológicos são de grande utilidade para o entendimento do conceito, por isso devem ser inseridos em conjunto no suporte de divulgação. Para que o objetivo seja alcançado, devem ser planejados para que o resultado seja bem-sucedido.

5 CONCLUSÃO

Tivemos a intenção de demonstrar, neste artigo, que remissivas são componentes essenciais de um verbete, para que o leitor amplie a compreensão de significados, por meio das relações lexicais. Cabe destacar a eficiência das ferramentas tecnológicas na elaboração de um glossário sistêmico, porque possibilita que a consulta seja feita por caminhos interligados, criando uma rede conceitual, organizada por hiperônimos, hipônimos e sinônimos. Esse trajeto conduz o leitor a identificar o significado dos formativos e tem o papel de facilitar o entendimento do conceito, da definição, do significado contextual, por meio das relações entre os termos que contêm formativos eruditos. A elaboração de obras terminográficas exige parâmetros de metalexigrafia, próprios para o desenvolvimento de glossários, de acordo com os princípios da Terminologia e da Terminografia. Em nossa pesquisa sobre o uso de dicionários no ensino fundamental, detectamos que os dicionários precisam de aperfeiçoamento didático para atrair o leitor. Optamos pelo dicionário de tipo 3 de Ciências Naturais por entender que as relações lexicais – as remissivas – constituem-se de termos que exigem conhecimento

além do que estava exposto no material em uso nas escolas, uma vez que continham informações áridas, a começar pela morfologia que subjaz na formação da terminologia especializada.

Constatamos, a partir de então, que a elaboração de um glossário, com fundamentação linguística e com recursos da informática, pode servir de modelo para outros projetos de mesma natureza, com vistas a suprir deficiências na aprendizagem das disciplinas escolares, como, por exemplo, de Ciências Naturais. Verificamos, na prática, que ferramentas tecnológicas são essenciais para a elaboração de glossários sistêmicos e de dicionários, porque possibilitam consulta mais rápida do que em materiais editados em papel, além do que tornam a busca do conhecimento mais amigável.

Esperamos, por fim, que este artigo, resultante de uma pesquisa para o doutoramento em Linguística, contribua para o desenvolvimento de novas pesquisas na área da Lexicografia e da Terminografia, para que glossários e dicionários sejam, efetivamente, material didático de consulta prazerosa pelos estudantes.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sabrina Pereira de. Sobre a presença de elementos eruditos na formação de termos: entre a derivação e a composição. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). **As ciências do léxico**: Lexicologia, lexicografia, Terminologia. Campo Grande: UFMS, 2012. Versão revisada e ampliada. Disponível em: <https://sites.google.com/site/sabrinapereiradeabreu/>. Acesso em 6 jan. 2019.

AGUIAR, Rebeka da Silva. **Glossário sistêmico como material didático**: descrição de termos formados por elementos eruditos. 2018. 253 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**: curso único e completo. 6 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1952.

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo**: criação lexical. Série Princípios, 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

BASÍLIO, Margarida. **Teoria Lexical**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

BECHARA. Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUENO, Francisco da Silveira. **Gramática Normativa da Língua Portuguêsa**. São Paulo: Saraiva & CIA, 1944.

COSCARELLI, Carla Viana. Textos e hipertextos: procurando o equilíbrio. **Linguagem em (Dis)curso**. V. 9, N. 3. Palhoça, Santa Catarina, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v9n3/06.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

CUNHA, Celso Ferreira. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1975.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro. Lexikon, 2008.

FAULSTICH, Enilde. Redes de remissões em um glossário técnico. In: MACIEL, A. M. B. **Cadernos do IL**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

_____. **Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação**. Universidade de Brasília. Brasília, 1995.

_____. Para gostar de ler um dicionário. In: **Pelos caminhos da dialetologia e da sociolinguística: entrelaçando saberes e vidas – homenagem a Socorro Aragão**, São Luís: Edufma, 2010.

_____. Proposta metodológica para elaboração de léxicos, dicionários e glossários. Brasília: [s.n.], 2001. Disponível em: <http://canaluniversitario.desenvolvimento.gov.br/monografias/doc/met_can_uni.zip>. Acesso em: 1 jun. 2012.

_____. A Terminologia da criança na conversa do dia a dia. In: **Terminologia: uma ciência interdisciplinar**. MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NADIN, Odair Luiz. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

GOMES, Alfredo. **Grammatica Portugueza**. 16 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1915.

NELSON, Theodor Holm. **Opening hypertext: a memoir**. In: TUMAN, M. C. (Ed.). Literacy online. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1992.

NOGUEIRA, Júlio. **O Exame de Portuguez**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora de Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.

QUADROS, Jânio. **Curso prático da língua portuguesa e sua literatura**. 3 ed. São Paulo: Editôra Formar Limitada, 1969.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões gramaticaes ou Nova grammatica portugueza**. 2 ed. Bahia: Livraria Catilina, 1915.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**. 11 ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1904.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguêsa**. Rio de Janeiro: F. Editora Briguiet & CIA, 1962.

ROUET, Jean-François; Jarmo J. LEVONEN; Andrew DILLON & Rand J. SPIRO (eds.).
Hypertext and Cognition. Mahwah, N.J., Lawrence Erlbaum, 1996.

SAID ALI, M. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. 6 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

VILARINHO, Michelle M. de Oliveira; FAULSTICH, Enilde. As remissões em dicionários eletrônicos de língua portuguesa: ontologia e *hyperlinks*. In: **Caligrama Revista de estudos românicos**. Tema: Lexicologia e Lexicografia, v. 18, n. 2, 2013.

VILLALVA, Alina. **Respostas da Morfologia à pergunta dos terminólogos**. Comunicação apresentada no curso "Terminologias Científicas e Técnicas", organizado pela União Latina e ILTEC, no âmbito da Universidade de Verão / Cursos da Arrábida, em julho de 1996.

VILELA, Mario. **Estudos de Lexicologia de Português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

A MULTIMODALIDADE EM DICIONÁRIOS BILÍNGUES ELETRÔNICOS PORTUGUÊS-ESPAANHOL/ESPAANHOL-PORTUGUÊS

MULTIMODALITY IN ELECTRONIC BILINGUAL DICTIONARIES PORTUGUESE-SPANISH/SPANISH-PORTUGUESE

Mariana Daré Vargas Campos¹¹

Odair Luiz Nadin¹²

RESUMO

Neste trabalho, apresentam-se reflexões sobre a multimodalidade em dicionários eletrônicos bilíngues português-espanhol/espanhol-português. Apresentam-se conceitos sobre Lexicografia Eletrônica e dicionários eletrônicos (Casañas, 2003; Leffa, 2006; Lew, 2010; Braga, 2013; Fuentes Morán, 2015; Vargas; Nadin, 2016; Maldonado, 2017), e Lexicografia Multimodal (Lew, 2010; Pontes, 2010; Gläser, 2011; Liu, 2015) e analisam-se os meios, verbais e não verbais, nos verbetes das obras selecionadas, a saber: áudio, visual, espacial, audiovisual e outros. Por fim, discutem-se os limites da multimodalidade do dicionário nas plataformas digitais.

Palavras-chave: Lexicografia Eletrônica. Dicionário eletrônico. Multimodalidade.

ABSTRACT

In this article, we present reflections on multimodality in bilingual electronic dictionaries Portuguese-Spanish/Spanish-Portuguese. Concepts on Electronic Lexicography and electronic dictionaries (Casañas, 2003; Leffa, 2006; Lew, 2010; Braga, 2013; Fuentes Morán, 2015; Vargas; Nadin, 2016; Maldonado, 2017) and Multimodal Lexicography (Lew, 2010; Pontes, 2010; Gläser, 2011; Liu, 2015) are presented, and the means, verbal and non-verbal, are analyzed in the entries of the selected works, namely audio, visual, spatial, audiovisual and others. Finally, we discuss the limits of dictionary multimodality in digital platforms.

Keywords: Electronic Lexicography. Electronic dictionary. Multimodality

¹¹ Professora da Secretaria de Educação do Município de Valinhos de São Paulo (SP) e da Faculdade de Americana (FAM) em SP.

¹² Professor da Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas de Araraquara da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Pesquisa desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Odair Luiz Nadin como resultado do doutorado em Linguística do Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP em Araraquara.

1 INTRODUÇÃO

Desde a última década do século XX, a ciência da Lexicografia vem sendo impactada pelo fenômeno da globalização e das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), tornando-se, indiscutivelmente, parte da Era da Informação. Igualmente, há o advento da Lexicografia Eletrônica¹³, que se ocupa de dicionários eletrônicos e novos produtos lexicográficos que possam ser desenvolvidas com o avanço da tecnologia.

Tarp (2013, p. 56) alerta para o fato de que “O computador e as ciências da informação criaram um ambiente tecnológico completamente novo no qual a Lexicografia está agora se desenvolvendo”. Águila Escobar (2009, p. 26) vai ao encontro dessa afirmação, quando salienta que o surgimento dos primeiros dicionários em formato eletrônico provocou, inclusive, um “repensar” a definição de dicionários, assim como sua própria concepção.

Töpel (2014, p. 11), por sua vez, observa que o termo dicionário eletrônico é um termo genérico para denominar diferentes tipos de dicionários, por essa razão, acrescenta o autor, “alguns acadêmicos têm tentado desenvolver tipologias de dicionários eletrônicos”.

Gelpí Arroyo (2003, P. 310) corrobora essa afirmação ao observar que não há um único tipo de dicionário eletrônico e discorre sobre três tipos básicos: (i) dicionários máquina; (ii) dicionários digitalizados; (iii) dicionários *on-line*. No primeiro caso, segundo a autora, são os dicionários incorporados em sistemas de tradução automática ou sistemas de verificação automática de textos. O segundo, os dicionários digitalizados, são, na prática, versões eletrônicas de dicionários impressos e o terceiro caso, que nos interessa mais diretamente nesta pesquisa são, ainda segundo a autora, os “verdadeiros dicionários digitais” que estão disponíveis em *CD-ROM* ou na internet.

Nesse sentido, grosso modo, um dicionário eletrônico pode ser, do ponto de vista do suporte, *on-line*, em *CD-ROM*, ou DVD, com acesso livre, de acesso restrito, com acesso sob assinatura e consequente pagamento e, do ponto de vista das línguas, monolíngues, bilíngues, multilíngues, entre outros. Nesi (2000 apud Töpel, 2014, p. 11), diferentemente de Gelpí Arroyo (2003), distingue quatro categorias de dicionário eletrônico: *pocket electronic dictionary* (PED), glossário *on-line*, dicionário *on-line* e *learners' dictionary* em *CD-ROM*.

¹³ Na literatura especializada, os termos Lexicografia Eletrônica, Lexicografia Digital e e-Lexicography aparecem, com frequência, como sinônimos.

Não há, contudo, consenso com relação ao que é de fato um dicionário em formato eletrônico. Para Gouws (2011), por exemplo, os dicionários em *CD-ROM* não podem ser considerados eletrônicos, pois, conforme o autor, estes conservam as mesmas características, por vezes, a mesma interface do impresso, apenas se apresentam em novo suporte. Embora reconheçamos o valor dos dicionários em *CD-ROM* e DVD, limitamos nossas discussões no presente artigo apenas a dicionários em suporte on-line, que denominamos aqui por dicionários digitais ou on-line.

O advento das tecnologias afetou três elementos básicos do cenário lexicográfico: o lexicógrafo, o dicionário, e o usuário. O lexicógrafo não é mais somente um “fazedor de dicionário”, como afirma Maldonado (2017), é, agora, um organizador de informação linguística, processando e contribuindo para o processo de seleção desta, capaz de manipular com destreza, como propõe Fuentes Morán (2015), o mais valioso bem da era atual: a informação. Já o usuário, por sua vez, no bojo de uma espécie de “democratização lexicográfica” (Gouws, 2011, p. 29), não apenas consome, mas também produz informação lexicográfica, como ocorre nas ferramentas wiki (Wikcionário, Wikipédia).

A tecnologia, ao contrário do que se poderia supor, não distanciou o cidadão das obras lexicográficas, mas aproximou tais obras a todas as pessoas com o mínimo de acesso à internet. Atualmente, como afirma Rodríguez Barcia (2016, p. 135), “[...] el universo puede llevarse en la mochila”. A autora salienta, ainda, que:

O acesso à internet, cada vez mais aberto à sociedade – sobretudo se pensamos nos acessos *wi-fi* gratuitos em instituições públicas ou negócios privados em locais fundamentalmente urbanos –, facilitou também que, pela necessidade de respostas imediatas, se popularizem as consultas a dicionários *on-line* (RODRÍGUEZ BARCIA, 2016, p. 135)

O dicionário digital apresenta as seguintes vantagens, em relação ao impresso, de acordo com Casañas (2003), Leffa (2006), Lew (2010), Braga (2013), Vargas e Nadin (2016):

- não ocupa espaço;
- acesso rápido e quase instantâneo a uma unidade lexical;
- possibilidade de consulta de expressões e unidades fraseológicas, sem a necessidade de acessar

o verbete em que constariam como subentradadas na obra impressa, por exemplo;

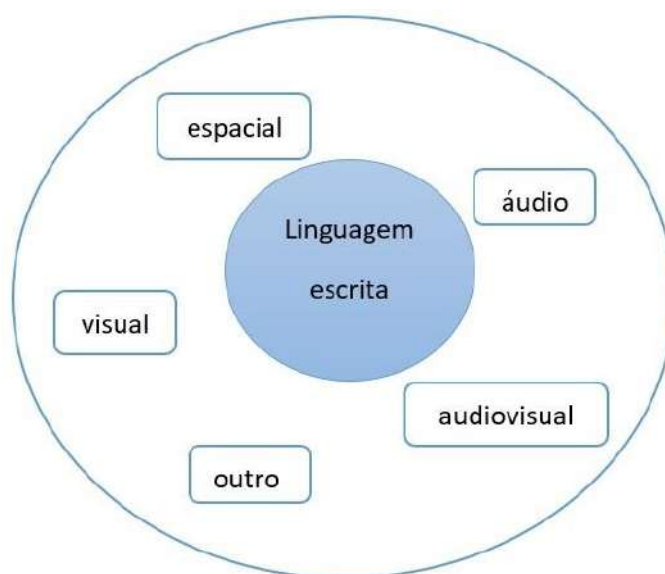
- facilidade de encontrar uma palavra, sem a necessidade de escrevê-la por inteiro;

- ilimitadas possibilidades de saltos hipertextuais dentro da obra, ou seja, de se fazer remissão, no dicionário, de um texto a outro;
- possibilidades infinitas de saltos hipertextuais reticulares, isto é, de vínculos com obras ou recursos disponíveis na *web*;
- alta frequência de disponibilidade ao usuário, se não houver problemas na rede;
- rápida interrupção em tarefas de compreensão ou produção;
- invisibilidade, estando disponível ao consulente somente quando solicitado;
- a apreensão do significado/equivalente de uma unidade lexical pode se dar para além das palavras, explorando o uso de cores, áudio, imagens, etc.

No tocante à última vantagem mencionada, trata-se do aprimoramento do que Lew (2010) denomina “Lexicografia Multimodal”, a qual pode ser explicada como sendo a área da Lexicografia que se ocupa da exploração dos diversos meios, além do verbal, que podem ser usados para possibilitar acesso mais adequado e eficiente à informação lexicográfica. Nos dicionários impressos, como pontuam Pontes (2010) e Gläser (2011), a multimodalidade sempre esteve presente, com o uso de recursos visuais, recursos tipográficos e imagens, potencializando, assim, a inteligibilidade da informação lexicográfica e atraindo a atenção do consulente, mas, ainda, de forma limitada, em razão das dimensões limitadas de espaço do suporte papel. Já no meio eletrônico, ampliam-se as possibilidades e a multimodalidade torna-se uma característica proeminente.

O verbete multimodal, segundo Lew (2010), compreende: 1) linguagem escrita; 2) áudio; 3) visual (fotografias, imagens, animações sem som, gráficos, tabelas, tipografias, etc.); 4) audiovisual (animações e vídeos); 5) espacial (*hyperlinks*, *floating tips*, *pop ups* etc.); 6) outros instrumentos que venham a ser criados (modos táteis ou gustativos, etc.) (Lew, 2010). *Hyperlinks* aparecem sublinhados ou coloridos, possibilitando, a um clique no mouse, a conexão com outro site, outra parte de um documento etc. Por sua vez, *floating tips* são janelas, geralmente pequenas, que se abrem apenas quando se passa o mouse por cima de determinado elemento. Já *pop ups* são pequenas janelas que se abrem quando da conexão a um site, apresentando alguma informação ao conteúdo da página acessada ou, ainda, usada para propaganda.

Figura 1: Verbetes multimodal



Fonte: Lew (2010)

A interação dos elementos não verbais pode, conforme pontua Liu (2015), servir como uma “ponte” entre a informação lexicográfica verbal (definição ou equivalentes) e o conhecimento de mundo do usuário, diminuindo a distância entre o universo das palavras (mais abstrato) e o mundo real (concreto), possibilitando, portanto, mais inteligibilidade e palpabilidade ao consulente dos sentidos veiculados pelo dicionário.

Contudo, segundo Lew (2010), a multimodalidade depende de inúmeros fatores internos e externos ao texto dicionarístico, tais como, natureza do item lexical, cultura lexicográfica, comportamento do consulente, nível de proficiência na língua etc., a fim de cumprir um papel efetivo na interação usuário-obra lexicográfica, proporcionando ao usuário o aprimoramento de sua competência lexical. Além disso, nem sempre se observa, nos dicionários, uma multimodalidade eficiente, sendo necessárias mais pesquisas sobre essa temática.

Este artigo insere-se, portanto, no âmbito da Lexicografia Eletrônica e da Lexicografia Multimodal, e tem por finalidade trazer reflexões a respeito da multimodalidade, de elementos

verbais e não verbais (áudio, visual, audiovisual, espacial e outros), em verbetes de dicionários eletrônicos bilíngues português-espanhol/espanhol-português.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Selecionamos seis dicionários eletrônicos bilíngues português-espanhol/espanhol-português, para comporem o corpus de análise deste artigo, a saber: 1) *Michaelis*; 2) *Dicionário de Aprendizagem Português-Espanhol*; 3) *Wordreference*; 4) *Bab.la*; 5) *Linguee*; 6) *Santillana* (aplicativo).

Essa seleção teve como base: a) o português brasileiro ser a língua contemplada na obra; b) mediante pesquisa no buscador Google, o dicionário constar como resultado e aparecer até as dez primeiras páginas da pesquisa. Somente a obra *Santillana* não foi selecionada por meio do último critério, já que trata de um aplicativo, cujo acesso se dá por meio da compra do dicionário impresso.

No Google, a pesquisa foi feita por meio do emprego das seguintes expressões, nas línguas portuguesa e espanhola: “dicionário bilíngue português espanhol”, “dicionário bilíngue espanhol português”, “*diccionario bilingüe español portugués*”, “*diccionario bilingüe portugués español*”, “dicionário português espanhol”, “dicionário espanhol português”, “*diccionario portugués español*” e “*diccionario español portugués*”.

Apresentamos, na sequência, as obras analisadas.

2.1 MICHAELIS DICIONÁRIO ESCOLAR ESPANHOL

Versão *on-line* do dicionário impresso *Michaelis*, o público-alvo são estudantes brasileiros de Espanhol como Língua Estrangeira (E/LE). A autoria é atribuída à editora Melhoramentos. Segundo a editora, a finalidade dessa obra é chamar a atenção do usuário para a riqueza do vocabulário da língua espanhola.

2.2 DICIONÁRIO DE APRENDIZAGEM (PORTUGUÊS-ESPANHOL)

Trata-se do produto final de um projeto de pesquisa desenvolvido por Philippe Humblé e Rafael Camorlinga, à época, professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Recebeu auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

e está disponível na *web* desde 2007. De acordo com os autores, a finalidade desse dicionário é auxiliar alunos brasileiros e hispanofalantes na tarefa de produzir em espanhol e português, respectivamente.

2.3 WORDREFERENCE DICIONÁRIO ESPANHOL

Versão eletrônica do dicionário impresso *Gran diccionario español-portugués portugués-español*, publicado em 2011, pela editora Espasa Calpe. Traz milhares de unidades lexicais (mais de cem mil) da linguagem coloquial e de áreas de especialidade, como a Informática e a Economia.

2.4 BAB.LA

O dicionário bilíngue português-espanhol/espanhol-português faz parte do portal de línguas *Bab.la*, que é composto de 44 dicionários para 28 idiomas. Conforme informações divulgadas na plataforma, a atualização da obra é feita continuamente por linguistas, que seguem as tendências de mídias sociais, jornais e revistas. Podem ser encontradas palavras de uso comum e técnico, expressões coloquiais e idiomáticas. No entanto, a quantidade de unidades lexicais contempladas não é especificada. Promete-se ao consulente aprender a comunicar-se como um falante de espanhol em situações cotidianas.

2.5 LINGUEE

Além de dicionário, é um buscador de traduções. Assim como o *Bab.la*, o dicionário português-espanhol/espanhol-português faz parte de um portal, no qual há, disponíveis, dezenas de dicionários bilíngues de outros idiomas. Igualmente, há a versão em aplicativo para celular, disponível gratuitamente. Conforme informações no site, é possível consultar um bilhão de traduções no par de línguas português-espanhol.

2.6 SANTILLANA

Obra direcionada a estudantes de espanhol de níveis básico e intermediário. Segundo o autor, suas unidades léxicas foram selecionadas conforme a frequência de uso, inclusive em relação ao contexto de ensino e aprendizagem de E/LE no Brasil (salas de aula e livros

didáticos). Traz 38.000 palavras, locuções e exemplos. Conforme mencionado anteriormente, é preciso adquirir a versão impressa para ter acesso ao aplicativo, disponível para *smartphones*, *tablets* e computadores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisamos a estrutura dos verbetes dos dicionários selecionados e constatamos que as obras exploram os recursos de áudio, visuais e espaciais, já o meio audiovisual e outros não são contemplados, conforme ilustra a tabela a seguir.

	áudio	visual	audiovisual	espacial	outros
<i>Michaelis</i>	X			X	
<i>Dicionário de Aprendizagem</i>		X			
<i>WordReference</i>	X	X		X	
<i>Bab.la</i>	X			X	
<i>Linguee</i>	X			X	
<i>Santillana</i>	X				

Tabela 1. Multimodalidade nos verbetes

Fonte: os próprios autores (2019)

3.1 ÁUDIO

As obras analisadas exploram o recurso do áudio em seus verbetes, com a pronúncia da unidade lexical, com exceção do *Dicionário de Aprendizagem*, por ser este ainda do início, no Brasil, da prática da Lexicografia Eletrônica.

Apenas o *Linguee* traz a pronúncia tanto da palavra-entrada quanto do equivalente, os demais trazem apenas a da primeira, levando-nos a inferir tratar-se de uma obra que se pretende recíproca, isto é, atender tanto o usuário hispanofalante, quanto o lusofalante.

No tocante à variedade dos idiomas, o *Santillana* e o *WordReference* disponibilizam a opção de se ouvir a pronúncia nas variantes peninsular e rio-platense, e mexicana, peninsular e rio-platense, respectivamente. Já o *Linguee* traz, no equivalente, a pronúncia do Brasil e de Portugal.

Figura 2. Pronúncia no WordReference



Fonte: Espasa Calpe (2019)

3.2 ESPACIAL

As obras analisadas, com exceção do *Dicionário de Aprendizagem* e do *Santillana*, exploram o recurso visual, por meio de *floating tips* e *hyperlinks*. No *Michaelis*, os *floating tips* trazem o significado de abreviaturas de categoria gramatical, marca geográfica, área de conhecimento, marca de uso, etc. Na imagem a seguir, esse recurso é usado para elucidar o sentido da marca geográfica “AL”, que indica “América Latina”. Esse recurso é bastante útil, pois elucida a possível dúvida do consulente de forma instantânea, na mesma página. No dicionário impresso, para o usuário compreender essa informação, seria necessário ir à lista de abreviaturas e procurá-la. No entanto, nem sempre a remissão interna à essa seção estava explícita (Vargas, 2018), dificultando, portanto, o acesso à essa informação e interrompendo a integração das estruturas lexicográficas.

No *WordReference*, há vários *hyperlinks*, os quais dão acesso a outras seções na superestrutura da obra, por exemplo, “*definición*”, “*sinónimos*”, “*Gramática*” etc. Os *hyperlinks* das abreviaturas “m” e “f” (“masculino” e “feminino”, respectivamente), levam o consulente à seção “Abreviaturas e indicadores”, integrando-se, dessa forma, microestrutura com superestrutura¹⁴, por meio de remissão interna ou salto hipertextual.

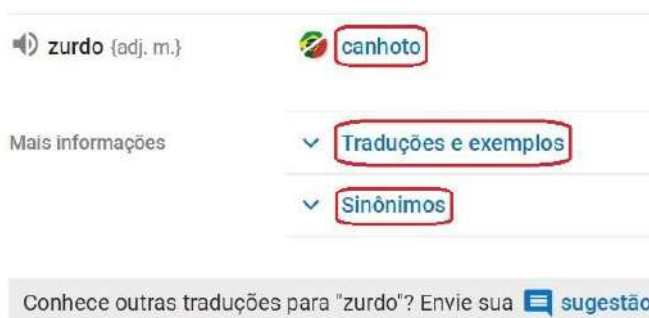
Igualmente, há *hyperlinks* que possibilitam o acesso a pesquisas no Google, tais como, em “*en contexto*” e “*imágenes*”. O primeiro direciona o usuário para as notícias em que há ocorrência da palavra pesquisada e, o segundo, leva o consulente às imagens disponíveis no buscador, estando, assim, os meios espacial e visual integrados. Trata-se do salto hipertextual

¹⁴ A superestrutura compõe-se dos elementos apresentados no início, no meio e no final do dicionário, tais como: capa, primeira página, prefácio ou introdução, sumário, guia do usuário, lista de abreviaturas, apêndices gramaticais e visuais, referências, etc.

reticular, o qual, conforme Casañas (2003), é exclusivo do dicionário *on-line*, pois é a possibilidade de fazer um salto hipertextual, na *web*, do dicionário para outras obras ou recursos externos.

O *Bab.la* relaciona a macro e a microestrutura, por meio de *hyperlinks*. O equivalente é âncora de *link*, e, quando clicado, direciona o usuário ao verbete deste. O mesmo ocorre no *Linguee*. O *Bab.la* traz outras informações além dos equivalentes, na microestrutura, as quais podem ser acessadas por meio de *hyperlinks*. Assim, se o usuário se interessar por “Traduções e exemplos”, e/ou “Sinônimos”, deve clicar nesses títulos e essas seções se abrem.

Figura 3. Hyperlinks no Bab.la



Fonte: Schroeter e Uecker (2019)

3.3 VISUAL

Dos dicionários analisados, apenas o *WordReference* traz o recurso visual, acessível através do meio espacial, no qual o usuário clica no *hyperlink* “imagens” e é levado à página do Google Imagens.

Figura 4. Meio visual no WordReference



Fonte: Espasa Calpe (2019)

As imagens, portanto, não fazem parte do projeto editorial lexicográfico, são externas à estrutura da obra. Ocorre, portanto, a interação entre o dicionário e o meio externo, representado pelo Google Imagens, um caso de remissão externa. Há dois motivos pelos quais, supomos, tenha sido feita a opção pela remissão externa: 1) custo, pois não foram pagos profissionais para ilustrar/fotografar as unidades lexicais presentes na obra; 2) riqueza de referências semânticas, já que as imagens são atualizadas constantemente.

4 CONCLUSÕES

A Era da Informação vem transformando a linguagem, em vários âmbitos, portanto, também nos dicionários, visto ser a língua e o seu universo as matérias-primas deste. Os dicionários eletrônicos trouxeram inovações não apenas no formato, mas também na forma de abordar e apresentar os significados e equivalentes das unidades lexicais, ampliando e aprimorando os meios semióticos. Se antes as palavras eram a abordagem tradicional no dicionário impresso, agora, com a Lexicografia Multimodal, podem coexistir, no verbete, imagens, sons, movimentos etc., de forma a possibilitar uma interação mais rápida e eficiente entre o dicionário e o usuário.

Selecionamos, como *corpus* de pesquisa, verbetes de seis dicionários eletrônicos bilíngues português-espanhol/espanhol-português, a fim de verificar como se apresenta a multimodalidade neles, observando os seguintes aspectos: áudio, espacial, visual, audiovisual e outros. Os dois últimos não são explorados nas obras, o que não pode ser qualificado como negativo, pois nem sempre produzem impacto positivo na retenção de vocabulário, tampouco permitem uma consulta rápida, premissa nos dicionários digitais, conforme pontua Lew (2010).

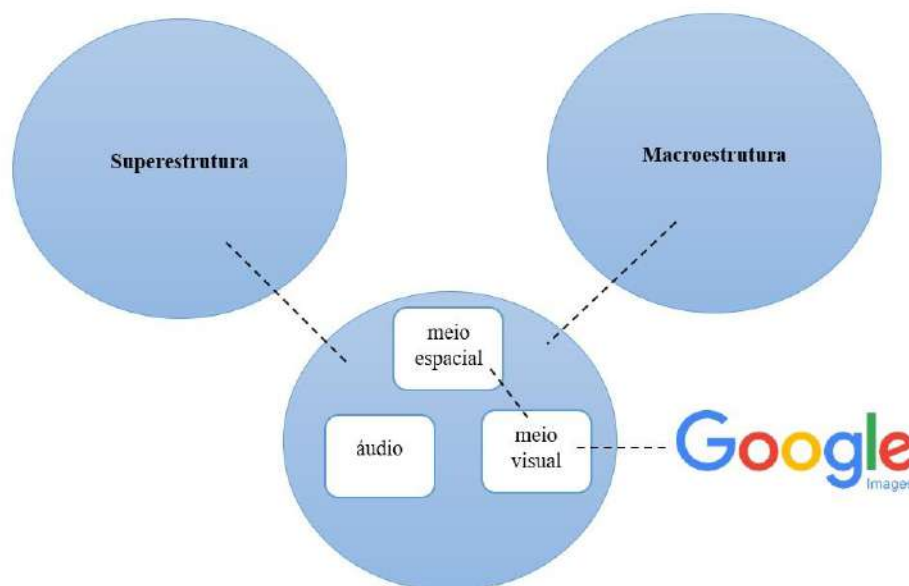
No tocante ao áudio, materializado na pronúncia das unidades lexicais, contemplam-se variedades fonéticas do espanhol, além da peninsular, tais como, a rio-platense e a mexicana. No entanto, trata-se de um recurso que pode ser mais bem explorado, de modo a contemplar mais variedades da língua espanhola, visto não haver limitações de espaço, tampouco dificuldade de compreensão da pronúncia, como se costumava ocorrer nas obras impressas, devido à pouca familiaridade dos usuários com o alfabeto fonético.

Em relação ao meio espacial, este se apresenta na forma de *hyperlinks* e *floating tips*. Com os *hyperlinks*, observamos a integração entre as estruturas do dicionário, por meio de remissão interna ou salto hipertextual, no vínculo entre microestrutura e macroestrutura, e

microestrutura e superestrutura. Cara à Lexicografia, a remissão interna proporciona que nenhuma estrutura seja subaproveitada pelo usuário, já que o dicionário não é um amontoado de partes isoladas, mas de estruturas hierarquicamente organizadas (Fuentes Morán, 1997), o qual, de modo a contemplar as necessidades do consulente, deve apresentá-las integradas. Trata-se, portanto, um aspecto positivo dos dicionários eletrônicos, já que tal feito nem sempre é alcançado nas obras impressas (Fuentes Morán, 2018; Vargas, 2018).

No que diz respeito ao meio visual, este não é muito explorado, aparecendo somente em um dos dicionários analisados, o *WordReference*. As ilustrações e fotografias não foram criadas para o projeto editorial da obra, mas são do Google Imagens, portanto, externas a esta. Constatamos, assim, um fato até então improvável nos dicionários de papel, como propõe Casañas (2003), que é a possibilidade do salto hipertextual reticular, ou seja, da interação entre a obra lexicográfica e o meio externo, possibilitada pela disponibilidade desta na *web*. A imagem a seguir ilustra esses saltos hipertextuais, por meio das linhas tracejadas.

Figura 5: Saltos hipertextuais nos dicionários eletrônicos



Fonte: os próprios autores (2019)

Embora não tenhamos analisado os efeitos da multimodalidade na consulta de verbetes por consulentes, corroboramos as afirmações de Lew (2010), Pontes (2010), Gläser (2011) e Liu (2015), de que o diálogo entre Lexicografia Eletrônica e Lexicografia Multimodal é profícuo e promissor, pois, além de possibilitar uma maior amplitude dos sentidos veiculados

pelo verbete, por trazer elementos que expandem o veiculado pela linguagem escrita, estimula a integração entre as estruturas dos dicionários, nem sempre alcançada nas obras impressas, e destes com o meio externo, no caso, a *web*, expandindo os limites do dicionário em suporte eletrônicos e potencializando, assim, seu valor didático (NADIN, 2013).

REFERÊNCIAS

ÁGUILA ESCOBAR, Gonzalo. **Los diccionarios electrónicos del español**. Cuadernos de Lengua Española. Madrid: Arco Libros, 2009.

BRAGA, Denise Bértoli. **Ambientes Digitais**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

CASAÑAS, Joan Torruela i. **Los diccionarios en la Red**. 2003. Disponível em: <www.ehu.es/euskalosasuna/baliabideak/liburutegia/Diccionarios%20en%20la%20red.pdf>. Acesso em: 14/03/2019.

DEEPL GMBH. **Linguee Português-Espanhol**. 2019. Disponível em: <www.linguee.com.br/portugues-espanhol>. Acesso em: 18/01/2019.

DIAZ y GARCÍA-TALAVERA, Miguel. **Dicionário Santillana para estudantes: espanhol-português, espanhol-português (Aplicativo)**. São Paulo: Moderna, 2014.

ESPASA CALPE. **WordReference Dicionário Espanhol**. 2019. Disponível em: <www.wordreference.com/ptes/>. Acesso em: 16/01/2019.

FUENTES MORÁN, María Teresa. **Lexicografía Pedagógica: diccionarios y sus componentes**. Curso ministrado nos dias 26, 27 e 28 de março de 2018, na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

_____. **Tópicos em Lexicografía Pedagógica**. Curso ministrado nos dias 23 e 24 de novembro de 2015, na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

_____. **Gramática en la lexicografía bilingüe. Morfología y sintaxis en diccionarios español-alemán desde el punto de vista del germanohablante**. Tübingen: Niemeyer, 1997. p. 44-97.

GELPÍ ARROYO, C. 2003. El estado actual de la lexicografía: los nuevos diccionarios. In: MEDINA GUERRA, A. (ed.). **Lexicografía española**. Barcelona, Ariel, 2003. p. 307-327.

GLÄSER, Romi. **Análise do dicionário online “LEO”**: uma abordagem hipermodal. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

GOUWS, Rufus H. Learning, Unlearning and Innovation in the Planning of Electronic Dictionaries. In: FUERTES-OLIVERA, Pedro A.; BERGENHOLTZ, Henning (Orgs.). **E-**

lexicography: The Internet, Digital Initiatives and Lexicography. Londres: Bloomsbury, 2011. p. 17-29.

HUMBLÉ, Philippe; CAMORLINGA, Rafael. (Org.). **Dicionário de Aprendizagem Português-Espanhol (Beta)**. 2007. Disponível em: <www.dicespanhol.ufsc.br/>. Acesso em: 16 jan. 2019.

LEFFA, Vilson J. O dicionário eletrônico na construção do sentido em língua estrangeira. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, n. 18, p. 319-340, 2006.

LEW, Robert. Multimodal Lexicography: The Representation of Meaning in Electronic Dictionaries. **Lexikos**, n. 20, p. 290-306, 2010.

LIU, Xiqin. Multimodal Definition: The Multiplication of Meaning in Electronic Dictionaries. **Lexikos**, n. 25, p. 210-232, 2015.

MALDONADO, Concepción; NADIN, Odair Luiz. ¿Pero es qué todavía es útil el diccionario? Un diálogo sobre la importancia de su empleo en la clase de ELE. **Fórum linguístico**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 2388-2395, jul./set. 2017.

MEDINA GUERRA, A. **Lexicografía española**. Barcelona: Ariel, 2003.

MELHORAMENTOS. **Michaelis Dicionário Escolar Espanhol**. 2019. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/escolar-espanhol/>>. Acesso em: 16/01/2019.

MÜLLER-SPITZER, C. **Using Online Dictionaries**. Lexicographica Series Maior. Berlin/Boston: De Gruyter, 2014.

PONTES, Luciano. Multimodalidade em dicionários escolares. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lúcia (Orgs.). **Ciências do léxico**. Campo grande: Editora da UFMS, 2010. p. 201-218.

NADIN, Odair Luiz. Cómo potenciar el valor didáctico de un diccionario pasivo español-portugués: la macroestructura. **Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos**, n. 23, v. 2, p. 267 – 278, 2013

PONTES, Luciano. Multimodalidade em dicionários escolares. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lúcia (Eds.). **Ciências do léxico**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010. p. 201-218.

RODRÍGUEZ BARCIA, Susana. **Introducción a la Lexicografía**. Madrid: Síntesis, 2016.

SCHROETER, ANDREAS; UECKER, PATRICK. **Bab.la português-espanhol**. Disponível em: <<https://pt.bab.la/dicionario/portugues-espanhol/>>. Acesso em: 18/01/2019.

TÖPEL, A. Review of research into the use of electronic dictionaries. In: MÜLLER-SPITZER, C. (Ed.). **Using Online Dictionaries**. Lexicographica Series Maior. Berlin/Boston, De Gruyter, 2014. p. 13-54.

VARGAS, Mariana Daré; NADIN, Odair Luiz. Dicionários *on-line* de Espanhol como Língua Estrangeira: panorama lexicográfico do ambiente virtual. **Trama**, Cascavel, v. 12, n. 24, p. 190-208, 2016.

VARGAS, Mariana Daré. **Parâmetros lexicográficos para dicionários pedagógicos bilíngues direcionados a estudantes brasileiros de língua espanhola: um olhar sobre as habilidades escritas**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2018.

ANÁLISE DA VALÊNCIA VERBAL EM RECEITAS DA CULINÁRIA BRASILEIRA E PORTUGUESA

ANALYSIS OF VERBAL VALENCY IN BRAZILIAN AND PORTUGUESE RECIPES

Giselle Salgado Ferreira Fatureto¹⁵

RESUMO

Este estudo linguístico comparativo de itens lexicais verbais, selecionados de receitas de bacalhau da culinária brasileira e portuguesa, sob enfoque sincrônico, no âmbito do Léxico e da Terminologia, faz parte da dissertação de mestrado da autora, orientado pela Professora Doutora Enilde Faulstich. O motivo desta pesquisa é investigar a variação terminológica nas entidades verbais que compõem o modo de preparo das receitas analisadas. A seleção dos verbos como objeto de estudo ocorreu, pois são elementos centrais deste tipo de gênero textual. Neste trabalho, apresentaremos uma parte da pesquisa referente à investigação da ocorrência de elipse no complemento da estrutura Sujeito + Verbo + Objeto, se ocorre tanto nos contextos das receitas brasileiras quanto nos contextos das portuguesas de acordo com o constructo da gramática em terminologia, de Faulstich (2003). Utilizamos, também, a teoria de valência verbal, proposta por Borba (1996) e de classificação sintático-semântica de Chafe (1979) e de Borba (1996), para a análise de elipse. A classificação dos verbos foi feita de acordo com o Dicionário de Usos do Português do Brasil (DUP), de Francisco Borba. Depois, ao analisar a ocorrência da elipse, identificamos que, nos 89 contextos analisados, ocorre elipse dos complementos de 22 verbos em receitas brasileiras e de 18 verbos em receitas portuguesas e que há, aparentemente, mudança de valência verbal.

Palavras-chave: Terminologia. Verbo. Elipse.

ABSTRACT

This research, developed within the theoretical principals of the Lexical Studies and Terminology, is a comparative nature of verbs selected from both Brazilian and Portuguese codfish recipes, with a synchronic approach. The motivation for this study is the investigation of terminological variation found for verbal entities that constitute the 'directions' of the recipes analyzed. The choice of the verb as the object of study was based on the core importance of this type of element for the textual gender examined in this research, the recipe. In this part of our research, we propose to investigate if the occurrence of ellipsis is the case for both Brazilian and Portuguese recipes. We'll examine the occurrence of ellipsis in the complement of the

¹⁵ Professora Substituta do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof^a. Dra. *Honoris Causa* Enilde Faulstich, como resultado do Mestrado em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB.

structure Subject + Verb + Object in the context of the analyzed recipes, according to the Grammar of Terminology Construct, proposed by Faulstich (2003). We'll also base our study in the Theory of Valency Grammar proposed by Borba (1996), and the syntactic-semantic classification proposed by Chafe (1979) and Borba (1996) to analyse the ellipsis. The classification of the verbs is in consonance with the one proposed by the Dicionário de Usos do Português do Brasil (DUP), by Francisco Borba. Once we finished the analysis of the occurrence of the ellipsis, we identified that the ellipsis occur in the complements of 22 verbs in Brazilian recipes and in 18 verbs in Portuguese recipes and, because of the ellipsis, a change in verbal valency occurs.

Keywords: Terminology. Verbs. Ellipsis.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm) da Universidade de Brasília (UnB) e faz parte da dissertação de mestrado defendida em 2009, sob a orientação da Professora Doutora Enilde Faulstich. É um estudo linguístico, inserido na área do Léxico e da Terminologia, de natureza comparativa de itens lexicais verbais da culinária brasileira e portuguesa. Além de assumir uma abordagem funcionalista, este estudo está sob o enfoque sincrônico, pois utilizamos como *corpus* da pesquisa os verbos empregados em receitas de bacalhau selecionadas de livros de receitas do Brasil e de Portugal publicados nos anos 2000.

Apesar de, nos trabalhos terminológicos, as pesquisas serem mais frequentes sobre os itens lexicais nominais, como afirma Cabré (1993: 88): "... em uma obra terminológica a presença de nomes é quase exclusiva e a de verbos, adjetivos e locuções muito escassa...", escolhemos como objeto de estudo os itens lexicais verbais. É importante ressaltar que, na terminologia da culinária, os verbos são itens importantes que indicam o procedimento de cada etapa contida nas receitas.

A partir da comparação de algumas receitas de bacalhau de livros de culinária do Brasil e de Portugal, observamos a ocorrência de variações nos termos verbais. Destacamos que Faulstich, a partir de 1989, investiga a variação do termo e demonstra a necessidade de uma teoria de variação em terminologia, pois o termo faz parte da língua.

Portanto, neste trabalho, apresentamos uma parte da nossa pesquisa de dissertação de mestrado, que é a ocorrência da elipse nos complementos na estrutura Sujeito + Verbo + Objeto do modo de preparo das receitas analisadas. O Dicionário de Usos do Português do Brasil, de Francisco Borba (doravante DUP) foi uma ferramenta muito importante para a análise da

ocorrência de elipse, porque foi o único dicionário brasileiro encontrado que traz, na estrutura do verbete, a classificação do verbo e os seus respectivos complementos.

1 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 CONCEITOS DE VALÊNCIA VERBAL

Para a discussão teórica, apresentamos alguns conceitos sobre a valência verbal pela perspectiva de Tesnière (1959), Borba (1996) e Perini (2008). O termo valência foi primeiramente apresentado por Tesnière (1959) na teoria linguística, e, por isso, representa o início dos estudos valenciais, como explicita Borba (1996, p.19):

As primeiras ideias sobre valência se devem a Tesnière, que é quem parte do verbo como núcleo oracional, tomando-o como uma espécie de pólo imantado, capaz de atrair um número mais ou menos elevado de actantes, comportando um número variável de pontos de atração capazes de manter esses actantes sob a sua dependência. O número de pontos (casa vazias), que tem um verbo, e o número de actantes, que ele pode reger, é que constituem sua valência.

Baseando-se no conceito de valência proposto por Tesnière, Borba (1996) apresenta uma gramática de valências que funciona como suporte para a análise sintático-semântica do léxico. A teoria da valência, conforme Borba (1996, pp.16-17), verifica relações de dependência entre categorias básicas que coocorrem em um contexto. Exemplo: A depende de B, se a presença de A pressupõe B. É justamente o verbo que define como os outros elementos se apresentam ao redor dele por meio de relações de dependência. Além disso, de acordo com Borba (1996: 46), “o ponto de partida da valência verbal é a consideração do verbo como uma unidade lexical portadora de características morfológicas tais, que permitem isolá-lo numa sequência”. Por isso, a valência verbal tem por objetivo observar e determinar o comportamento do verbo no domínio da frase.

Perini (2008, p. 180) afirma que “reconhece deficiências em todos os sistemas de notação das valências disponíveis”, e, por isso, cria um sistema próprio. Assim, Perini (2008), por meio de estudos da gramática descritiva, propõe que as valências verbais são descritas em termos de construções, as quais são consideradas como “representações esquemáticas que se realizam concretamente como um conjunto de frases ou sintagmas” (p. 234). Desse modo, o autor vê a valência verbal como o conjunto de construções em que o verbo pode ocorrer, quer

dizer que os verbos podem ter valências simples, nas quais esses verbos ocorrem em um tipo de construção, como em Ele devorou o sanduíche, pois devorar parece ocorrer apenas na construção transitiva, ou valências ricas e complexas, nas quais os verbos podem ocorrer em vários tipos de construções, como o verbo dar, que possui um grande número de construções: Ele deu um presente para a Marina e o João. Não sei o que me deu ontem. A minha vida daria um livro etc.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, fizemos um recorte sincrônico e assumimos a teoria de valência verbal de Borba (1996), que expõe a relação entre verbos e seus respectivos argumentos.

De acordo com Borba (1996, p. 20), o termo valência se aplica tanto aos verbos quanto aos nomes, pois é a “propriedade que tem uma classe de elementos, de poder ligar-se com classes específicas de outros elementos, sendo que esta mesma propriedade faz que esta classe distinga de outras de mesmo nível sintagmático”.

O termo valência verbal pode ser utilizado em três níveis: valência quantitativa, valência sintática e valência semântica (BORBA, 1996, pp. 46-57):

- 1) Valência quantitativa quando os verbos em português comportam de zero a quatro argumentos.
- 2) Valência sintática quando identifica as classes que preenchem os argumentos.
- 3) Valência semântica quando se refere às propriedades semânticas dos verbos, ou seja, sua subcategorização em traços, o que está diretamente implicado nas restrições seletivas.

Neste trabalho, utilizamos apenas a valência quantitativa dos verbos, que é a que serve para a análise de argumentos de cada verbo classificado.

Borba (1996, p. 46) define a valência quantitativa como “a análise dos verbos, em português, que se comportam de zero a quatro argumentos (avalente [V0], monovalente [V1], divalente [V2], trivalente [V3] e tetravalente [V4])”.

Os verbos que têm valência zero (V0) são os impessoais, que concentram o predicado no próprio verbo. Servem de exemplo pessoas verbais como: chove, venta. A forma impessoal pode ser realizada tanto por meio de um nome abstrato (calor), como também de um adjetivo (quente). Nesse caso, os nomes abstratos vêm precedidos de um verbo suporte. Exemplo: faz calor, está quente.

Os verbos que têm valência um (V1) pedem apenas um argumento. A classe de verbos de um lugar é bem ampla. Há verbos que indicam atividade fisiológica (tossir, respirar), que indicam atividades dos seres (comer, andar), que indicam os processos que se passam com os

seres (dormir, sonhar), que indicam movimentos com os seres (ajoelhar-se), entre outros. Exemplo: Ana dormiu, João anda muito.

Os verbos que têm valência dois (V2) selecionam dois argumentos. Esses verbos também possuem muitos subconjuntos semânticos. Há verbos que indicam movimento direcional (ir, vir), que indicam apreciação (gostar de), percepção (ver, ouvir), afetividade (amar, odiar). Exemplo: Ana gosta de José.

Os verbos que têm valência três (V3) são os de três lugares, como os de atribuição (dar), os de declaração (dizer), os de união (unir). Exemplo: Mário deu um presente para Ana. Os verbos que têm valência quatro (V4) possuem quatro lugares, como os verbos de transferência de localização (transferir, passar, levar) e os de transposição (traduzir, transpor). Exemplo: Roberto traduziu um texto de inglês para português. Desse modo, percebemos que há uma relação entre a natureza semântica do verbo e o número de argumentos que ele exige.

Para verificar a classificação de cada verbo encontrado no *corpus* de pesquisa, o DUP (2002) foi consultado por ser o único dicionário brasileiro que apresenta a classificação dos verbos e os respectivos complementos.

1.2 CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICO-SEMÂNTICA DOS VERBOS

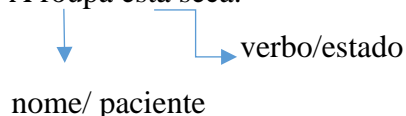
O objeto de estudo desta pesquisa são os verbos. Foram recolhidos 54 verbos das 12 receitas analisadas da culinária brasileira e portuguesa, aos quais serão aplicados o conceito de valência quantitativa.

Chafe (1979, p. 97) assume que o verbo é que dita a presença e a natureza de um nome, e não vice-versa: “A natureza do verbo determina como deverá ser o restante da oração; principalmente determina que nomes o acompanharão, qual será a relação desses nomes com o verbo, e como esses nomes serão semanticamente especificados”. Portanto, o verbo é o elemento central da oração, enquanto o nome que o acompanha é elemento periférico.

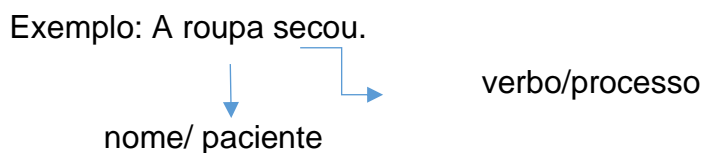
Chafe (1979, pp. 98-105) explica sobre a classificação dos verbos:

(1) O verbo é classificado como verbo de estado quando um certo nome está num certo estado ou condição. O nome é paciente do verbo.

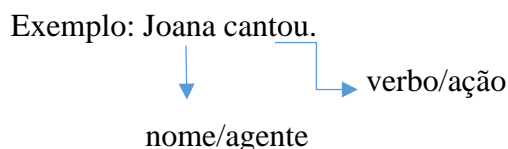
Exemplo: A roupa está seca.



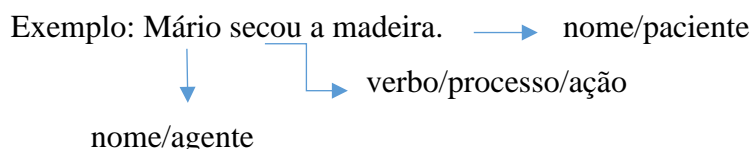
(2) O verbo é classificado como verbo de processo quando o nome mudou de estado ou condição. O verbo foi especificado como processo. Como processo, ainda envolve uma relação entre um nome e um estado. Assim como o estado, o nome é paciente do verbo.



(3) O verbo é classificado como verbo de ação quando não tem relação com estado ou mudança de estado; ao invés disso, expressa uma atividade ou ação, alguma coisa que alguém faz. Uma regra prática que ajuda a distinguir uma ação de um processo é que uma oração de ação responderá o que fez N (nome)?



(4) O verbo é classificado como verbo de ação-processo quando expressa tanto processo como ação. Como processo, ele implica uma mudança na condição de um nome, que é paciente. Como ação, expressa o que alguém, seu agente, faz.



Quanto à semântica dos verbos, Borba (1996, pp. 57-63) os classifica em quatro tipos: ação, processo, ação-processo e estado. Para ele, “são essas classes de verbos que fornecem os tipos oracionais” (1996, p. 57). A classificação de Borba se apresenta como segue.

1) Verbo de ação expressa uma atividade associada a um sujeito agente, e assim, indica um fazer por parte do sujeito. Exemplo: O passarinho voa. Todo verbo de ação tem, no mínimo, um argumento. Quando tiver dois, o segundo será um complemento que se caracteriza pelo fato de não experimentar nenhuma mudança.

2) Verbo de processo expressa um evento, ou sucessão de eventos, cujo suporte está num sujeito paciente ou afetado (experimentador ou que expressa uma experiência) por aquilo que o predicado indica. Exemplo: A árvores cresce. Todo verbo de processo tem um argumento (A chuva começou), mas, dependendo de sua valência, pode ter dois argumentos (Joana sente

calor) ou três (Maria herdou uma casa do avô). Os verbos de processo podem vir acompanhados da forma pronominal ou não.

3) Verbo de ação-processo expressa uma ação realizada por um sujeito agente ou uma causação levada a efeito por um sujeito causativo, que afeta o complemento. Esse complemento expressa uma mudança de estado, de condição ou de posição. Os verbos de ação-processo têm dois argumentos no mínimo: um agente e outro afetado ou efetuado. Exemplo: João limpou o peixe. O complemento desses verbos só se apaga em condições especiais.

4) Verbo de estado expressa uma propriedade (estado, condição, situação) localizada no sujeito, que é mero suporte de propriedades. Todo verbo de estado tem um argumento que é inativo, na medida em que não é agentivo, nem causativo, nem paciente. Exemplo: Marta permaneceu calada.

Para Borba (1996, pp. 61-62), há, também, critérios sintáticos que caracterizam essas quatro classes de verbos como a forma pronominal, a qual é facultativa para os verbos de ação, de processo ou de estado, mas não se aplica aos verbos de ação-processo; e a suscetibilidade à modalização imperativa, que só se aplica a sujeito agente, e a verbos de ação ou de ação-processo.

Para os verbos de ação, de processo e de estado, a forma pronominal pode ocorrer ou não. Entretanto, os verbos de ação-processo nunca terão a forma pronominal. Quanto à modalização imperativa, aplica-se o imperativo a sujeito agente, e a verbos de ação ou de ação-processo, e não a verbos de processo ou de estado. Há, também, casos com funções semânticas que caracterizam os nomes que se associam aos verbos, que dizer, que os casos se referem ao valor semântico que expressam, de acordo com Borba (1996, pp. 30-31): 1. agentivo; 2. experimentador; 3. beneficiário; 4. objetivo; 5. locativo; 6. instrumental; 7. causativo; 8. meta; 9. origem; 10. resultativo; 11. temporal; 12. comitativo.

Na apresentação do DUP, Borba (2002, VII) especifica que cada verbete “apresenta-se como uma minigramática do item léxico, montada a partir de uma concepção distribucional, segundo a combinatória de traços”. Existe, também, a classificação dos verbos de acordo com as quatro classes que foram expostas anteriormente: ação, ação-processo, processo e estado.

Durante a pesquisa, verificamos que a maioria dos verbos de receitas é de ação-processo porque, como ação, o verbo expressa o que seu agente faz e, como processo, o verbo implica uma mudança na condição de um nome, o qual é o paciente. Os verbos são empregados no modo imperativo, o que dá a ideia de um comando como “Descasque (você) a batata”. Nesse

exemplo, a forma você está implícita porque o verbo descascar está no imperativo. O agente, nesse caso, é você e o paciente é a batata, que passa pelo processo de ser descascada.

Ao conferir os verbos extraídos das receitas com a relação de verbos do DUP, foi possível fazer a seguinte distribuição:

- a) 50 verbos são de ação-processo: acrescentar, adicionar, assar, cobrir, colocar, cortar, cozer, cozinhar, deitar, descascar, desfiar, desmanchar, despejar, dispor, distribuir, eliminar, enfeitar, escaldar, escorrer, espalhar, espremer, fazer, forrar, fritar, juntar, lavar, levar, limpar, mexer, misturar, moldar, mudar, passar, picar, polvilhar, pôr, rectificar, reduzir, refogar, regar, reservar, retirar, servir, tampar, tapar, temperar, tirar, torrar, trocar, untar;
- b) 3 verbos são de processo: alourar, desfazer e dourar;
- c) 1 verbo é de ação: provar.

Além da classificação sintático-semântica dos verbos, encontramos, também, dentro da microestrutura dos verbetes do DUP, a informação do complemento (Compl) do verbo será sempre apresentada pela sua estrutura sintática, como: **temperar** V [ação-processo] [\pm compl: nome concreto não-animado] 1 pôr tempero; condimentar.

O verbete temperar traz a classificação do verbo, ação-processo, e o tipo de complemento [\pm compl: nome concreto não-animado], que, nesse caso, vem precedido do sinal \pm , significando que o complemento pode estar expresso (+) ou omitido (-).

Como vimos, há maior ocorrência de verbos ação-processo, e, ainda, a ocorrência de verbos de processo e de ação. Nesse caso, não pode haver ocorrência de verbos de estado, pois os verbos das receitas dão instruções de preparo dos alimentos, e, assim, o sujeito não é mero suporte de propriedades, e, sim, agente das ações. Desse modo, a partir da classificação sintático-semântica dos verbos, analisamos a ocorrência ou não de complementos de cada verbo nos contextos das receitas selecionadas.

2.3 CONCEITO DE ELIPSE

Nesta parte, discorreremos sobre o conceito de elipse na perspectiva da gramática tradicional, com o objetivo de um melhor entendimento da omissão do complemento dos verbos nas receitas da culinária brasileira e portuguesa, e de quantificar a valência de cada um.

O conceito de elipse de Bechara (2004) e Cunha & Cintra (1985) é idêntico. Segundo Bechara (2004, p. 592), “chama-se elipse a omissão de um termo facilmente subentendido por

faltar onde normalmente aparece, ou por ter sido anteriormente enunciado ou sugerido, ou ainda por ser depreendido pela situação, ou contexto”. Cunha & Cintra (1985, p. 602) definem elipse como a omissão de um termo que o contexto ou a situação permitem facilmente suprir e acrescentam como subclasse da elipse a zeugma, que é “um termo expreso apenas em um de dois ou mais enunciados participantes” (1985, p. 606).

De acordo com Martinho (1998), a ideia de que o vazio pode ter uma importância significativa é uma ideia recente no domínio do saber. Ele afirma que:

Os seres linguísticos imperceptíveis que estão na origem da elipse e de fenômenos associados, silepse, zeugma, embora não tenham propriedades fonéticas, têm com certeza propriedades gramaticais. Para a gramática clássica, qualquer elemento é elipsável se puder ser subentendido pelo locutor, pelo que elipse e não-elipse não passam afinal de variantes estilísticas, caracterizando-se a elipse no quadro clássico pela ideia de variação livre: a falta de um elemento é resolvida no seu contexto, por referência ao material lexical, sendo as formas lexical e elíptica equivalentes para o locutor.

Portanto, a elipse é uma falta de um item lexical com propriedades gramaticais e pode ser dividida em dois tipos: a elipse transparente e a elipse opaca. Conforme Martinho (1998), as elipses transparentes são aquelas nas quais o termo elíptico tem uma distribuição perfeitamente identificável e permuta de maneira óbvia com determinado elemento lexical.

Esse tipo de distribuição transparente entre elementos alternadamente saturados e vazios corresponde, em âmbito geral, à elipse gramatical e é semelhante à omissão de um elemento facilmente substituível, como, por exemplo, em construções comparativas ou superlativas.

Existem, no entanto, as elipses opacas que são caracterizadas por uma combinação de traços manifestos de “a intuição de um vazio não localizado, como nas frases sentidas como completas embora canonicamente deficientes, orações ou construções fragmentárias, par pergunta/resposta, etc, do tipo ‘Rua!’, ‘Parabéns!’” (Martinho, 1998). Nesse tipo de frases, existe opacidade na medida em que não é explícita parte da sua estrutura: há falta do sujeito, do verbo, ou até redução a uma simples forma pronominal. Observe os exemplos a seguir:

- a) Quem viu a caneta que estava em cima da mesa?
- b) Eu não [vi a caneta que estava em cima da mesa].
- c) Eu!

Em (a), perguntamos “quem viu a caneta que estava em cima da mesa”. Ambas as respostas (b) e (c) estão incompletas. Há omissão do verbo e de todo o seu complemento, sendo que na (a) a resposta é negativa e na (b) a resposta é afirmativa. Desse modo, há ocorrência da elipse na (a) e (b).

Poder suprimir, dos enunciados realizados, determinado elemento, parece característico da tendência do locutor em evitar redundância. A noção de redundância, aqui presente, resume-se à ideia de que, numa posição estrutural determinada, o grau de redundância de um elemento é proporcional à sua probabilidade de ocorrência.

Neste trabalho, analisamos a elipse sob a perspectiva da terminologia da culinária, para que fique evidenciada a causa da existência da elipse em linguagem de especialidade, assim como ocorre na língua comum.

2.4 O CONSTRUCTO DA GRAMÁTICA DA TERMINOLOGIA, NA CONCEPÇÃO DE FAULSTICH (2003)

A Terminologia possui cinco postulados que compõem a teoria da variação e devemos destacar um desses postulados para o estudo do constructo em questão: “aceitação de que, sendo a terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática”.

O constructo da gramática de Faulstich foi desenvolvido em 2003 para o estudo do processo de formação das UTCs, que são unidades terminológicas complexas. Em 2008, Faulstich publicou um artigo baseado nesse constructo para investigar a ocorrência de elipse ou categoria vazia em UTCs das áreas de especialidade da engenharia elétrica e da enologia.

Para fins de estudo da ocorrência da elipse em receitas da área de especialidade da culinária, precisamente a brasileira e a portuguesa, aplicamos o constructo de Faulstich (2003), cujo modelo é o que segue:

$$C = \langle T (F), LT, R \rangle$$

em que:

C = constructo

T = terminologia

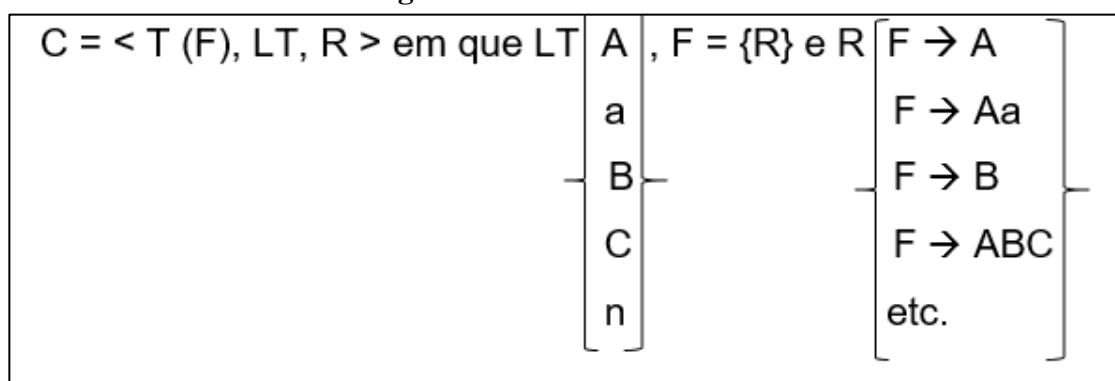
F = formativo

LT = fundo lexical terminológico

R = regra

Seja:

Figura 1: Constructo de Faulstich



Fonte: (Faulstich, 2003).

Assim, o constructo (C) é igual à equação formada por terminologia (T), denominada aqui como conjunto de termos, que se compõe de formativo lexical (F). Um formativo terminológico pode ser um termo simples ($F \rightarrow A$) e, neste caso, a base (A) é o próprio formativo, bem como pode ser cada um dos predicados (B; aB; BC etc.), em que ao formativo de base A seguem os formativos predicados B, C etc. Quer dizer que os formativos se organizam numa sequência de base + predicado, até que as combinações sucessivas atinjam a exaustão semântica. Um termo atinge a exaustão semântica quando i) é formulado de acordo com as regras da gramática da língua em questão; ii) encerra um conceito evidente; iii) proporciona que seja formulada uma definição.

Da mesma forma que Faulstich (2008) observa a possibilidade da ausência de um dos elementos nas UTCs da engenharia elétrica e da enologia, nos textos das receitas, observamos que, na linearidade de uma R, poderá ocorrer a ausência do complemento, que será representado como zero (\emptyset).

No artigo de Faulstich (2003, pp. 19-26), a autora apresenta 10 tipos de formativos, a saber: formativo zero (\emptyset) e tautologia a. Redundância b. Repetição conceitual; formativo ‘a’ e significado apositivo; formativos preposicionados; formativos adjetivais; formativos sob alçamento; formativo [A] com base nominalizada; formativos marcados por determinantes; formativos valentes e formativos antecidos por preposições diversas; formativo com prefixo não-; e formativo com sufixo –mente.

Entre esses formativos, serve aos nossos propósitos somente o tipo denominado em (i) “formativo zero (\emptyset) e tautologia”. Nele, há o apagamento de um ou mais formativos, como motivação de evitar uma tautologia. No DHLP (2001), a tautologia é definida como “uso de

palavras diferentes para expressar uma mesma ideia; redundância, pleonasma”. Assim, encontramos muitos termos in absentia não só na língua comum, mas também na linguagem de especialidade, pois, segundo Faulstich (2003, p. 17), “as razões para a existência de um zero podem ser diversas, como simplesmente encurtar a extensão de um termo, evitar a redundância ou a repetição lexical e conceitual”.

O formativo \emptyset é dividido em dois subgrupos: (i) por redundância e (ii) por repetição conceitual, mas, para esta pesquisa, encontramos apenas casos de contextos das receitas analisadas em que ocorre apagamento por redundância, como no exemplo (a):

	[F, T]	
Coloque numa panela com água	$[\emptyset B \emptyset DEF]$	R1
Coloque \emptyset numa panela com água	$[\emptyset B \emptyset DEF]$	R2
Coloque [as batatas] numa panela com água	$[\emptyset BCDEF]$	R3

Com base no contexto, trecho extraído de uma receita da culinária brasileira, percebemos que o verbo colocar pode receber argumentos à direita até exaurir os complementos que esse verbo pode obter, que, segundo o DUP (Borba *et al.*, 2002), são dois: o primeiro é um nome concreto [as batatas] e o segundo [numa panela], um complemento de lugar, com função semântica de locativo. Existe, também, um terceiro argumento [com água], com função semântica de matéria.

Ao analisarmos o exemplo (a), formulamos três regras e vimos que, em R1, há ausência do complemento, que é o nome concreto, mas o segundo complemento está presente. Em R2, representamos a omissão do primeiro complemento com o símbolo \emptyset , destacando que há uma casa vazia. E, em R3, expomos a recuperação da casa vazia, a qual conseguimos recuperar facilmente por meio do contexto da receita. É preciso explicar, ainda, que a ausência do complemento faz com que não haja redundância no contexto analisado.

2.5 RESULTADO DA ANÁLISE

Após análise dos 54 verbos selecionados no modo de preparo de receitas brasileiras e portuguesas, identificamos a ocorrência de elipse em 29 verbos no total: assar, cobrir, colocar, cortar, cozinhar, deitar, descascar, desfiar, dourar, enfeitar, escorrer, espremer, fritar, lavar, levar, limpar, mexer, misturar, picar, polvilhar, provar, rectificar, refogar, regar, reservar, retirar, servir, temperar e torrar. Dos 29 verbos, 27 são de ação-processo, 1 de ação (provar) e 1 de processo (dourar). Entretanto, quando analisamos os contextos dos verbos em que há a

ocorrência de elipse, percebemos que os verbos mudam, aparentemente, de valência, que os verbos de ação-processo mudam de classe para verbos de ação e também que há verbos que se mantêm na mesma classe, como provar, que é verbo de ação e dourar, verbo de processo.

A análise dos itens lexicais verbais revelou o seguinte resultado:

(i) Há dez verbos em que há ocorrência de elipse tanto em receitas brasileiras quanto em receitas portuguesas: colocar, descascar, enfeitar, escorrer, fritar, levar, regar, retirar, servir e temperar, sendo que:

(a) os verbos descascar, enfeitar, escorrer, fritar e regar, apresentados pelo DUP (BORBA *et al.*, 2002) com um complemento, têm esse complemento omitido tanto em receitas brasileiras como em receitas portuguesas. Entretanto, os verbos enfeitar, fritar e regar trazem um segundo complemento com função semântica de matéria: enfeitar [com os ovos cozidos] e [as azeitonas] em receitas brasileiras e enfeitar [com rodela de ovo cozido] e [azeitonas pretas] em receitas portuguesas, fritar [em bastante óleo quente] em receitas brasileiras, que traz o intensificador [bastante] dentro do sintagma preposicional e fritar [em óleo quente abundante] em Receitas portuguesas, que traz o intensificador [bastante] depois do sintagma preposicional, e regar [com vinho] em receitas brasileiras e regar [com 0,5 l de água] em receitas portuguesas;

(b) os verbos colocar, levar e retirar, apresentados pelo DUP (BORBA *et al.*, 2002) com dois complementos, omitem apenas o primeiro complemento referente ao nome do processo feito pelo sujeito, enquanto o segundo complemento desses verbos é expresso com função semântica de locativo que são: colocar [numa panela] em receitas brasileiras, colocar [num tabuleiro de barro] em Receitas portuguesas, levar [ao forno] tanto em receitas brasileiras como em Receitas portuguesas, e retirar [do forno] tanto em receitas brasileiras como em Receitas portuguesas. Apenas o verbo colocar apresenta em Receitas brasileiras mais um argumento [com água] que tem função semântica de matéria;

(c) o verbo servir, apresentado pelo DUP (BORBA *et al.*, 2002) com dois complementos, omite o primeiro complemento, servir [o arroz] em Receitas brasileiras e servir [o bacalhau] em receitas portuguesas para não haver redundância nas receitas e o segundo complemento não aparece nas receitas analisadas pelo fato de ser referente ao nome com traço humano; e

(d) o verbo temperar, de acordo com o DUP (BORBA *et al.*, 2002), possui um complemento, o qual é omitido nos contextos de Receitas brasileiras e Receitas portuguesas, mas no contexto de Receitas portuguesas, o verbo temperar traz um segundo complemento [com sal], [pimenta] e [noz-moscada] que tem função semântica de matéria, e no contexto de Receitas brasileiras, temperar traz um argumento [a gosto] que tem função semântica de modificador.

(ii) Há 19 verbos em que há ocorrência de elipse somente em receitas brasileiras ou somente em receitas portuguesas: assar, cobrir, cortar, cozinhar, deitar, desfiar, dourar, espremer, lavar, limpar, mexer, misturar, picar, polvilhar, provar, rectificar, refogar, reservar e torrar, sendo que:

(a) Os verbos assar, cortar, cozinhar, lavar, limpar e picar, de acordo com o DUP (BORBA *et al.*, 2002), apresentam apenas um complemento, que pode ser expresso (+) ou omitido (-). Assim, todos os complementos desses verbos aparecem omitidos nos contextos analisados. Porém, nos contextos de Receitas brasileiras e Receitas portuguesas, os verbos assar, cortar e cozinhar trazem um segundo complemento que tem função semântica de modificador para os verbos assar [em temperatura média] em Receitas brasileiras e cortar [em pedaços] também em receitas brasileiras, e função semântica de matéria para verbo cozinhar [com água] e [sal] em Receitas brasileiras.

(b) Os verbos cobrir, desfiar, espremer, mexer, polvilhar, provar, rectificar, refogar e torrar, de acordo com o DUP (BORBA *et al.*, 2002), apresentam apenas um complemento. Porém, nos contextos analisados, todos os complementos são omitidos. Constatamos, assim, que nos contextos de Receitas brasileiras e Receitas portuguesas, alguns desses verbos trazem um segundo complemento: (1) com função semântica de matéria: cobrir [com maionese] em Receitas portuguesas, polvilhar [com a salsa picada] em Receitas portuguesas, e rectificar [de sal] em Receitas portuguesas; (2) com função semântica de instrumental: mexer [com a colher de pau] em Receitas portuguesas; e (3) com função semântica de modificador: refogar [sem parar de mexer] em Receitas brasileiras;

(c) Os verbos misturar e reservar, de acordo com o DUP (BORBA *et al.*, 2002), possuem dois complementos, porém todos os complementos são omitidos nos contextos analisados;

(d) O verbo deitar, de acordo com o DUP (BORBA *et al.*, 2002), apresenta dois complementos, sendo que o segundo pode ser expresso (+) ou omitido (-) em uma sentença. Porém, nos contextos do verbo deitar apenas o primeiro complemento é omitido, enquanto o segundo é expresso com função semântica de locativo: deitar [no tabuleiro de barro]. No contexto analisado, há mais um argumento [sobre o bacalhau], que tem função semântica de matéria;

(e) O DUP (BORBA *et al.*, 2002) não traz nenhum complemento para o verbo dourar, pois é um verbo de processo. Porém, verificamos que, no contexto de receitas brasileiras, o primeiro complemento é omitido enquanto o segundo é expresso com função semântica de matéria: dourar [no azeite].

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto neste trabalho foi o de investigar e analisar itens lexicais verbais que compõem o modo de preparo das receitas de bacalhau da culinária brasileira e portuguesa. No Brasil, a influência portuguesa foi muito incisiva nos aspectos culturais, sociais, históricos, e principalmente, no que diz respeito à alimentação. Um reflexo dessa influência é a utilização do bacalhau na culinária brasileira. Assim sendo, o verbo, objeto desta pesquisa, é o elemento central deste gênero textual, apresentando-se no modo imperativo, o qual diz como fazer o alimento, seja nas receitas brasileiras, seja nas receitas portuguesas.

Comparamos os itens lexicais verbais na terminologia da culinária, pois esses itens apresentam propriedades sintático-semânticas sobre os seus respectivos argumentos. A partir da análise dos 54 verbos selecionados, constatamos, com base no constructo da gramática em terminologia, de Faulstich (2003), a ausência de argumentos dos verbos, no caso, o complemento na estrutura Sujeito + Verbo + Objeto dos contextos das receitas analisadas. A ausência do complemento na estrutura Sujeito + Verbo + Objeto dos contextos das receitas analisadas ocorreu em 22 verbos de receitas brasileiras e em 17 de receitas portuguesas, totalizando 39 verbos; destes, 10 ocorrem tanto na Receitas brasileiras quanto na Receitas portuguesas. Então, nos 29 verbos, classificamos a ausência do argumento como elipse transparente, pois corresponde a um apagamento de um item lexical que pode ser facilmente recuperado. A ocorrência da elipse se justifica para evitar a redundância. Este fato não demonstrou divergências quanto à estrutura sintática apresentada nos contextos das receitas brasileiras e das receitas portuguesas. No entanto, com a ocorrência da elipse, a valência verbal

é alterada. Isso quer dizer que, como a elipse ocorre apenas no complemento dos verbos, a valência verbal desses itens é reduzida, como: descascar é um verbo que seleciona dois argumentos, o sujeito e o complemento, mas, no contexto das receitas analisadas da terminologia da culinária, este verbo tem a valência falsamente alterada por causa da elipse, Descasque Ø. Assim, a valência verbal alterada acarreta, aparentemente, a mudança de classe sintático-semântica dos verbos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. **Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea**. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.

ALI, M. Said. Refeições. In: **Investigações Filológicas**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª edição. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BORBA, Francisco. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

BORBA, Francisco S. **Dicionário de usos do Português do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CABRÉ, M. Teresa. **La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones**. Editorial Antártida/Empúries: Barcelona, 1993.

CUNHA, C. e CINTRA, L. F. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

FAULSTICH, Enilde. **Lexicologia: a linguagem do noticiário policial**. Brasília, Horizonte, 1980.

_____. Da linguística histórica à terminologia. In: **Investigações, Linguística e Teoria Literária**. Pernambuco: UFPE, 1997.

_____. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. In: **TradTerm7**. São Paulo: Humanitas, 2001.

_____. Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas. In: FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina (orgs.) **Linguística Aplicada à Terminologia e à Lexicologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. Na extensão de uma UTC, elipse ou categoria vazia? In: **Revista do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. 2008.

GONÇALVES, Ângela. **Lexicologia e Ensino do Léxico**. Brasília: Thesaurus Editora.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

KURLANSKY, Mark. **Bacalhau: a história do peixe que mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: **Gêneros textuais & Ensino**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003.

MARTINHO, Fernando. **A elipse nominal em Português e em Francês**. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Linguística, na especialidade de Linguística Portuguesa. Porto, 8 de julho de 1998, 147p. Disponível em: <<http://sweet.ua.pt/~fmart/indpor.htm?indtese>> Último acesso em 02/11/2019.

_____. Gramática, vazio e subentendido: sobre algumas construções elípticas em Português. In: **Revista da Universidade de Aveiro / Letras**, 1999. Disponível em: <<http://sweet.ua.pt/~fmart/indpor.htm?indtese>> acesso em 05/11/2019.

MOURA NEVES, M. H. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Manual de terminologia**. Trad. Enilde Faulstich. Canadá: Translation Bureau, 2002. Disponível em: <<https://linguisticadocumentaria.files.wordpress.com/2011/03/pavel-terminologia.pdf>> acesso em: 13/11/2019.

PERINI, Mário. **Estudos de gramática descritiva**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

REIS, Regina. **1.000 receitas da culinária brasileira**. São Paulo: Girassol Edições, 2004.

THEMA EQUIPO EDITORIAL. **1.000 receitas da culinária portuguesa**. Sintra: Girassol Edições.

**VISÃO POLÍTICA DA LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA EM
LIBRAS: A CONSTITUIÇÃO DA BASE LEXICAL E BASE
CONCEITUAL**

**POLITICAL VISION OF LEXICOLOGY AND TERMINOLOGY IN
LIBRAS: THE CONSTITUTION OF THE LEXICAL BASE AND
CONCEPTUAL BASIS**

Gláucio de Castro Júnior¹⁶

RESUMO

Este artigo aborda a visão política da Lexicologia e da Terminologia da Língua de Sinais Brasileira – Libras na divulgação dos estudos da Linguística da Língua de Sinais na compreensão da constituição da Base lexical e da Base conceitual de sinais-termo. Trata-se de discussões resultantes da tese de doutorado sob o título Projeto Varlibras inserida na linha de pesquisa Léxico e Terminologia do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) da Universidade de Brasília (UnB) e, desenvolvida no Laboratório da Linguística da Língua de Sinais – LabLibras. Apresentamos como se dá a formação do sinal-termo em Libras para a compreensão da base paramétrica e das condições paramétrica dos sinais-termo de modo que seja possível por meio dos estudos da base paramétrica e das condições paramétricas da Libras promover incitantes propostas e discussões que vão desde o grau de abstração da estrutura paramétrica e um efetivo domínio da propriedade das regras para a elaboração da Lexicologia e Terminologia em Libras.

Palavras-Chave: Lexicologia da Língua de Sinais. Terminologia da Língua de Sinais. Libras. Base Paramétrica. Condições paramétricas.

ABSTRACT

This article addresses the political vision of Lexicology and Terminology of the Brazilian Sign Language – Libras in the dissemination of studies of Sign Language Linguistics in the understanding of the constitution of the lexical base and the conceptual base of term signals. These are discussions resulting from the doctoral thesis under the title Varlibras Project inserted in the line of research Lexicon and Terminology of the Graduate Program in Linguistics (PPGL) of the Department of Linguistics, Portuguese and Classical Languages (LIP) of the University of Brasilia (UnB) and, developed in the Laboratory of Sign Language Linguistics - LabLibras. We present how the formation of the signal-term in Libras is formed to understand the parametric basis and the parametric conditions of the term signs so that it is possible through studies of the parametric basis and the parametric conditions of Libras promote incitent

¹⁶ Professor de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília; coordenador do Núcleo de Estudo e Pesquisa da Variação Linguística da Libras – Núcleo Varlibras; líder do Grupo de Estudo e Pesquisa da Linguística da Língua de Sinais – GEPLIBRAS.

proposals and discussions ranging from the degree of abstraction of the parametric structure and an effective domain of ownership of the rules for the elaboration of Lexicology and Terminology in Libras.

Keywords: Sign Language Lexicology. Sign Language Terminology. Libras. Parametric Base. Parametric conditions.

1 INTRODUÇÃO

As questões que surgem a partir das pesquisas em torno da Lexicologia e Terminologia em Libras acrescentam às pesquisas em desenvolvimento na Linguística da Língua de Sinais compreensões em torno da base lexical e da base conceitual da Libras. É nesse sentido que a estruturação do Léxico da Libras se expande e, dessa maneira contribui para a ampliação lexical da Libras. Algumas considerações são: a importância da representatividade Surda nas discussões do Léxico da Libras; as soluções Linguísticas em torno da Variação Linguística da Libras; a compreensão ontológica dos sinais-termo pelo Surdo; a necessidade de se criar os sinais-termo de áreas de especialidades, entre outras.

A Língua de Sinais se expande a partir dos universais Linguísticos, ou seja, características Linguísticas que encontramos nas diferentes línguas de sinais e que por meio da produtividade lexical permite o desenvolvimento lexical da Libras e os produtos lexicais seguem caminhos próprios em função dos contextos específicos de caráter cultural, social, econômico e político, sendo vividos na situação autêntica da comunicação na modalidade visual-espacial, isto é, com base experiencial do uso linguístico.

No campo da Lexicologia e da Terminologia em Libras, surgem considerações como as apontadas no início desse estudo. Os sinais-termo da Libras a partir do trabalho de Castro Júnior (2014), devem surgir a partir de uma base paramétrica, assim no decorrer do texto buscaremos entender os conceitos de base lexical e base conceitual.

A base lexical é concebida como uma base de dados de natureza léxico-gramatical, contendo um conjunto de unidades lexicais que, de acordo com as especificidades de organização de um sistema, poderá conter informações morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmático-discursivas. (OLIVEIRA, 2002, p. 11).

A base conceitual contém uma informação de mundo, tanto físico quanto conceitual, procurando descrever objetos, eventos, forças, propriedades, relações e atributos em termos de representações hierarquicamente estruturadas (Dias-da-Silva, 1996, p. 234).

A base conceitual é importante porque representa o conjunto de categorias semânticas

básicas, isto é, primitivos semânticos que simulam a “visão de mundo” do sistema, restringindo o universo discursivo a um determinado domínio. Assim, a base paramétrica comporta a base lexical e a base conceitual, isto é, ao definir um conjunto de léxico da Libras, é preciso, portanto, constituir uma base de dados lexicais específica, que seja sistematizada e estruturada em função de suas relações constitutivas de estruturas que sejam paramétricas.

As estruturas paramétricas são dotadas de informações tanto lexicais quanto conceituais que se tornam paramétricas de modo a atender e analisar os dados desta pesquisa de acordo com a variável da condição de uso paramétrico em estudo, quais sejam os traços contrastivos, traços componenciais, traços de uma mesma matriz lexical, traços pretendidos e traços interpretados (o que o sinalizante selecionou como parâmetro para a compreensão do sinal-termo).

Dessa forma, o traço linguístico ou a condição paramétrica procura dar conta do significado de um determinado sinal-termo, a partir das diversas possibilidades da variável da condição de uso paramétrico. Ogden e Richards em 1923 levantaram uma série de hipóteses sobre a definição de significado, se seria uma propriedade intrínseca, palavras anexadas umas às outras no dicionário, a conotação de uma palavra, o lugar de qualquer coisa no sistema, ou símbolos aos quais os falantes recorrem para que seus referentes sejam reconhecidos. (Leech, 1974, p. 01).

O ingresso dos Surdos ocorre em diferentes áreas do conhecimento, só que o registro de sinais-termo de áreas de especialidade é recente. No Brasil, temos Surdos formados em diferentes áreas do saber como Odontologia, Ciências Biológicas, Administração, Sistema de Informação, Fisioterapia, Medicina Veterinária dentre outras e, assim, os Surdos e principalmente os profissionais da área de interpretação necessitavam de sinais-termo e muitos sinais foram criados no ambiente acadêmico para minimizar os prejuízos Linguísticos, bem como as lacunas Linguísticas de diferentes áreas do conhecimento.

Essa ocorrência, também percebemos no âmbito do curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras que aprofundam os estudos em torno da Linguística da Língua de Sinais e dessa maneira, percebemos que a Língua Portuguesa instiga e provoca discussões em torno do léxico da Libras, de modo que se tenha o registro, bem como a ampliação lexical desta língua.

Dessa maneira, a Libras tem ganhado cada vez mais visibilidade, principalmente por meio da vídeo-prova em Libras no Exame Nacional de Avaliação do Ensino Médio - ENEM, a partir do ano de 2017. Os Surdos são sujeitos dessa conquista e com essa acessibilidade Linguística tem conquistado cada vez mais os espaços acadêmicos, a partir do reconhecimento

da Libras através da lei nº 10.436 e da regulamentação da Libras, tornando-a cada vez mais reconhecida nos espaços públicos por meio do decreto de nº 5.626/2005, como língua de expressão e manifestação da Comunidade Surda brasileira.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA DA LIBRAS E OUTROS CONCEITOS

Para a autora Faulstich, (2003, p. 11-31) a Lexicologia é a disciplina que estuda o Léxico e os mecanismos sistemáticos e adequados de conexão entre o componente Léxico de uma língua e os demais componentes gramaticais, como fonte real de criação e de formação de novas unidades lexicais. Já, a Terminologia é uma ciência que estuda o Léxico de especialidade, por meio dos mecanismos que evidenciam os princípios Linguísticos nas relações de significado entre termos e conceitos.

Os estudos feitos em Lexicologia e em Terminologia são bases para a Lexicografia, que é a disciplina que se serve das análises prévias, no processo de elaboração de dicionários. Toda língua possui um dicionário, que não é representado apenas em formato de papel; temos também um dicionário mental que “arquiva” o nosso conhecimento de um todo da língua e, é neste dicionário mental, que o ser humano armazena os lexemas.

Já a gramática é responsável pela geração de regras, que são estudadas de acordo com os modelos linguísticos, como o estruturalismo, o gerativismo, o funcionalismo, entre outros, segundo as regras que se queira estudar.

O Léxico constitui o centro de nosso interesse nesta pesquisa a sistematização lexical que ora apresentamos leva em conta estudos de variação, de acordo com uma abordagem funcionalista.

Vale lembrar que a Libras é uma língua que tem dicionário e gramática, com suas especificidades Linguísticas, e que por isso é preciso que pesquisadores, na área da Linguística das línguas de sinais, aprofundem a investigação na dicionarização e gramaticalização e não com um foco mais aprofundado para a educação, pois o estudo da língua é crucial porque, no Brasil, o português é língua majoritária e a Libras é língua minoritária.

Os Surdos estão predispostos ao Português, e, como as propostas educacionais se preocupam em desenvolver métodos e técnicas para uma abordagem bilíngue, é preciso que, para o desenvolvimento de dicionário e da gramática na Libras, esta língua esteja bem sistematizada para fornecer a informação necessária para os educadores.

A pesquisa de termos, palavras ou sinais parte da análise de como está a organização estrutural e a frequência das palavras utilizadas em Libras e verifica se os dicionários atuais da Libras atendem ou não aos requisitos lexicográficos e terminográficos aqui abordados na organização de dicionários.

Algumas críticas quanto à organização de dicionários se relacionam as seguintes questões: O vocabulário é fragmentado quando se divide por área? Exemplo: vocabulário de animais, vocabulários de cores, dentre outros. Por que grande parte de termos em Libras não se encontra nos dicionários atuais de Libras? É por influência da Variação Linguística? Assim, estudar a problemática social e educacional do uso e da elaboração de dicionários é relevante e importante nos estudos linguísticos da Libras. Questões como significação e explicação dos termos têm que ser levadas em consideração, pois a definição do termo tem uma estrutura própria de transmitir o conceito e o significado do termo. O dicionário não pode perder a finalidade de explicação e de uso. O estudo da Variação Linguística possibilita que o conjunto de dados recolhido define a forma da e, se a Variação Linguística não é sistematizada, o dicionário é a representação só de termos considerados padrão e as formas variantes são ignoradas. Relembramos aqui o que diz a autora Faulstich, 2003, p. 60: “Como princípio de ética, porém, qualquer política de línguas deverá trabalhar a ‘unidade’ e a ‘diversidade’. Não se trata de polos de contradição, mas de eixos de transição. A unidade é uma razão de Estado e a diversidade ou variedade é a matéria linguística própria da comunidade, pois reflete a ‘língua em uso’, ou seja, as linguagens verbais, por meio das quais os indivíduos se comunicam.

A unidade é resguardada pelo padrão oficializado em um modelo de gramática, e a variedade se faz representar nas diversas gramáticas pragmáticas e práticas de um Estado Linguístico. Para compreender como se desenvolve o discurso social, é preciso saber como a língua e as linguagens representam nossas experiências e, para isso, deve-se refletir sobre a maneira como as linguagens realizam as ações de interação. [...] Na diversidade social, a Terminologia já nasce política e firma-se nos diferentes ambientes sociais, culturais e linguísticos como entidade que difunde políticas, porque depende das escolhas deliberadas que sobre ela recai.”. No item seguinte, vamos discutir o conceito de sinal, termo e sinal-termo.

3 SINAL, TERMO E SINAL-TERMO

Sinal-termo na Língua de Sinais Brasileira (Libras) é uma expressão criada por Faulstich (2014) e, esse termo, aparece pela primeira vez na dissertação de mestrado de Costa (2012).

Faulstich (2014) explica que a expressão sinal ou sinais não faz parte dos termos científicos ou técnicos no significado do contexto das linguagens de especialidade. A expressão sinal serve para os significados usados no vocabulário comum da Libras. Faulstich (2014) mostra que

a expressão sinal-termo é a que corresponde às necessidades de uso especializado. Para melhor compreender a criação desse termo novo, é preciso ver os significados separadamente, como aparecem no *glossário sistêmico de léxico terminológico*, em elaboração, transcrito a seguir:

Sinal. 1. Sistema de relações que constitui de modo organizado as línguas de sinais. 2. Propriedades linguísticas das línguas dos surdos. Nota: a forma plural –sinais- é a que aparece na composição *língua de sinais*.

Termo. Palavra simples, palavra composta, símbolo ou fórmula que designam os conceitos de áreas especializadas do conhecimento e do saber. Também chamado *unidade terminológica*.

Para saber melhor a expressão sinal-termo, Faulstich (2014) conta o histórico da composição:

A palavra *sinal* é de origem latina *signalis* e quer dizer ‘que serve de signo, de sinal’. No início tinha valor de adjetivo, mas, posteriormente, passou a substantivo para designar ‘uma unidade de informação’. Por sua vez, a palavra *termo*, também de origem latina *terminus* quer dizer ‘limite, fim, extremidade, *determinatum*’. Convém observar que *signo linguístico* é unidade linguística constituída pela união de um conceito para chegar ao(s) significado(s). A composição sinal-termo é, portanto, uma nova terminologia que une dois conceitos expressivos, para designar um significado concreto em língua de sinais.

Assim podemos entender o que é sinal-termo por Faulstich (2014):

Sinal-termo. 1. Termo da Língua de Sinais Brasileira que representa conceitos com características de linguagem especializada, próprias de classe de objetos, de relações ou de entidades. 2. Termo criado para, na Língua de Sinais Brasileira, denotar conceitos contidos nas palavras simples, compostas, símbolos ou fórmulas, usados nas áreas especializadas do conhecimento e do saber. 3. Termo adaptado do português para representar conceitos por meio de palavras simples, compostas, símbolos ou fórmulas, usados nas áreas especializadas do conhecimento da Língua de Sinais Brasileira.

No item seguinte, vamos discutir sobre a importância do vocabulário e glossário bilíngue na língua de sinais.

4 A IMPORTÂNCIA DO VOCABULÁRIO E GLOSSÁRIO BILÍNGUE NA LÍNGUA DE SINAIS

Vocabulário é o conjunto de vocábulos, empregados em um texto, caracterizadores de uma atividade, de uma técnica, de uma pessoa, etc. De acordo com a terminologia linguística, vocabulário é uma lista de ocorrências lexicais que figuram em um corpus. (Faulstich, 2012, p. 41). O termo vocabulário justifica-se plenamente em estudos sobre corpus especializado: vocabulário do futebol, vocabulário da economia, vocabulário da pesca. A unidade de vocabulário é o vocábulo que não deve ser confundido com palavras. (Faulstich, 2012, p. 41).

No livro organizado por Salles, Faulstich, Carvalho e Ramos (2004, p. 94), concordamos que “ampliar o vocabulário é acrescentar ao vocabulário fundamental unidades lexicais do vocabulário comum e completá-los com termos de áreas especializadas das ciências, da tecnologia, das artes e de outros meios sociais.” Faulstich, (2012, p. 41) explica que

Vocábulo é a unidade de língua efetivamente empregada em um ato de comunicação; representa uma unidade particular, um significado, usada na linguagem falada ou escrita. Unidade aqui não tem sentido de um numérico, mas de um semântico: em Setor Habitacional Individual Sul há quatro palavras, mas um vocabulário semanticamente integrado e qualquer comutação alterará seu significado.

Prometi (2013, p. 29) afirma que o vocabulário é um dos principais desafios para os Surdos em programas de educação bilíngue, na educação dos Surdos. Os Surdos têm que adquirir um léxico escrito que possa ser efetivamente utilizado na leitura ou na escrita.

De acordo com as autoras Salles, Faulstich, Carvalho e Ramos, (2004, p. 90), “o que importa são as relações comunicativas que se estabelecem entre usuários, e, nas relações comunicativas, o léxico tem papel fundamental, porque nele está contido o vocabulário.” Faulstich (2012, p. 2) destaca que

ampliação de vocabulário é um processo lexical em que o falante acrescenta ao seu vocabulário fundamental (vocabulário 1) unidades lexicais do vocabulário comum (vocabulário 2) e os complementa com termos de áreas especializadas das ciências, das técnicas, das artes e de outros meios sociais (vocabulário 3).

Para explicar o que vêm a ser essa questão acima, a autora Prometi (2013, p. 29) mostra que existem três tipos de vocabulários, o vocabulário 1 que é aquele onde o falante da língua tem o seu léxico, ou seja o conjunto de palavras que ele conhece na língua, ou seja, o vocabulário fundamental, o vocabulário 2 que é aquele que é o do dia-a-dia, de interação, de uso na mídia, nos meios tecnológicos e outros meios, e este vocabulário é o comum, e o vocabulário 3 que é aquele mais técnico, que advém de áreas de especialidades, como na música e em outras áreas que apresentam muitos termos técnicos e que necessitam ser divulgados e

urgentemente compartilhados com todos para que uma efetiva política de língua seja implementada, assim como complementados através de diferentes processos linguísticos.

Faulstich (2012, p. 2) chama atenção para a importância do uso do dicionário para a consulta de vocábulos:

O vocabulário é ampliado ou enriquecido à medida que o falante aumenta sua convivência sociocultural, lê obras diversificadas e procura indagar metodicamente o significado de palavras desconhecidas. Nesse caso, o dicionário é um importante documento de consulta, que auxilia o usuário a compreender os significados das palavras e a aprender os significados de outras que não fazem parte de seu vocabulário, para então usá-las com propriedade.

Em uma pesquisa, Andrade e Góes:

Constataram que os surdos têm pouco contato com o material escrito fora da escola e, quanto à leitura, além do pouco contato, preferem ler revistas com fotos, que possibilitam a compreensão, pois uma de suas maiores dificuldades é com o vocabulário. (Andrade e Góes Apud Fernandes, 2008, p. 82).

Prometi (2013, p. 30) demonstra que a falta de vocabulário em Libras dificulta os Surdos adquirirem conceitos científicos ou técnicos, assim como a compreensão do conteúdo abordado em sala de aula. O vocabulário é um dos aspectos mais importantes na aprendizagem de uma língua, tanto na L1 quanto L2.

Para Faulstich (2013, p.3): “glossário é um repertório exaustivo de termos, normalmente de uma área do conhecimento, apresentado em ordem sistêmica ou em ordem alfabética, com informação gramatical, definição, registro opcional de contexto de ocorrência do termo e de remissões. E diz a autora que os glossários apresentam diferentes feições:

a) do ponto de vista da política da língua, faz parte do material didático como apêndice que aparece nos livros de ensino; é um “elucidador sinonímico” das palavras “difíceis” que aparecem nos textos. E, nessa percepção, a finalidade dos glossários é justapor dois discursos – um mais hermético e outro menos hermético, num contínuo de linguagens que vai da +difícil para a –difícil.

b) do ponto de vista do papel do “reformulador” do texto científico para incluir “palavras especializadas” num glossário, o que prevalece é a operação linguística de paráfrase sinonímica ou textual. Mas, no fundo da cena, resta verificar se a representação linguística e cultural é bem acionada.

Faulstich (2013, p.5) considera que

[...] é preciso notar que as linguagens científica e técnica exigem requisitos além da simples interpretação do conteúdo; exigem representação, isto é, um (o elaborador do glossário) precisa posicionar-se como se fosse o outro (o consultor do glossário). Por exemplo, quando elaboramos glossários tendo como língua de partida o português e como língua de chegada a língua de sinais brasileira, é preciso considerar que os sinais seguem parâmetros diferentes das línguas orais.

Um elaborador de glossário ou de dicionário bilíngue português - língua de sinais brasileira e vice-versa precisa conhecer as duas línguas para, necessariamente, representar os Léxicos de acordo com os conceitos em harmonia. Harmonizar as línguas é combinar seus sistemas de tal forma que, no léxico, o resultado apareça no bilinguismo explícito em conformidade conceitual entre os itens lexicais. Nesse caso, não basta traduzir a língua de sinais para o português ou o português para a língua de sinais porque poderá prevalecer, na língua de sinais, palavras soletradas manualmente. (FAULSTICH, 2013, p.5).

Castro Júnior (2014, p. 135) mostra que umas das dificuldades da pesquisa dos sinais-termo em uma perspectiva lexicográfica e terminográfica será pensar em como seria o registro ideal dos sinais-termo em Libras. Muitas propostas têm sido discutidas e utilizadas, mas será preciso haver um consenso entre os pesquisadores. Essa dificuldade acontece, porque muitos dados em Libras advêm de registros coletados em vídeos filmados dos Surdos e ou sinalizantes de Libras sinalizando. Apesar de ter propostas para a escrita de Libras, nem sempre é compreendida por todos os falantes, e o registro se dá em Língua Portuguesa. Entendemos que pensar em uma alternativa para o registro em Língua Portuguesa é também importante e nessa pesquisa iremos adotar o QR-CODE para a compreensão dos sinais-termo em discussão no decorrer do texto.

5 A FORMAÇÃO DO SINAL-TERMO NA LIBRAS

A Libras caracteriza-se por possuir um universo Linguístico próprio, quase desconhecido por quem ainda não experimentou constituir sentidos com palavras-imagens. Além disso, a grande diversidade de sinais contribui para enriquecer e valorizar a Libras como uma língua, e não para torná-la uma língua individualizada.

A Libras tem as suas estruturas próprias – níveis Linguísticos como a fonologia, a morfologia, a sintaxe e o léxico constituído de contextos semânticos e pragmáticos que fazem com que a língua de sinais funcione com autonomia na criação e produção dos sinais-termo.

Os parâmetros da Libras são entidades visuais que formam significados, científicos ou não científicos, mas seguem também princípios básicos gerais. Esses princípios básicos permitem a criação de um número infinito de construções a partir de um número finito de regras.

É dotada também de componentes pragmáticos convencionais, codificados no Léxico e nas estruturas da Libras e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais.

Esses princípios regem também o uso adequado das estruturas linguísticas da Libras, isto é, permitem aos seus usuários usar estruturas nos diferentes contextos que se lhes apresentam, de forma a corresponder às diversas funções linguísticas que emergem da interação do dia a dia e dos outros tipos de uso da língua.

Citem-se os recursos expressivos da Língua Portuguesa em seus vários planos: fonológico, morfológico e léxico-semântico dão forma à estrutura da língua, e a linguagem se produz de modo integral quando intervêm as estruturas fonológicas, morfológicas e semântica, e as diferenças prendem-se aos modelos se gerados, um não sendo inferior ao outro, mas diferentes.

Assim a linguagem é, na verdade, a chave que abrirá a porta para um leitor no mundo e caso tal modalidade não seja adequadamente escolhida, as intenções se perdem no caminho. Assim, na falta de vocabulários terminológicos em uma língua não é possível descrever, discutir e explicar determinados termos e, por isso, buscam-se modelos inseridos na interface paramétrica, para que seja possível a compreensão dos processos que são decorrentes do uso da língua.

O autor Castro Júnior (2014), explica que usar a língua com propriedade deve ressaltar também dos estudos da Terminologia na Libras, por exemplo, na análise dos verbetes dos sinais-termo. Muitas palavras em língua portuguesa, quando são passadas para a Libras, não apresentam um sinal-termo, e o sinalizante da língua necessita compreender que não é só copiar, através da forma ou da representação visual, para mostrar domínio e competência, é preciso conhecer o objeto, o conceito, a função e como se deu a construção mental do objeto ou o significado pelo Surdo através de representações das condições paramétricas, por isso é importante valorizar e registrar a construção e a formulação do significado e de todas as inúmeras possibilidades que a Linguística oferece para a pesquisa do sinal-termo em relação ao objeto ou ao conceito, ou ao significado.

Por exemplo, para o verbeito Projetor de imagem: Qual é o sinal-termo do objeto em Libras? Qual é o sinal-termo de projetar? Como se dá a construção mental do sinal-termo do

objeto? Pesquisas têm mostrado que a forma de conceituar esse verbete seria: aparelho + ligar + projetar + imagem, e isso seria a construção mental, e não se limitaria apenas à forma icônica que se supõe o objeto ter.

Em outras análises, se o verbete remete a outro, para que possamos entender as relações de estrutura, é preciso apresentar algum termo que o leitor conhece além de compreender o tema. Aí, estaremos na dimensão espacial, que organiza campos lexicais e semânticos.

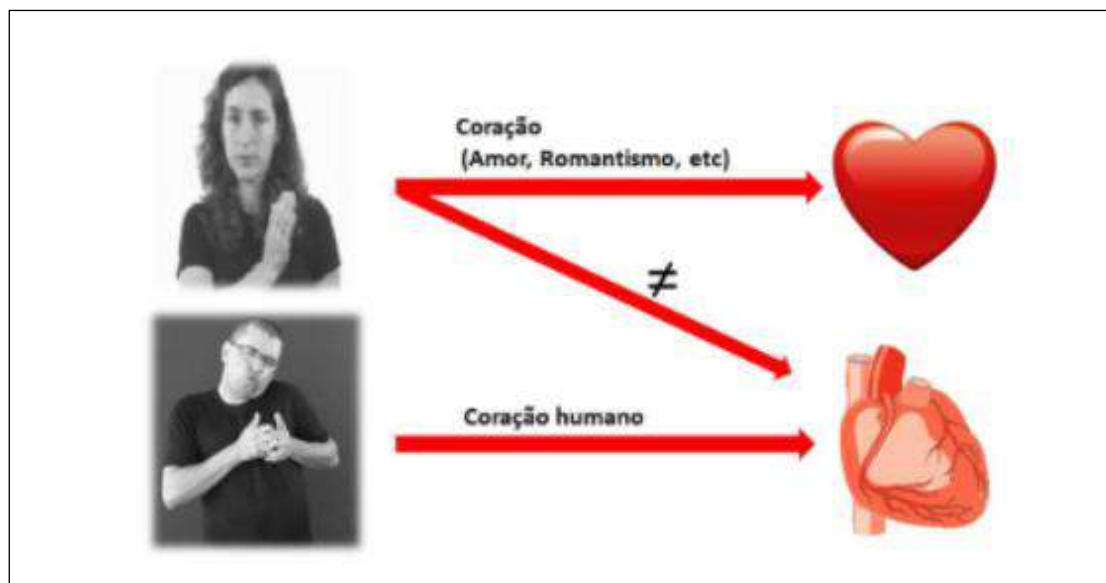
Antes de qualquer processo, é preciso delimitar o campo lexical e o semântico para saber o termo e contexto em que um termo foi empregado. Os verbetes, seja, no léxico concreto, seja, na construção mental, apresentam uma linearidade quantitativa, porém não é a quantidade de informação que define o verbete, e sim o conhecimento que ele contém.

O conjunto de verbetes organiza o dicionário, que é um documento que contribui para a construção das informações e para a disseminação destas. Por isso, é um desafio elaborar dicionário e outras obras lexicográficas e, por isso, para quem não sabe Libras, as condições e representações paramétricas devem ser enfocadas, bem como os resultados apresentados desse processo.

De início, deve ser elaborado um dicionário de configuração, quer dizer, um dicionário paramétrico, se o público para o qual o dicionário se direcione for usuário de Libras. A qualidade dos dicionários está ligada ao conhecimento do processo lexicográfico e de quem os elabora. Assim, no caso da Libras é preciso que o registro da Libras seja feito, preferencialmente, pelos Surdos que dominam a língua

Um exemplo mostrado na figura a seguir, aparecem dois sinais do termo CORAÇÃO, um mostra o sinal para os significados usados no vocabulário comum da Libras que no caso que indicam de amor, romantismo e já no outro sinal em seguida, é o sinal-termo do termo da Libras que representa conceitos com características de linguagem especializada, que no caso o sinal-termo CORAÇÃO que é na área de especialidade do corpo humano.

Figura 12: Diferença entre o sinal comum e o sinal-termo



Fonte: COSTA, M. R. Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil: Enciclobras - o corpo humano, 2012.

A regra para a formação do sinal-termo ocorre em todas as estruturas da língua de sinais que já estudamos, como podemos ver a seguir:

Figura 13: Formação do sinal-termo da LSB



Fonte: COSTA, M. R. Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil: Enciclobras - o corpo humano, 2012.

Vejam os que para a criação dos sinais-termo faz se necessário a utilização dos parâmetros da Libras, que são importantes para a formação dos sinais-termo na área de especialidade, a seguir vejamos também as outras regras que se dá para a formação dos sinais-termos, como a base paramétrica e a condições paramétrica.

Os dois polos principais da ação de análise dos termos na Libras, em uma perspectiva terminológica e técnica são a base paramétrica e as condições paramétricas; um terceiro, a ser considerado, é a dimensão linguística. No próximo item do texto passaremos a discussão da base paramétrica.

6 A BASE PARAMÉTRICA na Libras

Antes de iniciar a discussão sobre base paramétrica, é preciso dizer que a pesquisadora Faria-Nascimento propõe na sua tese de 2009, na página 84, o estudo do morfema-base. O pesquisador Castro Júnior, 2014 no estudo da Variação Linguística amplia a definição de morfema-base, e na sua pesquisa, define a base paramétrica como “mão pensante”, pois no léxico é preciso considerar o seu conjunto e o seu significado.

Castro Júnior (2014) explica que a base paramétrica na elaboração do sinal-termo possibilita, por meio de traços linguísticos ou das condições paramétricas, a constituição das propriedades Linguísticas conceituais do termo e define a ocorrência de Variação Linguística, ou de substituição Linguística, para que se chegue à compreensão do significado. Sob nosso ponto de vista, existem elementos variáveis que se configuram na variável da condição de uso dos parâmetros da Libras, que permitem estruturas que apresentam marcas Linguísticas que são paramétricas e sociais e que permitem a escolha da variante-padrão e do registro das formas variante de um determinado sinal-termo para que se chegue à compreensão do significado.

Em todas as línguas de sinais, os sinais-termo podem ser organizados por unidades paramétricas de modo a formar sentenças, mas o significado dessas sentenças depende do significado dos termos neles contidos e dos traços linguísticos ou condições paramétricas que possibilitam esse processo, a partir de sua base paramétrica. Ou seja, se utilizarmos uma configuração de mão, que compõe uma determinada base paramétrica com a condição paramétrica do movimento diferente, pode indicar diferentes termos; há casos em que a mudança das condições paramétricas mudará o significado; há outros em que não ocorre a mudança de significado, mas permite a ocorrência de outros processos linguísticos. Ocorre também o uso de vários termos o que instiga o usuário a selecionar um determinado sinal-termo

para aquele significado que ainda não possui sinal-termo na Libras.

É de essencial importância considerar que na sinalização do sinal-termo temos uma base paramétrica e os traços linguísticos ou condições paramétricas que compõem a organização da sinalização do sinal-termo.

A pertinência de uma ampliação da proposta de Faria-Nascimento, 2009 e a necessidade de uma pesquisa de cunho funcionalista aplicada à linguística da língua de sinais nos estudos da Variação Linguística da Libras resultam numa nova possibilidade de estudo do léxico da Libras.

Trata-se da “mão-pensante”, ou seja, do modo como os indivíduos Surdos que dominam a Libras organizam as condições paramétricas e produzem os sinais-termo e efetivamente concebem ações cognitivas. Inicia-se, por meio de uma base paramétrica de um determinado referente, como um esboço, em sua grande maioria representado por meio de uma configuração de mão, limitada e distintiva que busca e possibilita a criação e a identificação de sinais-termo, reinterpretando-os à medida que o léxico é ampliado, numa espécie de processamento visual e consciente do conceito do significado e do significante do sinal-termo.

Um exemplo a ser citado aqui, é a o registro de criação de sinais-termo da disciplina Biologia, onde que muitos termos inicialmente eram realizados por meio da datilologia e, por isso, foi necessário pensar em qual base paramétrica seria representativa e funcionaria como unidade terminológica e a base para o sinal-termo ORGANISMO que permitiu a criação de vários sinais-termo, pois esta base é encontrada no léxico comum da Libras e possibilitou no léxico técnico uma criação e registro na ampliação do vocabulário.

A partir dos sinais-termo coletados na Biologia, percebemos na análise dos sinais-termo que não existia um critério lexicográfico que permitisse a criação de sinais-termo quando estes não apresentassem um correspondente. Deste modo, foi feita uma análise minuciosa na composição dos sinais-termo para fosse possível chegar a uma base paramétrica na composição de determinados grupo de sinais-termo da disciplina Biologia e, foi possível constatar que o sinal-termo criado para ORGANISMO, que inicialmente era sinalizado por meio da datilologia, permitiu tanto uma interpretação para o ORGANISMO BIÓTICO, quanto para o ORGANISMO ABIÓTICO, quando na sinalização tivesse a incorporação de alguns traços linguísticos e ou condições paramétricas que permitisse a compreensão de seus respectivos significados. Desse modo, foi feita a seleção da base paramétrica do termo ORGANISMO, e na figura a seguir, visualizamos a base paramétrica da configuração de mão que foi utilizada para a criação e organização paramétrica de vários sinais-termo na Biologia.

Figura 1: Base Paramétrica - ORGANISMO



Fonte: Dvd – Glossário de Biologia – 2014

Deste modo, apresentamos figuras com alguns exemplos de sinais-termo que foram criados a partir da base paramétrica da figura 1.

Figura 14: Sinal-termo BACTÉRIA



Fonte: Dvd – Glossário de Biologia – 2014

Figura 15: Sinal-termo BRIÓFITAS



Fonte: Dvd – Glossário de Biologia – 2014

Figura 16: Sinal-termo CADEIA ALIMENTAR



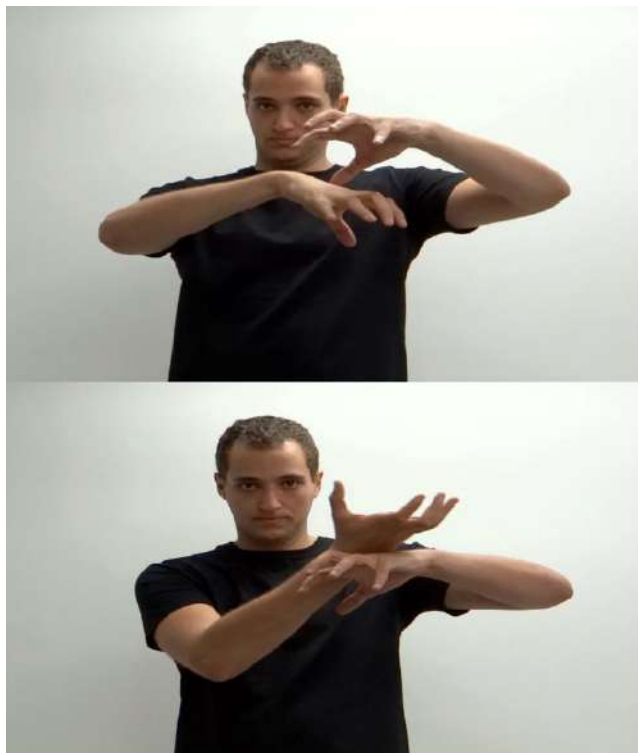
Fonte: Dvd – Glossário de Biologia – 2014

Figura 17: Sinal-termo HABITAT



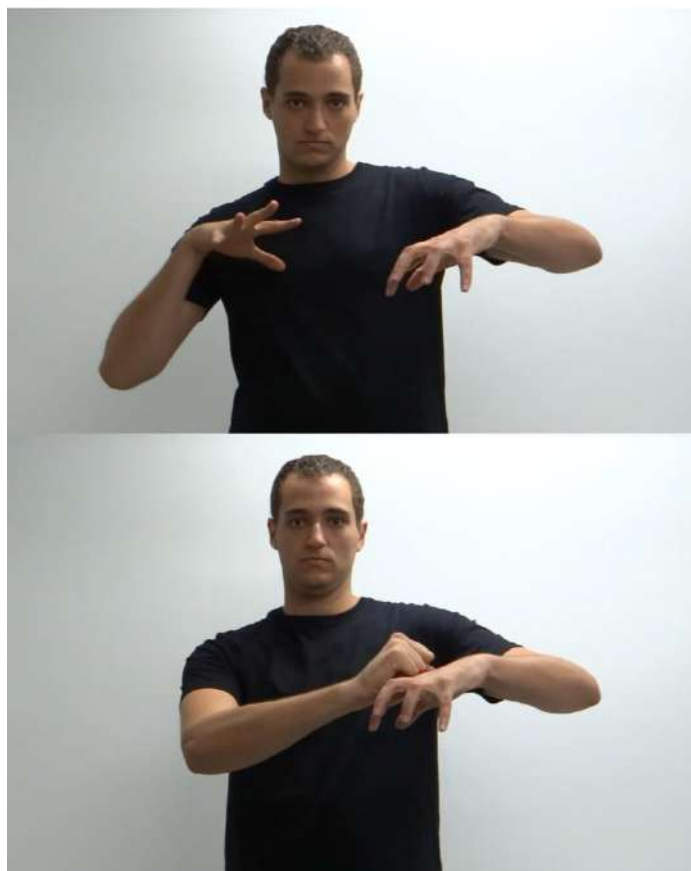
Fonte: Dvd – Glossário de Biologia – 2014

Figura 18: Sinal-termo MEIO AMBIENTE



Fonte: Dvd – Glossário de Biologia – 2014

Figura 19: Sinal-termo PREDADOR



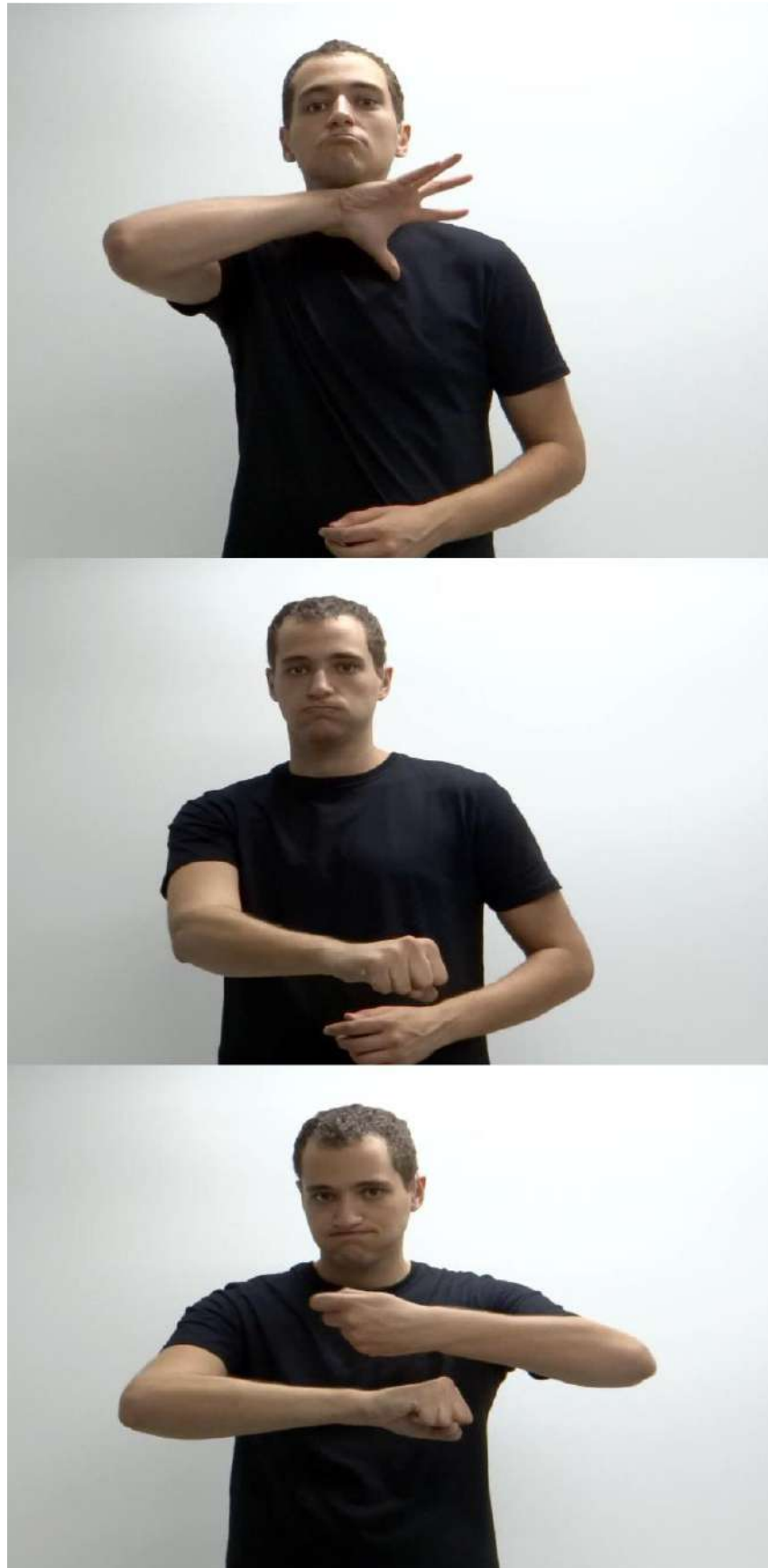
Fonte: Dvd – Glossário de Biologia – 2014

Figura 20: Sinal-termo PTERIDÓFITAS



Fonte: Dvd – Glossário de Biologia – 2014

Figura 21: Sinal-termo TRÁFICO DE ANIMAIS



Fonte: Dvd – Glossário de Biologia – 2014

No próximo item, veremos a condição paramétrica, que dá as diferentes possibilidades de usar os parâmetros da Libras. Podemos dizer que, a base paramétrica esta depende da condição paramétrica.

7 CONDIÇÃO PARAMÉTRICA DOS SINAIS-TERMO

A língua é um sistema. Um sistema permite dizer que os elementos são lexicais e gramaticais. São dotados de propriedades, isto é, existem limitação na utilização das regras da língua. Uma condição paramétrica é determinada por todas as formas e possibilidades de utilização dos parâmetros, de forma sistematizada. Desta forma, a base paramétrica comporta a base lexical e a base conceitual, isto é, ao definir um conjunto de léxico da Libras, é preciso, portanto, constituir uma base de dados lexicais específica, que seja sistematizada e estruturada em função de suas relações constitutivas de estruturas que sejam paramétricas para a compreensão do sinal-termo) e ofereça condições paramétricas para a sua utilização e criação de novos termos.

Castro Júnior (2014) explica que todas as línguas de sinais, os sinais-termo podem ser organizados por unidades paramétricas de modo a formar sentenças, mas o significado dessas sentenças depende do significado dos termos neles contidos e dos traços linguísticos ou condições paramétricas que possibilitam esse processo, a partir de sua base paramétrica. Ou seja, se utilizarmos uma configuração de mão, que compõe uma determinada base paramétrica com a condição paramétrica do movimento diferente, pode indicar diferentes termos; há casos em que a mudança das condições paramétricas mudará o significado; há outros em que não ocorre a mudança de significado, mas permite a ocorrência de outros processos linguísticos. Ocorre também o uso de vários termos o que instiga o usuário a selecionar um determinado sinal-termo para aquele significado que ainda não possui sinal-termo na Libras. Essa situação motiva a definição do que vem a ser variante e do que são sinais-termo diferentes de um mesmo termo.

As condições paramétricas delimitam as variáveis de condição de uso paramétrico da configuração de mão, do ponto de articulação, da tipologia de movimentos, da direcionalidade e das expressões faciais e gramaticais com foco nos aspectos linguísticos.

No âmbito de estudo de léxico e terminologia, a compreensão das condições paramétricas traz no seu cerne a complexidade de sua análise, por isso é importante o estudo de

sua ocorrência em cada parâmetro da Libras. A sinalização de um sinal-termo compõe uma cadeia paramétrica que se estende por todo o processo e define as condições paramétricas que depende das relações paramétricas existentes entre os componentes. Cada componente possui suas próprias características e atributos, que podem ser, de um modo geral, a forma, relações linguísticas, variações, restrições linguísticas, dentre outros, ou seja, devem se conhecer as condições que existem por trás da forma, para que na constituição dessa cadeia paramétrica não ocorram interpretações equivocadas, que certamente não possibilitarão a compreensão de todo o conjunto e não permitirão uma sistematização e registro do sinal-termo. No próximo item, apresentamos as considerações finais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As línguas orais contemplam as condições universais de silabação, quer dizer mostram como se organiza uma sequência de segmentos em sílabas. Há basicamente duas abordagens que explicam esse processo: a abordagem de regras e a abordagem de condições. A primeira utilizada, por exemplo, em Harris (1983), considera que a silabação de uma sequencial de segmentos é feita por meio de regras de criação de estrutura silábica: regra de formação do núcleo, regra de formação do ataque, regra de formação da coda. Essas regras são ordenadas entre si: primeiramente cria-se o núcleo, depois o ataque, depois a coda. A segunda, adotada por Hooper (1976) e Itô (1986), considera a silabação um processo automático que obedece a determinadas condições, não ordenadas entre si. As condições podem ser universais, ou seja, são as mesmas para todas as línguas, ou paramétricas, condições que preveem diversas possibilidades, das quais cada língua faz escolhas.

Desse modo, o estudo do Léxico da Libras, firmada nos princípios da teoria Linguística da língua de sinais, dispõe de recursos para diferenciar regras de aplicação restrita de regras de uso geral, regras de mudança estrutural de regras de implementação e, com princípios e condições, dirime a capacidade de muitas regras e alcança generalizações. Mostra-nos, sobretudo, como olhar para os fatos da língua à luz de princípios universais. É incontestável que, funcionando como unidades lexicais ou unidades terminológicas, certos sinais-termo tendem a agrupar-se e a sofrer as mesmas regras, constituindo um padrão lexicográfico paramétrico natural, ou seja, dois ou mais segmentos constituem um padrão lexicográfico paramétrico natural se for necessário para especificar a informação do termo, um número de traços menor do que o número necessário para caracterizar cada traço isoladamente.

Assim sendo, são apresentadas as possibilidades das condições de uso paramétrico de configuração de mão, da condição de uso paramétrico de definição de ponto de articulação, da condição de uso paramétrico da tipologia de movimentos da Libras, da condição de uso paramétrico da direcionalidade na Libras e da condição de uso paramétrico das expressões faciais e gramaticais. Essas condições paramétricas permitem prever a sistematização dos sinais-termo a partir da condição de uso paramétrica de cada um dos parâmetros da Libras para representar e explicar alguns fenômenos linguísticos que abrirão caminhos para outros estudos nas áreas, como as estruturas suprasegmentares, o processo facional, os processos lexicais, as dimensões paramétricas e outros. Espera-se por meio dos estudos das condições paramétricas da Libras promover incitantes propostas e discussões que vão desde o grau de abstração da estrutura paramétrica e um efetivo domínio da propriedade das regras para a elaboração da Lexicologia e Terminologia em Libras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sônia M. A. Rodrigues de; GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Considerações sobre a refletividade de alunos Surdos frente à linguagem escrita.** Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba, v. 1, n. 2, p. 7 – 16, 2008.

CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. **Variação Linguística em Língua de Sinais Brasileira – Foco no Léxico.** 123f. 2011. Dissertação (Pós-Graduação) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP), Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2011.

_____. **Projeto Varlibras.** 259f. 2014. Tese (Pós-Graduação) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP), Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2014.

COSTA, Messias Ramos. **Proposta de Modelo de Enciclopédia Visual Bilíngue Juvenil: ENCICLOLIBRAS.** 151f. 2012. Dissertação (Pós-Graduação) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP), Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2012.

DIAS-DA-SILVA, B. C. **A face tecnológica dos estudos da linguagem: o processamento automático das línguas naturais.** 272f. 1996. Tese (Pós-Graduação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1996.

FARIA-NASCIMENTO, Sandra Patrícia de. **Representações lexicais da Língua de Sinais Brasileira: uma proposta lexicográfica.** 325f. 2009. Tese (Pós-Graduação) – Programa de

Pós-Graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP), Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2009.

FAULSTICH, Enilde. **Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas**. In: FAULSTICH, E.; ABREU, S. P. Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia – Cooperação Brasil e Canadá. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003. p. 11-31.

FAULSTICH, Enilde. **Glossário sistêmico de Léxico terminológico para pesquisadores Surdos**. Brasília. Centro Lexterm, 2012. Em elaboração.

FAULSTICH, Enilde. **Sinal-Termo**. Nota lexical. Brasília: Centro Lexterm, 2014. Disponível em: <http://www.centrolexterm.com.br/#!notas-lexicais/c22tu>. Acesso em: 14 out. 2015.

HARRIS, James. **Syllable Structure and Stress in Spanish: A non linear analysis**. Cambridge: Mit Press, 1983.

HOOPER, Joan. **An Introduction to Natural Generative Phonology**. New York: Academic Press, 1976.

ITÔ, Junko. **Syllable Theory in Prosodic Phonology**. New York: Garland Publishing, 1986.

LEECH, G. **Semantics**. Middlessex: Penguin Books, 1974.

OLIVEIRA, Mirna Fernanda de. **Pressupostos teórico metodológicos para a elaboração da base lexical de um THESAURUS eletrônico**. 209f. 2002. Dissertação (Pós-Graduação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2002.

PROMETI, Daniela. **Glossário Bilíngue da Língua de Sinais Brasileira: Criação de sinais dos termos da música**. 107f. 2013. Dissertação (Pós-Graduação) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP), Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2013.

SALLES, Heloísa M. M. L. et al. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Vol. 2. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

OBRAS LEXICOGRÁFICAS EM LÍNGUA DE SINAIS COM BASE EM PERCURSOS SEMASIOLÓGICOS E ONOMASIOLÓGICOS

LEXICOGRAPHIC WORKS IN SIGN LANGUAGE ACCORDING TO SEMASIOLOGICAL AND ONOMASIOLOGICAL ORIENTATION

Eduardo Felten¹⁷

RESUMO

Este artigo apresenta aspectos que são próprios de dicionários e de glossários de língua de sinais a partir dos fundamentos linguísticos de orientação semasiológica e onomasiológica aplicada à lexicografia e à terminografia. Para isso, utilizamos três obras terminográficas de Libras relacionando-as com aspectos semasiológicos, e duas obras lexicográficas de língua de sinais associando-as a aspectos onomasiológicos. A partir da análise, encontram-se particularidades que podem beneficiar os consultantes Surdos. Por outro lado, foram verificados alguns pontos negativos, sobretudo nas obras onomasiológicas. A conclusão do trabalho é que questões teóricas, subjacentes às práticas dicionarísticas, podem contribuir com o aprimoramento metodológico da lexicografia e da terminografia de e em para Língua de Sinais Brasileira.

Palavras-chave: Lexicografia. Terminografia. Semasiologia. Onomasiologia.

ABSTRACT: This paper presents aspects that are characteristic of sign language dictionaries and glossaries from the linguistic foundations of semasiological and onomasiological orientation applied to lexicography and terminography. For this, we use three terminographic works of Libras relating them to semasiological aspects, and two lexicographic works of sign language associating them with onomasiological aspects. From the analysis, we find particularities that can benefit deaf consultants. On the other hand, some negative points were verified, especially in works of onomasiological. The conclusion of the work is that theoretical questions, underlying the dictionary practices, can contribute to the methodological improvement of lexicography and terminography to and from the Brazilian Sign Language.

Keywords: Lexicography. Terminography. Semasiology. Onomasiology.

¹⁷ Professor de Graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília; doutorando em Estudos da Linguagem da linha de pesquisa Lexicografia, Terminologia e Tradução: Relações Textuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof^a. Dra. Honoris Causa Enilde Faultich, como resultado do estágio pós-doutoral, com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof^a. Dra. Honoris Causa Enilde Faultich, como resultado do doutorado em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta aspectos que são específicos de dicionários e glossários de língua de sinais a partir dos fundamentos linguísticos de orientação semasiológica e onomasiológica aplicada à lexicografia e a terminografia. Há boas obras terminográficas de orientação semasiológica na língua de sinais brasileira (doravante Libras) disponíveis no Brasil. Por outro lado, há poucas obras de orientação onomasiológica na mesma língua, o que nos faz pensar a razão pela qual obras dessa natureza são menos exploradas.

Dessa forma, é importante apresentarmos a diferença entre os princípios linguísticos que tem como fundamento o signo linguístico e, embora possuem características próprias, se mantêm interrelacionados. Para Baldinger (1966) a semasiologia é o princípio que considera a palavra isolada no desenvolvimento de sua significação. Já a onomasiologia visa as designações de um conceito particular e busca a variedade de suas formas.

Do ponto de vista da Libras, podemos pensar a semasiologia como o princípio que considera o sinal isolado no desenvolvimento de sua significação, isso por que são produzidos sinais e não palavras nas línguas de sinais devido à sua natureza linguística visoespacial e não oral-auditiva como são as línguas orais. Assim, “sinal” corresponde a “palavra” na Libras.

Como este artigo pretende, ainda, dialogar com duas práticas que possuem trato ou práticas distintas, apresentamos, neste momento, a diferença entre a prática lexicográfica e a terminográfica. A primeira, dentre seus vários aspectos, se dedica a organização e registro do léxico comum de uma língua. Já a terminografia, de acordo com Schierholz (2012) é entendida como uma técnica de coleta e organização de termos em dicionários terminológicos ou dicionários de especialidade. Ainda, de acordo com o autor, o termo Terminografia o termo Lexicografia Terminológica são sinônimas, entretanto, não podem corresponder o mesmo que Lexicografia de Especialidade ou Lexicografia Especializada. Bevilacqua e Finatto (2006) complementam que a prática terminográfica se distingue, sobretudo, no que se refere às informações técnicas que lhes são típicas. Isso significa, por exemplo, que o verbete de uma obra terminográfica terá a definição muito mais delimitada ou sem lacunas para possíveis ambiguidades como nas definições de uma obra lexicográfica.

Essas diferenças teóricas implicam práticas diferenciadas ao elaborarmos uma obra que reúne palavras ou sinais comuns (léxico comum), dos termos e sinais-termo (léxico de especialidade) que pertencem a uma área técnica. Para as autoras, uma obra terminográfica,

normalmente, está associado a um conjunto textual específico que abordam temas científicos, técnicos ou tecnológicos. Por essas razões, embora há haja semelhanças entre a lexicografia e a terminografia, optamos por tratá-las como disciplinas e práticas distintas.

Vale ressaltar que, no Brasil, não há obras lexicográficas monolíngues adequadas, isto é, que levam em consideração a natureza linguística visoespacial (QUADROS; KARNOPP, 2004) da Libras e que possuem a organização da obra voltada exclusivamente para a Libras. O que encontramos são dicionários semibilíngues, isto é, que possuem sua macro e microestrutura pensadas a partir do português. Por outro lado, há propostas terminográficas bilíngues e monolíngues que possuem sua macro e microestruturas fundamentadas nos princípios teóricos e metodológicos, tanto da lexicografia, quanto da terminografia, para atender as necessidades dos consulentes, sejam eles surdos ou não-surdos. Essa é a razão pela qual iniciaremos a nossa análise por materiais que reúnem o léxico de especialidade e, em seguida, obras que registram o léxico comum.

Como nos ocupamos em tecer uma aproximação entre a lexicografia e a terminologia, trataremos, em alguns momentos, sobre sinais e sinais termos. Assim, para a leitura deste artigo, é importante que façamos a seguinte distinção:

Termo: palavra simples, palavra composta, sintagma, símbolo ou fórmula que designam os conceitos de áreas do conhecimento específico. Também *unidade terminológica*. Ver unidade terminológica complexa (FAULSTICH, 2012).

Sinal-termo: Termo criado na Língua de Sinais Brasileira para representar conceitos que denotem palavras simples, compostas, símbolos ou fórmulas, usados nas áreas específicas do conhecimento. Ver sinal. Ver termo (FAULSTICH, 2012).

Para que seja possível apresentar os aspectos que são específicos de dicionários e glossários de línguas de sinais, a partir dos fundamentos linguísticos de orientação semasiológica e onomasiológica aplicada à lexicografia e à terminografia, utilizaremos os estudos sobre semasiologia e onomasiologia empreendidos por Baldinger (1966) e o modelo de sistema semiótico proposto por Pottier (1992).

No que tange à estrutura das obras lexicográficas de orientação onomasiológica, valemo-nos dos estudos lexicográficos de Baldinger (1966, *ibid.*), Haensch et al (1982) e Jackson (2002). De Bugueño Miranda (2007a, 2007b, 2014), trazemos considerações de cunho metodológico para analisar as obras, sobretudo as de orientação onomasiológicas, sob exame. Outros autores nos auxiliarão no diálogo a que nos propomos aqui e serão trazidos ao longo deste texto.

Na interface com as línguas de sinais, utilizaremos os estudos lexicais de Faulstich (2012) e de Faulstich e Vilarinho (2016), os estudos terminológicos, lexicográficos e terminográficos de Felten (2016), Nascimento (2016), Tuxi (2017) e Tuxi e Felten (2019). Esses pesquisadores trazem colaborações quanto a à organização da macroestrutura de obras terminográficas de orientação semasiológica em língua de sinais.

Dada todas essas questões, este artigo está dividido em três seções. A primeira apresenta reflexões de natureza teórica sobre a semasiologia, a fim de situar as suas características para, então, observar as suas aplicações à terminografia da Libras. Apresentaremos três obras que, a partir das bases teóricas, se caracterizam como obras de orientação semasiológica. As obras são: i) Glossário Sistemático Bilingue Português-Libras de Termos da História do Brasil (FELTEN, 2016); ii) Glossário Libras digital elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, e o iii) Glossário bilíngue de Sinais-Termo Técnicos e Administrativos do Meio Acadêmico da Universidade de Brasília-UnB (TUXI, 2017).

A segunda seção está reservada para os fundamentos de natureza teórica sobre a onomasiologia, observados em contraste com as características que a distinguem da semasiologia. A partir disso, buscamos verificar as suas aplicações à lexicografia em duas obras: i) *Hand in Hand die Welt begreifen Ein Bildwörterbuch der Gebärdensprache* (2016); e o ii) Minidicionário Trilíngue: Indígena *Sateré-Mawé* em Libras e Português (2016).

Cumpramos enfatizar que visamos contribuir com estudos que favoreçam a área dicionarística de línguas de sinais, visto que há escassas pesquisas capazes de dar conta da complexidade relativa à semasiologia e à onomasiologia na interface com as língua de sinais.

2 UM DICIONÁRIO POSSUI UMA ORIENTAÇÃO?

Os dicionários e glossários de Língua de Sinais existem para cumprir uma determinada função. Essa tarefa deve ser pensada de acordo com a necessidade do público alvo, isto é, se a obra é destinada para usuários nativo, ou se são aprendizes de Libras como segunda língua (L2), ou ainda, se o dicionário ou glossário é destinado para tradutores e intérpretes, entre outros. Conhecer o público-alvo é fundamental, pois a obra deve ser eficiente a quem se destina. Caso a obra não corresponda a necessidade do público-alvo, corre o risco de se tornar uma obra desconexa ou inapropriada, pois o consulente, ao utilizar um dicionário ou glossário, deseja sanar alguma dúvida. Caso essa dúvida não seja esclarecida, a obra consultada possui inadequações metodológicas.

Isto posto, identificar o público-alvo de uma obra é primordial. E, para que uma obra lexicográfica não se torne inadequada, é crucial que o dicionário ou glossário tome como base axiomas, isto é, fundamentos, princípios ou regras para a sua elaboração. Conforme aponta Bugueño Miranda (2007b), a relação básica entre a obra e o usuário deve estar pautada em princípios linguísticos e fenomenológicos. Para o autor, o princípio linguístico deve considerar o “duplo caráter do signo linguístico e, assim, falamos na complementariedade entre semasiologia e onomasiologia” (p. 264). Já o princípio fenomenológico, por sua vez, é o que Hartmann (2001, p. 69) denomina como “tamanho e conteúdo”, ou seja, a quantidade de verbetes, a encadernação, o tamanho da obra, entre outras características. Para a nossa análise vamos nos aproximar um pouco mais dos princípios linguísticos.

Do ponto de vista do princípio linguístico de uma obra lexicográfica, Haensch et al. (1982, p. 452) destaca que o elemento mais importante é identificar a orientação da obra, isto é, se possui orientação semasiológica ou orientação onomasiológica. Isso porque a orientação de caráter linguístico influenciará a organização macroestrutural da obra.

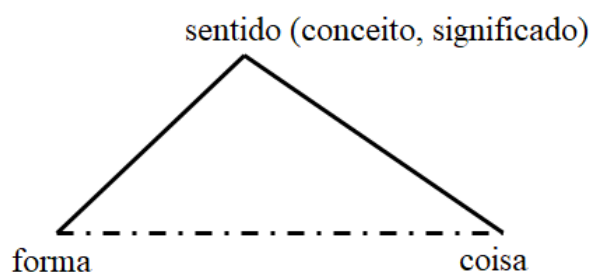
Para apresentar reflexões de cunho metodológico sobre as obras lexicográficas mencionadas, é importante que façamos a distinção entre semasiologia e onomasiologia. Iniciaremos, pois, pela semasiologia e, em seguida, discorreremos sobre a onomasiologia.

2.1 DICIONÁRIOS SEMASIOLOGICOS

A semasiologia, conforme aponta Jackson (2002, p. 146), vem do grego *semasia* e significa ‘significado’, isto é, abordagem que parte dos termos ou palavras, para o significado ou conceito. Nessa perspectiva Bugueño Miranda (2007b, p. 264), à luz dos estudos sobre a complementariedade entre semasiologia e onomasiologia de Baldinger complementa que, a semasiologia é a “perspectiva que parte do significante procurando dar conta do significado”. Essa perspectiva significa que a macroestrutura de obras lexicográficas, de acordo com o postulado de Saussure (1970) sobre a composição do signo linguístico, parte do significante procurando dar conta do seu significado, isto é, possuem uma lista de significantes (lemas) e, cada um deles, possuem um conteúdo ou significado.

Baldinger (1966) se baseia nos estudos sobre o signo linguístico de Saussure para compreender e explicar a interdependência entre a semasiologia e a onomasiologia. Para mais, utiliza a proposta complementar do signo linguístico de Ogden e Richards (1972) para descrever a relação central de sua semântica por meio da seguinte relação triangular:

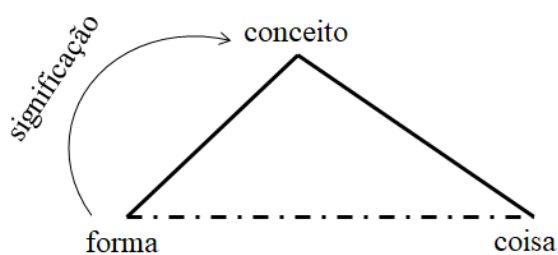
Figura 1: Relação triangular de Ogden & Richards adaptada por Baldinger



Fonte: Adaptado de Baldinger (1966, p. 28).

No ponto de vista da Libras, a explicação dessa relação é que, cada signo linguístico, isto é, cada sinal, se compõe de dois elementos: forma e conteúdo. Numa obra lexicográfica de orientação semasiológica, parte do significante (forma) para o significado (conceito). A partir dessa perspectiva, as obras semasiológicas possuem a seguinte relação triangular:

Figura 2: Relação triangular num dicionário semasiológico

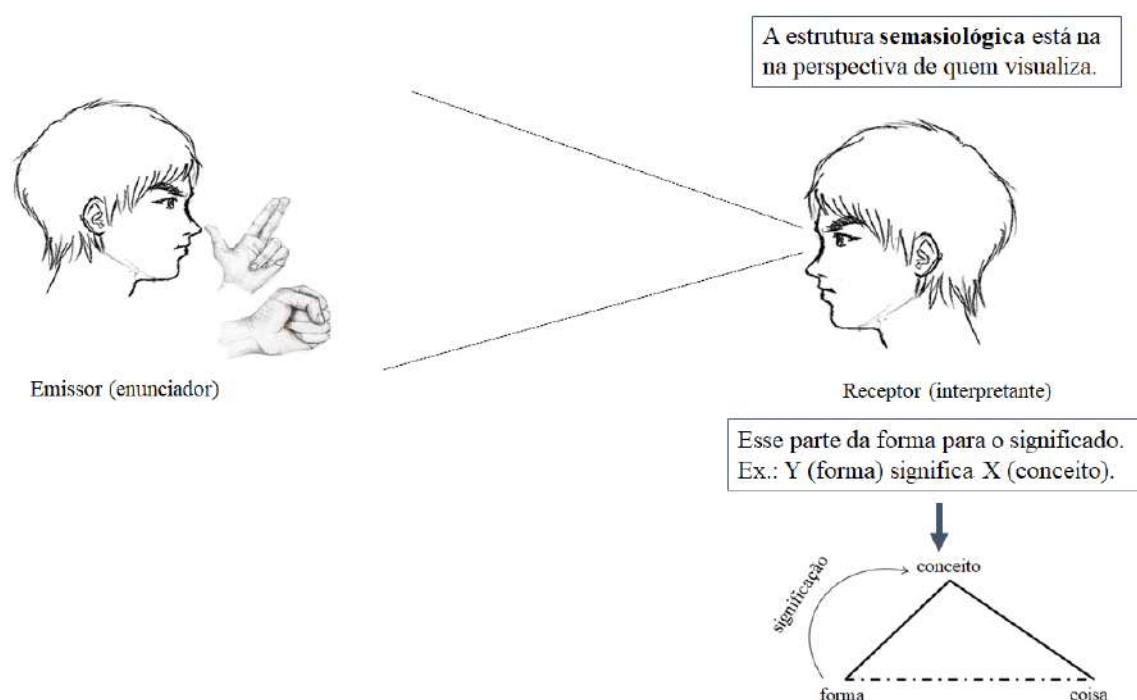


Fonte: Adaptado de Baldinger (1966, p. 28).

Nessa relação triangular proposta por Baldinger, a forma (significante) liga-se à coisa (concreta ou abstrata) por meio do conceito. Ao tentar explicar o conceito que está prendido a forma, se cria um segundo componente canônico, além da macroestrutura, denominado microestrutura. Entretanto, não vamos nos aprofundar nessa perspectiva, uma vez que o objetivo desta seção é apresentar a diferença entre semasiologia e onomasiologia de obras terminográficas e lexicográficas.

então, que, a partir de um determinado discurso são emitidas formas significantes) que causam um estranhamento, levando o receptor (interpretante) a se perguntar o que “X” significa. Dada essa relação, temos, a seguir, um esquema que está associado ao usuário de língua de sinais, no qual ilustramos o percurso semasiológico e a relação entre a forma e o conteúdo (significado). O esquema é o que segue:

Figura 4: Percurso semasiológico e a relação entre forma e conteúdo



Fonte: Felten (2019).

Em Libras, grande parte dos dicionários e glossários possuem orientação semasiológica, tal como dicionário eletrônico da Língua Brasileira de Sinais (INES, 2002), o dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (CAPOVILLA, RAPHAEL, 2001), Dicionário ilustrado de Libras (BRANDÃO, 2011), entre outros. Seu propósito é o de auxiliar o usuário na recepção da língua.

No que tange à orientação semasiológica em obras lexicográficas, Welker (2004, p. 47) afirma que um dicionário dessa natureza parte da forma para o significado. No caso da Libras, parte-se do sinal ou do sinal-termo para alcançar o seu significado. Isto porque sua

macroestrutura possui a organização dos lemas a partir da organização alfabética do português ou por meio das configurações de mãos (CM) da Libras.

Essa organização de busca por meio da Configuração de Mão (CM) e por meio do português em ordem alfabética, podemos encontrar no glossário sistêmico bilíngue Português-Libras de Termos da História do Brasil (FELTEN, 2016), como podemos observar na Figura 4. A mesma organização encontramos no glossário do Letras Libras, Arquitetura, Cinema, Psicologia e Literatura organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Entretanto, o sistema de busca pelo sinal é mais sofisticado, pois é possível encontrar um sinal-termo por meio da CM e do Ponto de Articulação (PA), sistema de busca baseado nos parâmetros fonológicos da Libras, conforme vemos na Figura 5, a seguir.

Figura 4: Organização macroestrutural e sistema de busca do glossário sistêmico bilíngue Português-Libras de termos da História do Brasil

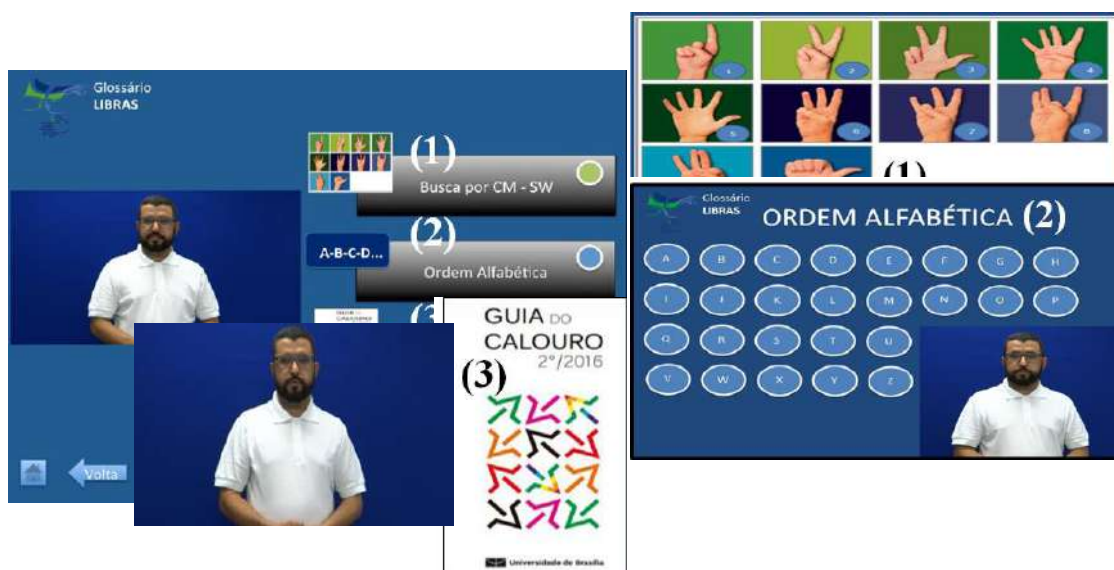


Figura 5: Sistema de busca pela CM (1) e pelo português (2) nos glossários de Letras Libras, Arquitetura, Cinema, Psicologia e Literatura



Outra importante obra terminográfica de orientação semasiológica na Libras é o Glossário bilíngue de Sinais-Termo Técnicos e Administrativos do Meio Acadêmico da Universidade de Brasília – UnB organizado por Tuxi (2017). A autora traz uma proposta de organização macroestrutural em obra terminográfica bilíngue Português-Libras ainda mais rebuscado. Tuxi propõe o glossário para Surdos acadêmicos da Universidade de Brasília. Com foco no público-alvo, a autora organiza a macroestrutura conforme o público e propõe três formas de busca os sinais-termo. O primeiro a busca se faz pelo sinal, o segundo pela ordem alfabética e o terceiro pelo Guia do Calouro, cujos tópicos escolhidos são: i) Estrutura Administrativa e Acadêmica da UnB; e, ii) Ensino, Pesquisa e Extensão. Vejamos a organização macroestrutural na Figura 6, a seguir.

Figura 6: Sistema de busca pelo sinal (1) e pelo português (2) e pelo Guia do Calouro da UnB (3)



Fonte: Tuxi (2017, p. 162-167)

Nas obras apresentadas que possuem o sistema de busca a partir das CMs, conforme observamos nas figuras 4, 5 e 6, são de orientação semasiológica. Isso porque (2014, p. 227) a “macroestrutura de um dicionário de orientação semasiológica corresponde ao conjunto de significantes (representados pelos lemas) que possuem, cada um deles, uma predicação ou equação sêmica” (BUGUEÑO MIRANDA, 2014, p. 227).

Há outros dicionários de orientação semasiológica que compilam as unidades lexicais da Libras que não apresentaremos neste artigo, entretanto, muitos problemas de cunho metodológicos são encontrados nessas obras. Sobre a metodologia de elaboração da macroestrutura de dicionários e glossários em Libras, Felten (2016)¹⁸, em seu trabalho de mestrado, e Tuxi (2017)¹⁹, em sua tese de doutorado, apresentam avaliações de algumas dessas obras. A partir dessas avaliações, Tuxi e Felten (2019)²⁰ escrevem sobre processo de organização de obras lexicográficas e terminográficas em línguas de sinais. Contudo, no presente artigo não nos aprofundaremos nas questões avaliativas dessas obras.

Conforme apresenta Jackson (2002), a grande desvantagem de obras organizadas em ordem alfabética é que as palavras-entrada, são apresentados de forma isolada, tratando cada palavra isoladamente, e fazendo poucas conexões que existem entre outros lemas. Nas obras em Libras podemos observar o mesmo fenômeno, isto é, os sinais-entrada são apresentados de forma isolada, o que não permite um vínculo com outros lemas. O autor explica que, “como outras áreas da linguagem - fonologia, gramática - o léxico é um sistema com relações paradigmáticas (sinonímia, antonímia, hiponímia, meronímia) e sintagmáticas (colocação)” (p. 146).

Essas relações podem ser observadas em obras de orientação onomasiológica, como os dicionários de sinônimos ou temáticos, por exemplo. Entretanto, essas obras devem se fundamentar em princípios axiomáticos para que sua macroestrutura esteja de acordo com sua tarefa, caso contrário pode não atender as necessidades do consulente. Esses vínculos se dão, ainda, a partir de campos semânticos ou lexicais, entretanto, nos aprofundaremos nessas características na próxima seção onde falaremos sobre obras de orientação onomasiológicas.

¹⁸ Para as avaliações de dicionários e glossários de Libras realizados por Felten (2016) acessar o trabalho Glossário Sistêmico Bilíngue Português-Libras de Termos da História do Brasil disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/21493>.

¹⁹ Para as avaliações de dicionários e glossários de Libras realizados por Tuxi (2017) acessar o trabalho A terminologia na língua de sinais brasileira : proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue disponível <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23754>.

²⁰ TUXI, P.; FELTEN, E.; **Terminologia, terminografia e línguas de sinais**: novos rumos linguísticos. Revista Coralina. Cidade de Goiás, vol. 1, n. 1, fev./2019.

Apresentada questões teóricas sobre obras lexicográficas e terminográficas de orientação semasiológicas, discutiremos, na seção a seguir, questões teóricas sobre obras lexicográficas de orientação onomasiológica.

2.2 DICIONÁRIOS DE ORIENTAÇÃO ONOMASIOLÓGICA

Conforme aponta Jackson (2002, *ibid.*), onomasiologia vem do grego *onomasia* que significa ‘termo’, partindo, assim, do conceito para a palavra. Isso posto e, do ponto de vista teórico, o campo onomasiológico pode ser entendido, também, como o campo das designações (BALDINGER, 1966). Tendo como base o caráter do signo linguístico, o campo onomasiológico parte do significado tentando encontrar um significante.

Com base nos estudos de Baldinger (*Ibid.*, p. 26036) sobre a interdependência entre a semasiologia e a onomasiologia, conforme apresentamos na figura 1 na seção anterior, cada sinal na Libras, se compõe de dois elementos: forma e conteúdo. Cabe aqui um comentário importante nos estudos terminológicos da Libras. No que tange ao signo linguístico na perspectiva do léxico de especialidade, Tuxi (2017)²¹ traz uma proposta interessante e inovadora. A autora defende que a constituição do signo linguístico do sinal-termo possui uma estrutura distinta do termo em português, pois o seu conteúdo é ressignificado pelo surdo e se distinguem de uma sinal comum pelo seu emprego no discurso. Dada essa distinção, a autora considera como hipótese “a possibilidade de o sinal-termo resultar da elaboração do conceito do termo, porque a concepção do sinal-termo é passível de ocorrer a partir da captação das características estruturais da própria definição do objeto” (p. 86).

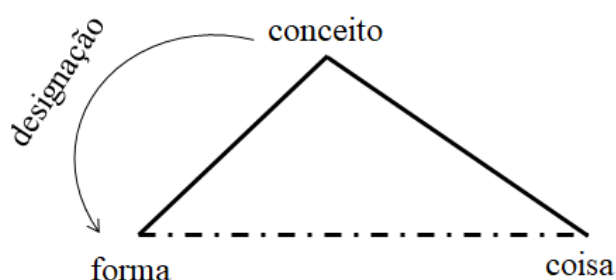
A partir do postulado de Tuxi, é possível compreender como os Surdos compreendem o conceito dos termos de uma determinada área científica, técnica e tecnológica. Ainda sobre o signo linguístico na Libras, Faulstich (2016) defende que os sinais que ainda não fazem parte do vocabulário especializado da Libras podem ser gerados a partir da motivação do

pensamento cognitivo que venha a promover conceitos e novos termos, em conformidade com a natureza motora, visual e espacial que o signo linguístico requer, a fim de distinguir a modalidade oral e auditiva de uma língua em relação à outra, que pratica movimento com as mãos, desenvolve função perceptiva e tem lugares definidos de ordem, de ritmo e de frequência (p. 80).

²¹ Não nos aprofundaremos na questão da constituição do signo linguístico do sinais-termo nesse trabalho, entretanto, sugiro a leitura do capítulo 3 da tese da autora que explica de forma satisfatória, clara e inovadora sobre o assunto. A obra está disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23754/1/2017_PatriciaTuxidosSantos.pdf.

Ao considerarmos que o percurso onomasiológico parte do significado tentando encontrar um significante, vamos aproximar este campo da linguagem com a lexicografia e terminografia. Em obras de orientação onomasiológica, cuja macroestrutura se organiza não mais pela perspectiva alfabética, partindo do significante para o significado, mas tendo como ponto de partida o significado ou conceito, se organiza em temas ou tópicos. Isso significa que a obra será estruturada a partir da seguinte relação triangular:

Figura 7 – Relação triangular num dicionário onomasiológico



Fonte: Adaptado de Baldinger (1966, p. 28)

Nessa relação triangular proposta por Baldinger, conceito (significado) liga-se a coisa (concreta ou abstrata) por meio da forma (significante). Ao considerar que a macroestrutura com orientação onomasiológica “não mais” se organizam pela ordem alfabética, não significa que é estritamente proibido utilizar sua organização macroestrutural em ordem alfabética. A propósito, Baldinger (1966) acentua que a semasiologia e a onomasiologia são perspectivas que se complementam. Para mais, Bugueño Miranda (2007a)²² propõe uma dupla ordenação macroestrutural para um dicionário monolíngue de espanhol como L2 para estudantes universitários brasileiros.

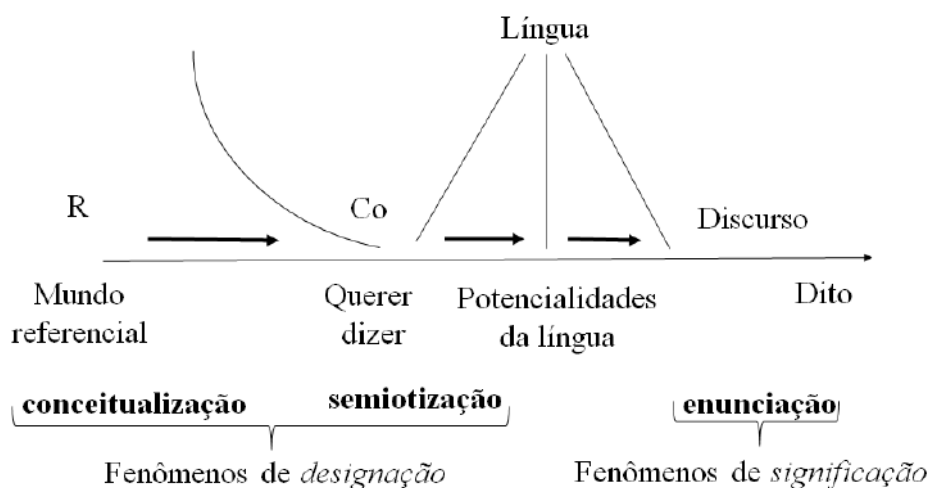
A partir da proposta apresentada por Bugueño Miranda (2007a), podemos refletir se é possível uma dupla ordenação macroestrutural para obras lexicográficas e terminográficas em Libras. Certamente essa perspectiva exigirá do proponente conhecimento epistemológico

²² Para melhor compreensão sobre a dupla ordenação macroestrutural sugiro a leitura do artigo “A definição do perfil de usuário e a função da obra lexicográfica em um dicionário de aprendizes” de Bugueño Miranda (2007).

suficiente para alcançar um modelo macroestrutural que contemple a orientação semasiológica e a onomasiológica, uma vez que essas duas orientações parecem divergir uma da outra no que diz respeito aos aspectos metodológicos que orientam a organização de um dicionário ou glossário. Deixemos, pois, essas reflexões para uma outra oportunidade e voltemos para a perspectiva onomasiológica de obras léxicográficas e terminográficas.

Para que se torne ainda mais claro o caráter onomasiológico de uma obra, no valem, novamente, do percurso enunciativo proposto pelos estudos semânticos de Pottier (1992). Como estamos discorrendo sobre a orientação onomasiológica, apresentaremos, na Figura 8, a seguir, o percurso onomasiológico proposto pelo autor.

Figura 8: Percurso onomasiológico



Fonte: Adaptado de Pottier (1992, p. 16).

De acordo com o esquema apresentado na figura 7, observamos que o percurso onomasiológico é o percurso do enunciador. Isso significa que o enunciador tem como ângulo o referencial (R), ou seja, tem a intenção (Co) de dizer/sinalizar alguma coisa começa a partir do conceito ou significado (fenômeno de designação). O conceito ou significado que o enunciador quer dizer se encontra em seu nível mental e se exprime por signos que permeiam seu sistema de semiotização.

Pensemos, pois, numa criança que, todos os dias, observa sua mãe utilizando um determinado objeto para fazer seu café matinal. A criança, por meio da observação diária sabe

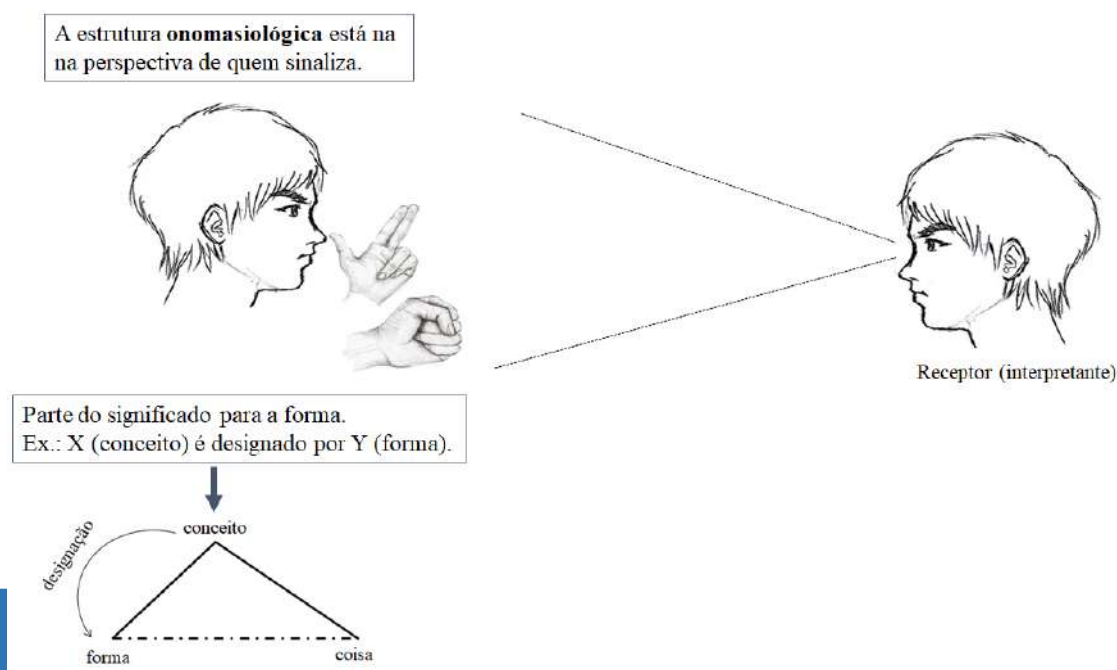
que aquele objeto, dentre várias utilidades, serve para fazer café. Curiosa, a criança pergunta para a mãe o que é aquele objeto. A mãe responde que é um bule. Aqui estamos diante de um fenómeno onomasiológico em que a criança sabe para que um bule serve, mas não sabe o nome que se dá a este objeto. Ou ainda, imaginemos que essa mesma criança começa a aprender Libras e quer saber o sinal que denomina aquele objeto utilizado para fazer café, a fim de incorporar na sua sinalização num determinado contexto. Sem saber o sinal do objeto, a criança pode consultar um dicionário de Libras, a fim de conhecer o sinal correspondente para bule.

Com esse exemplo, observamos que um sujeito conhece o conceito de um determinado objeto, seja ele concreto ou abstrato, mas não sabe a unidade lexical para denomina-lo. Assim, conforme apresentar Baldinger (1966), o percurso onomasiológico está na perspectiva do emissor.

A partir das considerações sobre o percurso onomasiológico elaboradas por Pottier (1992) e sobre a função de produção que a perspectiva onomasiológica promove, entendemos, então, que, a partir da intenção de um ato enunciativo por parte de um indivíduo (enunciador), e que estão no nível mental, isto é, o conceito (significado) “X” são necessárias determinadas formas “Y” (significantes) que denominem os conceitos que pretendem ser expostos por meio da língua. Esse percurso conduz o receptor (interpretante) a compreender que “Y” significa “X”.

A partir dessa relação, apresentamos, a seguir, um esquema que está associado ao usuário de língua de sinais, onde mostramos o percurso onomasiológico e a relação entre o conceito e a forma. O esquema é o que segue:

Figura 9: Percurso onomasiológico e a relação entre conteúdo e forma



Fonte: Felten (2019)

Com base nas considerações precedentes, apresentamos alguns modelos de dicionários em língua de sinais com orientação onomasiológica. Apresentaremos, ainda, algumas reflexões sobre a natureza das obras analisadas.

O primeiro dicionário que apresentamos é uma obra que compila os sinais da língua alemã de sinais, conhecida como *Gebärdensprache*. O dicionário do qual nos referimos é o *Hand in Hand die Welt begreifen Ein Bildwörterbuch der Gebärdensprache*, conforme a figura 10, a seguir.

Figura 10: *Hand in Hand die Welt begreifen Ein Bildwörterbuch der Gebärdensprache*

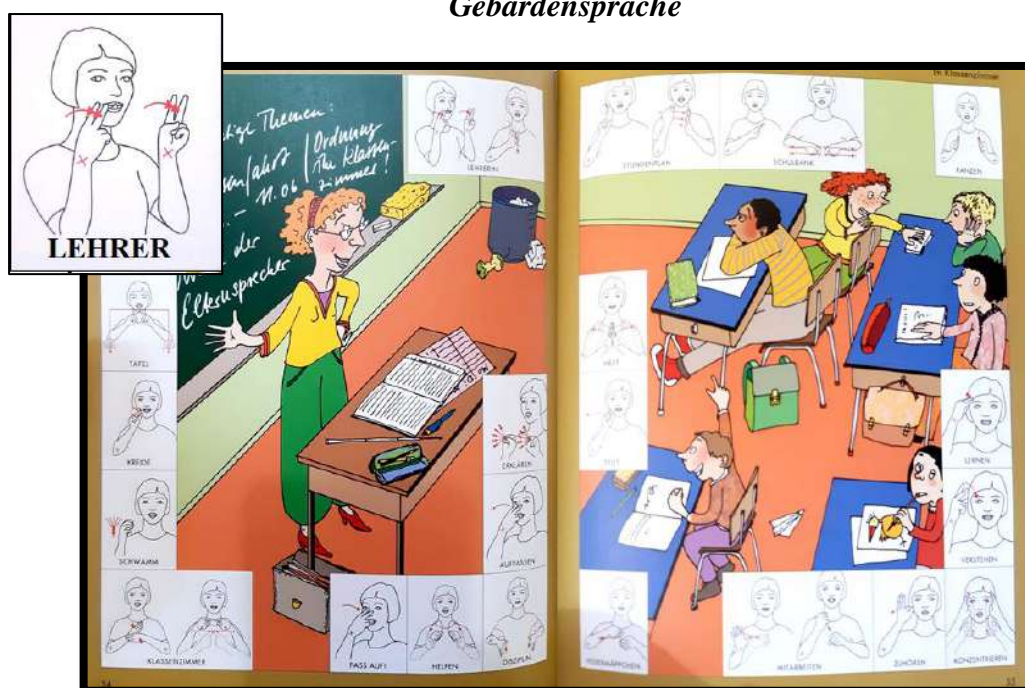


Fonte: Klett Kinderbuch, 2016.

A obra ilustrada acima é voltada para o público infantil, uma vez que a editora Klett Kinderbuch é especializada e possui um acervo significativo em livros infantis. Dessa forma, e conforme destacamos, o público-alvo é um fator elementar no percurso metodológico para elaboração de uma obra lexicográfica ou terminográfica. Ao que nos parece, está claro o público no qual é destinado o *Hand in Hand die Welt begreifen*.

Outro fator fundamental para a elaboração de uma obra lexicográfica ou terminográfica é a metalinguagem de orientação semasiológica ou onomasiológica, tema de interesse desse artigo. Para identificar a orientação apresentaremos, a seguir, a organização da obra.

Figura 11: Organização do *Hand in Hand die Welt begreifen Ein Bildwörterbuch der Gebärdensprache*



Fonte: Klett Kinderbuch, 2016, p. 54-55.

De acordo com a organização do dicionário apresentado pela figura 11, percebemos que o *Hand in Hand die Welt begreifen Ein Bildwörterbuch der Gebärdensprache* possui orientação

onomasiológica, uma vez que seus lemas não estão organizados em ordem alfabética, mas ordenados de forma sistemática de acordo com o campo lexical de Escola. Para entendermos o campo lexical aqui exposto apresentaremos a noção de campo semântico e campo lexical a partir de Polguère (2018). Segundo o autor, campo semântico é o agrupamento de palavras, no caso da Libras sinais, cujos significados têm em comum o sentido. Dessa forma, o campo semântico de esporte, por exemplo, terá um determinado agrupamento de lexemas que se relacionam quando ao sentido.

Assim, as lexias (palavras ou sinais) de um determinado campo semântico se agrupam de forma natural na mente do falante/sinalizante. Por exemplo, natação, vôlei, futebol, triatlo, são lexias que pertencem ao campo semântico Esporte. Isso posto, Pottier defende que “um campo semântico é um agrupamento de lexias” (ibid., p. 199). E acrescenta, “seria, no entanto, útil, para estudar e descrever a semântica lexical, levar também em conta agrupamentos de vocábulos, em vez de agrupamentos de lexias, pois levados a proceder por campos lexicais” (loc. cit.). A partir da ideia de campo semântico, Pottier leva em conta o agrupamento de vocábulos, sejam eles numa língua oral ou de sinais, outorgando o campo lexical. Dessa forma, a partir da concepção apresentada por Pottier, utilizaremos campo lexical para apresentar os vocábulos que pertencem a um mesmo campo semântico.

Percebemos, ainda, que a representação gráfica dos sinais possuem o seu correspondente em língua alemã escrita. Isso implica uma relação bilíngue entre os sistemas lexicais de uma e outra língua. A partir das reflexões sobre o bilinguismo para Surdos no Brasil, Faulstich e Vilarinho (2016) nos ajudam a entender melhor essa relação. As autoras defendem que deve haver uma harmonização entre a língua oral e a língua de sinais a fim de combinar sistemas, resultando, pois, numa “combinação abstrata – a harmonização linguística - que tem, no léxico, a representação do bilinguismo explícito por causa da conformidade conceitual entre os itens lexicais” (p. 24-25), princípio básico para dicionários bilíngues.

Uma reflexão precisa que devemos fazer é quanto ao uso de ilustrações de sinais, em oposição ao registro videográfico. Essas ilustrações não são os sinais, mas são o que Felten (2016) chama de representação imagética do que seria o sinal. Isso porque a gravura exclui o movimento, parâmetro fonológico importante para identificar como o sinal ou o sinal-termo é executado.

Ainda sobre a relação bilíngue da obra, podemos observar que o lema contempla a língua alemã escrita e a representação imagética do que seria o sinal em LSA. Conforme observamos na figura 11, o lema *Lehrer* que corresponde a “professor”, que foi colocado em

destaque por nós, mostra que, o que está em destaque nesse campo lexical é a representação imagética do sinal e, logo abaixo, está o correspondente em alemão escrito.

A organização dos campos lexicais da obra apresentam aspecto da sistemática conceitual (HAENSCH, 1982), característica de dicionários onomasiológicos. Isso tem a ver com a divisão conceitual do mundo, isto é, como se organizam as coisas no mundo. É por meio da habilidade de abstração que denominamos e organizamos o universo que nos rodeia. Para isso, criamos categorias mais gerais (hiperônimos) e categorias mais específicas (hipônimos). Por exemplo, a categoria semântica para animais (hiperônimo) possui várias espécies de aves como pato, galinha ou arara (hipônimos). Assim, a partir da relação entre conceito e objeto se é capaz denominar coisas, fenômenos e sentimentos e, então, organizar uma rede semântica entre conceitos que, pela perspectiva de Haensch é subjetiva essa divisão conceitual do mundo.

Para mais, a respeito dessas relações conceituais e semânticas, Souza e Chishman (2017) utilizam a teoria da Semântica de *Frames* proposta por Charles J. Fillmore (1982, 1985) para a organização de obras lexicográficas de orientação semasiológica. Para Fillmore (1982), um *frame* é um sistema de conceitos inter-relacionados, ou seja, para “compreender um desses conceitos determina compreender o sistema na sua totalidade” (SOUZA; CHISHMAN, 2017, p. 43).

Em outras palavras, o frame aciona uma rede semântica que nos permite compreender aquele conceito e ampliá-lo para outros. Por exemplo, o conceito de enfermidade, segundo Haensch (1982), está relacionado com as plantas, com os animais e com o homem, pois esse sistema “está concebido desde la contraposición universo-hombre. Jamás podrá constituirse um sistema conceptual que sea justo em la apreciación des caracter multilateral de las relaciones conceptuales” (p. 345).

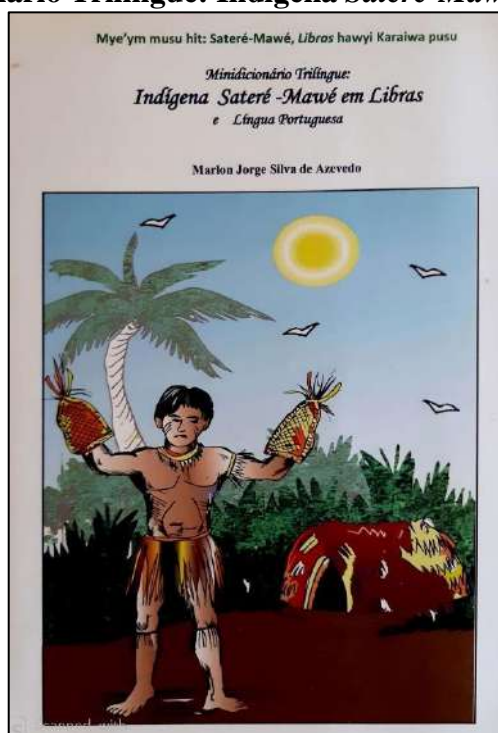
Essa concepção pode explicar a razão pela qual o dicionário *Hand in Hand die Welt begreifen* possui campos lexicais que se relacionam entre si. No campo *escola* podemos encontrar unidades lexicais que vão desde o transporte utilizado pelo aluno(a), como a sala de aula, o laboratório, o recreio e as dependências da escola como o pátio e o ginásio de esportes. Sobre a quantidade de designações escolhidas para compor a obra, nos parece que foi por meio dos objetos, pessoas e lugares que são mais frequentemente utilizados, relacionados ou frequentados pela criança, isto é, desde quando ela deixa a sua casa, chega na escola, a sua relação interpessoal com as outras crianças e a sua relação com os diferentes ambientes escolares.

Por outro lado, devemos pensar como os Surdos criam esses modelos prototípicos. Entendemos como prototipicidade o elemento mais característico de um determinado campo semântico. Por exemplo, podemos imaginar que o animal doméstico mais prototípico é o cachorro, embora tenhamos outros como o gato, o papagaio, e até animais mais exóticos como aranhas e serpentes.

Ao analisarmos o dicionário *Hand in Hand die Welt begreifen*, percebemos que o primeiro lema que aparece na parte superior esquerda da página (ver figura 11) é o mais prototípico. Isso aparece em outras seções da obra como o *In der Pubertät* (a puberdade) ou *Starke Jung und schöne Mädchen* (Caras fortes e meninas bonitas). Isso significa que o lema *Lehrer* (professor) parece ser o elemento mais prototípico do campo lexical de *Im Klassenzimmer* (na sala de aula). Já o lema *Klassenzimmer* (sala de aula) é o último localizado na parte esquerda inferior.

A segunda obra que possui orientação onomasiológica é o Dicionário Trilíngue: Indígena *Sateré-Mawé* em Libras e Língua Portuguesa, dicionário organizado por Azevedo (2016). O título da obra se justifica de acordo com o público-alvo, pois, de acordo com o autor, a obra é destinada aos surdos indígenas da etnia *Sateré-Mawé* e pode funcionar como um livro didático que leva a Libras aos surdos dessa etnia. O dicionário do qual nos referimos está apresentado por meio da Figura 13, abaixo.

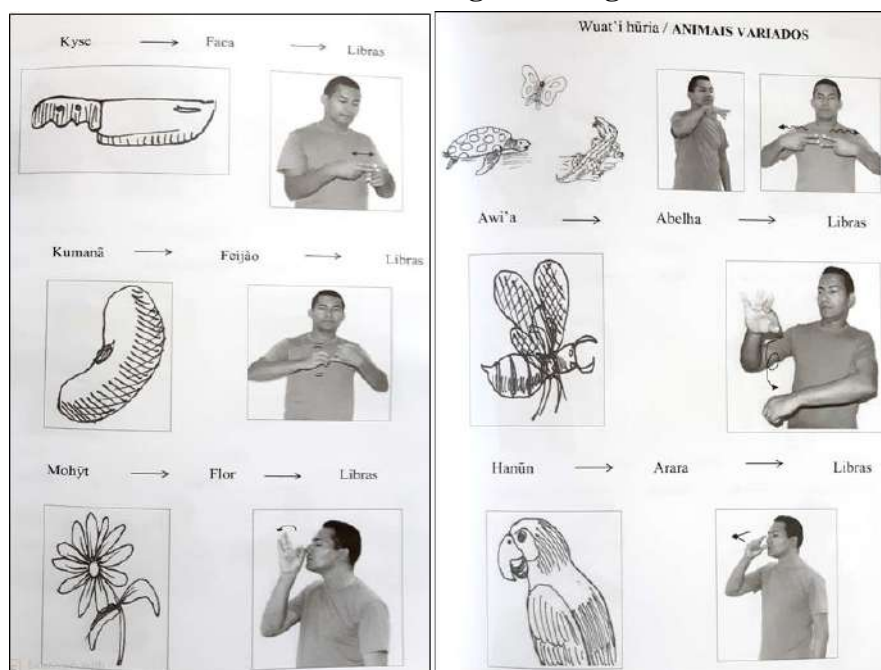
Figura 13: Dicionário Trilíngue: Indígena *Sateré-Mawé* em Libras e Língua



Fonte: Azevedo, 2016.

Ao folhearmos o dicionário trilingue percebemos que a sua orientação é onomasiológica, pois parte do significado e procura dar conta do significante nas três línguas, a Saturé-Mawé, o português e a Libras. Ao verificarmos a organização da obra, percebemos que a língua de partida é a indígena, em seguida passa pelo português e, por último, possui a representação imagética do que seria o sinal na Libras. A ordenação do minidicionário é a que segue:

Figura 14: Organização do Minidicionário Trilingue: Indígena Saturé-Mawé em Libras e Língua Portuguesa



Fonte: Azevedo (2016, p. 53 e 73).

Uma característica que nos parece favorável na obra é o uso de ilustrações. De acordo com Nascimento (2016), as ilustrações numa obra lexicográfica para o público surdo tem a função de auxiliar na compreensão de conceitos. Isso posto, percebemos que as ilustrações são a imagem do objeto que possui um determinado conceito do qual se apresenta as formas (sinal ou palavra) nas três línguas envolvidas.

Por outro lado, a obra não possui uma organização clara no que se refere aos campos lexicais, pois a obra está estruturada por categorias gramaticais conforme apresenta a figura 14, em que os lemas *Kyse* (faca), *Kumanã* (feijão) e *Mohýt* (flor) se enquadram como substantivos. No entanto, os lemas *Awi'a* (abelha) e *Hanūn* (Arara) estão no campo lexical de Animais, mas são também nomes, ou seja, poderiam se enquadrar na seção dos substantivos nas obra. Portanto, uma organização com várias configurações pode gerar dúvidas por parte dos consulentes quanto o local em que se enquadra este ou aquele lema, além de gerar incertezas quanto ao seu uso.

A partir das duas obras onomasiológicas apresentadas, é importante considerarmos duas questões. A primeira é se os modelos prototípicos da criança Surda e do surdo indígena são as mesmas. O que queremos dizer é que devemos nos questionar se as perspectivas de mundo da criança surda alemã, no caso do *Hand in Hand die Welt begreifen*, e para o surdo indígena, no caso do Minidicionário Trilíngue: Indígena *Sateré-Mawé* são as mesmas.

Essa reflexão é importante, pois, conforme defende Tuxi (2017, p. 91), “as obras lexicográficas devem esclarecer o significado apresentado de cada sinal ou sinal-termo não pela cópia da língua oral, mas pela representação que a iconicidade mental constitui na língua de sinais”. Isso implica entendermos como os Surdos diversos criam as relações semânticas, ao ponto de identificarem que *Lehrer* (professor) é o elemento mais prototípico para o campo lexical de “sala de aula”, por exemplo. Ou quais os fatores étnico-culturais do povo *Sateré-Mawé* são determinantes a fim de que este indivíduo crie relações conceituais e denomine determinados objetos concretos ou abstratos a partir da sua relação com o universo.

Dessa forma, é importante pensar se essas redes são as mesmas para o mesmo público-alvo. Sobre isso temos apenas orientações intuitivas ou ainda tímidas, necessitando de pesquisas de cunho teórico-metodológicas voltadas para obras de orientação onomasiológica e seus variados públicos. Por isso, ainda é muito cedo para apresentarmos alguma solução, embora seja propícia a atenção à essa questão.

A segunda questão que devemos considerar é em relação a macroestrutura. De acordo com as análises, percebemos que inexistente uma ontologia macroestrutural perceptível nessas

obras. O que queremos dizer é que não há axiomas fundamentais para que possamos perceber uma macroestrutura nos dois dicionários apresentados nessa seção. Alcançamos essa ponderação por entendermos que a macroestrutura de uma obra lexicográfica funciona como um caminho que conduz o consulente a alcançar o objetivo que é saber qual a forma para determinado significado. Ou ainda, porque determinadas entidades estão lematizadas e outras não.

Por outro lado, as obras lexicográficas de orientação onomasiológica em Libras são eficientes, ao que nos parece, para aprendizes de Libras ou português como L2. Isso se justifica pelo fato desses dicionários auxiliarem os falantes nativos de Libras na produção de um texto em português escrito e podem sanar as dúvidas quanto às apropriações gramaticais e colocacionais do português, ou ainda, para falantes nativos de português que querem produzir um determinado discurso e não sabem expressar uma ideia, ou tenham dúvidas quanto à forma correta de sinalizar determinado sinal. Welker (2004) aponta que se estou sinalizando ou escrevendo sobre sentimentos, quais as palavras ou sinais que posso usar? “Vou verificar, num desses dicionários, o capítulo sobre sentimentos, e lá escolher entre temas como ‘tristeza e alegria’, ‘medo e coragem’, ‘raiva e violência’, etc” (p. 49), por exemplo.

Além dos sinais ou palavras que podem ser usados, essas obras, de acordo com Jackson (2002, p. 155), podem beneficiar os aprendizes em algum auxílio mais específico “permitindo-lhes perceber as distinções semânticas e pragmáticas, muitas vezes sutis, entre palavras com significado semelhante” (tradução nossa)²³. Além disso, o autor defende que, obras de orientação onomasiológica, fornecem uma visão da estrutura do vocabulário que um dicionário alfabético não pode oferecer.

Por outro lado, um grande problema é que, em sua maioria, esses dicionários ou glossários são do tipo cumulativos, listando apenas vocábulos que pertencem a campos lexicais, sem que haja suas definições. À vista disso, esses materiais lexicográficos ou terminográficos são úteis apenas para quem já possui informações semânticas e pragmáticas sobre os lemas organizados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

²³ [Moreover, learners benefit from some more explicit help in enabling them to perceive the often subtle semantic and pragmatic distinctions between words similar meaning].

Neste artigo, analisamos os aspectos positivos e negativos de dicionários e glossários de língua de sinais, a partir dos fundamentos linguísticos sobre a orientação semasiológica e onomasiológica aplicada à lexicografia e a terminografia. Para apresentarmos as características que distinguem as orientações de determinadas obras, analisamos a macroestrutura de três glossários de Libras de orientação semasiológica, a saber, o Glossários sistêmico bilíngue Português-Libras de termos da História do Brasil organizado por Felten (2016), o Glossário on-line do Letras Libras, Arquitetura, Cinema, Psicologia e Literatura organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC e o Glossário bilíngue de Sinais-Termo Técnicos e Administrativos do Meio Acadêmico da Universidade de Brasília – UnB, organizado por Tuxi (2017).

Outra informação importante que devemos considerar, tomando os princípios axiomáticos da lexicografia apresentados por este trabalho, é que as obras de orientação semasiológica devem conter, no mínimo, dois componente canônicos, a saber, a macro e a microestrutura. Numa macroestrutura de um dicionário monolíngue, por exemplo, encontramos uma lista de palavras (lemas) na posição vertical e organizada pelo algoritmo alfabético.

Por outro lado, percebemos que essa disposição em obras lexicográficas reúne o léxico comum na Libras não é o mais adequado. Isso posto, e tomando como modelo as obras terminográficas disponíveis no Brasil, nos parece que as CMs são o algoritmo que permite uma organização mais adequada para obras que registram o léxico comum e de especialidade. A busca pelas CMs nos parece mais condizente com os falantes nativos da Libras.

Por outro lado, para apresentar as características de obras de orientação onomasiológicas apresentamos a macroestrutura de outros dois dicionários. O primeiro fora o *Hand in Hand die Welt Begreifen*, uma obra destinada ao público infantil e está compilado em língua alemã escrita e possui representações imagéticas do correspondentes em LAS. O segundo fora o Minidicionário Trilíngue: Indígena *Sateré-Mawé* em Libras e Língua Portuguesa, uma obra voltada para surdos indígenas da etnia que leva o nome da obra.

Todo o percurso teórico aqui apresentado nos serviu para compreendermos as implicações da semasiologia e onomasiologia no percurso metodológico para elaboração de obras lexicográficas e terminográficas para o público Surdo no Brasil e em outros países. Ao compreendermos as inferências que tais orientações acarretam, apresentamos alguns desfechos.

Conforme apresentamos na análise proposta, essas obras possuem funções diferentes conforme a necessidade dos consulentes. As obras de orientação semasiológica contemplam as duas línguas, a portuguesa e a Libras, e a macroestrutura dessas obras está organizada de acordo

com a realidade do público a quem se destina, tendo em vista que ambas as línguas coexistem num mesmo território e exigem obras de natureza bilíngues. Além disso, as obras possuem as características que são inerentes às obras dessa natureza, ou seja, possuem sua macroestrutura ordenada por meio do algoritmo alfabético e busca do sinal-termo por meio dos parâmetros fonológicos da Libras.

Os glossários que reúnem o léxico de especialidade em português e Libras, sob a orientação semasiológica possuem solução satisfatória para problemas metodológicos básicos, porém sofisticados, como a elaboração de um modelo de macro e microestrutura apresentada Tuxi (2017). O mesmo não acontece com dicionários que aspiram reunir o léxico comum da Libras, pois a maioria dessas obras estão em formato impresso e excluem a modalidade visoespacial da Libras.

Já as obras de orientação onomasiológica aqui abordadas, apresentam problemas linguísticos, como a escolha dos lexemas que comporão as obras, ou metodológicos, como a macroestrutura se organiza. Essa última questão levantada observamos, por exemplo, no Minidicionário Trilíngue. Não está bem definido os campos lexicais em que o vocábulo será enquadrado.

Outro fator que devemos levar em consideração é a modalidade da visoespacial das línguas de sinais. Esse é um ponto fundamental para aqueles que queiram organizar uma obra dessa orientação em Libras. Considerar o movimento do sinal é fundamental para que o consulente compreenda de forma clara como se executa determinada unidade lexical ou terminológica. Dicionários ou glossários que contemplem as línguas de sinais devem respeitar a natureza linguística dessas línguas. Para isso estão disponíveis recursos tecnológicos que podem auxiliar na estruturação de uma obra digital, por exemplo.

Por outro lado, essas obras possuem importância prática para o consulente, pois é possível que o mesmo identifique determinadas palavras ou sinais que se correlacionam dentro de um mesmo campo lexical. Além disso, essas obras de orientação onomasiológicas podem sanar dúvidas de natureza ortográfica, no caso de obras bilíngues que contemplem a língua oral escrita, ou fonomorfológicas, no sentido de identificar como é executado de forma correta determinada unidade lexical ou terminológica, no caso da Libras.

Por último, as questões teóricas que fundamentaram a nossa análise e reflexões aqui implicadas, podem contribuir com o aprimoramento metodológico para pesquisas que são desenvolvidas no âmbito da lexicografia e da terminografia da língua de sinais. As análises realizadas por este trabalho indicam, ainda, critérios fundamentais que um lexicógrafo ou um

terminógrafo precisa conhecer para desenvolver futuras pesquisas no âmbito da dicionarização em e para Libras.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. J. S. de. **Minidicionário trilingue indígena Saturé-Mawé em Libras e Língua Portuguesa**. Manaus: UEA, 2015.

BALDINGER, K. **Semasiologia e Onomasiologia**. Revista Alfa, v. 9, jan/jun 1966, Araraquara-SP, 1966.

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário ilustrado de Libras**. Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Global Editora, 2011.

BEVILACQUE, C. R.; FINATTO, M. J. B. **Lexicografia e Terminografia**: alguns contrapontos fundamentais. Revista Alfa, São Paulo, 50 (2): 43-54, 2006.

BUGUEÑO MIRANDA, F. **A definição do perfil de usuário e a função da obra lexicográfica em um dicionário de aprendizes**. Expressão – Revista do Centro de Artes e Letras. Santa Maria: UFSM, vol. 2. jul/dez., 2007a.

_____. O que é macroestrutura no dicionário de língua? **In**: As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia, volume III. Aparecida Negri Isquierdo; Ieda Maria Alves (Org.). Campo Grande-MS: Ed. UFMS; São Paulo-SP: Humanitas, 2007b.

_____. **Da classificação de obras lexicográficas e seus problemas: proposta de uma taxonomia**. Revista Alfa, São Paulo, 58. p. 215-231, 2014.

CANO, W. M. Qual dever ser a nomenclatura de um dicionário escolar para crianças e de um dicionário para jovens? **In**: Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos. XATARA, C.; BEVILACQUA, C. R.; HUMBLÉ, P. R. M. (Orgs). São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. Volume I: Sinais de A a L. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FAULSTICH, E. Especificidades semânticas e lexicais: a criação de sinais-termo na Língua Brasileira de Sinais. **In**: Entre Libras e o Português: desafios face ao bilinguismo. Jorge Bidarra, Tânia Aparecida Martins e Marcia Sipavicius Seide (Org.). Cascavel, PR: EDUNIOSTE; Londrina: EDUEL, 2016.

FAULSTICH, E.; VILARINHO, M. de O. Lexicografia bilíngue: versatilidade e complexidade. **In**: **Estudos do léxico em contextos bilíngues**. Odair Nadin; Claudia Zavaglia (Orgs.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016.

FELTEN, E. F. **Glossário sistêmico bilíngue Português-Libras de termos da História do Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Linguística-PPGL (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília: 2016.

FILLMORE, Charles J. Frame semantics. **In:** The Linguistic Society of Korea (Eds.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin Publishing Co., 1982. p. 111-137.

_____. **Frames and the semantics of understanding**. *Quaderni di Semantica*, Alessandria, v. 6, n. 2, dez. 1985. p. 222-254.

GLOSSÁRIO LIBRAS. Disponível em: <<http://www.glossario.libras.ufsc.br/>>. Acesso em 16 out. 2019.

HAENSCH, Günther; [et. al.]. **La Lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Editada Gredos: Madrid, España, 1982.

HALLIG, R.; WARTBURG, W. von. **Bregriffssystem als Grundlage für die Lexikographie. Versuch eines Ordnungsschemas**. Berlin, 1952.

HARTMANN, R. R. K. **Teaching and researching lexicography**. London: Longman, 2001.
HÜLLEN, W. The Onomasiological Approach. **In:** _____. *English Dictionaries, 800-1700: The Topical Tradition*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

INES. **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais**. Disponível em <http://www.acessibilidadebrasil.org.br/libras_3/>. Acesso em 15 out. 2019.

JACKSON, H. **Lexicography: na introduction**. New Fetter Lane: London, 2002.

KETT KINDERBUCH. **Hand in Hand die Welt bergreifen Ein Bildwörterbuch der Gebärdensprache**. Leipzig, 2016.

NASCIMENTO, C. B. do. **Terminografia em Língua de Sinais Brasileira: proposta de glossário ilustrado semibilíngue do meio ambiente, em mídia digital**. 2016. xviii, 222 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. **O significado do significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo**, tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

POLGUÈRE, A. **Lexicologia e semântica lexical: noções fundamentais**. São Paulo: Contexto, 2018.

POTTIER, B. **Sémantique Générale**. Paris: PUF, 1992.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SPADER DE SOUZA, D.; CHISHMAN, R. **Frames e dicionários onomasiológicos: uma proposta na interface entre semântica cognitiva e lexicografia**. *Revista Signo*, Santa Cruz do Sul, v.42, n.75, dez. 2017.

SCHIERHOLZ, S. Lexicografia de especialidade e terminografia. **In:** As Ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C.T. C. (Orgs.). Campo Grande - MS: Editora UFMS, vol. VI, 2012.

TUXI, P. **A terminologia na língua de sinais brasileira:** proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue. 201. xix, 232 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TUXI, P.; FELTEN, E.F. [Terminologia, Terminografia e Línguas de Sinais](#). **Revista Coralina** Cidade de Goiás, vol. 1, n. 1, fev./2019.

WELKER, H. A. **Dicionários:** uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

DICIONÁRIO ANALÓGICO DE APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS DO BRASIL

ANALOGICAL LEARNING DICTIONARY OF BRAZILIAN PORTUGUESE AS A SECOND LANGUAGE

Michelle Machado de Oliveira Vilarinho²⁴

RESUMO

O objeto de estudo é o Dicionário Analógico de Aprendizagem de Português do Brasil como Segunda Língua (DAPB), a fim de elaborar obra lexicográfica que disponibiliza uma parte do léxico de língua comum do Português do Brasil. Em razão das demandas da prática docente do curso de Licenciatura em Letras Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL) da Universidade de Brasília (UnB), identificamos a carência dos dicionários para a aprendizagem de Português como L2, e os professores de PBSL necessitam de ferramentas didáticas para o ensino da língua. Como percurso metodológico, delimitamos a nomenclatura e os contextos mediante a consulta ao Corpus Brasileiro, disponível no programa *Sketch Engine*. Além disso, para estruturar os verbetes, aplicamos a proposta metodológica para elaboração de léxicos, dicionários e glossários, de Faulstich (2001), e a metodologia para elaboração de dicionário analógico de língua portuguesa, de Oliveira (2010, p. 28), adaptada por Vilarinho (2017, p. 112). O público-alvo principal da obra são os estrangeiros aprendizes do Português do Brasil e os professores de Português como L2 e LE. O DAAPB possui 638 verbetes e dissemina a Língua Portuguesa e a cultura brasileira, já que a descrição do léxico revela traços culturais.

Palavras-chave: Dicionário de Aprendizagem. Dicionário analógico. Português do Brasil. Segunda Língua. Língua Estrangeira.

ABSTRACT

The object of study is the Analogical Learning Dictionary of Brazilian Portuguese as a Second Language (DAPBSL), in order to elaborate lexicographic work that offers the lexicon of Brazilian Portuguese. Due to the demands of the teaching practice of the Brazilian Portuguese as a Second Language (PBSL) course at the University of Brasília (UnB), we identified that lack dictionaries for students learning Portuguese as L2, and PBSL teachers need tools to help to teach the language. As methodological approach, we delimit the nomenclature and the contexts by consulting the Brazilian Corpus, available in the *Sketch Engine* program. In addition, in order to structure the entries, we apply the methodological principles for the elaboration of lexicons, dictionaries and glossaries, by Faulstich (2001), and the methodology for the elaboration of analogical dictionary of Portuguese Language, by Oliveira (2010, p. 28),

²⁴ Professora de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília; pesquisadora da Linha de Pesquisa em Léxico e Terminologia, da área de concentração em Teoria e Análise Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL/UnB. Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof^a. Dra. *Honoris Causa* Enilde Faulstich, como resultado do estágio pós-doutoral, com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

adapted by Vilarinho (2017, p. 112). The primary target audience of the aforementioned dictionary is the learner of Brazilian Portuguese as a Second Language and the Portuguese teachers as L2 and LE. DAPBSL has 638 entries and disseminates the Portuguese Language and Brazilian culture, since the description of the lexicon reveals cultural traits.

Keywords: Learning Dictionary. Analogical Dictionary. Brazilian Portuguese. Second Language. Foreign Language.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere na linha de pesquisa Léxico e Terminologia do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB). O objeto de estudo é o Dicionário Analógico de Aprendizagem do Português do Brasil (DAAPB) a fim de oferecer ao consulente acesso gratuito, em site, à obra lexicográfica que disponibilize parte do léxico de língua comum do Português do Brasil.

Em razão de não existir obra lexicográfica direcionada aos aprendizes de Português do Brasil como Segunda Língua (L2), esta pesquisa contribui para o desenvolvimento da lexicografia brasileira, bem como para a difusão da nossa língua e cultura por meio da consulta ao dicionário *on-line*.

A motivação para elaboração do DAAPB ocorreu em decorrência das demandas da prática docente do curso de Licenciatura em Letras PBSL da UnB.²⁵ Perante as experiências vivenciadas nesse curso, identificamos que os aprendizes do português como L2 ou como LE precisam de dicionários para a aprendizagem do léxico e os professores de PBSL necessitam de ferramentas didáticas para o ensino do léxico. Delimitamos o novo modelo de dicionário, tendo como público principal os aprendizes e os professores de PBSL, a fim de preencher parte da lacuna da lexicografia e para atender as demandas de consulta do público-alvo.

O objetivo principal é a proposta de modelo de dicionário informatizado de aprendizagem de PBSL, o qual foi alcançado. Esse alcance ocorreu ao atingirmos os objetivos específicos, a saber:

- i) identificação dos princípios teóricos da Lexicografia que norteiam a constituição de dicionário de aprendizagem para estruturar modelo de dicionário a ser proposto.
- ii) delimitação da nomenclatura, das marcas de uso e terminológicas, das remissões.
- iv) redação dos 638 verbetes no site;

²⁵ Esse curso foi criado, por iniciativa de Enilde Faulstich, quando esteve em pós-doutorado na Université Laval, Canadá. Atualmente, o curso completa 20 anos de existência e tem preparado professores para atuarem no ensino de português do Brasil como L2.

v) extração dos contextos para os lexemas por meio da utilização do programa *Sketch Engine* e vi) elaboração da macroestrutura.

Para compreensão da forma como o modelo de dicionário proposto foi constituído, descreveremos a história de desenvolvimento. A elaboração do dicionário analógico se iniciou em 2010, mediante reflexões apresentadas na dissertação “Confluência entre dicionário analógico e tesouro documentário”, de Oliveira (2010), orientada pela Prof^a. Dr^a. Enilde Faulstich. Nesse trabalho, foi apresentado o modelo embrionário para o dicionário analógico. Para isso, foram analisados 11 dicionários analógicos para identificação das estruturas existentes nas línguas portuguesa, inglesa, espanhola, francesa e italiana. Por meio das pesquisas realizadas na tese “Proposta de Dicionário Informatizado Analógico de Língua Portuguesa”, de Vilarinho (2013), concretizou-se a metodologia para elaboração desta tipologia de obra lexicográfica. Nessa oportunidade foram avaliados mais quatro dicionários analógicos, o que totalizou 15 obras lexicográficas dessa tipologia estudadas.

A partir de 2014, graduandos do curso de Licenciatura em Letras PBSL da UnB, dois bolsistas da UnB e um bolsista do Instituto Federal de Brasília (IFB), vinculados ao projeto “Aplicação dos percursos metodológicos da Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e da Terminografia para sistematização de lexemas e de termos”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Michelle Vilarinho, colaboraram com a equipe do projeto.

Em 2015, o projeto “Dicionário Informatizado Analógico de Língua Portuguesa”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Michelle Vilarinho, recebeu apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF). A coordenadora do projeto, bem como as pesquisadoras Cleide Cruz e Enilde Faulstich do Centro de Estudos Lexicais (Centro Lexterm) da UnB colaboram com a execução da nova etapa do projeto.

É válido acrescentar que, no âmbito do Projeto “Dicionário Informatizado Analógico de Língua Portuguesa (DIALP)”, contemplado pelo edital demanda espontânea nº 3 de 2015, apoiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), deparamo-nos com dados que nos impulsionaram a investigar questões epistemológicas sobre como deve ser um dicionário de aprendizagem.

Em 2017, o projeto “Dicionário de Aprendizagem de Língua Portuguesa (DALP)”, apoiado pela FAPDF, começou a ser desenvolvido, em continuação ao DIALP, com vistas a resolver questionamentos não respondidos no escopo do DIALP, mas que surgiram durante a execução dele. Como a parte alfabética da obra foi se tornando um dicionário de aprendizagem, traçamos objetivos específicos para atender as novas demandas de pesquisa. O

desenvolvimento dos dois projetos apoiados pela FAPDF se complementa. Com base nos resultados obtidos, foi criada metodologia para que novos pesquisadores possam dar continuidade ao dicionário em elaboração que passou a ser denominado o Dicionário Analógico de Aprendizagem de Português do Brasil (DAAPB).

2 METODOLOGIA

Para estruturar os verbetes, aplicamos a proposta metodológica para elaboração de léxicos, dicionários e glossários de Faulstich (2001), a qual serviu de base para elaboração das fichas lexicográficas da parte alfabética. A ficha lexicográfica da parte analógica foi baseada na proposta de Vilarinho (2017).

A fim de decidir a nomenclatura da parte analógica do dicionário, baseamo-nos na leitura do dicionário Analógico da Língua Portuguesa de Azevedo (2010) e na reformulação de seus verbetes. Essa obra foi escolhida, uma vez que é o mais atual dicionário analógico de Língua Portuguesa. A primeira edição, datada de 1950, estava esgotada. Em 2010, a editora Lexikon republicou a obra, que é facilmente encontrada nas livrarias. Optamos por reformular os verbetes da obra do Azevedo (2010) em razão da recolha louvável de lexemas que a obra apresenta. Como a proposta lexicográfica do dicionário de Azevedo (2010) é direcionada a consulente de Português como L1, foi necessária uma reformulação do modo de apresentação da obra para o público-alvo de aprendizes de Português como Segunda Língua. Excluímos dos verbetes os lexemas que não são empregados no português contemporâneo e acrescentamos os que julgamos que são empregados atualmente. O critério adotado para tal julgamento foi que a definição do lexema tenha relação semântica com a palavra-entrada.

Para realizar a análise, seguiremos o percurso subsequente:

- i. seleção dos verbetes que abrangem os campos temáticos delimitados.
- ii. Organização em ordem alfabética dos lexemas encontrados nos verbetes selecionados.
- iii. Consulta da definição e da marca de uso de cada lexema do dicionário Analógico da Língua Portuguesa de Azevedo (2010) no Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (DEHLP) (2009) e no Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (NDA) (2010). Como essas obras são contemporâneas, servem de base para a identificação das definições e da nomenclatura da Língua Portuguesa usada atualmente.

A delimitação da nomenclatura com a reformulação de verbetes, conforme mencionados, ocorreu mediante o uso de ferramentas do *Corpus Brasileiro*, disponível no

Sketch Engine, programa pago, criado em 2003, o qual possibilita gerenciamento de *corpus* e análise linguística. Esse programa da *Lexical Computing* foi criado por Dr. Adam Kilgarriff, linguista especialista em Linguística de Corpus, Linguística Computacional e Lexicografia. A consulta a *corpus* torna a obra lexicográfica mais empírica por ser baseada em ocorrências reais da língua.

Esse programa é

[...] its a tool that allows the creation, the manipulation and the study of corpora. Through the search options, the user is taken to the concordances, which consist of lines based on fraction of texts in which the queried word or expression (the so-called node word), appear highlighted, as well as its co-texts (portions of texts that surround the node word)²⁶ (CHISHMAN, 2015, p. 780)

Para a criação de dicionários, as editoras – tais como: Oxford University Press, Cambridge University Press, Collins, Le Robert, Macmillan, Dictionary.com, Cornelsen e Instituut voor Nederlandse Lexicologie –, bem como universidades do mundo têm usado o programa. O programa direciona-se “to linguists and lexicographers wanting to find out about words, using corpus-driven methods.” (KILGARRIFF, 2014, p. 8).²⁷

No *Sketch Engine*, há vários *corpus*. Para elaboração do dicionário DAAPB, foi usado o *Corpus Brasileiro*, elaborado pelo Dr. Tony Berner Sardinha, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e especialista em Linguística de Corpus.

Segundo Carvalho (2017, p. 95),

De português brasileiro existem vários corpora, sendo o Brasileiro o mais extenso e representativo, apesar da ênfase em gêneros da escrita e da oralidade formal. Com mais de um bilhão de ocorrências (tokens), o Brasileiro é composto de variados gêneros textuais, como artigos acadêmicos, teses e dissertações, roteiros de cinema e televisão, textos da área de educação, narração de jogos de futebol, manuais de informática, revistas, jornais, horóscopo, textos literários, bulas de remédios, atas de assembleia legislativa, debates, pronunciamentos do presidente da República, sessões do Congresso, textos religiosos, relatórios técnicos e manuais diversos, entre outros.

A ferramenta *Thesaurus* foi indispensável para composição dos verbetes analógicos a fim de identificar, de modo empírico, as palavras relacionadas entre si. Um exemplo disso foi o procedimento adotado para seleção das palavras para compor o verbete analógico *lazer*. Ao

²⁷ Tradução livre: para linguistas e lexicógrafos que desejam descobrir palavras, usando métodos baseados em corpus”.

Informações disponíveis nos sites <http://www.datalandscape.eu/companies/lexical-computing> e <https://blog.kilgarriff.co.uk/?author=1>. Acesso em: 12 abr. 2017.

digitar *lazer* no campo de busca *thesaurus* do Corpus Brasileiro, o resultado é a representação da figura subsequente, que mostra as palavras mais frequentes que ocorrem com *lazer*. As palavras mais frequentes estão registradas em fonte de tamanho maior e as menos frequentes em fonte de tamanho menor.

Figura 1: Thesaurus Sketch Engine



Ao analisarmos o conjunto de palavras referentes ao lexema *lazer*, percebemos que alguns lexemas não faziam parte do campo lexical, tais como ‘agricultura’, ‘segurança’ e ‘emprego’. O critério para seleção ou exclusão foi com foco no público-alvo do dicionário. Selecionamos os lexemas que além de serem mais ocorrentes, também possuem ligação com o campo lexical, tais como ‘entretenimento’, ‘turismo’ e ‘bem-estar’.

A seleção das palavras para compor o DAAPB se baseou nos procedimentos descritos a seguir. Na parte alfabética, houve o emprego da ferramenta *word list* para seleção das palavras

mais frequentes no Corpus Brasileiro, a fim de compor a nomenclatura da parte alfabética. Na parte analógica, foi usada a ferramenta *thesaurus* do Corpus Brasileiro, disponível no Sketch Engine, para identificação das palavras relacionadas em si, o que facilitou a redação dos verbetes analógicos. Além disso, na redação dessa parte, o Dicionário Azevedo da Língua Portuguesa (2010) foi consultado para compilação das palavras analógicas do português contemporâneo, as quais têm relação com palavras-entrada dos verbetes analógicos do DAAPB. Para avaliar se a palavra é empregada no português contemporâneo, pesquisamos a frequência e os contextos de uso no Corpus Brasileiro.

Os campos temáticos foram delimitados com base nos critérios descritos em Vilarinho (2017, p. 110-111), mediante consulta a obras como Português Fundamental, de Nascimento (1984), Dicionário Visual 3 em 1 (2011), de Dorling Kindersley Limited, Cambridge Word Routes (2007, p. vii).

Em suma, as atividades realizadas foram:

- i) identificação dos lexemas que devem compor a nomenclatura;
- ii) delimitação de marcas de uso e terminológicas;
- iii) identificação dos critérios para relacionar as remissões;
- iv) proposta de modelo para estrutura da microestrutura;
- iv) redação dos 638 verbetes no site;
- v) consulta ao *Sketch Engine* para extração de contextos dos verbetes e
- vi) elaboração da macroestrutura no site.

3 DICIONÁRIO DE APRENDIZAGEM

Nesta pesquisa, a diferenciação entre Segunda Língua (L2) e Língua Estrangeira (LE) é relevante. Cohen (1998, p. 4) distingue que “L2 means that the language being learned in immersion, while a foreign language is not spoken in the local community”. A distinção entre L2 e a LE se dá pela ausência ou presença do traço distintivo de ambiente de imersão, de modo que a L2 é a língua utilizada em ambiente de imersão. Grannier (2001, p. 2) esclarece que “podemos considerar o português como uma LE caso nos encontremos em um país onde o português não é uma língua nacional nem oficial.” Essa autora Grannier (Ib., Ibid.) acrescenta que

há cidadãos de países de língua portuguesa que não têm o português como sua Primeira Língua (L1): é o caso dos brasileiros que têm uma das 180 línguas indígenas brasileiras como sua L1; é o caso dos brasileiros que têm uma das 20 línguas minoritárias europeias ou asiáticas como sua L1, é o caso dos brasileiros, que têm a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como sua L1, é o caso dos africanos dos países de língua oficial portuguesa (PALOP) que têm perto de 200 línguas africanas como sua L1 e é o caso dos timorenses do Timor Loro Sae, que têm uma das dezenas de línguas do leste da Ilha de Timor como sua L1. Do ponto de vista desses aprendizes, a língua portuguesa, não sendo a L1, vem a ser, cronologicamente, uma segunda língua.

No caso do Brasil, a língua portuguesa é L2 para os falantes que estão no nosso país aprendendo a Língua Portuguesa após já terem uma L1, como ocorre com os surdos, falantes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); dos indígenas, falantes de Línguas Indígenas; dos estrangeiros, falantes da língua do seu país de origem. Nesse contexto, os estrangeiros, os índios e os surdos residentes no Brasil, os estrangeiros aprendizes do Português do Brasil residentes no exterior são os consulentes em potencial da obra, bem como os professores de Português como L2 e LE. Vale destacarmos que os estrangeiros são o público-alvo principal, e os demais poderão consultar a obra, devido às especificidades da Língua de Sinais Brasileira e das línguas indígenas.

Segundo Guerra (2003, p. 343),

los diccionarios para la enseñanza como segunda lengua existen unos rasgos específicos. [...] la selección de las entradas léxicas debe ser necesariamente coherente y restrictiva, es decir, ha de guardar relación con el tipo de usuarios al que va destinada la obra.

Em razão das especificidades do público-alvo do dicionário de aprendizagem, a proposta lexicográfica deve ser estruturada, de modo que a delimitação da nomenclatura a compor as entradas deve ser feita com base nas necessidades do consulente. Assim sendo, nesse tipo de dicionário, “su validez no viene dada por el número de vocablos que contienen, sino por su adecuada selección, así como por la información que proporciona la microestructura” (Id., Ibid). A identificação dos lexemas dos verbetes deve ser feita, de forma criteriosa, a fim de que o aprendiz de português do Brasil como L2 adquira a língua. Esse processo linguístico ocorre quando ele sabe: i) escrever o significante e compreender o significado; ii) produzir enunciados com base nas combinações sintáticas, iii) pronunciar os enunciados em consonância com os padrões fonológicos previstos na língua-alvo, iv) formar palavras com base nas regras morfológicas; v) usar lexemas adequados ao contexto da situação comunicativa.

De acordo com Bion, Selva & Verlinde (2002, p. 58),

le dictionnaire d'apprentissage [...] n'est pas seulement un dictionnaire pour apprenants, mais aussi un dictionnaire d'apprentissage, c'est-à-dire qu'il doit contribuer à l'acquisition du vocabulaire, en faciliter l'intégration et mémorisation par une présentation rigoureuse et structurée des informations, aussi bien sur le plan conceptuel que linguistique.

Com base na concepção de que o dicionário de aprendizagem descreve tanto a estrutura da língua como os implícitos culturais é que o DAAPB foi elaborado. “A adoção de uma nova língua é, frequentemente, acompanhada da adoção de uma nova cultura. Na prática, língua e cultura estão, portanto, estreitamente associadas, mas são basicamente independentes uma da outra”, de acordo com Langacker (1972, p. 24-25). Como o aprendiz “já tem a intuição de um conjunto de categorias, de esquemas de organização de redes de conhecimentos e marcos de conhecimentos para estruturar suas atividades linguísticas”, segundo Turazza (1998, p. 114), é preciso que ele conheça os implícitos culturais da língua-alvo. Isso se justifica, para que ele não transfira o conjunto de categoria e de esquemas de organização oriundos do conhecimento da L1 para a língua-alvo de modo equivocado, por se basear em inferências culturais errôneas.

Na aprendizagem de L2, “[...] é preciso que o material pedagógico, e entre estes os dicionários, seja feito segundo a feição cultural das comunidades envolvidas para poder responder suficientemente às necessidades de aquisição de conhecimentos” (FAULSTICH, 2010, p. 177). Desse modo, as características culturais são relevadas por meio das definições, dos contextos, das marcas de uso, recursos que precisam ser elaborados de forma criteriosa, com vistas à compressão dos implícitos culturais.

A nomenclatura dos lexemas e a extração das abonações podem ser construídas de modo empírico por meio de consulta a Corpus. Berber Sardinha (2004, p. 18) esclarece que corpus pode ser entendido como

um conjunto de dados linguísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso linguístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise.

É essencial que o lexicógrafo tenha acesso a *Corpus* para que haja elaboração de obras completas e coerentes, tendo em vista que poderão descrever o léxico em uso. Segundo Berber Sardinha (2004, p. 3),

a Linguística de Corpus ocupa-se da coleta e da exploração de corpora, ou conjuntos de dados linguísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem por meio de evidências empíricas, extraídas por computador.

A Linguística de *Corpus* dispõe de ferramentas úteis para organização da informação, para que os dados linguísticos possam ser sistematizados. Destarte, a Linguística de Corpus servirá como apoio para extração de dados.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

O resultado da pesquisa gerou um produto que é o dicionário, composto por 638 verbetes. Uma vez que o Brasil possui função relevante no cenário internacional, há contexto favorável para o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa. Assim sendo, o produto do projeto dissemina a Língua Portuguesa e a cultura brasileira, já que a descrição do léxico revela traços culturais.

4.1 APRESENTAÇÃO DA OBRA

O objetivo da obra é disponibilizar gratuitamente Dicionário Analógico de Aprendizagem de Português do Brasil, com opção de consulta em ordem sistêmica e alfabética. Por meio do acesso ao dicionário, o consulente poderá encontrar significado, informação gramatical, palavras ligadas por afinidade semântica, contextos, entre outros. Assim, o aprendiz de PBSL poderá utilizar a obra para produzir enunciados com propriedade vocabular por meio de consulta a informações linguísticas. Essas informações são fornecidas mediante ferramentas que facilitam a comunicação e atendem às demandas de ensino e de aprendizagem de língua.

O principal público-alvo são aprendizes de Português do Brasil como Segunda Língua, tais como estrangeiros, surdos e índios. A proposta lexicográfica atende primordialmente as demandas de consulta dos estrangeiros que são o principal consulente. Contudo, surdos e índios podem consultar a obra, sabendo que nem sempre atenderá as respectivas especificidades de consulta. Além disso, o conteúdo do dicionário obra destina-se também a:

- i. elaboradores de exercícios de aprendizagem do léxico da língua, de palavras cruzadas, de jogos de palavras que consultam conjunto de unidades linguísticas afins;

- ii. professores, alunos, conferencistas, relatores que precisam de um leque de opções de palavras na produção oral e escrita e que estão em busca de ampliação de vocabulário;
- iii. compositores, poetas, escritores, tradutores, jornalistas, que procuram arranjos de palavras com significados relacionados;
- iv. lexicógrafos, dicionaristas, terminólogos e terminógrafos que necessitam identificar os campos nocionais, semânticos, léxicos, associativos e as relações lexicais, para estabelecerem redes de remissões nos dicionários, glossários, léxicos e vocabulários e
- v. pesquisadores, indexadores, documentalistas e curiosos que almejam fazer consultas do significado para a palavra e que queiram ver como as palavras de uma língua podem ser categorizadas de maneira sistêmica.
- vi. professores para construir materiais didáticos lúdicos, como jogos da memória, palavras-cruzadas, entre outros.

O dicionário analógico é o repertório lexicográfico que disponibiliza ao consulente agrupamento de palavras afins, de modo que, em caso de desconhecimento lexical ou esquecimento da palavra, a mesma pode ser encontrada.

Gaudin & Guespin (2000, p. 71) declaram que

le dictionnaire analogique préfigure le système analogique par son organisation autour d'un mot « marquant l'idée commune à tous les mots dont il est question ». L'organisation est donc notionnelle. Il ne s'agit pas d'un système de renvois de mots à mots mais d'une organisation par apparentements de sens dans laquelle se dessine comme une préfiguration des champs sémantiques.²⁸

O dicionário analógico é constituído por categorização e por verbetes. A categorização rege a organização dos verbetes e é ordenada por campos lexicais. Cada categoria e subcategoria compõe um verbete. Após a apresentação da categorização, os verbetes são organizados em ordem alfabética, de modo que os lexemas afins da palavra-entrada são registrados com base nas relações semânticas – hiperonímia, hiponímia, holonímia, meronímia, sinonímia e conceito conexo, as quais serão explicadas posteriormente.

Assim sendo, no âmbito desta obra, analogia é “[...] semelhança, e, principalmente, identidade de relações, já que os lexemas estão ligados por conexões de caráter semântico em torno de uma ideia central” (OLIVEIRA, 2010, p. 36).

²⁸ Tradução livre: o dicionário analógico prefigura o sistema analógico por sua organização ao redor de uma palavra “marcando a ideia comum a todas as palavras que se referem a ela”. A organização é então nocional. Não se trata de um sistema de remissão de palavras a palavras, mas sim de uma organização por parentescos de sentido na qual é desenhada uma prefiguração dos campos lexicais.

O dicionário é de aprendizagem em razão de a obra ser direcionada primordialmente para a aprendizagem de L2. Segundo Binon & Verlinde (2000, p. 99),

um dicionário de aprendizagem não é somente um dicionário para aprendizes, mas um dicionário que tem como objetivo favorecer a aquisição do vocabulário de uma língua, selecionando as informações, apresentando-as e organizando-as, de maneira a facilitar a integração e a memorização do vocabulário.

A identificação da nomenclatura que atenderá às demandas do aprendiz, a redação das definições, as marcas de uso e terminológicas, as remissões, os contextos foram organizados focando nas necessidades do público-alvo da obra.

4.2 GUIA DE CONSULTA

O Dicionário Analógico de Aprendizagem do Português do Brasil (DAAPB) é constituído das partes analógica e alfabética, disponíveis na tela de início por meio de *hiperlink*. A parte analógica da obra apresenta agrupamentos de palavras afins, para que, em caso de desconhecimento lexical ou esquecimento da grafia, a palavra desejada possa ser encontrada. Por exemplo, quando o consulente desconhece a palavra usada para designar *veículo motorizado de transporte coletivo, movido a combustível, usado na locomoção no ar, para locomoção de passageiros ou cargas* pode consultar o verbete analógico *transporte*, a fim de descobrir ou relembrar a palavra *avião*, que veicula a ideia em mente. O diferencial desse dicionário é o modo como o verbete analógico é organizado. Ao clicar em *parte analógica*, os campos temáticos se apresentam, conforme pode ser visualizado na figura subsequente:

PARTE ANALÓGICA



O consutente poderá clicar em um dos campos temáticos *alimentação, animal, corpo humano, estudo, família, habitação, lazer, trabalho, transporte e vestuário*. Em seguida, o verbete analógico pode ser acessado.

A figura a seguir ilustra o verbete analógico *transporte*:

Figura 3: Verbetes analógico *transporte*

Transporte s. m. veículo utilizado para locomoção de passageiros ou carga. (MV)

Substantivos

hipônimo automóvel, avião, barco, bicicleta, botê, caminhão, caminhonete, canoa, carro de mão, carroça, charrete, ciclomotor, comboio, gambá, helicóptero, iate, jet ski, metrô, micro-ônibus, mobilete, motocicleta, motoneta, mototáxi, navio, ônibus, quadriciclo, reboque, submarino, sunga, táxi, trator, trem, trem-bata, trenó, triciclo, van, Veículo Leve sobre Pneus (VLP), Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)

merônimo acelerador, amortecedor, banco, buzina, cabine, capô, cinto de segurança, embreagem, escapamento, farol, freio, hélice, limpador de para-brisa, macaco, marcha, motor, painel, para-brisa, para-choque, pedal, pisca-alerta, placa, pneu, porta, porta-mala, radiador, retrovisor, roda, telo, triângulo, vagão, vela, vidro, volante

conceito conexo 1 caminhoneiro, carroceiro, ciclista, condução, condutor, deslocamento, locomoção, motoboy, motociclista, motoqueiro, motorista, taxista

conceito conexo 2 aceleração, ambulância, atropelamento, batida, colisão, mobilidade, movimentação, navegação, sinalização, tráfego, trânsito, velocidade, viagem, viatura, voo

Verbo

acelerar, atropelar, aumentar, bater, colidir, correr, deslincar, diminuir, trear, mover, quebrar, transportar, voar

As palavras do verbete analógico são *hiperlinks* que remetem a parte alfabética do dicionário. A parte alfabética, que é conectada com a analógica, disponibiliza dicionário de aprendizagem, com verbetes ordenados alfabeticamente, como no dicionário de língua comum. A parte alfabética pode ser consultada por dois percursos: 1) por meio dos *links* da parte analógica ou 2) por meio do clique em *parte alfabética*. Assim, ao seguir o primeiro percurso, por exemplo, se o consulente clicar em *automóvel*, abrirá o verbete dessa forma:

automóvel

au-to-mó-vel f. veículo motorizado, movido a combustível ou à eletricidade, com quatro rodas, usado na locomoção em via, para transporte de passageiros; carro. (MV) "A média de automóveis por domicílio é de 1,5 carro." cf. [transporte](#)

O segundo percurso possibilita a digitação da palavra a ser acessada no campo *pesquisar* ou a consulta mediante a lista organizada em ordem alfabética, conforme pode ser visto na figura a seguir.

Figura 4: Verbetes da parte analógica

10 resultados por página

Pesquisar

academia a-ca-de-mia s.f. 1 local onde se reúne pessoa para prática de atividade física como musculação e exercício aeróbico. (ACM) "Quem já frequentava academia pode continuar a mesma rotina, que é geralmente uma hora de exercícios duas vezes por semana." cf. [lazer](#) 2 universidade, faculdade. (ACM) "A aspiração profissional de longo prazo do típico doutorando é atuar na academia, desenvolvendo atividades de ensino e de investigação em universidades ou instituições de pesquisa." cf. [profissão](#)

acampamento a-cam-pa-men-to s.m. lugar para onde se retira e dorme em barraca ou instalação de alojamento para entretenimento, atividade militar ou religiosa. (MV) "Acampamento de férias incluiu atividades recreativas e sociais." cf. [lazer](#)

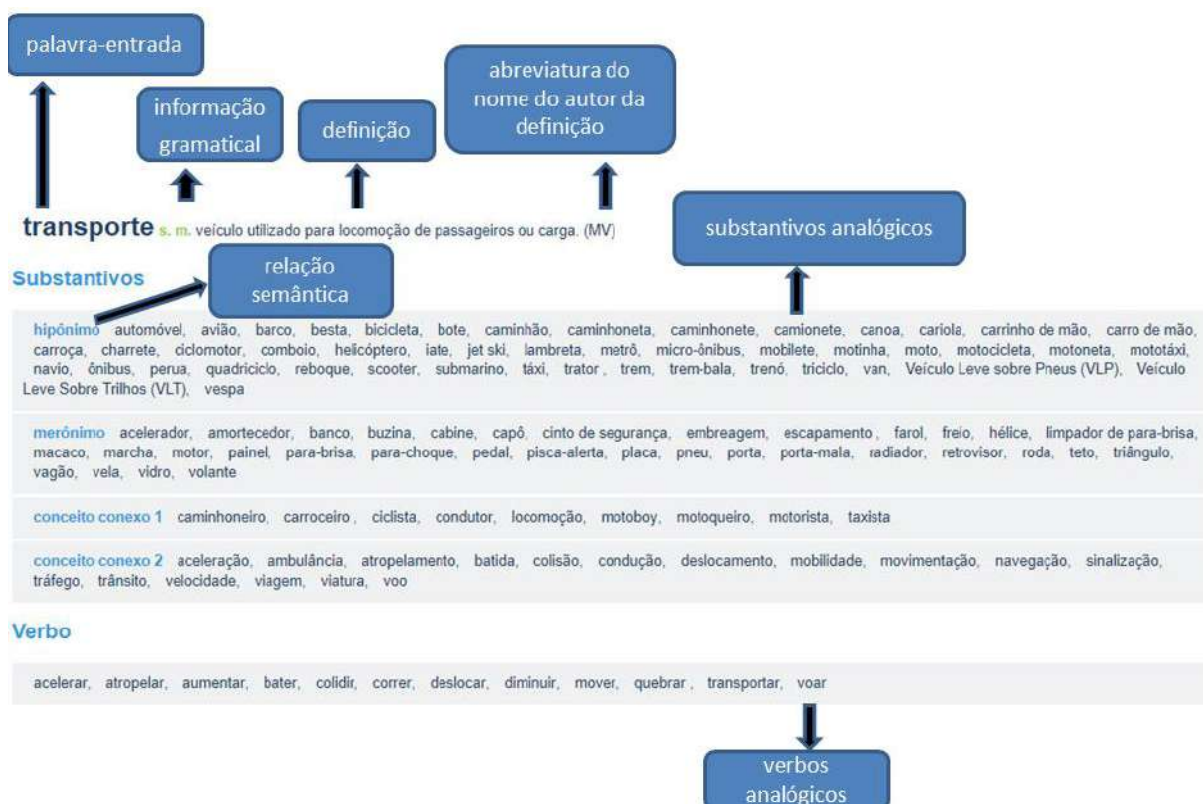
acelerador a-ce-le-ra-dor s.m. pedal ou alavanca para controle de velocidade do veículo. "O motorista amador sabe apenas que, apertando o acelerador, o carro anda." cf. [transporte](#)

Para facilitar a consulta, há o detalhamento dos elementos que compõem os dois tipos de verbetes, o da parte analógica e o da parte alfabética.

4.2.1 Verbetes da parte analógica

A estrutura do verbete da parte analógica é: +palavra-entrada do campo temático, +informação gramatical, ±acepção, +definição, +abreviatura do nome do autor da definição, +substantivos, +relações semânticas com *hiperlinks* (± sinonímia, ±meronímia, ±hiperonímia, +associativa), +verbos analógicos com *hiperlinks*. A figura posterior indica cada estrutura do verbete:

Figura 5: Estrutura do verbete *Transporte* da parte analógica



Explicaremos a seguir cada estrutura do verbete:

- **Palavra-entrada:** campo temático da categorização do dicionário.
- **Informação gramatical:** indicativo, por meio de abreviatura, na gramática da língua, de *categoria* a que pertence a palavra (substantivo = s.), e do gênero (m. = masculino; f. = feminino; 2g. = comum de dois gêneros).
- **Definição:** texto que descreve o significado. Para elaboração das definições da parte alfabética, quando possível, adotamos o modelo ‘o que é’ + ‘para que serve’, que é a definição pragmática, segundo proposto por Faulstich (2014, p. 382). A primeira pergunta é respondida com o hiperônimo. A segunda pergunta é respondida com a funcionalidade.
- **Abreviatura do nome do autor da definição:** registro da abreviatura das iniciais do nome do autor ou da obra, de onde foi compilada a definição. Os autores são colaboradores do projeto. Esses colaboradores foram os bolsistas de Iniciação Científica, formandos do curso de Licenciatura em Letras Português do Brasil como Segunda Língua, orientandos da coordenadora do projeto na disciplina Projeto de Curso: Elaboração de Multimeios ou no mestrado do Programa de Pós-Graduação em

Linguística, bem como a coordenadora do projeto no âmbito do projeto de Pós-Doutorado.

- **Substantivos e verbos analógicos:** palavras empregadas em contexto de uso do campo temático que compõe a palavra-entrada. Esses substantivos estão agrupados com base na relação semântica. A Semântica de frames foi aplicada como parâmetro epistemológico para identificação dos substantivos e verbos a compor a nomenclatura.

Os conceitos norteadores da Semântica de *Frames* são cena, esquema e *frame*. Cena refere-se às “[...] experiências do mundo real, ações, objetos, percepções e memórias pessoais”, segundo Fillmore (1975, p. 82). *Frame* “[...]refers to the linguistic units associated with a cognitive scene, [...] they presuppose a fairly complete understanding of the nature of the total transaction or activity.”²⁹ (Id., Ibid., p. 78-79). A cena pode ativar o frame e vice-versa. *Frames* são associados na memória a outros *frames*, assim como cenas são relacionadas com outras cenas (Id., 1977b, p. 127).

Esquema se refere a “[...]conceptual structures or frameworks that are linked together in the categorization of actions, institutions and objects found in sets of contrast, object prototypes, among others.”³⁰ (Id., Ibid.). Faulstich (2010, p. 192), ao interpretar as ideias de Fillmore, declara que

a noção de esquema é equivalente à de um quadro de ação ou de um contexto maior, dentro do qual cada item lexical tem uma significação própria. Esse quadro se organiza, por consequência, a partir de um conjunto de noções ou de pistas que se tornam necessárias para a caracterização de um acontecimento, como, por exemplo, uma mensagem publicitária.

Segundo Fillmore (1977a, p. 77), “the study of semantics is the study of the cognitive scenes that area created or activated by utterances.”³¹ O autor exemplifica essa afirmação ao mencionar que “whenever a speaker uses any of the verbs related to the commercial event, for example, the entire scene of the commercial event is brought into play – is “activated” – but the particular word chosen imposes on this scene a particular perspective.”³² Nesse contexto, alguém que ouve e entende cada enunciado tem em mente a cena, envolvendo todos os aspectos

²⁹ Tradução livre: refere-se às unidades linguísticas associadas com cenas cognitivas, [...] pressupõem o entendimento bastante completo da natureza do evento ou atividade.”

³⁰ Tradução livre: estruturas conceituais ou frameworks que estão ligadas entre si na categorização de ações, instituições e objetos encontrados em conjuntos de contraste, objetos prototípicos, entre outros.

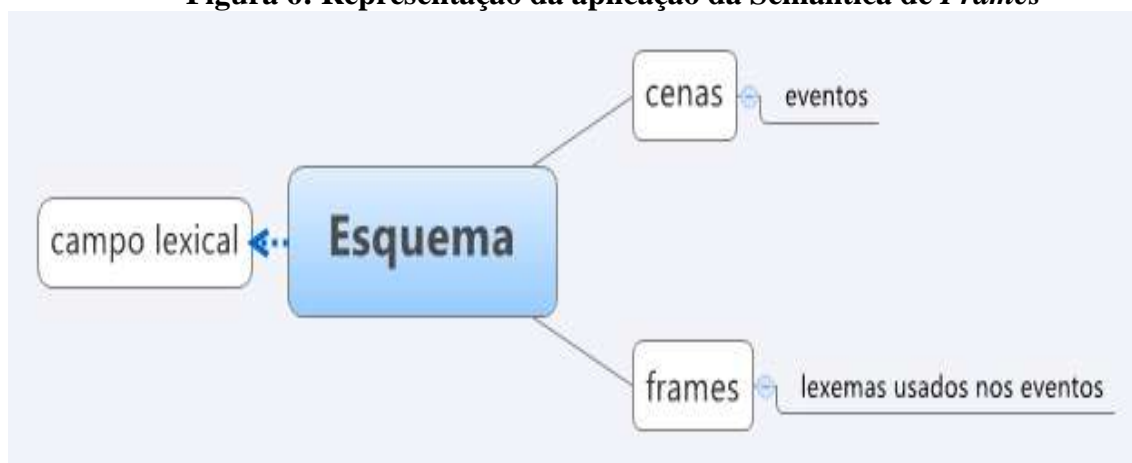
³¹ Tradução livre: o estudo da semântica é o estudo das cenas cognitivas que são criadas ou ativadas por enunciados.

³²Tradução livre: “toda vez que o falante usa qualquer um dos verbos relacionados ao evento comercial, por exemplo, a cena inteira do evento é ativada, mas a palavra específica escolhida impõe à cena uma perspectiva particular.”

necessários do evento. Os significados se relativizam em cenas. As palavras relacionadas à cena são os *frames*. O conjunto de *frames* desse evento dá origem ao esquema.

No contexto das analogias estabelecidas na parte analógica, é possível aplicar a Semântica de *Frames*. As cenas representadas em eventos selecionam *frames*, que são os lexemas relacionados ao evento. A cena e os *frames* formam o esquema, constituído por campo lexical, como interpretamos na figura seguinte.

Figura 6: Representação da aplicação da Semântica de *Frames*



Fonte: Vilarinho (2013, p. 86)

Diante do exposto, acreditamos que o público-alvo de dicionários analógicos precisa ter acesso às palavras que o auxiliarão a construir cena e esquema de campos lexicais. Assim sendo, as analogias a serem estabelecidas não podem ser restritivas nem excessivas. Em vista disso, ao selecionarmos as palavras para compor cada verbete, adotamos como critério a inclusão de palavras que possibilitem ao falante construir enunciados para cenas, usando esquemas concretizados por meio dos *frames*. Nos casos dos verbos analógicos, consideramos os *frames* que podem ocorrer nas cenas. Os estudos de Fillmore nos auxiliam a incluir os verbos analógicos que geralmente são empregados em eventos de comunicação da língua. Além da aplicação conceitual da Semântica de *Frames*, a consulta da ferramenta *Thesaurus* do Corpus Brasileiro e do Dicionário Analógico da Língua Portuguesa de Azevedo (2010) serviram como ponto de partida para inclusão ou exclusão de verbos nos verbetes.

- **Relação semântica:** ligação de significado entre palavras. Essas relações podem sinonímia, hiperonímia e hiponímia, holonímia e meronímia, e associativa para reger as analogias.

A relação de sinonímia “é identidade de significação”, conforme Ilari & Geraldi (1943, p. 42). Essa relação se estabelece quando existe ligação entre palavras que possuem identidade de significado em contextos em que uma palavra pode ser substituída por outra. No verbete *vestimenta*, ocorrem os verbos *vestir* e *trajar*, por exemplo, que podem ser sinônimos em determinado contexto. Assim, nem sempre os sinônimos são perfeitos, pois a substituição de sinônimos pode causar alteração de significado, dependendo do contexto.

As relações de hiperonímia e hiponímia correspondem à inclusão de significado, de modo que o significado do hipônimo está incluso no hiperônimo. Assim sendo, existe relação de hierarquia, que representa a subordinação entre o subordinado (hipônimo) e o subordinante (hiperônimo). O hiperônimo é a palavra mais alta na hierarquia, posto que o significado de uma palavra hiperonímica inclui o significado de uma palavra hiponímica (FAULSTICH, 1995, p. 287). No verbete *transporte*, que é um hiperônimo, há vários hipônimos, como *bicicleta*, *carro*, *carroça*, *trenó*, entre outros. Podemos notar que os hipônimos são membros da mesma categoria do hiperônimo.

A relação de holonímia e meronímia representa a relação hierárquica parte e todo. De acordo com Gaudin e Guespin (2000, p. 141), essas relações “établissent entre les signes des relations qui sont celles que le langage dessine entre les référents. Pour indiquer le caractère linguistique de cette relation, on parle d'holonyme pour le tout et de méronyme pour la partie”³³. No verbete *corpo humano*, há registro da relação objeto/elemento, uma vez que são registrados os elementos que constituem o objeto cabeça, por exemplo. Para esse objeto, aparecem as palavras *crânio*, *olho*, *testa*, *orelha*, *rosto*, *boca*, *língua*, entre outros. Assim, para o funcionamento do corpo humano, cada uma das partes da cabeça exerce uma função, de modo que esses elementos não são separáveis do objeto para que o corpo tenha o funcionamento perfeito.

A relação associativa é constituída pelo conceito conexo, entendido como palavra “[...] justaposto em um mesmo plano hierárquico, que se encontra em coordenação de significados, e o conteúdo semântico é de mesmo valor” (FAULSTICH, 1995, p. 287). Além disso, o conceito conexo provém de relação associativa, visto que as “[...] unidades lexicais pertencem à mesma esfera de domínio, mas não são nem hiponímicos, nem equivalentes, nem opositivos. O significado de um remete, por analogia, ao outro” (FAULSTICH, 1993, p. 94).

³³ Tradução livre: “estabelece entre os signos a relação que a linguagem designa entre os referentes. Para indicar a característica linguística dessa relação, nós a chamamos de holônimo para o todo e merônimo para a parte.”

O critério norteador da relação associativa do dicionário analógico são as inferências lexicais feitas na mente do falante de uma língua. Cabrera e Filho (2007, p. 14) postulam que as inferências lexicais não se baseiam em inferências formais que utilizam símbolos da lógica. As inferências lexicais são “[...] inferências que parecem válidas em virtude de certas conexões entre termos, embora sua forma não seja amparada por nenhum setor da lógica moderna, clássica ou não clássica.” Desse modo, essas inferências “[...] têm apoio de nossas intuições nativas” (ib., ibid., p. 20) e são feitas do modo como o raciocínio se processa.

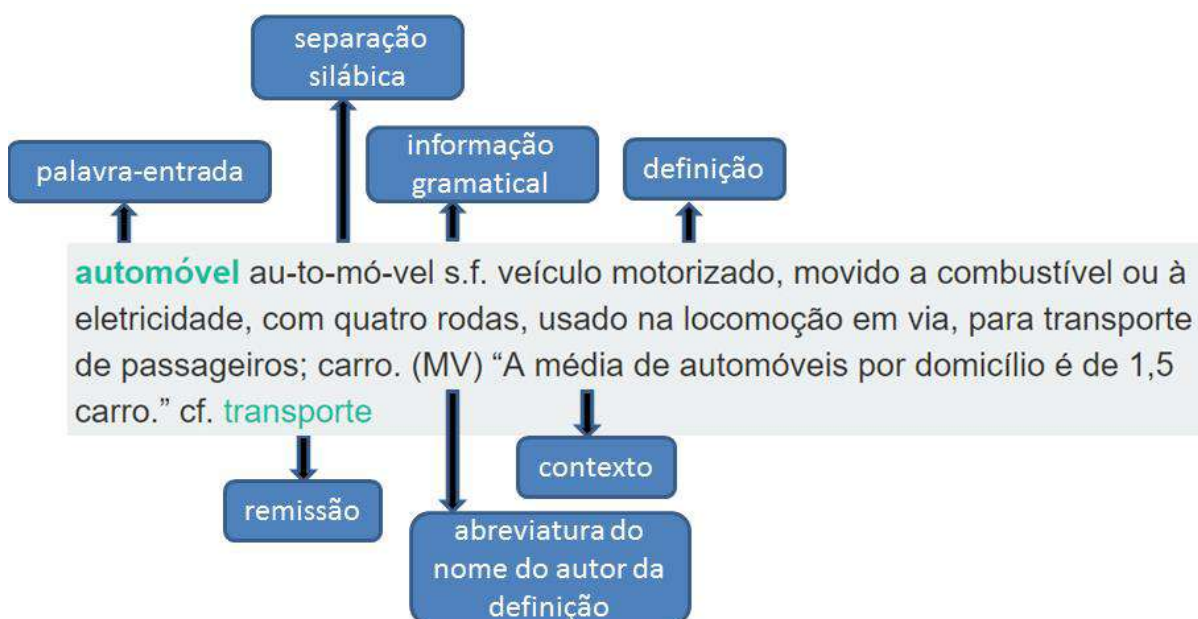
As deduções que o falante de uma língua faz para estabelecer conexões entre palavras diferentes ocorrem em virtude das inferências lexicais. Assim sendo, “[...] a existência de inferências lexicais parece evidente em qualquer linguagem que contenha termos, com os quais se possam representar predicados” (ib., ibid., p. 19). As conexões estabelecidas não são só provenientes de relações com o significado, mas surgem também de informações enciclopédicas, as quais partem “[...] de manejos ‘pragmáticos’ em contato com o mundo” (ib., ibid., p. 21). Desse modo, entendemos por inferência lexical o processo cognitivo de interpretar predicados da língua por meio da identificação de conexões entre os significados de palavras ou por intermédio de informação enciclopédica do conhecimento de mundo da sociedade. Como exemplo disso, as palavras que possuem relação associativa com o verbete *alimentação* são os conceitos conexos: *almoço*, *café da manhã*, *ceia*, *desjejum*, *jantar* e *lanche*. Os conceitos conexos possuem relação de coordenação com a palavra-entrada *alimentação* por meio da analogia. É possível analisarmos a ligação que os conceitos conexos têm com as entidades do significado ao observar a relação entre as palavras *alimentação* e *almoço*. Este significa refeição feita por volta de 12h às 14h. Aquela significa abastecimento com substâncias para nutrição. A identidade de relação ocorre por *almoço* ser uma das refeições para *alimentação*. Assim sendo, ao realizar inferência lexical é observável a ligação entre as palavras.

Os conceitos conexos são numerados e apresentados em acepções distintas. Podem registrar agrupamentos de palavras com mais afinidades entre si ou palavras sem conexão com as acepções anteriores, porém que têm relação associativa com a palavra-entrada.

4.2.2 Verbetes da parte alfabética

A estrutura do verbete da parte alfabética é: +palavra-entrada, +informação gramatical, ±acepção, ± marca de uso ou terminológica, +definição, +abreviatura do nome do autor da

definição, ±contexto, ±nota, ±fonte da nota, ± variante, +remissão. A seguir, há a figura com o verbete *automóvel*.



Cada elemento do verbete será descrito:

- **Palavra-entrada:** “unidade linguística que possui o conteúdo semântico da expressão”, conforme Faulstich (2001) e inicia o verbete.
- **Separação silábica:** separação das sílabas para que o consulente possa conhecer os padrões silábicos da Língua Portuguesa, além de facilitar o processo de translineação.
- **Informação gramatical:** indicativo, por meio de abreviatura, na gramática da língua, de *categoria* a que pertence a palavra (substantivo = s.; verbo = v.), gênero (m. = masculino; f. = feminino; 2g. = comum de dois gêneros), ou transitividade verbal (VTD = verbo transitivo direto; VTI – verbo transitivo indireto; VTDI = verbo transitivo direto e indireto; VI = verbo intransitivo).
- **Acepção:** marcação, por meio de numeração, de palavra que tem mais de um significado.
- **Definição:** texto que descreve o significado. Para elaboração das definições da parte alfabética, quando possível, adotamos o modelo ‘o que é’ + ‘para que serve’, que é a definição pragmática, segundo proposto por Faulstich (2014, p. 382). A primeira pergunta é respondida com o hiperônimo. A segunda pergunta é respondida com a funcionalidade. A adaptação desse modelo é feita com base nas especificidades do lexema a ser definido, conforme detalhado no quadro subsequente:

Campo lexical	Modelo de definição	Verbetes
alimentação	+hiperônimo (profissional ou indivíduo), ± área de atuação (culinária e saúde), +função, +hiperônimo (estabelecimento comercial),+funcionalidade	padaria ³⁴ estabelecimento comercial onde são fabricados e vendidos pão, doce, salgado, bolo, entre outros.
animal	+hiperônimo (classe), +característica física e hábito, ± meio de habitação, ±funcionalidade	boi ³⁵ mamífero ruminante, quadrúpede, com dois dedos em cada pata, chifres, usado em atividade agrícola e produção de carne e couro.
corpo humano	+hiperônimo, +localização, +funcionalidade	ânus ³⁶ órgão do sistema digestório, localizado entre as nádegas, para expulsar substâncias sólidas (fezes) que não são úteis para o organismo.
estudo	+descrição do nível de escolaridade, +funcionalidade	pós-graduação ³⁷ grau superior de formação acadêmica, para profissional que concluiu o curso de graduação e cujo objetivo é se tornar especialista em área de conhecimento.
família	+descrição do parentesco, ± função em relação aos papéis na família	mãe ³⁸ mulher que deu a luz e/ou cuida do filho para nutrir, amar e educar.
habitação	+hiperônimo, + função	sala ³⁹ cômodo com assento para recepção de visita e convívio social.

³⁴

³⁵ Definição elaborada por Jaqueline Suzamar Alves dos Santos.

³⁶ Definição elaborada por Amanda Gabriela Duarte Prudencio.

³⁷ Definição elaborada por Amanda Pereira Peres.

³⁸ Definição criada por Rebeca Carvalho.

³⁹ Definição criada por Vilarinho (2018).

lazer	+hiperônimo, +descrição da atividade, +objetivo	futebol ⁴⁰ esp. prática esportiva disputada por duas equipes de onze jogadores, para chutar a bola rumo ao gol no campo do adversário.
transporte	+veículo, +tipo de propulsão (propulsão humana; tração animal; motor a combustível; motor à eletricidade; motor à força motriz) ±quantidade de rodas (1 roda; 2 rodas; 3 rodas; 4 rodas; mais de 4 rodas), +meio de deslocamento (sobre trilho, via, água, ar, gelo ou neve) +especificidade de uso (para transporte de carga, de passageiro ou para uso agrícola ou de terraplenagem)	bicileta ⁴¹ veículo não motorizado, movido por propulsão humana, com duas rodas, usado na locomoção em via, para transporte de passageiro
trabalho	+ hiperônimo, + função	arquiteto ⁴² <i>s.m.</i> profissional que planeja e elabora projeto de construção e reforma.
vestuário	+peça do vestuário (hiperônimo), ±masculina ou feminina, +características (parte do corpo coberta)	pijama ⁴³ peça do vestuário para dormir, composta de blusa e short, ou blusa ou calça.

⁴⁰ Definição criada por Danielle Brito de Arruda Oliveira.

⁴¹ Definição criada por Vilarinho (2018).

⁴² Definição criada por Nóbrega e Vilarinho (2016, p. 184).

⁴³ Definição criada por Vilarinho (2018) para fins desta pesquisa.

- **Abreviatura do nome do autor da definição:** registro da abreviatura das iniciais do nome do autor ou da obra, de onde foi compilada a definição. Os autores são colaboradores do projeto. Esses colaboradores foram os bolsistas de Iniciação Científica, formandos do curso de Licenciatura em Letras Português do Brasil como Segunda Língua, orientados da coordenadora do projeto na disciplina Projeto de Curso: Elaboração de Multimeios ou no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística, bem como a coordenadora do projeto no âmbito do projeto de Pós-Doutorado.
- **Contexto:** “fragmento de texto em que a palavra aparece registrada”. (FAULSTICH, 2001). Os contextos do DAAPB foram extraídos do Corpus Brasileiro. Para seleção dos contextos, foi primordial cumprir uma das funções básicas delimitadas por Corrêa (2012, p. 364): “a) especificar e/ ou explicar o conteúdo de natureza enciclopédica ausente das definições; b) contextualizar o uso vocabular; c) facilitar a compreensão do significado”. Além disso, outra função do contexto é revelar as relações sintagmáticas de combinações sintático-semânticas que podem ser construídas, como, por exemplo, a combinação das palavras que podem ocorrer com determinado verbo. Os contextos devem expressar o uso das palavras. As fontes do contexto não foram acrescentadas em cada verbete, já que foram recolhidos do Corpus Brasileiro apenas. Quando foi necessário, feita supressão ou adaptações pontuais nos contextos para que cumprissem precisamente uma das funções básicas. A seleção dos contextos foi feita de modo que preenche pelo menos uma das funções mencionadas.
- **Remissão:** “complementa a definição, porque auxilia o usuário na compreensão do significado de outro lexema relacionado ao anterior, por oferecem caminhos a serem percorridos pelo consulente para atingir o objetivo”. (VILARINHO & FAULSTICH, 2013, p. 183). As remissões são feitas por *hiperlinks*. Os *hiperlinks* indicam as palavras da parte alfabética para a analógica e vice-versa. Criamos três tipos de remissões: 1) antecedida pela abreviatura *v.* que significa ver para remeter a palavra da parte alfabética, indica percurso para encontrar relação semântica; 2) antecedida pela abreviatura *cf.* que significa *conferir* e remete a verbete da parte analógica, o qual é o campo lexical. 3) antecedida pela abreviatura *var.* que significa variante, indicativo de “formas *concorrentes* com a entrada. As variantes correspondem a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente”. (FAULSTICH, 2001). A variante mais frequente, com base em pesquisa de frequência, feita no *Corpus Brasileiro*, por meio do

uso da ferramenta *concordance*, é definida. As demais variantes remetem para a mais frequente.

- **Marca:** “indicador, geralmente abreviado, situado antes de uma definição para indicar sua descrição linguística”, segundo Sousa (1995, p. 259). No DAAPB, há marcas de uso e terminológicas. As marcas de uso são recursos lexicográficos para indicar registros diacrônicos, diatópicos, diastráticos e diafásicos. No quadro a seguir, estão descritos os tipos de marcas de uso, as marcas de uso, a abreviatura e o significado. O estudo sobre as marcas foi desenvolvido para fins desta pesquisa e pode ser aplicado em outros modelos de dicionários a depender do público-alvo.

Quadro 1: Marcas de uso

tipos de marcas de uso	marcas de uso	abreviatura	significado
Marcas de avaliação	Irônico	iron.	denota sentido oposto ao que deveria expressar, com intenção de deboche e ridicularização de algo ou alguém.
	Humorístico	hum.	promove riso, gera diversão, é cômico e possui denotação positiva.
	Pejorativo	pej.	possui sentido depreciativo, desagradável.
Marcas estilísticas	Informal	inf.	expressa contexto coloquial.
	Figurado	fig.	emprega o sentido conotativo.
	Gíria	gír.	registra dialeto usado por determinado grupo social.
	Tabuísmo	tabu.	apresenta tabus considerados chulos, grosseiros, ofensivos ou obscenos, como palavrões, por exemplo.

As marcas terminológicas registram termo de área de especialidade. O quadro subsequente apresenta essa marcas: ⁴⁴

Quadro 2: Marcas terminológicas

Abreviatura	Área de Especialidade	Abreviatura	Área de Especialidade	Abreviatura	Área de Especialidade
Adm	Administração	Enol	Enologia	Mod	Moda
Agr	Agricultura	Esp	Esporte	Mus	Música
Alim	Alimentação	Est	Estatística	Museol	Museologia
Anat	Anatomia	Ét	Ética	Nobil	Nobiliarquia
Antrop	Antropologia	Fil	Filosofia	Nums	Numismática
Arq	Arquitetura	Filat	Filatelía	Orto	Ortografia
Arqueol	Arqueologia	Fin	Finanças	Paleogr	Paleografia
Art	Artes	Fís	Física	Pec	Pecuária
Astro	Astronomia	Folc	Folclore	Pet	Petrologia (litologia)
Astrol	Astrologia	Fon	Fonética	Pirot	Pirotecnia
Astronau	Astronáutica	Fonogr	Fonográfica (Industria)	Pol	Política
Aut	Automação	Fot	Fotografia	Perfm	Perfumaria
Automat	Automatismo	Gem	Gemologia	Procdad	Processamento de dados
Bibl	Bibliologia	Geo	Geografia	Pesc	Pesca
Bio	Biologia	Geol	Geologia	Psic	Psicologia
Caligr	Caligrafia	Gram	Gramática	Pub	Publicidade
Cer	Cerâmica	Grav	Gravura	Quím	Química
Ciber	Cibernética	Her	Heráldica	Rád	Rádio
Cine	Cinema	Hidrlol	Hidrologia	Rec. Hum	Recursos Humanos
Cir	Cirurgia	Higro	Higrologia	Rod	Rodovia

⁴⁴ Para delimitar as marcas terminológicas, foi feita a pesquisa de Iniciação Científica “Marcas terminológicas para dicionário on-line”, com apoio da FAPDF, pela bolsista Stéfanie Ribeiro em 2016, sob orientação da Profa. Cleide Lemes da Silva Cruz e corientação da Prof^a. Michelle Machado de Oliveira Vilarinho.

Clim	Climatologia	Hist	História	Rel	Religião
Com	Comércio	Hort	Horticultura	Seg	Seguros
Comp. Graf	Arte Gráfica	Hotel	Hotelaria	Seric	Sericultura
Comn	Comunicação	Icon	Iconografia	Sid	Siderúrgica
Const	Construção	Ind	Indústria	Socioling	Sociolinguística
Cont	Contabilidade	Infor.	Informática	Sociol	Sociologia
Cosmet	Cosmética	Jor	Jornalismo	Taqui	Taquigrafia
Cost	Costura	Lud	Ludologia	Taur	Tauromaquia
Cript	Criptografia	Ling	Linguística	Teatr	Teatro
Cul	Culinária	Lit	Literatura	Tec	Tecnologia
Curt	Curtume	Litur	Liturgia	Tel	Telecomunicações
Cut	Cutelaria	Maçon	Maçonaria	Topog	Topografia
Decor	Decoração	Mat	Matemática	Tur	Turismo
Des	Desenho	Mater	Materiais	Transp	Transporte
Dipl	Diplomacia	Mec	Mecânica	Ufo	Ufologia
Dir	Direito	Med	Medicina	Urb	Urbanismo
Danç	Dança	Meteo	Meteorologia	Vest	Vestuário
Doc	Documentação	Metal	Metalúrgica	Venat	Arte Venatória
Econ	Economia	Metr	Metrologia	Vet	Veterinária
Edit	Editoração	Mid	Mídia	Zoo	Zoologia
Educ	Educação	Mil	Militar	Zootec	Zootecnia
Eletr	Eletricidade	Miner	Mineralogia		
Encad	Encadernação	Mit	Mitologia		
Eng	Engenharia	Mkt	Marketing		

Foi desenvolvida metodologia para redação da microestrutura do dicionário. Os percursos traçados podem ser úteis a pesquisas futuras da área de Léxico e Terminologia. A possibilidade de consulta alfabética e sistemática pode contribuir para aquisição lexical, já que o consulente poderá percorrer a obra e encontrar lexemas que procura.

Para Morgan & Rinvolucris (2004), a aquisição de vocabulário é:

- i) a branching process rather than a linear one. Words are not learnt mechanically, as little packets of meaning, but associatively;
- ii) an intensely personal process. The associations and vibrations depend on our own past and present felt experience;
- iii) not a purely intellectual, effortful process, but an experiential hands-on process too. An over-intellectual approach causes the language to be seen as an object, rather than to be incorporated within the subject – the learner.⁴⁵

Se a aquisição de léxico é obtida de forma associativa e, se na tipologia de obra lexicográfica que apresenta os lexemas de forma associativa, o dicionário analógico cumpre essa função, possivelmente este dicionário seja adequado para motivar a aquisição de léxico. A consulta ao dicionário analógico pode ser uma estratégia de aprendizagem que pode resultar na aquisição de léxico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o Distrito Federal possui diversas embaixadas, e que há estrangeiros que vivem em Brasília, além de haver no país refugiados, comerciantes, trabalhadores de ONGs e religiosos aprendizes de PBSL, o DAAPB fornece ferramenta que os ajudem a desenvolver competências linguísticas para se comunicar no ambiente de imersão de português do Brasil como Segunda Língua. Como o dicionário está disponibilizado em site, possibilita a acessibilidade de forma dinâmica e contínua para aprendizes de português pelo mundo. Além disso, a contribuição da pesquisa é apresentar percurso metodológico para elaboração de obra lexicográfica, tais como: critérios para delimitação de contexto, marcas, remissões, definições, organização das partes alfabética e sistemática.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. F. dos S. **Dicionário Analógico da Língua Portuguesa**: ideias afins/thesaurus. 2. ed. atual. e revista. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

BINON, J. & VERLINDE, S. A contribuição da lexicografia pedagógica à aprendizagem e ao ensino de uma língua estrangeira ou segunda. In: LEFFA, V. J. (org.). **As Palavras e Sua**

⁴⁵ Tradução livre: i) um processo mais bifurcado do que linear. Não se aprendem palavras de forma mecânica, como pequenos grupos de significados, porém de forma associativa; ii) um processo profundamente pessoal. As associações e reflexões dependem do nosso próprio passado e presente. Ampliamos a nossa compreensão dos significados mediante a interação e as trocas com os outros; iii) não é um processo intelectual puro e simples, mas também um processo baseado na experiência e no esforço pessoal. Uma abordagem muito intelectual leva a se ver a linguagem como objeto e não como um processo a ser assimilado pelo sujeito - o aprendiz.

Companhia. Pelotas: EDUCAT, 2000, p. 96-118. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/As_Palavras.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

BINON, J. SELVA, T., S. Verlinde. Tendances et innovations récentes en lexicographie pédagogique: La contribution des dictionnaires d'apprentissage DAFA et DAFLES. In: BATTANER, P., DECESARIS, J. **De lexicografia:** Actes del I Symposium Internacional de Lexicografia. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2002.

CABRERA, J.; S. FILHO, O. L. da. **Inferências lexicais e interpretação de redes de predicados.** Brasília: Universidade de Brasília, Finatec, 2007.

CARVALHO, O. L. S. Colocações e Português Brasileiro como Língua Estrangeira. In: SILVA, F. C. O. da; VILARINHO, M. M. de O (orgs.). Diálogos em português brasileiro como língua adicional. **O que a distância revela.** Brasília: Universidade Aberta do Brasil, UAB, UnB, v. 4, 2017, p. 79-106.

CAMBRIDGE word routes: inglês-português. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHISHMAN, R. L. de O.; et al. The relevance of the Sketch Engine software to build Field – Football Expressions Dictionary. **RELIN**, v. 23, edição especial, 2015.

COHEN, A. D. **Strategies in learning and using a second language.** Nova Iorque: Wesley Longman, 1998.

CORRÊA, L. Dicionário eletrônico onomasiológico semasiológico do português brasileiro/espanhol rioplatense para o Mercosul. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de. (Orgs.). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2012.

DORLING KINDERSLEY LIMITED. Dicionário Visual 3 em 1. São Paulo: Blucher, 2011.
GAUDIN, F.; GUESPIN, L. **Initiation à la lexicologie française:** de la néologie aux dictionnaires. Bruxelas: Éditions Duculot, 2000.

GRANNIER, D. M. Perspectivas na formação do professor de português como segunda língua. **Cadernos do Centro de Línguas**, v. 4. São Paulo: USP, 2001.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica.** São Paulo: Ática, 1943.

GUERRA, A. M. M. **Lexicografía española.** Barcelona: Ariel Linguística, 2003.

FAULSTICH, E. Características conceituais que distinguem o que é de para que serve nas definições de terminologias científica e técnica. **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. In: ISQUERDO, A. N.; CORNO, G. O. M. D. (orgs.). Campo Grande, MS: UFMS, 2014.

_____. Para gostar de ler um dicionário. In: RAMOS, C. de M. de A.; BEZERRA, J. de R. M.; ROCHA, M. de F. S. **Pelos caminhos da Dialetoleologia e da Sociolinguística:** entrelaçando saberes e vidas: homenagem a Socorro Aragão. São Luís: EDUFMA, 2010.

_____. **Proposta metodológica para elaboração de léxicos, dicionários e glossários.** Brasília, 2001. Disponível em: <
http://canaluniversitario.desenvolvimento.gov.br/monografias/doc/met_can_uni.zip>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Redes de remissões em um glossário técnico. In: MACIEL, A. M. B. **Cadernos do IL.** Porto Alegre: UFRGS, 1993.

_____. **Socioterminologia:** mais que um método de pesquisa, uma disciplina. Ci. Inf. Brasília, v.24, n.3, p.281-288. set.-dez. 1995.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio.** 7. ed. Versão 7.0. Dicionário eletrônico. Curitiba: Positivo, 2010. 1 CD-ROM.

FILLMORE, C. J. Scenes and frames semantics. In: SHIBATANI, M.I.; THOMPSON, S. **Essays in Semantics and Pragmatics:** In Honor of Charles J. Fillmore. Amsterdã: John Benjamins publishing company, 1975.

_____. The case for case reopened. In: COLE, P.; SADOCK, J. M. (ed). **Syntax and Semantics:** grammatical relations. Academic Press Inc, 1977a.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.

KILGARRIFF, Adam, et al. **The Sketch Engine:** ten years on. Lexicography, 2014.

LANGACKER, R. **A linguagem e sua estrutura:** alguns conceitos linguísticos fundamentais. 2. ed. Tradução de Gilda Maria Correa de Azevedo. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

MORGAN, J.; RINVOLUCRI, M. **Vocabulary.** 2. ed. Nova Iorque: Oxford, 2004.

NASCIMENTO, M. F. B. do.; MARQUES, M. L. G.; CRUZ, M. L. S. **Português Fundamental:** Métodos e Documentos. 2 vols. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1984.

OLIVEIRA, Michelle Machado de. **Confluência entre dicionário analógico e tesouro documentário como modelo de dicionário analógico.** 2010. xiv, 243 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2010. Disponível em: <http://bdt.d.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6511>. Acesso em: 22 jan. 2017.

SOUSA, J. M de. **Diccionario de Lexicografía práctica.** Barcelona: Vox, 1995.

TURAZZA, J. S. O léxico em línguas de interface: dificuldades de aquisição de vocabulário. In: SILVEIRA, R. C. P. da (Org.). **Português língua estrangeira:** perspectiva. São Paulo: Cortez, 1998.

VILARINHO, Michelle Machado de Oliveira. Metodologia para elaboração de dicionário analógico de língua portuguesa. **Alfa**, rev. linguíst. (São José Rio Preto), São Paulo, v. 61, n. 1, p. 105-131, Mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942017000100105&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 dez. 2017.

_____. **Proposta de dicionário informatizado analógico de língua portuguesa**. 307 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

VILARINHO, M. M. de O. FAULSTICH, E. L. de J. As remissões em dicionário eletrônicos de língua portuguesa: ontologia e remissões. **Caligrama** (UFMG-B2), v. 15, p. 179-202, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/viewFile/5077/4813>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

GLOSSÁRIO DE TERMOS FINANCEIROS PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

GLOSSARY OF FINANCIAL TERMS FOR UNIVERSITY STUDENTS

Rafael Veloso Mendes⁴⁶
Michelle Machado de Oliveira Vilarinho⁴⁷

RESUMO

O tema desta pesquisa se insere na linha Léxico e Terminologia, desenvolvida no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm), da Universidade de Brasília (UnB), no âmbito do projeto “Aplicação dos percursos metodológicos da Lexicologia, da Lexicografia, da Terminologia e da Terminografia para sistematização de lexemas e de termos”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB. O objeto de estudo são os termos da educação financeira, a fim de propor glossário como produto para universitários. O objetivo é elaborar glossário direcionado ao público-alvo. A motivação para a realização desta pesquisa está na hipótese de que falta conhecimento desse público sobre os termos da área de especialidade mencionada e a constatação da carência de obra terminográfica que sistematiza os conceitos necessários para que possam investir. Tal hipótese foi confirmada mediante questionário aplicado na plataforma on-line Formulários Google. O referencial teórico se baseia nas ideias de educação financeira de Hill (2009), Prado (2015), Rocha (2008) e Brasil (2011, 2013, 2014); no que tange à terminologia e terminografia se fundamentam em Pavel (2001), Faulstich (2001, 2010, 2013, 2014), Abreu (2016), Carvalho (2011) e Vilarinho (2013). O método utilizado foi o analítico-descritivo. Os percursos metodológicos empregados para estruturar a pesquisa foram: i) avaliação do material *Cidadania Financeira*, elaborado pelo Banco Central do Brasil (BCB); ii) aplicação de questionários para 100 graduandos das Universidades de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO); iii) uso da proposta metodológica para elaboração de léxicos, dicionários e glossários de Faulstich (2001); e iv) consulta ao Corpus Brasileiro para extração de contextos. Para o levantamento do *corpus* para compor o glossário, 114 termos do Glossário Simplificado de Termos Financeiros (GSTF), elaborado pelo Banco Central do Brasil (BCB), foram acrescentados no questionário a fim de identificar os termos que os estudantes desconhecem, assim, foram selecionados 50 termos mais desconhecidos pelos graduandos. Além desses termos, foram selecionados outros termos nas plataformas das corretoras de investimento *Easynvest*; *XP Investimentos* e *Modalmais*, com o objetivo de acrescentar termos que não estão presentes no referido material. A justificativa da escolha dessas plataformas é por serem de ampla divulgação na internet, e se o estudante universitário deseja investir, precisará conhecer a terminologia usada nessas plataformas. Como resultado, foi elaborado o Glossário de termos da área com 50 entradas. A estrutura do verbete é constituída por entrada, categoria gramatical, gênero, definição, fonte da definição, contexto

⁴⁶ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB.

⁴⁷ Professora de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília; pesquisadora da Linha de Pesquisa em Léxico e Terminologia, da área de concentração em Teoria e Análise Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL/UnB. Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof^a. Dra. Michelle Machado de Oliveira Vilarinho, como resultado do Programa de Iniciação Científica da UnB.

e nota. A contribuição desse glossário é disponibilizar ao público-alvo a obra terminográfica para facilitar a compreensão dos conceitos necessários para investir, pois, é necessária a utilização de glossário que descreva os conceitos da educação financeira, para que os estudantes universitários possam entender a terminologia especializada com vistas a conseguir gerir os recursos com independência financeira, visto que quanto mais cedo começa a educação financeira, melhor para o jovem universitário, que terá mais autonomia e segurança nas escolhas financeiras que terá que tomar no futuro. O produto desenvolvido na pesquisa fornece condições de linguagem precisa para que os usuários dessa terminologia adquiram significado padrão dos termos descritos.

Palavras-chave: Glossário. Educação financeira. Terminologia. Terminografia.

ABSTRACT

The theme of this research fits in the area of Lexic and Terminology, developed in the Center for Lexical and Terminological Studies (Lexterm Center), of University of Brasília, in the scope of the project “Application of the methodological paths of Lexicology, Lexicography, Terminology and Terminography for systematization of lexemes and terms” linked to the Postgraduate Program in Linguistics of University of Brasilia (UnB) in Brazil. The object of study are the terms of financial education, in order to propose a glossary, as a product for university students. The objective is to elaborate a glossary directed to the target audience. The motivation for this research is in the hypothesis that this public have a lack of knowledge about the terms of the area mentioned and the lack of terminographic works that systematize the concepts necessary for them to invest. This hypothesis was confirmed using questionnaire applied on-line in Google Forms platform. The theoretical reference bases in the idea of financial education proposed by Hill (2009), Prado (2015), Rocha (2008) and Brasil (2011, 2013, 2014); regarding to lexicology and lexicography, we base ourselves in Pavel (2001), Faulstich (2001, 2010, 2013, 2014), Abreu (2016), Carvalho (2011) e Vilarinho (2013). The used method was analytical-descriptive. The methodological pathways used to structure the research were: i) analysis of the material *Financial Citizenship*, provided by the Central Bank of Brazil (BCB); ii) application of the questionnaires for 100 undergraduates of University of Brasilia (UnB), University of São Paulo (USP), Federal University of Goiás (UFG) and Pontifical Catholic University of Goiás (PUC-GO); iii) use of the methodological propose to elaborate the lexicons, dictionaries and glossaries of Faulstich (2001); and iv) consultation to the Brazilian Corpus for context extraction. For the Corpus selection in order to compose the glossary, 114 terms of the Simplified Glossary of Financial Terms (GSTF) created by the Central Bank of Brazil (BCB) were added in order to identify the terms that the students are most unaware, then the 50 terms that had the highest percentage of unfamiliarity were chosen to compose the glossary. In addition to these terms, the researcher selected other terms from the platforms of the investment agencies *Easynvest*, *XP Investments* and *Modalmais*, with the objective to add terms that are not in the referred material. The reason for the chosen of these platforms is due to the fact that they have large disclosure on the internet, therefore, if the undergraduates wish to invest, they must be aware of the terms included on these platforms. As a result, the glossary of financial terms directed to university students was created with 50 lexemes. The structure of the lexeme is constituted by entry, grammatical category, gender, definition, definition source, context and note. The contribution of this glossary is to make the terminographic work available to the target audience in order to facilitate the understanding of the concepts needed to invest, since it is necessary to use a glossary that describes the concepts of financial education. These university students can understand the specialized terminology in order to manage resources with financial independence, since sooner financial education begins the better for the young university student, who will have more autonomy and security in the financial choices in the future. The product developed in the research provides precise language conditions for the users of this terminology to acquire standard meaning of the terms described.

Keywords: Glossary. Financial education. Terminology. Terminography.

1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa se insere na linha Léxico e Terminologia, desenvolvida no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm), da Universidade de Brasília (UnB), no âmbito do projeto “Aplicação dos percursos metodológicos da Lexicologia, da Lexicografia, da Terminologia e da Terminografia para sistematização de lexemas e de termos”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB. O objeto de estudo são os termos da educação financeira, a fim de propor glossário como produto para universitários. O objetivo é elaborar glossário direcionado ao público-alvo. A motivação para a realização desta pesquisa está na hipótese de que falta conhecimento desse público sobre os termos da área de especialidade mencionada e a constatação da carência de obra terminográfica que sistematiza os conceitos necessários para que possam investir.

A educação financeira é um assunto que vem crescendo ao longo dos anos, chamando a atenção de diversos estudiosos, principalmente nas universidades. De acordo com Hill (2009), a educação financeira pode ser denominada como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar as finanças pessoais durante o ciclo da vida. Nesse contexto, são inseridos no cotidiano diversos questionamentos acerca do mundo econômico, que toma proporções quando mencionamos as crises econômicas que vêm atingindo o mundo como um todo e gera transformações significativas no modo como o cidadão lida com as finanças. As instituições financeiras, por sua vez, disponibilizam ferramentas e informações para que o cidadão possa gerir o capital e oferecem oportunidades de planejamento, poupança e investimento para aplicar o dinheiro ganho ao longo da vida.

Diante disso, surgem questionamentos com relação à habilidade do ser humano em gerir o capital e tomar decisões financeiras, observando se as pessoas possuem o conhecimento necessário para saber o que fazer e como fazer com o dinheiro. A ascensão do brasileiro e a participação econômica cresce ao longo dos anos, como aponta Prado (2015, p. 27), ao afirmar que “o Brasil passou por um período de desenvolvimento econômico, favorecendo a ascensão social da população. Entretanto, esse desenvolvimento tornou-se motivo de preocupação para o governo devido ao despreparo da população em relação ao planejamento financeiro”. Observamos esse despreparo nos estudos feitos pelos órgãos de proteção ao crédito destinado às pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, ou seja, devedoras. Segundo dados do CNDL/SPC

Brasil (2018), “em julho de 2018, 63,4 milhões de brasileiros estavam com o nome negativado”. Há a hipótese de que essa inadimplência é um reflexo do despreparo do brasileiro em lidar com as finanças pessoais e devido à falta do conhecimento em investimentos ou outras formas de rentabilidade financeira.

Historicamente, observamos que o Brasil passou por vários anos com a economia instável, quando foi lançado o Plano Real, projeto implementado em 1994 pelo presidente Itamar Franco. Nessa época, a economia começou a estabilizar-se, o que resultou em ascensão econômica ao povo brasileiro. Antes desse plano, o país passou por outros (o Plano Cruzado, Plano Bresser e o Plano Collor) que não foram suficientes para combater as altas inflações e manter o equilíbrio das contas públicas.

Observa-se que a falta de preparo financeiro não é vista somente na realidade dos cidadãos comuns, já que os próprios governantes tiveram dificuldades, durante décadas, ao realizar orçamento público. Grígolo e Ribeiro (2016, p. 4) afirmam que “é válido destacar que não visualizamos um planejamento econômico em longo prazo para o Brasil. Sendo assim, a cada novo representante eleito um novo plano é construído, e, talvez, este formato de gestão explique parte da instabilidade e insegurança financeira vivida pelos brasileiros na sua grande maioria”. Após o lançamento do Plano Real houve esforço para combater a hiperinflação que assolava o país. Notou-se que a economia começou a estabilizar-se, o que resultou em ofertas de créditos pelo governo, por exemplo.

O governo, ao oferecer crédito, oferece a possibilidade de endividamento dos cidadãos, como mostrado nos dados do Serviço de Proteção ao Crédito – SPC. A inadimplência se mostra na falta de conhecimento da utilização correta do cartão de crédito, cheque especial, crédito consignado, entre outros. Todas essas informações nos mostram que há um *deficit* de educação financeira dos brasileiros, o que reflete nos jovens, pois, se pais ou responsáveis não têm conhecimento sobre finanças pessoais, terão dificuldades para ensinar para as gerações posteriores.

Ao analisarmos isso, observamos a necessidade de glossário direcionado aos estudantes universitários para apresentar os conceitos dos termos da educação financeira, por isso esse é o público-alvo da obra terminográfica que elaboramos nesta pesquisa. A motivação para a realização desta pesquisa se deu mediante a hipótese de que falta conhecimento aos estudantes universitários sobre finanças. Tal hipótese foi comprovada com base em questionário aplicado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A maioria dos jovens começa a ter contato e responsabilidade com as finanças na fase em que ingressam na universidade. A falta de conhecimento dos universitários resulta em tomadas de decisão que podem resultar em dívidas. A educação financeira deve ser aprendida por todos, pois, dessa forma, “o indivíduo tem as finanças em ordem, [...] toma decisões e enfrenta melhor as adversidades” (ROCHA, 2008, p. 13). Assim, o universitário que melhor souber dos conceitos de gestão e finanças pessoais, poderá gerir o dinheiro adequadamente.

A maioria da população brasileira desconhece os conceitos que são apresentados no âmbito financeiro cercados de termos e siglas comuns, porém desconhecidos. O mercado financeiro, por sua vez, é dinâmico e a cada dia surgem novos conceitos, sendo necessário ao cidadão conhecê-los para usufruir de finanças equilibradas.

A literatura financeira nos mostra o conceito de *literacia financeira* que Huston (2010) define como “o quão bem o indivíduo compreende e usa a informação sobre finanças pessoais”. Assim, a definição apresentada se mostra relevante para a gerência das finanças, e para isso, é preciso ter o conhecimento dos significados dos termos.

Saber sobre educação financeira é ter domínio sobre gestão do dinheiro para torná-lo mais lucrativo. Dessa forma, foi elaborada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), tendo em vista a dificuldade existente sobre o saber financeiro dos brasileiros. A ENEF objetiva “promover a educação financeira e previdenciária; aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos; e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização”. (BRASIL, 2011).

No Brasil, há pessoas que usam diferentes meios para divulgação e explanação sobre o assunto de finanças pessoais, tais como Cerbasi, escritor e consultor financeiro, autor de livros sobre finanças, também em mídia social; Nathalia Arcuri, autora do livro *Me poupe* (2018), possui canal no *Youtube*, com mais de 4 milhões de inscritos.

O Banco Central do Brasil, órgão público brasileiro responsável por “[...] assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente, essencial para o desenvolvimento econômico” (BRASIL, 2014, p. 7) tem um Departamento de Educação Financeira, o qual produz material a fim de educar os cidadãos sobre finanças. O material oferecido à população é constituído por: i) Caderno Gestão de Finanças Pessoais; ii) Glossário Simplificado de Termos Financeiros; iii) folhetos da Série Finanças Pessoais; iv) folhetos da

série relacionamento com o sistema financeiro nacional e v) folheto: A segunda família do real está completa.

O material apresenta informação sobre educação financeira, de modo que segue as indicações do Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Contudo, carece de ampla divulgação para que possa ser conhecido pela população. A seguir, faremos uma análise do material mencionado.

O Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais (BRASIL, 2014, p. 3) pretende estimular o cidadão “a tomar decisões autônomas, referentes a consumo, poupança e investimento, prevenção e proteção [...]”. O referido Caderno é organizado em módulos. O módulo I – *nossa relação com o dinheiro* – possui linguagem de fácil compreensão e usa situações do cotidiano para explicar o modo como se relacionar com o dinheiro, atingir sonhos, visualizar um futuro estável etc. Esse módulo sistematiza a sequência de conteúdo a ser abordada, com definições e exemplos. No final de cada módulo, tem um quadro intitulado “Ponha em prática” que sintetiza o módulo.

A partir do II módulo, o livro se torna mais técnico e possui textos mais densos. São apresentadas terminologias novas ao leitor. Os três primeiros módulos abarcam assuntos relacionados ao dinheiro, tais como: elaboração de orçamento pessoal e/ou familiar, crédito e juros. Os últimos três módulos, por sua vez, abarcam os temas de consumo consciente, opções de investimento e medidas preventivas em relação ao dinheiro.

O Glossário Simplificado de Termos Financeiros possui como equipe técnica responsável pela elaboração diversos servidores do BCB de diferentes áreas do conhecimento, como: administradores de empresas, doutor em finanças, doutor em ciências da informação, mestre em administração, doutorando em psicologia clínica etc. Essas informações foram obtidas na forma de livre pesquisa em sites da internet. Percebe-se que há variadas áreas e nem todas são necessariamente da área financeira. Por limitações de informações encontradas na internet não foi possível localizar a formação acadêmica de toda a equipe técnica, por isso, não se pode afirmar que algum membro da equipe tem alguma formação na área lexicográfica.

De acordo com a apresentação do Glossário, “seu conteúdo foi elaborado para ajudar o cidadão a tirar, de forma rápida, suas principais dúvidas quanto ao significado de termos utilizado nesse mercado” (BRASIL, 2013, p. 3). As informações sobre os termos que os consulentes podem encontrar no Glossário são: termo, sinônimo (s) ou expressão pelo qual o termo for reconhecido, definição do termo, exemplos de uso e indicação de termos relacionados. Apresenta também recursos gráficos que dão equilíbrio visual à obra, como as entradas em

negrito e de colocação verde; o itálico nos exemplos de uso do verbete. A obra pode ser encontrada na versão *on-line* e na versão impressa.

Os folhetos da série finanças pessoais são divididos em nove do gênero textual *folder* e explicam algumas dúvidas dos brasileiros sobre poupança, contas, cartão de crédito, superendividamento etc. Esses folhetos apresentam, de maneira resumida, temas, a saber: como elaborar de maneira eficiente um orçamento pessoal, possibilidades para sair do superendividamento, alguns passos para lidar com as dívidas, conselhos sobre o uso consciente do cartão de crédito, dicas para realizar projetos pessoais, formas de poupar etc. Ao abordar o tema “Elimine o desperdício e faça seu dinheiro valer”, começa com a seguinte pergunta: “Neste momento, você teria coragem de abrir a sua carteira, retirar uma nota de R\$10,00 e simplesmente rasgá-la e jogá-la no lixo?”. Esse discurso gera aproximação com o leitor por meio do uso da função apelativa e do nível da linguagem.

Alguns assuntos apresentados nos folhetos funcionam como resumo desses mesmos assuntos apresentados no Caderno de Educação Financeira explicado anteriormente, e possuem terminologias que requerem o glossário do lado.

Outro grupo de folhetos do *kit* são sobre o sistema financeiro nacional que abordam temas, como os tipos de contas bancárias, cheque, tarifas, empréstimos etc. Os folhetos também se apresentam na forma de *folder* e trazem a definição do que está na capa já na primeira frase quando se abre o folheto. Essa série de folhetos possui informações fundamentais para gerir o dinheiro. Como também nos outros materiais analisados, esses folhetos não trazem informação sobre a educação financeira para jovens. No folheto “Empréstimo e financiamentos”, poderiam ser colocadas informações sobre o financiamento estudantil, tais como funcionamento, contratação, público-alvo, etc. Ademais, poderia haver um folheto própria para esclarecer sobre conta universitária em que mostrasse benefícios, procedimentos para abertura e encerramento, entre outras características.

O folheto “A segunda família do real está completa” apresenta as novas cédulas do real e medidas de segurança para identificar a veracidade da nota, por meio das características que as cédulas possuem, tais como marca d’água, fio de segurança, alto-relevo, quebra-cabeça, número escondido etc.

Um outro material disponível são 5 livretos ilustrados da “Série Educativa” do BCB que foram reproduzidos e adaptados do Banco Central da Venezuela. Observamos que os livros são direcionados à educação financeira de crianças, com a linguagem direcionada ao público infantil na forma como é contada a história e no uso de ilustrações. Os livros atendem ao

objetivo de explicar, de maneira fácil, simples e objetiva os termos da educação financeira para crianças. Esse tipo de material é interessante quando pensamos que quanto mais cedo o cidadão for educado financeiramente, menos terá problemas no futuro.

O acesso ao material pode ser obtido na *internet*, ou o material pode ser solicitado para ser entregue no local desejado, sem custo, entretanto ainda falta ampla divulgação nos âmbitos da sociedade.

O programa Cidadania Financeira do Banco Central do Brasil (BCB) tem como objetivo “capacitar o cidadão brasileiro a administrar recursos financeiros de maneira consciente” (BRASIL, 2014).

a educação financeira é o meio de prover [...] conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades, é, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. (BRASIL, 2014, p. 7).

O Glossário Simplificado de Termos Financeiros é um essencial para compreensão da educação financeira, pois contém termos financeiros com as definições, material indispensável para saber os significados e assim adquirir conhecimento. Para melhor entendimento da importância do Glossário, discorreremos sobre a relevância dos estudos da Terminologia e Léxico.

O terminólogo é indispensável em obras terminográficas, já que esses profissionais têm como papel elaborar, escrever e sistematizar um glossário, a fim de tornar fácil e acessível a comunicação da sociedade. De acordo com Pavel (2001, p. xvii), “em sua primeira acepção, a palavra *terminologia* significa um “conjunto de palavras técnicas pertencentes a uma ciência, uma arte, um autor ou um grupo social” [grifo do autor]. Dessa forma, ao apresentarmos os estudos de terminologia, apresentamos a área de especialidade. Ao elaborar um glossário, composto por determinado domínio do saber, a “*temática; usuários e situações comunicativas*” devem ser levadas em consideração. Nesta pesquisa a área de especialidade é educação financeira para universitário, uma vez que ele se depara com diversos termos dessa área. Pavel (2001, p. xvii) esclarece que Terminologia designa uma “[...] disciplina linguística consagrada ao estudo científico dos conceitos e termos usados nas línguas de especialidade”. Faulstich (1999, p. 168), por sua vez, afirma que a Terminologia é o “[...] estudo sistêmico da denominação de conceitos que pertencem a áreas especializadas da experiência humana”. Ao vermos esses conceitos, observamos o papel da terminologia e do terminólogo na linguística para delimitar o *corpus* dos termos da especialidade e apresentar as definições dos termos.

A definição de glossário apresentada por Faulstich (2013, p. 3) consiste em apresentá-lo como “repertório exaustivo de termos, normalmente de uma área do conhecimento, apresentado em ordem sistêmica ou em ordem alfabética, com informação gramatical, definição, registro opcional de contexto de ocorrência do termo e remissões”. Biderman (1984, p. 139) define glossário como “um pequeno vocabulário, ou relação de palavras, em que se explica o significado das mesmas, para ajudar o leitor na compreensão do texto que lê. Modernamente são comuns os glossários de linguagem técnica como este”.

Ao apresentarmos as definições dos autores sobre glossários, podemos registrar o modo como são constituídos. Com base em Abreu (2016, p. 23), “Vocabulários de uma ciência ou de uma técnica, ditos *especializados* são constituídos de unidades lexicais que veiculam conceitos. Essas unidades lexicais são denominadas *termos* [...]” [grifo do autor]. Em consonância com a mesma autora, “[...] os termos são unidades lexicais de uma língua natural, que tem seu processo de formação e de renovação lexical já estabelecidos [...]” (id., *ibid.*, p. 23). Abreu (2016) reforça que “[...] os termos, e também as unidades lexicais da língua comum, transmitem conceitos, porém a natureza é distinta, tendo em vista que os termos pertencem a domínios especializados, com a interno de propagar informações de vocábulos especializados”. Os termos presentes nos diversos glossários podem se apresentar como termos simples e termos complexos. O glossário analisado possui as duas formas, como Pavel (2011, p. 11) menciona: “Os termos simples constituem-se de uma só palavra e, na frase, estão delimitados entre dois espaços em branco”, já os termos complexos “[...] constituem-se de duas ou mais palavras, separadas por espaços em branco ou ligadas por hífen, e formam expressão com sentido único[...]” (id., *ibid.*, p. 11).

Aguiar (2018, p. 28) nos elucida que

desde a Antiguidade, os dicionários e os glossários serviram de repositórios de palavras e termos, uma vez que compartilharam de um mesmo objetivo, qual seja, operar como fonte de pesquisa para consulentes que buscavam o significado e o uso de itens lexicais. Porém, na Modernidade, com a finalidade de registrar os termos das áreas de especialidade, surge a terminologia como disciplina, com a função de sistematizar o vocabulário científico e técnico

Dessa maneira, os materiais mencionados podem servir como subsídio de divulgação do conhecimento.

3 METODOLOGIA

Para desenvolvimento da pesquisa, utilizamos o método descritivo-analítico. Elaboramos questionário que foi respondido por 100 graduandos e aplicamo-no em uma plataforma on-line denominada *Formulários Google*. A faixa etária dos entrevistados varia de 18 a 47 anos, provenientes dos cursos de Administração, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, Biblioteconomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Naturais, Direito, Enfermagem, Engenharia Florestal, Engenharia de Minas, Farmácia, Geologia, Letras, Museologia, Pedagogia, Psicologia, Química e Recursos Humanos, sendo 75% do público do sexo masculino e 25% do sexo feminino provenientes das Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Univerisdade de São Paulo (USP) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

Para levantamento do *corpus* para compor a entrevista, foram elencados os 114 termos presentes no Glossário Simplificado de Termos Financeiros, elaborado pelo BCB, a fim de identificar os termos que os estudantes universitários desconhecem.

A seguir, listaremos os 50 termos e a respectiva porcentagem dos estudantes que de desconhecimento dos termos:

CCF (Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos) – 75%; CET (Custo Efetivo Total) – 75%; *Leasing*/arrendamento mercantil – 75%; Amortização – 70%; TR (Taxa Referência) – 66%; Alíquota – 62%; CDB (Certificado de Depósito Bancário) – 62%; Valor amortizado – 60%; Mutuário – 58%; Lance embutido – 58%; Cedente – 56%; Mutuante – 54%; Contemplação – 53%; Fundo comum (no consórcio) – 53%; Lance – 53%; Mora – 50%; Aval – 49%; Margem consignável – 49%; Recurso não procurado – 49%; Cota (no consórcio) – 46%; Mútuo – 44%; Taxa de permanência – 43%; Cadastro positivo – 42%; Taxa de administração (no consórcio) – 42%; Grupo (no consórcio) – 41%; Fundo de reserva (no consórcio) – 41%; Tarifa de adiantamento a depositante – 40%; Crédito rotativo (no cartão de crédito) – 39%; Consorciado – 36%; Crédito consignado – 35%; Carta de crédito – 35%; SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) – 34%; Encargo – 33%; IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários) – 33%; Contribuição (no consórcio) – 31%; Principal – 30%; Taxa de administração – 30%; Saldo provisionado – 29%; Restrição cadastral – 29%; Juros compostos – 28%; Hipoteca – 27%; Linha de crédito – 26%; Portabilidade de crédito – 25%; Inadimplência – 25%; Fundo de investimento – 24%; Consórcio – 23%; Aplicação – 22%; Beneficiário – 22%; Cheque pré-datado – 22%; Juros sobre juros – 22%

Além desses termos, foram selecionados outros nas plataformas das corretoras de investimento Easynvest (<https://www.easynvest.com.br/>); XP Investimentos (<https://www.xpi.com.br/>) e Modalmais (<https://www.modalmais.com.br/>) com o objetivo de enriquecer o glossário e contemplar termos que não estão presentes no referido material. A justificativa da escolha dessas plataformas é por serem de ampla divulgação na internet. Se o universitário deseja investir, o recomendado é abrir conta em corretoras, para que possa ter taxas de investimentos melhores do que bancos. No quadro susequente, há os termos encontrados nas plataformas das corretoras mencionadas:

Quadro 7: termos extraídos dos sites das corretoras

Termos	Easynvest	XP	Modalmais
COE	x	x	x
CRA	x	x	x
CRI	x	x	
Debênture (DEB)	x	x	x
IPCA	x	x	x
LC	x	x	x
LCA	x	x	x
LCI	x	x	x
LF	x	x	
Pós-fixado	x	x	x
Pré-fixado	x	x	x
Renda fixa	x	x	x
Renda variável	x	x	x
SELIC	x	x	x
Tesouro direto	x	x	x

Para elaborar as novas definições, utilizamos como referência o Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa (2009), o Novo dicionário Aurélio (2010) e o Glossário Simplificado de termos financeiros (2013). Após a compilação dessas definições, propomos nossa definição para compor o glossário de termos da educação financeira para universitários. A escolha desses dicionários de língua comum se deu por serem obras lexicográficas de prestígio na sociedade brasileira. Embora sejam direcionadas para falantes de língua comum, possuem termos. O Glossário Simplificado de Termos Financeiros (2013) foi utilizado por ser uma obra especializada, elaborada pelo Banco Central do Brasil, instituição especializada na área.

Para a seleção dos contextos do glossário, consultamos o Corpus Brasileiro no programa *Sketch Engine*. O programa contém mais 40 milhões de palavras no banco de dados. Tal *software* é usado por diversas instituições mundialmente conhecidas, como *Oxford* e *Cambridge*. De acordo com informações encontradas no site do programa, o corpus brasileiro é um projeto financiado pela Fundação de Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e são feitas atualizações periodicamente.

Para redigir as definições, empregaremos o modelo de definição oracional ou pragmática. De acordo com Carvalho (2011, p. 96), “falar em definições oracionais significa simplesmente dizer que existem enunciados completos, sem delimitação de uma tipologia estrutural”. Consonante a referida autora, Vilarinho (2013, p. 40) assemelhasse dizendo que “[...] para a definição oracional, a descrição do significado é feita com informações de conhecimento de mundo do público-alvo e com a linguagem de fácil compreensão evitando terminologia”.

Com relação à definição pragmática, Faulstich (2014, p. 374) esclarece que “os aspectos pragmáticos organizam a informação definitiva por meio de estruturas de predicação. A predicação, que se compõe de proposições instrumentais, explicita para que serve (Y) o objeto (X)”. Os estudos de Vilarinho (2013, p. 41) também se assimilam ao pensamento de Faulstich (2013) ao dizer que “[...] a definição seria também “pragmática”, já que “explicita ‘para que ser o objeto’”, como “uma forma complementar de elucidar significados”. Para as propostas de definição, utilizamos a ficha terminológica preenchida, com base na proposta metodológica para elaboração de léxicos, dicionários e glossários de Faulstich (2001). A fim de exemplificar o preenchimento da ficha terminológica, listamos um lexema no Quadro 2:

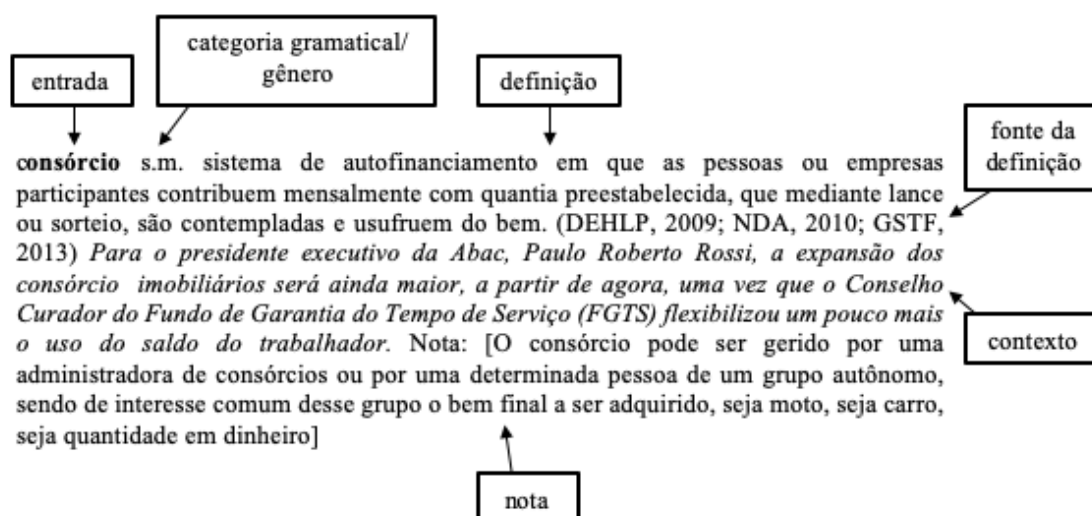
Quadro 2: compilação e proposta de definição

Lexema	Definição do Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa (2009)	Definição do Novo dicionário Aurélio (2010)	Definição do Glossário Simplificado de termos financeiros (2013)	Proposta de definição
Mutuário	Aquele que recebe por empréstimo qualquer coisa fungível.	JUR pessoa que recebe o empréstimo no contrato de mútuo; recebedor.	É a quem recebe o bem por um contrato mútuo, ficando com a obrigação de devolver outro bem de mesma espécie, qualidade e quantidade.	pessoa que recebe empréstimo e tem a obrigação de devolver o bem recebido para quem o emprestou.

4 APRESENTAÇÃO DO GLOSSÁRIO

O glossário é em ordem alfabética. O glossário possui 50 verbetes e está voltado para estudantes universitários. De acordo com Fausltich (2010, p. 169), “a microestrutura é formada pelo conjunto de informações que compõe o verbete; é, de fato, o verbete na sua totalidade, constituído pela metalinguagem de que se provê a palavra-entrada”. Para a elaboração deste glossário, elaboramos a microestrutura do verbete da seguinte forma: entrada, categoria gramatical, gênero, definição, fonte da definição, contexto e nota.

A entrada, segundo Faulstich (2010, p. 180), é a “unidade léxica, também chamada de ‘cabeça de verbete’ ou lema, que comanda todas as informações que compõe o verbete”; a categoria gramatical é o “indicativo da classe gramatical ou da estruturação sintático-semântica do termo. Pode ser s.= substantivo ou v.= verbo; utc= unidade terminológica complexa” (id.; *ibid.*; p. 180); o gênero é visto como “indicativo do gênero a que pertence o termo na língua descrita, como m = masculino ou f = feminino” (id.; *ibid.*; p. 180); a definição “é um sistema de distinções recíprocas que servem para descrever conceitos pertinentes aos termos” (id.; *ibid.*; p. 181); a fonte da definição é o “registro do nome do autor, da obra, data etc. de onde foi compilada a definição.” (id.; *ibid.*; p. 181); o contexto é “fragmento de texto no qual o termo principal aparece registrado, transcrito com o fim de demonstrar como é usado na linguagem de especialidade” (id.; *ibid.*; p. 181); e a nota é “comentário prático, linguístico ou enciclopédico, que serve para complementar as informações da definição”. (id.; *ibid.*; p. 182). Dessa forma, sistematizamos a estrutura do verbete que será apresentado da seguinte forma:



Neste glossário, apresentaremos o contexto em *italico* e as notas entre colchetes. A sigla *utc.* se refere à Unidade Terminológica Complexa e se refere aos termos complexos explicados anteriormente. A seguir, listaremos os termos para compor o Glossário de Termos Financeiros para Estudantes Universitários.

A

alíquota s.f. índice percentual ou fixo calculado sobre valor base que deverá ser pago como tributo ao governo em forma de imposto. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *O setor têxtil brasileiro aplaudiu a decisão de hoje da Câmara de Exportação do MDIC (Camex) de aprovar a desoneração da importação de 250 mil toneladas de fibra de algodão através da redução da alíquota do imposto de importação.*

amortização s.f. pagamento do valor principal de uma dívida sem as taxas de juros ou encargos, com o intuito de reduzir o valor da dívida ao final do pagamento das parcelas. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *A Câmara analisa o Projeto de Lei 7866/10, do deputado Paulo Bornhausen (CEM-SC), que autoriza a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para quitação ou amortização de dívidas.* Nota [Ao realizar amortização, o valor pago será em cima do valor principal, sendo abatido do valor total negociado, gerando assim a amortização].

aplicação s.f. utilização do dinheiro, aplicado em determinado investimento, para produzir mais capital resultante de um empreendimento (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013). *O Tesouro Direto é uma modalidade de aplicação financeira criada para incentivar a compra de papéis públicos menos vulneráveis a oscilações do mercado.* Nota [É um dos primeiros passos que a

pessoa tem que dar quando decide realizar um investimento. Após pesquisar o tipo de investimento a ser feito, o tempo que você pretende resgatar o dinheiro, deve ser considerado.].
aval s.m. compromisso de pagamento de uma dívida. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *O governo do estado considera que é possível, é viável e vai tentar conseguir integralizar o fundo de capital de aval para que o Banco do Nordeste possa fazer o financiamento da indústria e tenha as garantias reais.* Nota [O aval é uma garantia de pagamento feita a quem empresta dinheiro ou financia determinado bem. Os dois envolvidos são o avalista e o avalizado, de modo que este é o solicitante do aval e aquele é o responsável por pagar a dívida caso avalizado não honre o compromisso].

C

cadastro positivo utc. banco de dados de bons pagadores. (GSTF, 2013) *Aprovado no último dia 10 pela Câmara e aguardando a sanção presidencial, o PL 12/11 de Conversão da MP 518/10 cria o “Cadastro Positivo”, espécie de banco de dados de bons pagadores de baixa renda.* Nota [Quando uma pessoa tem o nome incluído no cadastro positivo, ela possui ofertas de crédito, com menores juros e taxas].

CCF utc. banco de dados com informação de pessoas que emitiram cheque sem fundos. (GSTF, 2013) *Enquanto o correntista figurar no CCF é proibido o fornecimento de talão, podendo utilizar-se de cheque avulso e de cartão magnético.* Nota [Sigla para Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos].

CDB utc. forma de investimento que os bancos oferecem aos seus clientes. (NDA, 2010; GSTF, 2013) *Bolsa e ouro foram piores aplicações do mês; CDB, a melhor.* Nota [O cliente ao solicitar esse investimento, empresta dinheiro ao banco que emite um certificado com o compromisso de devolver o dinheiro emprestado ao cliente em um determinado tempo, com os juros e correções; sigla para Certificado de Depósito Bancário].

CET utc. informação percentual do custo de empréstimo ou financiamento, com inclusão de juros, tarifas, impostos e encargos. (GSTF, 2013) *A partir de agora, bancos e financeiras estão obrigados a apresentar o CET, composto pelos juros e outras taxas.* Nota [sigla para Custo Efetivo Total].

cheque pré-datado utc. forma de pagamento programada. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *Mas da dura realidade do dia a dia só quem sabe informar é aquele cara que trabalha, anda de ônibus, faz cheque pré-datado e chora quando o filho se forma na escolinha de inglês.* Nota [Ao comprar algo, você pode verificar se o produto que você comprou aceita a forma de

pagamento em cheque pré-datado, ou seja, você pode emitir um cheque determinando que haja em determinado dia/mês, o saque do valor da sua compra na sua conta-corrente].

consorciado s.m. pessoa ou empresa que participa do consórcio; nome para designar a pessoa ou empresa ativa no grupo de consórcio. (DEHLP, 2009; GSTF, 2013) *Segundo Rossi, a medida aumenta as possibilidades do consorciado trabalhador amortizar, liquidar e pagar parte das prestações de consórcios imobiliários com o saldo da conta vinculada do FGTS.*

consórcio s.m. sistema de autofinanciamento em que as pessoas ou empresas participantes contribuem mensalmente com quantia preestabelecida, que mediante lance ou sorteio, podem ser contempladas e usufruir do bem. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *O número de participantes ativos de consórcios imobiliários ultrapassou 565 mil no mês de julho, o que significa crescimento de 8,6% em relação aos 520,6 mil consorciados registrados no mesmo mês do ano passado.* Nota [O consórcio pode ser gerido por uma administradora de consórcios ou por uma determinada pessoa de um grupo autônomo, sendo de interesse comum desse grupo o bem final a ser adquirido, seja ele uma moto, um carro ou uma quantia em dinheiro].

contemplação s.m. resultado do consórcio. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *O Consórcio Nacional John Deere, desde a sua formação, em 1997, registra mais de 7,5 mil cotas contempladas e mais de 791, 2 milhões de reais em contemplações, o que o coloca na posição de um dos maiores consórcios na categoria de máquinas e equipamentos agrícolas do país.* Nota [No ato de contemplação, a pessoa ou empresa adquire o que lhe foi prometido no momento da celebração do consórcio. A contemplação pode ser via lance ou sorteio].

contribuição (no consórcio) s.m. valor pago pelo participante do consórcio. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) Nota [Ao optar por fazer um consórcio, os participantes fazem o compromisso de contribuir mensalmente um valor preestabelecido para alimentar o fundo comum e quando for contemplado, usufruir do bem, assim, a contribuição é feita mediante pagamento mensal do participante do consórcio].

cota (no consórcio) s.f. parte disponível de um todo, em que a pessoa ou empresa interessada em participar do consórcio pode ter uma ou mais cotas. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013). *O Consórcio Nacional John Deere, desde a sua formação, em 1997, registra mais de 7,5 mil cotas contempladas e mais de 791, 2 milhões de reais em contemplações, o que o coloca na posição de um dos maiores consórcios na categoria de máquinas e equipamentos agrícolas do país.*

crédito consignado utc. valor que poderá ser emprestado e descontado diretamente no contracheque. (GSTF, 2013) *A prefeitura de Ilhéus está sendo acusada de apropriar-se*

indevidamente dos descontos em folha do crédito consignado dos funcionários que contraíram empréstimo no Banco do Brasil. Nota [Ao dispor de um crédito consignado, a pessoa que deseja pegar esse valor emprestado, poderá fazê-lo, tendo em mente que ao receber seu salário, será automaticamente descontado o valor da parcela do empréstimo].

crédito rotativo (no cartão de crédito) etc. empréstimo realizado nas instituições financeiras em situações de emergências em que o cliente não paga o valor total da fatura do seu cartão de crédito (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013). *Registrou-se crescimento moderado do estoque de crédito contratado pelas famílias, resultante, principalmente, da maior demanda por crédito rotativo, tendo em vista a concentração de compromissos, como impostos e gastos escolares, característicos do período.*

E

encargo s.m. conjunto de valores cobrados por instituições financeiras (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013). *No caso de empréstimos existem encargos que podem inviabilizar a operação, dando-se preferência pelo rateio entre os sócios.*

F

fundo de investimento etc. tipo de investimento que reúne recursos de diferentes pessoas ou empresas com o objetivo de lucrar (NDA, 2010; GSTF, 2013). *O Planeta Dinheiro tem um público com alto poder aquisitivo, que busca informações sobre câmbio, taxa de juros, índices financeiros e os cerca de 2200 fundos de investimento em renda fixa e variável, existentes no Brasil. Nota [Nesse tipo de investimento, aqueles que investem são denominados cotistas, dessa forma, os cotistas selecionam um determinado investimento e aplica seu dinheiro, esperando obter lucros futuros, seguindo regras pré estabelecidas pelo gestor do investimento].*

fundo de reserva (no consórcio) etc. reserva de segurança para cobrir eventuais situações. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *No sistema de consórcio os pagamentos mensais correspondem a percentuais do valor do crédito (fundo comum) e acréscimos previstos no contrato (taxa de administração, fundo de reserva e seguro). Nota [Diversas situações podem ocorrer ao longo do tempo de duração do consórcio, sendo necessário o fundo de reserva que servirá de ajuda, caso seja necessário, quando ocorrer imprevisto. Esse fundo é alimentado com valores pagos pelos próprios participantes do consórcio].*

G

grupo (no consórcio) s.m. conjunto de pessoas ou empresas que pagam parcelas com valor pré-estabelecido para adquirir algum bem (GSTF, 2013)

H

hipoteca s.f. garantia oferecida pelo devedor ao credor para o pagamento de uma dívida (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013). *Considere o fato de que atualmente a grande maioria de famílias americanas contraiu um número considerável de dívidas, geralmente na forma de hipotecas imobiliárias.* Nota [A hipoteca, geralmente, é de um bem móvel e o devedor ao hipotecar determinado bem, garante ao credor que caso ele não consiga realizar o pagamento de sua dívida em determinado tempo, o credor poderá pegar seu bem hipotecado para o pagamento da dívida]

I

inadimplência s.f. resultado de uma dívida; designar a pessoa ou empresa que não cumpriu na data estabelecida o pagamento de sua dívida, se tornando inadimplente. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013). *Tramita na Câmara o Projeto de Lei 7809/10, do Senado, que proíbe a discriminação de candidatos a postos de trabalho que estejam em débito com o Serviço de Proteção ao Crédito, Serasa e outros cadastros de inadimplência.*

IOF utc. imposto federal cobrado pela União que taxa os serviços de crédito, câmbio, seguro, títulos e valores imobiliários. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013). *O Brasil colocou e retirou o IOF sobre capitais estrangeiros várias vezes nos últimos anos.* Nota [sigla para Imposto sobre Operações Financeiras].

J

juros compostos utc. cálculo de juros usado por instituições financeiras. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *O regime de juros compostos é o mais comum no sistema financeiro e portanto, o mais útil para cálculos de problemas do dia a dia.* Nota [Os juros compostos são calculados de acordo com a quantia, podendo ela ser positiva ou em caso de dívida, negativa. A quantia é atualizada periodicamente de acordo com o montante acumulado, ou seja, se for uma forma de investimento, seu dinheiro irá render exponencialmente, já em caso de dívida, ela irá aumentar exponencialmente também].

L

lance s.m. oferta que o consorciado faz à administradora de consórcio para ser contemplado. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013)

LCA utc. investimento de renda fixa feita no setor do agronegócio. *As LCA fazem parte do pacote de novos títulos privados para o financiamento agrícola, cuja emissão foi autorizada no final de 2004 pela Lei 11.076.* Nota [Não há diferenças significativas entre esse investimento e o LCI; sigla para Letra de Crédito do Agronegócio]

LCI etc. investimento de renda fixa feita no setor imobiliário. *O banco já trabalha com captação mista de recursos para financiamento imobiliário, alternando caderneta de poupança e LCI.* Nota [Esse tipo de investimento é utilizado pelo setor imobiliário com o objetivo de captar recursos para aquele setor. Para investir, é necessário adquirir títulos emitidos por instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central; sigla para Letra de Crédito Imobiliário] **leasing/(arrendamento mercantil)** s.m. forma de contrato que existe entre arrendador e um arrendatário, em que o arrendador compra um bem e cede seus direitos, por forma de contrato, para o arrendatário, em um determinado tempo, mediante pagamento de prestações, ao final do contrato, o arrendatário pode adquirir o bem alugado caso seja de seu interesse. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *No leasing, é comum se exigir o pagamento de uma “entrada”, bem como o pagamento antecipado da opção de compra.* Nota [Arrendador pode ser o mesmo que locador e arrendatário pode ser o mesmo que locatário].

linha de crédito etc. recursos limitados oferecidos em forma de empréstimo por determinada instituição financeira à pessoa física ou jurídica. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *Também foi criada uma linha de crédito para a compra de gado reprodutor e búfalo, essa linha foi fixada em R\$ 750 mil.*

M

margem consignável etc. quantia máxima de desconto do empréstimo consignado. (GSTF, 2013) *Vereadores também são citados num esquema de adulteração de contracheques para aumentar a margem consignável de empréstimos tanto de parlamentares como de assessores.* Nota [Ao realizar um empréstimo consignado, ou seja, aquele em que o valor das parcelas do empréstimo são debitadas diretamente do salário, pensão, aposentadoria etc., o valor das parcelas não podem ultrapassar a margem consignável, sendo geralmente 30% do valor líquido recebido por aquele que solicitou o empréstimo].

mora s.f. quantia paga a mais em cima de um determinado valor. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *Para o Estado de Minas Gerais, os valores calculados oela Telemar são discutíveis, já que a correção dos depósitos, segundo a norma local, deveria ocorrer pela taxa Selic e não por correção monetário e juros de mora, e não haveria comprovação dos depósitos administrativos.* Nota [Ao obter dívida, o devedor estabelece prazo para pagar dívida, quando não cumpre o prazo, a instituição financeira responsável pela dívida pode cobrar os juros de mora, que crescem ao longo do tempo que a dívida não for paga. Os juros de mora deixam o devedor consciente de que se pagar as suas contas em dia, não será surpreendido com a mora]

mutuante s.m. pessoa ou empresa que empresta a posse de um bem por meio de um contrato mútuo. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *Nas semanas anteriores à sessão da ONU, diversos bancos, companhias de seguro e mutuantes hipotecários, principalmente nos Estados Unidos, abriram falência, recorreram a apoios estatais ou foram nacionalizados a uma velocidade alarmante.* Nota [Nessa forma de empréstimo, o mutuante fornece a posse de um bem por contrato mútuo, ou seja, a pessoa que recebe o empréstimo tem a obrigação de devolver o bem recebido].

mutuário s.m. pessoa que recebe empréstimo e tem a obrigação de devolver o bem recebido para quem o emprestou. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *Hoje são 5 milhões de mutuários que conseguiram o sonho da casa própria com recursos do FGTS.*

P

portabilidade de crédito etc. transferência da dívida de um banco a outro. (GSTF, 2013) *A economista acrescenta que a portabilidade de crédito é mais frequente para o crédito consignado, modalidade na qual a taxa de juros é bem mais baixa.*

pós-fixado etc. característica de um investimento em que a pessoa ou empresa que aplica seu dinheiro em determinado investimento e não sabe qual será o rendimento. *O juro pós-fixado para a compra de imóveis com valor acima de R\$ 500 mil caiu de 12% para 11% anuais, mais TR.* Nota [Os tipos de investimentos com características de pós-fixado levam em consideração o desempenho de indexadores, que é um sistema de reajuste de preços, que oscilam dia a dia].

pré-fixado etc. característica de um investimento em que a pessoa ou empresa que aplica seu dinheiro em determinado investimento sabe qual será o rendimento desde o início. *A verba publicitária do Guaraná Dolly, estimada em 641 milhões de reais anuais já tem novos destinos definidos, parte será colocada e um CDB pré-fixado da Caixa.*

principal s.m. valor de dívida sem juros e multas. (DEHLP, 2009; NDA, 2010; GSTF, 2013) *Neste sistema os juros, de 1%, são pagos sobre o valor principal financiado, amortizando mais a dívida.*

R

recurso não procurado etc. dinheiro que sobra no fundo comum do consórcio. (GSTF, 2013). Nota [No decorrer do tempo de duração do consórcio, podem haver problemas com os participantes do consórcio, fazendo com que estes não recebam o fruto do consórcio, gerando assim o recurso não procurado, ou seja, o que sobra ao final do encerramento do consórcio].

renda fixa etc. investimento seguro, em que a pessoa ou empresa pode prever o quanto irá lucrar. *O dólar se desvalorizou em quase todos os mercados, as bolsas viveram um dia de altas*

generalizadas, os preços das commodities se recuperaram, a remuneração dos títulos de renda fixa subiu por redução do interesse dos aplicadores. Nota [Nesse tipo de investimento, você empresta seu dinheiro para determinada instituição, com a promessa de devolverem seu dinheiro acrescido de juros].

renda variável etc. investimento de alto risco em que a pessoa ou empresa não consegue visualizar com exatidão o rendimento de seu dinheiro. *Nesses países, os fundos estão mais expostos a risco, com 60% a 70% das aplicações em renda variável.* Nota [Os investimentos de renda variável são conhecidos como alto risco por serem aplicados ações, câmbios, ouro etc. que mudam seus valores diariamente, podendo oscilar muito em pouco tempo].

restrição cadastral etc. impedimento de crédito (GSTF, 2013) *A restrição cadastral ainda é o principal motivo de recusa de crédito pela Caixa Econômica.* Nota [Popularmente conhecido como “nome sujo”, os maus pagadores são impedidos de realizarem novas compras, ficando com nomes restritos].

S

saldo provisionado etc. saldo bloqueado. (GSTF, 2013) Nota [Quando você tem alguma obrigação com o banco, como débito de contas de forma automática, pagamento de taxas de manutenção bancária etc., o banco bloqueia aquele dinheiro, pois ele será debitado ao final do dia da sua conta].

SCPC etc. banco de dados que contém o nome de pessoas que possuem dívidas não pagas no Brasil. (NDA, 2010; GSTF, 2013) *Segundo a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), mais da metade (56%) das pessoas que estão com o nome sujo no SCPC apontam como causa o desemprego.* Nota [Sigla de Serviço Central de Proteção ao Crédito].

SELIC etc. taxa básica de juros da economia brasileira. (DEHLP, 2009; NDA, 2010) *Em 2011, a elevação da taxa SELIC para 12% resultará em uma transferência de cerca de R\$ 235 bilhões dos cofres públicos para os detentores de títulos da dívida, o que equivale a pouco mais de 40% do orçamento público federal.* Nota [A importância da taxa SELIC se dá em função dessa taxa ser essencial para o cálculo de rentabilidade de investimentos como: títulos públicos, cadernetas de poupança e também do controle da inflação; sigla para Sistema Especial de Liquidação e Custódia].

T

taxa de administração etc. taxa cobrada por instituição financeira pelo serviço de administrar recursos aplicados em fundo de investimento. (GSTF, 2013) *É desvantajoso tanto para quem*

tem pouco dinheiro, em razão das taxas de administração que são maiores nos fundos com aplicação menor, quanto para quem tem muito, porque dificulta a gestão.

taxa de administração (no consórcio) etc. taxa que a instituição que administra o consórcio cobra para realizar serviços como formação, organização, gestão do grupo etc. até o encerramento. (GSTF, 2013) *A administradora do grupo cobra uma taxa de administração que vai de 10 a 20% do valor do bem.*

taxa de permanência etc. taxa cobrada pela instituição financeira que administra os recursos não procurados do consórcio. (GSTF, 2013)

tesouro direto etc. investimento em título público de baixo risco emitido pelo governo. (DEHLP, 2009; NDA, 2010) *Com as fortes oscilações nas Bolsas de Valores, a melhor opção para quem não quer correr riscos são os investimentos de renda fixa, como poupança, fundos de renda fixa e títulos do tesouro direto, que são títulos de dívidas garantidos pelo Governo Federal.* Nota [Os títulos públicos são emitidos pelo Tesouro Nacional e oferecidos em forma de investimento, em que o cidadão pode comprar títulos públicos, dessa forma emprestar dinheiro ao governo e esse promete devolver o dinheiro para o cidadão com os juros decorrentes do período que você emprestou seu dinheiro ao governo].

TR etc. taxa de juros para calcular o rendimento de aplicações. (NDA, 2010; GSTF, 2013) *O banco prevê que a inflação do país vai desacelerar para menos que o limite inferior fixado pelo governo, de 1%, se o BC não reduzir a taxa referencial de juros a partir de seu nível atual de 3%.* Nota [taxa calculada pelo Banco Central do Brasil; sigla para Taxa Referencial].

V

valor amortizado etc. valor já pago de uma dívida. (GSTF, 2013) *Depois de manifestação da CVM contra essa amortização antecipada, em março de 2009 a Perdigão republicou o balanço, estornando o valor amortizado.* Nota [Demonstrar o quanto já foi pago do valor principal (excluído os juros) de uma dívida]

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os estudos feitos, foram constatados que os altos índices de endividamento da população brasileira é um fato que vem acontecendo ao longo de anos. Diante do quadro alarmante de superendividamento, é primordial a educação financeira eficiente aos jovens.

O material disponível hoje para o público universitário é insuficiente para atendê-los. A fim de preencher parte da lacuna identificada, propomos o Glossário de Termos Financeiros para Estudantes Universitários, com 50 verbetes, úteis para educação financeira. À medida que

o universitário conhecer os termos do mercado financeiro, poderá acessar obra terminográfica para gerir o dinheiro de forma que possa se tornar investidor em vez de endividado.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. P. O termo: estruturas prototípicas. In: CATALÁ, S. Á.; BARITÉ, M. (coord.) **Teoría y praxis en terminología**. Montevideo: CSIC. (Colección Plural), 2016

AGUIAR, R. S. **Glossário sistêmico como material didático: descrição de termos formados por elementos eruditos**. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Brasília, 2018.

BIDERMAN, M. T. C. Glossário. **Alfa**, São Paulo, 28 (supl.): 135-144, 1984.

BRASIL, B. C. **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2014.

_____, **Glossário simplificado de termos financeiros**. Brasília: BCB, 2013.

_____, **Deliberação CONEF nº 1, nº 2 e nº 3, de 26 de maio de 2011**. 2011.

CARVALHO, O. L. S. Dicionários escolares: definição, oracional e texto lexicográfico. In: CARVALHO, O. L. de S.; RANGEL; BAGNO, M. (Orgs.). **Dicionários escolares: políticas, formas e usos**. São Paulo: Parábola, 2011.

GRÍGOLO, S.; RIBEIRO, W. C. Educação financeira na universidade. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira**, Santa Catarina, v. 1, p. e12043, set. 2016.

DANTAS, L. T.; SANTOS, B. C. M. Uma proposta de educação financeira para os anos iniciais do ensino fundamental. In: **XII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**, 2016, São Paulo. Disponível em: <http://www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/5272_2927_ID.pdf> Acesso em 1 fev 2019.

FAULSTICH, E. **Proposta metodológica para elaboração de léxicos, dicionários e glossários**. Brasília: 2001. LIV/UnB/ Centro Lexterm, 2001.

_____. **A função social da terminologia**. Humanitas, São Paulo, FFLCH, USP, 1999.

_____. Para gostar de ler um dicionário. In: **Pelos caminhos da dialetologia e da sociolinguística: entrelaçando saberes e vidas – homenagem a Socorro Aragão**, São Luís: Edufma, 2010.

_____. A terminologia da criança na conversa do dia a dia. In: **Terminologia: uma ciência interdisciplinar**. MURAKAWA, C. A. A.; NADIN, O. L. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

_____. Características conceituais que distinguem o que é de para que serve nas definições de terminologias científica e técnica. In: ISQUERDO, A. N; DAL CORNO, G. O. M. (Orgs.). **As ciências do léxico, lexicologia, lexicografia e terminologia**. Vol. 7. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio**. 7. Ed. Versão 7.0 Dicionário eletrônico. Curitiba: Positivo, 2010.1 CD-ROM

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.

HOUSTON, S. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, 44(2), 296-316. 2010

HILL, N. **Quem pensa enriquece**. Fundamento Educacional: São Paulo, 2009.

PAVEL, S. **Manual de Terminologia**. (Adaptação para a língua portuguesa por Enilde Faulstich). Ministro de Obras Públicas e Serviços Governamentais do Canadá, 2001.

_____. **Curso Interativo de Terminologia**. Trad. Enilde Faulstich, 2011.

PRADO, A. B. B. **Educação financeira: a visão de jovens universitários sobre as finanças familiares**. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP. São Paulo - SP. 2015.

ROCHA, R. H. **Educação financeira em pauta**. São Paulo, 2008

VILARINHO, M. M. O. **Proposta de dicionário informatizado analógico de língua portuguesa**. 2013. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Brasília, 2013.